



Memória, Patrimônio Digital e Políticas de informação:

trilhas abertas no Brasil e Espanha

Memoria, patrimonio digital y políticas de información: caminos abiertos en Brasil y España

María-Jesús Colmenero-Ruiz
Aurora Cuevas-Cerveró

Brasilina Passarelli
Francisco Paletta

Coord.



María-Jesús Colmenero-Ruiz

Aurora Cuevas-Cerveró

Brasilina Passarelli

Francisco Paletta

(Coord.)

**Memória, Patrimônio Digital e Políticas de
informação:** trilhas abertas no Brasil e Espanha

**Memoria, patrimonio digital y políticas de
información:** caminos abiertos en Brasil y España

São Paulo
2021

© Os autores respectivos

© Desta edição: Universidade de São Paulo. ECA - Escola de Comunicações e Artes.

ISBN: 978-65-88640-22-7



Os textos e imagens publicados nesta edição estão sujeitos - salvo indicação em contrário - a uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável (CC BY-NC-SA). Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. (<https://br.creativecommons.net/licencas/>)

Comité científico

Dr. Andrés Fernández-Ramos, Universidad de León
Dra. Angélica Marques, Universidade de Brasília
Dr. Antonio Carpallo, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Antonio Miranda, Universidades de Brasília
Dra. Aurora Cuevas-Cerveró, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Brasilina Passarelli, Universidade de São Paulo USP
Dra. Cecília Leite, IBICT
Dra. Concepción Mendo, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Cynthia Roncaglio, Universidade de Brasília
Dra. Eliane Braga - Universidade de Brasília
Dra. Elmira Simeão, Universidade de Brasília
Dr. Emir Suaiden, Universidade de Brasília
Dra. Fabiana França, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Fernando Ramos Simón, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Francisco Paletta, Universidade de São Paulo
Dra. Georgete Rodrigues, Universidade de Brasília
Dra. Gladys Ceretta, Universidad de la República de Uruguay
Dr. Henry Poncio, Universidad Federal de Paraíba
Dra. Isa Freire, Universidad Federal de Paraíba
Dra. Izabel França de Lima, Universidad Federal de Paraíba
Dr. Jorge Morato, Universidad Carlos III de Madrid

Dr. José Antonio Frías, Universidad de Salamanca
Dr. José Luis Gonzalo Sánchez-Molero, Universidad Complutense de Madrid
Dr. José-Antonio Gómez-Hernández, Universidad de Murcia
Dra. Lillian Alvares Rezende, Universidade de Brasília
Dra. María Jesús Colmenero, Universidad Complutense de Madrid
Dra. María Teresa Fernández Bajón, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Marta Valentim, UNESP Marília
Dra. Michela Montesi, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Murilo Cunha, Universidade de Brasília
Dra. Patricia Hernández Salazar, Universidad Nacional Autónoma de México
Dr. Pablo Parra Valero, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Regina Belluzzo, UNESP Marília
Dra. Renata Braz, Universidade Federal do Rio Grande
Dr. Ricardo Crisafulli Rodrigues, IBICT
Dr. Rodrigo Botelho-Francisco, Universidade Federal do Paraná
Dr. Ronaldo Linhares, Universidade Tiradentes
Dra. Sonia Sánchez-Cuadrado, Universidad Complutense de Madrid

Desenho da capa: María-Jesús Colmenero-Ruiz. UCM

Imagem da capa: Fragmentos da ilustração do livro Hortus Eystettensis vol. 1 pertencente ao Real Jardín Botánico de Madrid (<https://bibdigital.rjb.csic.es/viewer/10908?viewer=picture#page=56&viewer=picture&o=bookmark&n=0&q=>)

Layout: María-Jesús Colmenero-Ruiz, Pablo Parra Valero.

M533

Memória, patrimônio digital e políticas de informação [recurso eletrônico] : trilhas abertas no Brasil e Espanha = Memoria, patrimonio digital y políticas de información : caminos abiertos en Brasil y España / editores María-Jesús Colmenero-Ruiz ... [et al.]. – São Paulo : ECA-USP, 2021.
Formato: PDF.

ISBN 978-65-88640-22-7

1. Política de informação. 2. Patrimônio digital. 3. Memória. I. Colmenero-Ruiz, María Jesús.
CDD 23.ed. – 020

Catálogo na Publicação: Serviço de Biblioteca e Documentação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado CRB-8/6194

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
Francisco Carlos Paletta	7
O USO DA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: O AUTO CÍVIL DE INVENTÁRIO <i>POST-MORTEM</i>	11
Juliana Sabino Simonato.....	11
A FOTOGRAFIA COMO OBJETO DA MEMÓRIA SOCIAL E INSTITUCIONAL: REFLEXÕES ACERCA DA INDEXAÇÃO	31
Ilana Lopes Matias ¹ , Ana Clara Gatto ² , Mona Cleide Quirino da Silva Farias ³ , Graziela dos Santos Lima ⁴ , Carlos Cândido de Almeida ⁵	31
TRATAMENTO DE DOCUMENTOS VISUAIS EM UMA PERSPECTIVA DE ARQUIVO.....	47
Maria Talib Assad ¹	47
O VALOR PATRIMONIAL DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EMPRESARIAL	57
Janaína Fernandes Guimarães Polonini ¹ Prof. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag ²	57
DESENVOLVIMENTO DA NOVA BIBLIOTECA DIGITAL DA BBMUSP: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	67
Rodrigo M. Garcia ¹ ,.....	67
O ARQUIVO COMO UM AUTORRETRATO INSTITUCIONAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A GESTÃO DE INFORMAÇÕES E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ⁸⁵	
Angelica Alves da Cunha Marques ¹ , Ívina Flores Melo Kuroki ²	85
IDENTIFICAÇÃO TIPOLOGICA EM ARQUIVOS PESSOAIS: UM ESTUDO DA ESPÉCIE DOCUMENTAL “DIPLOMA”	101
Maria Celina Soares de Mello e Silva	101
MEMÓRIA EM UNIVERSIDADES: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO	117
Maria Leandra Bizello ¹	117
PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA: A CATALOGAÇÃO DE ESCRITOS DE MULHERES E SOBRE MULHERES NO ESPAÇO ATLÂNTICO PORTUGUÊS PELO PROJETO M.A.P – MULHERES DA AMÉRICA PORTUGUESA.....	127
Andrea Cristina Natanael da Silva ¹ , Carla Angelino D.L.M. de Mello ² , Giovanna Poloni ³ e Mariana Rodrigues de Vita ⁴	127

A PRODUÇÃO DOCUMENTAL NA PESQUISA CIENTÍFICA: ALGUMAS REFLEXÕES	141
Caio Fabio Moreira Gonçalves ¹ , Maria Leandra Bizello ²	141
O BRASIL E A MONARQUIA HISPÂNICA (1580-1640?). OS BASTIDORES DA MONTAGEM DE UMA EXPOSIÇÃO VIRTUAL A PARTIR DA COLEÇÃO ALBERTO LAMEGO (IEB, USP)	155
Aline Yone ¹ , Claudia de González del Tánago ² Irene María Vicente Martín ³	155
CENTROS DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: INFORMAÇÃO, LÍNGUA E IDEOLOGIA	175
Marcos Vinícius Santos Carvalho Terra ¹ ; Deise Maria Antonio Sabbag ²	175
POTENCIAL DE INCLUSÃO SOCIAL DE COMUNIDADES CIGANAS EM MINAS GERAIS PELAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS À LUZ DA AGENDA ONU 2030 E DE MANIFESTOS IFLA	191
Alentejo, Eduardo da Silva ¹ , Guedes, Sônia Maria ²	191
AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) E SEUS DESAFIOS: AGENDA 2030.....	207
Paola Catrina Pitol Carvalho.....	207
POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO ABERTO: OS DESAFIOS DA BRECHA DIGITAL SOB OS ODS 3 E 4	223
Laura Passos Santana, Sueli Mara Ferreira.....	223
UMA NOVA POLÍTICA INFORMACIONAL DA BIBLIOTECA ESCOLAR SESI-SP ALINHADA A AGENDA 2030.....	239
Andrea Ramos ¹ , Simone Lopes Dias ²	239
TRANSPARÊNCIA NOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E OS CIDADÃOS	249
Luzia Zorzal ¹ ; Georgete Medleg Rodrigues ²	249

PREFÁCIO

Francisco Carlos Paletta

Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo

Memória, Patrimônio Digital e Políticas de informação estão intrinsecamente associados com estratégias de preservação digital e atuam como orientação legal para a gestão da preservação e para o acesso permanente aos objetos digitais produzidos, selecionados e armazenados. Visa à superação da obsolescência tecnológica tanto dos objetos como dos seus próprios suportes. Uma política dessa natureza é elaborada com base em resoluções, normas, atos administrativos, leis, modelos e padrões. Pode ser analisada sob o aspecto organizacional, legal e técnico. Além disso, pode estar inserida em um programa mais amplo de preservação, conforme caracterização atribuída pela Carta para a Preservação do Patrimônio Digital elaborada pela Biblioteca Nacional da Austrália e publicada pela Unesco em 2003. A carta serve de base conceitual para as principais iniciativas e projetos internacionais em preservação digital.

A confiança que a sociedade organizada, acadêmica e científica tem depositado em certos endereços digitais, reconhecidos e qualificados pelos pares, leva uma urgência na busca por estratégias para desenvolver, gerenciar e preservar conteúdos digitais. Ignorar isto pode levar a perda de dados únicos e criar grande desperdício financeiro, de tempo, e recursos humanos para recriar estes dados, sem considerar que os dados, que "nasceram digitais" podem também ser perdidos.

A preservação digital vai além de procedimentos de manutenção e recuperação, mas define estratégias e procedimentos para manter sua autenticidade através do tempo. Tanto o investimento quanto o acesso futuro a recursos digitais estão ameaçados pela obsolescência tecnológica e, em menor grau pela fragilidade da mídia digital. As mudanças nas tecnologias da informação e comunicação são tantas que podem ocasionar a inacessibilidade da informação em menos de uma década. A preservação digital destaca os seguintes aspectos: garantia do acesso à informação digital, objetivando sua recuperação; razões e entraves para preservar, como a obsolescência tecnológica do hardware, software, e dos dispositivos de armazenamento; · formas de prevenir a perda definitiva da informação, devido à deterioração

que esta possa sofrer; · análise do uso de técnicas para preservar conteúdos originalmente produzidos em formato não digital (impresso, filmes e outros), gerando um arquivo digital.

Atualmente, há a necessidade de novas propostas para abordagens gerenciais e estratégicas associadas à utilização da Tecnologia da Informação e da Comunicação, na apropriação e geração de conhecimento no contexto da Sociedade em Rede.

Esta publicação “Memória, Patrimônio Digital e Políticas de informação: trilhas abertas no Brasil e Espanha” - Memoria, patrimonio digital y políticas de información: caminos abiertos en Brasil y España tem como objetivo principal consolidar os resultados do VIII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade bem como promover o intercâmbio acadêmico, científico e cultural entre as comunidades brasileira e hispana. Além de viabilizar a integração com instituições brasileiras e espanholas e de vários outros países, o evento se insere como a principal ação do convênio entre a Universidade de Brasília (Faculdade de Ciência da Informação) e a Universidade Complutense de Madrid (Facultad de Ciencias de la Documentación y Departamento de Biblioteconomía y Documentación).

O Seminário promove o crescimento da comunidade científica da área de Ciência da Informação em âmbito internacional, por meio de seu formato itinerante, com sede anual alternada entre Brasil e Espanha, em diferentes cidades e instituições. Esse ano será coordenado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, e pela Escola do Futuro, que passam a integrar o grupo de “Universidades Anfitriãs” junto as Universidades de Murcia, UNESP (Marília) e UNIT (Aracaju). A mudança de sede a cada ano é um formato dinâmico e agregador, que movimenta e fortalece a rede de pesquisadores definindo a agenda de interlocuções e mobilidade.

A VIII edição do Seminário Hispano Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade ocorreu de 11 a 14 de novembro de 2019, na Universidade de São Paulo (USP), Brasil, organizada pela Escola do Futuro, em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Complutense de Madrid (UCM) - Espanha e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A escolha das áreas temáticas deve-se à amplitude de perspectivas exigidas por uma ciência interdisciplinar como a que estamos a tratar: "Ciências da Informação e Documentação" e as linhas de investigação das instituições participantes.

Ao longo destes anos têm-se registado numerosas realizações, especialmente relevantes são as numerosas publicações científicas e o intercâmbio de investigadores entre os grupos de

investigação dos países participantes. O Comité Científico do Seminário Hispano Brasileiro ao consolidar esta publicação contribui para a efetivação da colaboração internacional entre as entidades envolvidas e para com o desenvolvimento da Ciência da Informação.

Boa Leitura
Prof. Francisco Carlos Paletta

O USO DA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: O AUTO CÍVIL DE INVENTÁRIO *POST-MORTEM*

Juliana Sabino Simonato

<https://orcid.org/0000-0002-4105-7025>, Universidade Federal do Espírito Santo,
[jsimonato@yahoo.com.br](mailto:j Simonato@yahoo.com.br)

Resumo: O presente artigo tem como objeto de estudo o uso da metodologia de análise diplomática e tipológica para compreender a produção dos tipos documentais em arquivos notariais, especificamente os documentos que compõem o do Fundo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões, formado por processos orfanológicos produzidos durante o período colonial, entre os anos 1735 a 1799, em cartórios da Comarca de Vitória, no atual Estado do Espírito Santo. A partir da base empírica das unidades documentais, o esforço reflexivo dessa investigação deu-se no sentido de demonstrar, sob a ótica dos conceitos da Diplomática Contemporânea, o papel do arquivista no desenvolvimento da pesquisa, no que tange a identificação da gênese documental, por meio da caracterização da espécie e do tipo documental. Para operacionalizar tal método utilizamos como arcabouço teórico originário o ato jurídico-administrativo do qual decorreu a produção do documento. Ou seja, procuramos demonstrar como o entendimento dos procedimentos administrativos, através da compreensão do fluxo de produção (trâmite) dos documentos, presentes nas normativas vigentes da época, podem ser metodologicamente compreendidas para recuperar tanto o contexto orgânico de produção quanto aplicar a função arquivística de identificação em documentos permanentes notariais. A proposta do trabalho torna-se relevante por proporcionar um conhecimento sistemático acerca da conjuntura histórica e o funcionamento do sistema judiciário. Dessa forma, procuramos garantir, tanto aos pesquisadores quanto aos técnicos arquivísticos, subsídios para que possam compreender sua estrutura organizacional e conhecer os tipos documentais que resultaram de seu funcionamento, potencializando o uso de fontes, ao operacionalizar informações para identificação, o arranjo, descrição e avaliação dos documentos. A partir do presente estudo pretende-se ampliar o recorte temporal de produção dos documentos notariais para se verificar, tanto a estabilidade e/ou a evolução de outros tipos documentais ao longo dos séculos posteriores. A comparação nos permitirá observar até o século XIX, a produção de documentos presentes no acervo do Fundo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões, relacionando as espécies e os tipos documentais gerados na instituição.

Palavras-chave: organização do conhecimento; Diplomática Contemporânea; identificação arquivística; documentos notariais; espécie; tipo documental.

Abstract: The purpose of this article is to study the use of the diplomatic and typological analysis methodology to understand the production of documentary types in notary archives, specifically the documents that compose that of the 1st Orphan and Succession Court Fund, formed by orphanages produced during the colonial period, between the years 1735 to 1799, in registry offices of Vitória County, in the present state of Espírito Santo. From the empirical basis of the documentary units, the reflexive effort of this investigation was to demonstrate, from the perspective of the concepts of the Contemporary Diplomatic, the archivist's role in the research development, regarding the identification of the documentary genesis, by through the characterization of the species and the documentary type. To operationalize this method we used as original theoretical framework the legal-administrative act from which the production of the document took place. In other words, we seek to demonstrate how the understanding of administrative procedures, through the understanding of the production flow

(processing) of the documents, present in the current regulations, can be methodologically understood to recover both the organic context of production and apply the archival function of identification in permanent notarial documents. The proposal of the paper becomes relevant because it provides a systematic knowledge about the historical conjuncture and the functioning of the judiciary. Thus, we seek to ensure, both researchers and archival technicians, subsidies so that they can understand their organizational structure and know the documentary types that resulted from its operation, enhancing the use of sources, by operationalizing information for identification, arrangement, description and evaluation of documents. From the present study it is intended to expand the time frame of the production of notary documents to verify both the stability and / or the evolution of other documentary types over the subsequent centuries. The comparison will allow us to observe until the nineteenth century, the production of documents present in the collection of the Fund of the 1st Rod of Orphans and Successions, relating the species and documentary types generated in the institution.

Keywords: knowledge organization; Contemporary Diplomatic; archival identification; notarial documents; species; documentary type.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre a aplicação da metodologia de análise diplomática e identificação do tipo documental no fundo arquivístico da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Vitória, capital do Espírito Santo, no recorte temporal de 1735 a 1799¹.

A análise ou crítica diplomática da espécie documental e o estudo do tipo documental² podem colaborar de forma profícua para o maior entendimento relativo a estrutura e a natureza dos documentos de um acervo arquivístico, contribuindo para o melhor desempenho

¹ A história do Poder Judiciário no Espírito Santo teve início com a Carta de Doação da Capitania a Vasco Fernandes Coutinho, em 1534. No documento, o Rei de Portugal concedia ao donatário o poder de nomear indivíduos que ocupariam o cargo de ouvidor. Esse representante do donatário o auxiliaria nos assuntos administrativos da justiça. A Ouvidoria tinha por competência recursal sobre os juízes ordinários, e originária, dentro dos limites da Capitania. Com a criação do Governo Geral, em 1548, foi criado o cargo de Ouvidor-Geral, subordinado ao governador-geral, mas com máxima autoridade judiciária na colônia em relação as Ouvidorias das capitanias. A Ouvidoria do Espírito Santo foi extinta em 03 de julho de 1722, com a venda da capitania a Coroa Portuguesa, a administração da justiça coube ao Juiz Ordinário, cujo órgão recursal imediato era a Ouvidoria do Rio de Janeiro, sede colonial na época. A sua “recriação” ocorreu em 15 de janeiro de 1732, quando por provisão régia estabeleceu-se a Ouvidoria do Espírito Santo, com jurisdição sob a Vila da Vitória, e Guaraparim, no Espírito Santo, e São Salvador dos Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Em 1741 foi criado o Tribunal de Justiça do Brasil, e a Comarca do Espírito Santo ficou sob sua jurisdição.

² Tipo documental é a expressão das diferentes atuações da administração, refletidas em um determinado suporte (papel, fita magnética, microfilme, microforma) e com as mesmas características internas específicas a cada um, as quais determinam seu conteúdo. Ou seja, o tipo documental nesse trabalho é compreendido como intrinsecamente ligado à função e atividade administrativa da qual se originam os documentos. Ver: *Compilación de Manuales de Tipología Documental de los Municipios / Grupo de Archiveros Municipales de Madrid -- Madrid : Consejería de Cultura y Deportes de la Comunidad de Madrid, 2005, p. 11-12.*

das atividades vinculadas às funções dos órgãos administrativos, principalmente no que se refere ao entendimento do contexto de produção e identificação³ arquivística dos documentos. Além disso, tal conhecimento tem se mostrado extremamente relevante para auxiliar nos procedimentos como de arranjo, descrição e avaliação de documentos pelos profissionais que atuam em arquivos.

Segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2002, p. 37):

"As análises diplomática e tipológica são aplicações práticas dos estudos teóricos e metodológicos da Diplomática e da Tipologia Documental, áreas das ciências documentárias que se concentram, respectivamente, no estudo formal do documento diplomático, quando considerado individualmente, e no estudo de suas relações com o contexto orgânico de sua produção e de atuação dos enunciados do seu conteúdo, quando considerados dentro dos conjuntos lógicos denominados séries arquivísticas".

Diante do argumento, no estudo ora apresentado procuramos direcionar o objeto de pesquisa no intuito de evidenciar o foco de análise: da unidade (item) para a série documental⁴. Ou seja, procuramos analisar a gênese documental dos autos cíveis de inventários post-mortem, conformados no Fundo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões, como espécie (autos⁵) e tipo documental (auto cível de inventário post-mortem) ao identificarmos seu padrão característico de tramitação, em virtude de sua produção e registro, com a finalidade de compreender o contexto orgânico e funcional dos documentos gerados pelo Poder Judiciário no recorte circunscrito.

Torna-se também relevante ressaltar que o estudo tem como premissa o entendimento de que todo documento de arquivo é necessariamente originário de uma atividade relacionada a função/atividade específica que o produziu. Dessa forma, procuramos aplicar um método que respeite o princípio basilar da Arquivística: o da Proveniência. O intuito é utilizar um recurso metodológico que seja capaz de proporcionar a contextualização dos documentos, como afirmam Camargo e Goulart (2007, p. 23-24):

"O uso do método funcional, além de imperativo, demanda as identificações

³ No trabalho entende-se identificação como "fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo" (DICCIONARIO de Terminologia Archivística. Madrid: Ministerio de Cultura / Dirección de Archivos Estatales, 1993, p.37).

⁴ No estudo entende-se por série documental "como a sequência de unidades de um mesmo tipo documental" (DICCIONÁRIO de Terminologia Arquivística. Ana Maria de Almeida Camargo; Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996).

⁵ Bellotto define: AUTO - documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. Relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão (auto de abertura de testamento, auto de partilha). Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. SP: APESP/Imprensa Oficial, 2002, p. 49.

imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que, à semelhança do que ocorreu na abordagem dos documentos de instituições, é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias".

Dessa forma, o uso dos conceitos da Diplomática Contemporânea tem como intuito definir a gênese dos documentos, através da identificação da espécie e do tipo documental, mapeando a estrutura formal e usos dos registros do fundo durante o século XVIII, procurando elucidar o papel do Juízo de Órfãos no Espírito Santo na sociedade colonial, além de evidenciar os conteúdos informacionais existentes nos documentos.

A Seção de Arquivo do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), local de guarda do fundo arquivístico da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Vitória, reúne em seu acervo vasta quantidade de documentos produzidas nas diversas Comarcas Estaduais, ao longo do século XVIII ao XXI, composta principalmente por processos judiciais, inventários e testamentos, dentre outros, que foram acumulados durante a vida administrativa do poder judiciário estadual do Espírito Santo.

Esse *corpus* documental, recolhido dos cartórios e fóruns dos municípios da Grande Vitória, são importantes fontes que registram e testemunham vários aspectos da vida e da riqueza do Espírito Santo, desde o período Colonial até a atualidade. A formação desse patrimônio histórico documental, ao longo de sua trajetória de existência, evidencia a importância histórica do acervo sob guarda do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) para a memória espírito-santense, além de se constituírem por documentos extremamente raros por se tratarem de documentos do século XVIII, não encontrados em nenhuma outra instituição arquivística do Estado.

O conjunto documental composto pelos autos cíveis de inventários *post-mortem*, do Fundo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Vitória, possuem informações riquíssimas ao conhecimento histórico, por apresentarem um denso tecido social composto por representantes dos diversos grupos sociais locais: grandes e pequenos proprietários de terras na região, comerciantes, políticos, padres, profissionais liberais, pessoas comuns e escravos. Neles também estão relacionados os bens móveis e imóveis que possuíam à época algum valor econômico, e portanto, foram incluídos na partilha entre os herdeiros, bem como dívidas contraídas e créditos a receber, nos casos dos proprietários e comerciantes avaliados.

No entanto, cabe-nos ressaltar que apesar da dimensão social e cultural apresentada pelo documento, em decorrência da falta de estudos sobre a origem de produção desse acervo. Por isso, observamos que nos estudos históricos, nos quais foram utilizadas essas fontes, ocorre a

existência de lacunas historiográficas, provenientes da ausência de um contexto funcional relativo a esses conjuntos documentais⁶.

Entende-se que a recuperação do contexto funcional da produção documental ocorre quando o arquivista consegue estabelecer uma relação entre o material de registro e a cadeia de ações que motivaram tal medida e, também, a inter-relação deste com suas estruturas organizacionais formadoras da instituição produtora, no caso o Poder Judiciário.

Ao analisar o recorte temporal anteriormente especificado, que corresponde a um total de 07 caixas, com 15 processos de inventários, pretende-se oferecer subsídios aos estudiosos para a caracterização da construção da narrativa histórica, além de operacionalizar informações para o arranjo e a descrição, dos documentos sob guarda do TJES.

De maneira geral, o objetivo principal desse trabalho é enfatizar a importância da análise da diplomática e do tipo documental, presentes no referencial teórico da Diplomática Contemporânea, como instrumentos para a construção de um método de identificação arquivística, e por outro lado, auxiliar o fazer da análise histórica.

Posteriormente, esperamos ampliar o recorte temporal para verificar a estabilidade e/ou a evolução de outras espécies e tipos documentais, que foram produzidos até o século XIX. Dessa forma realizaremos uma comparação, ao longo dos quase três séculos de produção, e a identificação de outros documentos armazenados no fundo. Tal estudo poderá evidenciar tanto certas permanências quanto rupturas na praxe de produção documental, em decorrência das próprias mudanças ocorridas no contexto histórico de cada época.

METODOLOGIA

A partir da conceituação de Bellotto (2002, p.27-28) é possível estabelecer dois pontos de partida para a análise documental: o da Diplomática e ou da Arquivística. O objeto da Diplomática é a "disposição e a natureza das informações", enquanto o da Tipologia já não é mais a forma do documento, mas "atividade que ela representa".

O trabalho do método diplomático levará o investigador a decodificar o documento, levando-se em conta as seguintes etapas: da anatomia do texto ao discurso; do discurso à

⁶ Consideramos relevante, como metodologia, a produção da história administrativa da instituição, no intuito de compreender o órgão produtor e os procedimentos que deram origem aos registros documentais, com base nos preceitos jurídicos que norteavam a ação do Estado Português. A padronização dos atos administrativos contextualiza o momento histórico, principalmente no caso da burocracia portuguesa presente no Brasil colonial, permitindo um melhor entendimento das relações sociais, políticas e econômicas registradas nos documentos de caráter permanente.

espécie documental; da espécie ao tipo documental; do tipo à atividade; da atividade ao produtor.

Em contrapartida, o método tipológico que tem como elemento inicial a entidade produtora e o percurso: da sua competência à sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento a atividade refletida no documento; da atividade ao tipo documental; do tipo à espécie; da espécie ao documento.

Ao final da execução das duas análises teremos o mesmo resultado: chegaremos ao ponto de encontro entre o documento (suporte, meio e contextualização) e sua função (o objetivo que se pretendia alcançar com a ação). Dessa maneira, permitiremos que ocorra uma influência mútua entre a especificidade de um ato administrativo ou jurídico e o tipo documental utilizado para sua materialização, para cumprimento de sua atividade, podendo ter o documento finalidade probatória ou informativa.

No intuito de melhor realizar a aplicação do método de análise diplomática e tipológica nos documentos do Poder Judiciário do Espírito Santo, optamos por utilizar como referencial o desenvolvimento da metodologia, influenciada pelo modelo espanhol, utilizada por Sonia Maria Troitiño Rodriguez (2010), em sua tese de doutoramento, na qual realizou algumas adaptações do padrão espanhol à realidade do Poder Judiciário brasileiro, inclusive abarcando o recorte temporal do presente estudo.

No método apresentado por Rodriguez (2010), o primeiro fator a ser considerado para a análise tipológica é o recolhimento. Como exposto anteriormente, a documentação proveniente do Fundo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões foi recolhida de diversos cartórios da Grande Vitória e com sucintos registros oficiais sobre a descrição dos documentos existentes no acervo. As indicações de recolhimento consideram que os processos seriam relativos ao Auto Cível de Inventários post-mortem, contudo quando da análise da documentação foram também encontrados nas caixas selecionadas para a pesquisa outros documentos com estruturas diferentes.

A pesquisa de Rodriguez (2010), alicerçada na análise dos tipos documentais do fundo de Juízo de Órfãos de São Paulo, no recorte temporal de 1578 a 1946, também versa que, apensados aos Autos Cíveis de Inventários post-mortem, foram encontrados Autos de Contas de Testamentos provenientes do Juízo de Resíduos. Segundo a autora, que analisou os

procedimentos do Poder Judiciário ao longo de mais de 300 anos, afirma em seu estudo que essa práxis, inicialmente usual, com o tempo passou a ser cada vez menos executada. A pesquisadora verificou que testamentos originais, e suas respectivas contas derivadas de suas disposições, foram substituídas por traslados dos testamentos e as contas de gastos com o arrolamento de bens, no período final do século XVIII até o século XX. Ou seja, foram verificadas alterações nos procedimentos de produção dos documentos nos últimos séculos de análise da autora.

Como a legislação vigente no período não explica a mudança observada nos procedimentos da Justiça, a hipótese da autora para explicar essa alteração baseia-se na concepção que o Juízo de Resíduos tenha, com o passar do tempo, sofrido um processo de consolidação enquanto instituição, e por isso passado a gerir os documentos por ele produzidos.

De acordo com os documentos encontrados no fundo, a autora elaborou uma tabela com algumas espécies documentais produzidas no século XVIII, presentes no fundo de Juízo de Órfãos de São Paulo.

Por meio da informação podemos verificar que a produção documental do Poder Judiciário era bem diversificada. Nos documentos do fundo analisado, a autora elenca os seguintes tipos documentais: auto cíveis de assinação de ação em dez dias; auto cíveis de arrematação de bens; auto cíveis de execução de sentenças; auto cíveis de abonação; auto cíveis de agravo; auto cíveis de apelação; auto cíveis de emancipação de menor; auto cíveis de embargos; auto cíveis de execução de carta precatória; auto cíveis de execução formal de partilha; auto cíveis de habilitação de herança; auto cíveis de habilitação de crédito; auto cíveis de inventários de inter-vivos; auto cíveis de inventários post-mortem; auto cíveis de libelo; auto cíveis de licença de casamento; auto cíveis post-mortem de penhora; auto cíveis de pobreza e auto cíveis prestação de contas de tutoria.

Nas 7 caixas analisadas, referentes ao mesmo período do século XVIII, foram encontrados, além dos Auto Cíveis de inventários post-mortem, já esperados pelas informações do recolhimento, outros tipos documentais, dentre elas: Auto Cíveis de petição de embargo e Inquirição de Testamentos.

Em virtude da similitude da presença de Autos de Inventários post-mortem, tanto na pesquisa de Rodriguez (2010) como no acervo do Poder Judiciário do Espírito Santo, elegemos esse tipo para aplicação do método de análise diplomática e tipológica dos documentos.

Para tanto, recorreremos inicialmente ao glossário de conceitos elaborado por Bellotto (2008) sobre as espécies documentais. Segundo a autora, a estrutura diplomática dessa espécie o caracteriza por ser um:

"(...) documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal, notarial. Lista contendo a descrição individual e pormenorizada de todos os bens da herança, sejam eles móveis ou imóveis, semoventes e dívidas. Protocolo inicial: datas tópica e cronológica e texto corrente. Autoridades judiciais e notariais que realizam o ato. Referências ao inventariado. Assinaturas das autoridades. Texto: dados sobre os filhos. Arrolamento de bens detalhadamente e seus valores. Protocolo final: termos e registros anexos".

Nesse sentido, os Autos Cíveis de inventários post-mortem eram identificados e registrados pelos produtores, como Autos de Inventário (forma original), como consta no documento referente a Jacinto Cordeiro de Sá, elaborado ano de 1795:

1 1795

2 Autos do Inventário que' man

3 dou fazer o Juisordinario

4 e de orphaos o lincenciado

5 Antonio Rodrigues Ba

6 talha dos bens que focaraõ

7 por falecimento de Jacin

8 to Cordeiro de Sa con testamento

<Margem esquerda, altura da linha 8> Jacinto Cordeiro de Sâ</margem direita>

<Margem direita, entre linhas 2 e 11> Termo/ Certidam [?]/ Ribeiro/ D Ribeiro em/ 24 de Julho de/ 1790/ Francozo</margem esquerda>¹

Além da forma original explicitada, que é um dos caracteres externos observados pela análise diplomática, todos os inventários apresentaram-se no formato de gênero textual e registrados em suporte papel. Os documentos em virtude da ação de agentes internos e externos, ao longo do tempo, sofreram um intenso processo de deteriorização em virtude do suporte papel, fato que dificulta a leitura de alguns trechos da documentação.

A legislação que respaldou a elaboração dessa espécie documental foram as Ordenações Filipinas, dispostas no Livro I, Título LXXXVIII que trata Dos Juízes de Órfãos.

¹ Documento transcrito por Igor Nefer, Doutorando em História Social da Cultura (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e Membro da Oficina de Paleografia da UFMG.

Em consonância com Rodriguez (2010), esse tipo documental pode ser definido como uma descrição, avaliação e divisão dos bens que o indivíduo possuía quando da sua morte. O objetivo do procedimento era averiguar a verdadeira condição econômica do falecido, levando em consideração, além dos bens pertencentes ao falecido, as dívidas ativas e passivas para garantir que cada herdeiro viesse a receber uma parcela da herança a ser dividida durante a partilha. A diferença entre o inventário e o testamento está na obrigatoriedade da feitura do primeiro, fato que deveria ocorrer independente dos bens possuídos pelo indivíduo e do montante do valor do patrimônio a ser herdado. Em sua composição havia o arrolamento, liquidação e partilha de bens. Outros interesses que fugiam a sua finalidade, deveriam ser analisados e definidos em diligências paralelas ao processo. Apenas assuntos ligados a filiação, qualidade do filho quando legitimado por casamento, habilitação de herdeiros, nulidade do testamento e capacidade da pessoa para exercer a testamentária eram questões tratadas dentro do processo.

Dessa forma, nessa série documental de Auto Cível de Inventário post-mortem, do Fundo da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de podemos encontrar documentos produzidos para resolver as questões relativas a herança do patrimônio, dentre eles: Autuação; Juramento do inventariante; Título dos herdeiros; Termo de louvação; Auto de avaliação dos bens (louvação); Juramento dos avaliadores; Relação de bens móveis e imóveis, dívidas ativas e passivas; Partilhas; Termo de tutela/curadoria; Declarações; Quitações; Notificações; Auto de arrematação; Sentença; Termo de Publicação; Termo de conclusão e Auto de contas da tutela. Ressaltamos que todos os documentos anteriormente citados possuem um vínculo arquivístico, e por isso, originam tal série documental, que caracteriza-se por um padrão de produção que denominamos tipo documental.

Ao analisarmos a legislação da época, identificamos que o trâmite processual iniciava-se com um requerimento da parte interessada no pleito ou ex-offício. Nesse momento realizava-se a autuação e o juramento do inventariante, fase denominada por Duranti (1990) e Bellotto (2008) como Protocolo Inicial, como no inventário de Cândida Rosa (1799):

Autuação

[Fl.1]

1 Inventário que se faz dos bens

2 da falecida Cândida Rosa mo-

3 lher que foi de Jose Joaquim da

4 Lus [Assinatura]

[Margem direita] 5 Candida Roza

6 Filhos

7 Francisco de idade 16 anos

8 Rita de idade 13 anos

9 Escrivam

10 Ignácio de Loyolla Pimentel

Juramento do Inventariante

11 Anno do Nascimento de

12 Nosso Senhor Jesus Christo de

13 mil setecentos e noventa e no

14 ve aos vinte e hum dias do mês de

15 Novembro do dito anno nesta

16 Villa de Nossa Senhora da Vitória-

17 ria cabeça da comarca da Ca

18 pitania do Espirito Santo em

19 casa de morada de Jose Joaquim

20 da Luz onde foi vindo o Juiz actual

21 de orfans o Sargento mor Fabianno

22 Martins Ferreyracommigo Es

23 Escrivam de seo cargo, juntamen

24 te os Avaliadores o Alferes Jo

25 se Pinto Ribeiro atesto pella

26 câmera na falta de seocar

27 pinheiro o Capitaõ Jose Duarte

[Fl.1v]

1 Carneyro o Alferes Manoel Francis

2 codescidindo por cabeça

3 do casal Jose Joaquim da Lus o dito

4 Juiz de orfãos titular Inventariante

5 dos bens deste casal desferindo

6 Juramento dos SanctosEvange
7 lhos ante os ditos, in que pos sua
8 mam direita tal cargo em que
9 lhe encarregou qual compromisso de sua
10 consciência sem dollo, nem ma
11 licia desse a disciscam de Inven
12 tario todos os bens de seo casal e bens
13 movies com [superposição de tinta] submoventes, di
14 nheiro, ouro, Prata dividas o sim activas
15 como pacivas, tudo o mais que ouvesse
16 ficado pelo falescimento da predita
17 sem motivo, e que outros sim decla
18 rahra o dia mês, como em que falesce
19 ra se com testamento, ou sem elle, se
20 haviam ficado mais filhos dos que
21 já havia declarado pena de que depon
22 do alguma cousa, perdas que se lhe a
23 ver, persunies além decorrer de
24 outras penas pella Lei empostos, e sem
25 depor lhe recebido o dito Juramento
26 assim o prometeo o falescido que sua
27 molherfalescera da vida presente aos
28 quattro do mês de Outubro de mil sete
29 tecentos e noventa e nove sem testa
30 mento, e que os filhos eram tam somente
31 os que já havia declarado, de que fiz
32 esta auto em que assignara o dito Juis
33 e Ignacio de Loyola Pimentel Escrivam des
34 ta o escrevy.

[Assinatura] 35 Joze Joaquim da Luz²

Quando da ocorrência de existir um testamento, tal documento seria acostado ao processo de inventário com suas respectivas contas. Logo após, lavrava-se o termo do título dos herdeiros, nos quais os filhos legítimos eram elencados. Essa é a segunda parte da estrutura do documento, denominada por Duranti (1990) e Belloto (2008) como Texto. No inventário de Cândida Rosa, de 1799, podemos identificar:

Título dos Herdeiros

[Fl.2]

- 1 Termo de curadoria e declaração
- 2 que fez o curador em nome
- 3 dos órfãos da herança que ha
- 4 ver ficado do prezente Inventário
- 5 Aos vinte e hum dias do mez de
- 6 Novembro do anno de mil Setecen
- 7 tos e noventa e nove nesta villa de
- 8 Nossa Senhora da Vitoria cabeça
- 9 da comarca da Capitania do Es
- 10 piritos Sancto em casas de morada de
- 11 Jose Joaquim da Lus se apreenta
- 12 o Juis de Orfaos o Sargento mor Fabi
- 13 anno Martins Ferreyracommigo
- 14 Escrivam de seo cargo, e sendo lhe
- 15 mandado o devir de sua presença o Pro
- 16 curador dos Auditorios o oficia
- 17 do Miguel da Silva que o nomia
- 18 do curador aos Citados órfãos des
- 19 te Inventario, desferio jura
- 20 mento dos Sanctos Evangelhos
- 21 em Livro lhes em que por sua

² Documento transcrito por Gabriel Afonso Vieira Chagas, graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

22 mam direita sobre cargo do qual
 23 se dignou que cumprisse
 24 desta [?] órfãos por
 25 lhes atentarsseprocurarsse por
 26 seodyreito desta Justiça o que para
 27 constar fez este termo presente
 28 que assignou e eu Es
 29 crivam Ignacio de Loyolla Pimentel estando
 30 nas casas escrevy.
 [Assinaturas] 31 Miguel da Sylva³

Nesse ínterim, nomeava-se e registrava-se o termo de um curador para zelar pelos interesses do órfão no inventário. Para fazer a avaliação dos bens eram designados louvadores, sendo lavrado o Termo de louvação e o Juramento dos louvados.

Depois, os bens divididos em categorias eram arrolados com seus respectivos valores ao lado, seguindo a ordem: móveis, semoventes, de raiz, de dívidas ativa e passiva, gastos com o funeral e bens d'alma, além de qualquer outra informação referente ao inventariado, como no exemplo do inventário de José Pinto dos Santos, elaborado em 1790:

6 Termo dos bens
 7 Foi visto e avaluado huma escrava
 8 por nome Luzia crioula de ida
 9 de que paresia ter de secenta
 10 annos pouco mais ou menos
 11 enSeo preço e valor de doze
 12 mil reis cuja quantia sae
 13 a margem infrente
 <margem esquerda, linha 13> 12\$000 </ margem esquerda, linha 13>
 14 Foi visto e avaluado huncaixaõ
 15 de pao amarelo con sua feixadu
 16 ra, e xaveconSette palmos de

³ Documento transcrito por Gabriel Afonso Vieira Chagas, graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

17 conprido, e dous e tres ditos de lar
 18 go enSeopreco e valor de qua
 19t ro centos e Settenta reis cuja
 20 quantia Sae infrente
 <margem esquerda, linha 20> \$470 </ margem esquerda, linha 20>⁴

Após esse trâmite, fazia-se a apresentação da avaliação e dos termos de partilha diante dos herdeiros e demais interessados, para o esclarecimento de dúvidas e não concordância. O curador geral dos órfãos dava vistas à partilha e os pagamentos realizados eram descritos.

Nessa etapa do processo, tem início a parte da estrutura do documento que Duranti (1990) e Bellotto (2008) denominam Protocolo Final ou Escatocolo. Lavrava-se o Termo de tutoria, documento no qual havia a nomeação do indivíduo responsável pela educação e manutenção do órfão, e que deveria prestar juramento sobre as funções para as quais era designado.

Logo após, tinha início um outro processo, denominado Auto de contas, contudo dentro do próprio inventário, o que caracteriza a continuidade do trâmite. No Auto de contas constavam todas as despesas com a manutenção do menor, assim como as receitas provenientes de seu pecúlio, durante o período de tutela. Como consta no inventário de José Pinto, datado do ano de 1790.

Conclusan
 20 Julgo estar partilhas e suas repetivas
 21 adjudicações por sentenca que mando
 22 se cumpraõ e goardem como nellas se
 23 contem visto [?] estavam com a igualdade
 24 que'o direito requer para o que enter –
 25 ponho minha authoridade judicial
 26 os bens adjudicados, e dividas se po
 27 nhaõ em praça para depois de ven
 28 didosnellaseren os credores satisfei
 29 tos em treshabeis e o mesmo se proce
 30 cera nos bens moveis adjudicados ao or –
 31 phaõ para o seo produto ser recolhido

⁴ Documento transcrito por Igor Nefer, Doutorando em História Social da Cultura (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e Membro da Oficina de Paleografia da UFMG,

32 ao cofre na forma da ley e os de rais se
 33 nhaõ em arrendamento na forma da mesma
 34 leynomeyo para tutor deste orphaõ a
 35 Antõnio dos Reis [?] da Piedade pesoaedo
 36 nea [?] e perante min asignarã o ttermo o
 37 qual o escrivam o notificarã para no termo
 38 de 24 orassignar termo en pena de por [...]
 39 e pague [ilegível]as custas Vitória [ilegível]⁵

A reconstituição do trâmite processual, por meio da seqüência documental apresentada é um tanto quanto difícil de visualizar em todos os processos recortados no fundo arquivístico estudado, pois alguns documentos extraviaram-se ou se misturaram-se a outras unidades documentais. De maneira geral, a documentação encontrava-se desordenada e necessitando de tratamento arquivístico. Apesar dessas dificuldades, foi possível perceber uma padronização do trâmite processual, de acordo com as especificidades de cada caso, como aqueles nos quais haviam pensados testamentos ou querelas relativas a legitimidade de herdeiros, por exemplo.

REVISÃO DE LITERATURA

A Diplomática, a partir da década de 1980, passou a ser reconhecida por diversos autores da literatura arquivística como um instrumento útil à análise dos documentos modernos e contemporâneos, na medida em que se utilizava de conceitos e técnicas que concorriam para a identificação dos padrões e fórmulas jurídicas adotadas no registro do ato administrativo.

O aporte metodológico da Diplomática está respaldado principalmente na organização dos dados e do conhecimento, por meio da identificação da espécie, fornecendo subsídios para sua análise e crítica do documento. É considerado um conhecimento importante também para Biblioteconomia, por meio do tratamento temático da informação, ao utilizar-se da identificação de conceitos.

Portanto, segundo Cabral (2012, 35-44) o uso da Diplomática, enquanto ciência, tornou-se no século XXI uma ferramenta teórica e metodológica extremamente eficaz para o tratamento da informação, principalmente no que se refere a mediação e o acesso.

⁵ Documento transcrito por Igor Nefer, Doutorando em História Social da Cultura (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e Membro da Oficina de Paleografia da UFMG.

Desse modo, a Diplomática Arquivística, também denominada Contemporânea, toma como base para análise a unidade documental, preocupando-se em estudar criticamente o fato e a vontade que deu origem ao documento produzido⁶. Além disso, se preocupa com a gênese documental, ou seja, com suas características da forma física e intelectual. Ela se compromete em averiguar a autenticidade, a validade e autoridade, como também a plena compreensão do conteúdo, ao observar os diferentes elementos que constituem o documento. Contudo, o assunto ou teor do documento não faz parte do método aplicado pela Diplomática (1996)⁷.

O papel do método diplomático é identificar e analisar a forma⁸, ou seja suas características físicas e intelectuais, através da averiguação dos elementos externos e internos, no intuito de analisar a gênese documental, a evolução, a tradição e autenticidade. Os elementos externos podem ser definidos como aqueles que distinguem o caráter material do documento, ou seja, o suporte, a escritura, a linguagem, sinais especiais, selos, etc.

Os internos são aqueles elementos que se articulam intelectualmente com o documento, ou seja, como se apresenta seu conteúdo.

Os elementos externos não são prova invioláveis, mas se constituem como sinais de autenticidade, e por isso devem ser observados de forma meticulosa, porque tanto podem garantir a integridade do documento ou sua falsificação.

Para Duranti (1990) o documento possui uma estrutura típica e subestrutura analítica ideal, que pode ser dividida em três seções com objetivos específicos. A primeira seção é o protocolo, no qual podemos verificar o contexto administrativo da ação. Nele se destacam as pessoas envolvidas, tempo, lugar e assunto. O texto é a segunda seção, com a ação, considerações e circunstâncias geradoras do documento. E a terceira, e última parte, o escatocolo, no qual podemos averiguar o contexto da ação.

⁶ A Diplomática, dessa forma, deixou de ser uma ciência auxiliar da História, para tornar-se um método analítico-comparativo frulcral para se compreender os documentos históricos contemporâneos.

⁷ Os estudos da italiana Luciana Duranti se destacaram no cenário da arquivística atual, por ter sido signatária da aplicação do método diplomático na análise de documentos contemporâneos. Ela observa que elementos contidos em documentos históricos medievais também são utilizados na produção de documentos contemporâneos. DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para uma antigua ciência*. Sevilha, Espanha: S&S Ediciones, 1996, p.28.

⁸ Luciana Duranti procura definir forma como um complexo de regras de representação usados para transmitir uma mensagem.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Algumas considerações podem ser aferidas com subsídio da interpretação dos documentos referentes ao período do século XVIII após a aplicação do método de análise diplomática e tipológica.

Os processos orfanológicos, de maneira geral, são muito "enxutos", para além da pequena quantidade encontrada nas caixas referentes ao século XVIII.

No entanto, tal constatação sobre a escassez da constituição dos processos nos faz concluir a respeito da situação dos moradores de Vitória daquele momento. Poucos eram os indivíduos que possuíam grandes fortunas, a maior parte da população caracterizava-se por ter poucos recursos e estavam vinculados as atividades urbanas, como por exemplo o comércio de interno.

No que tange a questão do fazer arquivístico, o "olhar sob as unidades documentais" à luz da Diplomática Contemporânea, nos possibilitou a verificação de alguns erros que costumeiramente são cometidos tanto no recolhimento quanto no tratamento documental.

A falta de informações mais detalhadas sobre os documentos recolhidos dos cartórios da Seção de Arquivo do TJES leva os pesquisadores a concluir que irão encontrar apenas autos de inventários post-mortem no Fundo da 1ª Vara de Órfãos. Tal fato é um equívoco porque outras espécies e tipos documentais também foram encontradas nas caixas referentes ao fundo.

Essas diferenças de tipos de documentos, quando entendidas com maior profundidade possibilitam melhor compreensão sobre o contexto no qual se debruça o historiador, possibilitando enxergar algumas lacunas historiográficas até então não perceptíveis.

Além disso, o método ao exigir uma compreensão a respeito das funções desempenhadas pelos órgãos responsáveis pela produção dos autos de inventários post-mortem e sua relação com os documentos produzidos, nos exigiram um esforço reflexivo sobre a legislação pertinente e os fluxos, proporcionando-nos uma visão sistêmica da ação atribuída ao Poder Judiciário em relação ao direito dos órfãos.

Dessa forma, nos permitiu pensar um arranjo e uma descrição do fundo documental sob a perspectiva da Diplomática Contemporânea, nos aproximando da realidade, ou seja, do campo de atuação do Poder Judiciário, para uma contextualização do documento que, para nós arquivistas, nos é muito cara: a organicidade das unidades informacionais.

As possibilidades de manutenção de princípios fundamentais como proveniência, organicidade, autenticidade e unicidade, elementos fundamentais que caracterizam o aporte teórico da ciência arquivística, tornam válido o método, por garantir o entendimento sobre a estrutura e a natureza do documento, fato que possibilita ao arquivista realizar a mediação de forma mais profícua, garantindo a recuperação e o acesso à informação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gislane Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Revista Eletrônica do Arquivo Público de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia01/texto01.pdf>> Acesso em fev. 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. SP:APESP/Imprensa Oficial, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2ª ed. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 2008.

CAMARGO, Ana Maria & GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. SP:IFHC, 2007.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 35-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/539/437>>. Acesso em: fev. 2015.

COOK, T. What is past is prologue: a historial of archival ideas since 1898, and future paradigm shift. En: **Archivaria**. Spring 1997, N° 43.

COMPILACIÓN de **Manuales de Tipología Documental de los Municipios / Grupo de Archiveros Municipales de Madrid** – Madrid. Consejería de Cultura y Deportes de la Comunidad de Madrid, 2005.

DE ALMEIDA, Tatiana Lima. História da Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil. **Revista Santa Rita**, p. 20. ANO 08 – Número 15 – Junho 2013.

DICCIONARIO de **Terminologia Archivística**. Madrid: Ministerio de Cultura / Dirección de Archivos Estatales, 1993.

DICIONÁRIO de **Terminologia Arquivística**. Ana Maria de Almeida Camargo; Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 500 anos de direito administrativo brasileiro. Revista Eletrônica de Direito do Estado, Salvador, **Instituto de Direito Público da Bahia**, n. 5, 2006.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para uma antigua ciência**. Sevilha, Espanha: S&S Ediciones, 1996.

HEREDIA HERRERA, Antônia. Descripción y Normalización. **Boletín Anabad**, Tomo 41, Nº 2, 1991.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2008. 258P. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>>. Acesso em: 20 dezembro de 2018.

_____. Diplomática e Arquivística: diálogos para a construção do método de identificação da tipologia documental. **Anais**. XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2018. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4019>> Acesso em: 29 de julho de 2017.

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. **O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização dos tipos documentais (séc. XVI-XX)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós Graduação em História Social, 2010.

TOGNOLI, N.B. A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti. In: **Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia**, Rio de Janeiro, 2008.

VELASCO, Ignácio Maria Poveda. Ordenações do reino de Portugal. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 89, p. 11-67, 1994.

A FOTOGRAFIA COMO OBJETO DA MEMÓRIA SOCIAL E INSTITUCIONAL: REFLEXÕES ACERCA DA INDEXAÇÃO

Ilana Lopes Matias¹, Ana Clara Gatto², Mona Cleide Quirino da Silva Farias³, Graziela dos Santos Lima⁴, Carlos Cândido de Almeida⁵

¹UNESP, ORCID: 0000-0002-3231-3349, ilana.matias@outlook.com,

²UNESP, ORCID: 0000-0002-6650-4629, anac.gatto@gmail.com,

³Pesquisadora do Grupo FTI - UNESP, ORCID: 0000-0003-2911-328x, monaquirino@gmail.com

⁴UNESP, ORCID: 0000-0003-3861-2937, graziela.lima@unesp.br

⁵UNESP, ORCID: 0000-0002-8552-1029, carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo: A fotografia traz informações relevantes sobre um acontecimento, isto é, revela a partir de uma narrativa, informações sobre indivíduos, culturas e diversos contextos da realidade. Concordamos que a fotografia pode ser entendida como uma linguagem, a qual transmite informações, tendo em vista a comunicação de um momento particular ou universal em meio a sociedade. Neste sentido, a fotografia está relacionada a memória individual e coletiva. A memória é um recurso que nós utilizamos para recordar de algo, de um espaço, de um evento, de um episódio que marcou algo ou alguém ou mesmo um lugar. É ela parte substancial da história individual e coletiva. Sendo a fotografia uma linguagem que revela memória, temos nela um documento a ser tratado para fins de recuperação. Para tanto, como todos os documentos, a fotografia precisa ser recuperada e utilizada, passando por um processo de tematização, o que implica em sua análise e indexação. A indexação tem o objetivo de construir produtos e linguagens com a finalidade de representar a informação em um determinado domínio do conhecimento. O presente artigo objetiva discutir a indexação fotográfica como um recurso que implica no tratamento e disseminação da memória social e institucional em unidades de informação. Utilizamos uma abordagem teórico-bibliográfica, com propósito crítico e reflexivo, a partir da orientação dos conceitos de fotografia como linguagem e como documento; da concepção de memória e memória institucional e também da indexação, mais precisamente, a indexação fotográfica. Em suma, a trajetória interpretativa, desde a identificação do documento fotográfico até sua análise enquanto memória institucional auxiliam no processo de tematização desse tipo documental, cuja finalidade é a recuperação dos conteúdos informacionais que emanam do objeto fotografia. Para a indexação de fotografia elaboramos um modelo com base na literatura da área da Ciência da Informação com o intuito de atingir alguns critérios como: objetos e seres vivos, questões técnicas como luz, enquadramento, cor e definir local e data, os quais são passíveis de significação. Concluímos que, quando se trata de tratamento da informação registrada na forma de imagem, ou seja, imagem fotográfica, no que concerne a preservação da memória social e institucional, deve-se ter parâmetros norteadores para a indexação, já que envolve diversos fatores, como visão do fotógrafo, o tempo, o evento e a geografia, para que não haja interpretações diferentes sobre o documento fotográfico.

Palavras-chave: fotografia; memória social e institucional; indexação fotográfica.

Abstract: Photography brings relevant information about an event, that is, it reveals from a narrative, information about individuals, cultures and various contexts of reality. We agree that photography may be understood as a language, which transmits information, considering the communication of a unique moment or even universal in society. In that sense,

photography is related to individual and collective memory. Memory is a resource that we use to remind of something, of a space, of an event, of an episode that is important. It is a substantial part of the individual and collective history. Since photography is a language that reveals memory, it is a document to be organized seeking its retrieval. Therefore, as all documents, photography needs to be retrieved and used, going through a thematization process, which implies in its analysis and indexing. Indexing had the objective to build products and languages seeking to represent the information in a knowledge domain. This paper aims to discuss the photographic indexing as a resource that implies in the treatment and dissemination of social and institutional memory in information unities. We use a theoretical and bibliographical approach considering our purpose based on criticism and reflection, from the orientation of the concepts of photography as language and as document, the conception of memory and institutional memory and also of indexing, more precisely, photographic indexing. In short, the interpretative path, since the identification of the photographic document until its analysis as institutional memory, supports the process of thematization of that type of document. The function of that process is to retrieve informational content that are present in the photography. We create a model for the indexing of photography based on the literature from information science area. We seek to reach some criteria as: objects and living beings, technical issues like light, framing, color, place and data definition, which are subject to significance. We conclude that it is important to have parameters that guide de indexing process when we approach information registered as images, like photographic images, since the process involves many factors, like photographer's vision, time, the event and geography. That will reduce the difference in interpretation about the photographic document.

Keywords: photography; social and institutional memory; photographic indexing.

INTRODUÇÃO

A fotografia, como um simples registro de imagem, é a forma mais antiga de expressão gráfica que não possui barreiras linguísticas e geográficas (PETER, 1999), é vista como fonte de informação que expressa acontecimentos históricos.

Sendo fonte de informação, a fotografia pode ser considerada um dos documentos mais importantes para registrar a memória social e institucional de uma unidade de informação. De certa forma, é um documento comprobatório da existência da instituição, e no entanto, deve ser organizado e preservado para perpetuar a memória, tanto social quanto institucional. Consideramos também a fotografia como uma linguagem emitida através de uma tecnologia (máquina analógica ou digital).

Nesse escopo, o presente artigo tem o objetivo de discutir a indexação fotográfica como um recurso para a disseminação da memória social e institucional de uma unidade de informação. O documento, segundo Suzanne Briet (1951), é um objeto físico e simbólico

constituindo-se de signo representativo que preserva e reconstitui um fenômeno físico e intelectual. Para Buckland (1997) é a representação do conhecimento, ou seja, do pensamento humano, na qual possui materialidade e fisicalidade que dá a veracidade ao objeto. No entanto, a fotografia pode ser vista como um documento, pois nela são registrados os acontecimentos via imagem na visão de um indivíduo.

A fotografia ultrapassa barreiras linguísticas e geográficas. As pessoas tendem a interpretá-la de diferentes maneiras devido a carga cultural, social e dos valores absorvidos ao longo do tempo, os quais interferem na interpretação da imagem fotografada. O tratamento da fotografia em unidades de informação previne que a imagem tenha diferentes interpretações que não condizem com os acontecimentos históricos da instituição.

Para o entendimento dos aspectos históricos da instituição é necessário entender o que é uma fotografia, e mais ainda compreendê-la como um documento que expressa informações e expõe fatos ocorridos em determinado tempo e espaço. Esse exercício interpretativo, implica também em identificar os elementos que narram a memória social e institucional incutidos nas imagens dadas a partir de fotografias.

Em suma, a trajetória interpretativa, desde a identificação do documento fotográfico até sua análise enquanto elementos da memória institucional auxilia no processo de tematização desse tipo documental, cujo objetivo é a recuperação dos conteúdos informacionais que emanam do objeto fotografado.

A seguir apresentamos brevemente uma perspectiva de fotografia, a qual está relacionada com a noção ampla de memória e também da memória institucional. Partimos de uma abordagem teórico-bibliográfica, com propósito crítico e reflexivo utilizando conceitos de fotografia como uma linguagem na abordagem de Barthes (1984, 1990), conceito de memória de Pollak (1992), a perspectiva de memória institucional de Oliveira e Rodrigues (2011), Mendonça e Pinho (2016) e conceito de indexação e indexação fotográfica na percepção de Cavalcanti (1978), Layne (1994), Manini (2002), Fujita (2003) e Silva e Fujita (2004).

A FOTOGRAFIA

Nesta seção objetivamos apresentar a ideia de fotografia como uma linguagem e, ao mesmo tempo, um documento que, em sua especificidade traz informações relevantes sobre um acontecimento, isto é, revela a partir de uma narrativa, informações sobre indivíduos, culturas e diversos contextos de uma sociedade.

Nesse sentido, a fotografia, está relacionada com a ideia de memória, a qual perpassa o individual (Pollak, 1992). A memória individual, segundo Pollak (1992) está relacionada às experiências e vivências dos sujeitos. Segundo o autor a memória possui também um caráter coletivo, pois como memória coletiva e/ou social esta contribui para que seja mantida a coesão de grupos e instituições, e ainda para definir seu lugar (Pollak, 1989).

Para Kossoy (2001, p. 40), a fotografia é “[...] uma representação plástica (forma de expressão visual) indivisivelmente incorporada ao seu suporte e resultante dos procedimentos tecnológicos que a materializaram”. A fotografia condiz em um elemento informacional que representa fatos e realidades, a partir da captura de um instrumento tecnológico como uma máquina fotográfica (analógica ou digital).

Quando afirmamos que a fotografia está relacionada com a memória é porque ela é idealizada a partir de um olhar, como, por exemplo, do fotógrafo, ou qualquer outra pessoa. A fotografia nos proporciona o resgate de memórias que demandam uma visão de mundo e, a partir do contexto, do espaço e do tempo em que foi projetada, pode viabilizar interpretações sobre um determinado acontecimento, podendo ser representada e recuperada como um documento, uma linguagem de representação.

Nesse contexto, entendemos que a fotografia além de documento, é uma linguagem que representa determinado fato, contexto, etc. Ela é capaz de congelar no espaço e no tempo evidências de que algo aconteceu, de que alguém existiu, eternizando momentos, lugares, fatos, entre outros.

Barthes (1990) compreende que a fotografia é um tipo de linguagem. Para tanto, a fotografia é sempre alguma coisa que é representada (Barthes, 1984). Essa representação é dada de imediato no conjunto da linguagem fotográfica, isto é, todo o enredo montado para a fotografia, desde os equipamentos até a perspectiva do fotógrafo, implica na configuração e transmissão de informações que posteriormente irão resultar em conteúdos informacionais. Para tanto, Gnoli (2012) enfatiza que na semiótica, a ciência ou doutrina do signos, tudo pode transmitir informação, uma vez que todas as coisas podem ser interpretadas como um signo de outra coisa.

Dessa maneira, concordamos que a fotografia pode ser entendida como uma linguagem, que transmite informações, tendo em vista a comunicação de um momento particular ou universal em meio a sociedade. Nesse sentido, a fotografia é um elemento da memória e por isso pode ser admitida como um objeto da coletividade como também de uma instituição em particular.

Quando passamos a considerá-la uma linguagem, a vinculamos com a existência de um “código de leitura, de uma sintaxe, de uma semântica, de uma normalização[...]” (Lima, 2009, p. 29). Em suma, a fotografia configura um modo de comunicação com a capacidade de difundir informações, revelando saberes e atribuindo significados para os que a observam e interpretam.

A fotografia é mais que um objeto físico ou digital, mais que isso, é um documento que carrega em si uma linguagem de representação, a qual deve ser tratada para fins de recuperação e disseminação da memória. Tonello e Madio (2018) apresentam a ideia de que a fotografia é um documento a partir dos estudos de Otlet (1934) e Briet (1951). Para Otlet, todo o registro do conhecimento que possibilita compreender informações fixadas em um suporte é documento, atribuindo-lhe assim, uma característica abrangente. Já Briet determina o documento como prova, na medida em que o registro de fatos ou fenômenos podem ser preservados, garantindo a permanência no tempo e espaço (Tonello; Madio, 2018).

A fotografia é um documento uma vez que amplia a concepção de que apenas documentos com linguagens verbais podem ser considerados como tal. A fotografia, através da linguagem não verbal, representa aspectos da realidade e comunica informações de fatos individuais ou coletivos que ocorreram na sociedade ao longo da história. Para tanto, tratar esta informação é fundamental para promover seu acesso e recuperação.

Como uma linguagem representativa das sociedades, consideramos que no contexto da Ciência da Informação, a fotografia é uma fonte de informação, materializada pelo documento fotográfico. Nesse aspecto, a fotografia não está dissociada dos processos de organização e representação da informação e do conhecimento, àqueles pautados em estudos da organização do conteúdo informativo dos documentos, a fim de garantir a recuperação e o acesso da informação. Por conseguinte, ela pode ser interpretada como uma fonte de informação, cuja função é dispor de memórias, independente de sua dimensão social, individual, cultural ou institucional.

A informação transposta a partir de uma fotografia propicia diversas leituras e interpretações sobre a imagem apresentada. A imagem, segundo Smit (1996, p. 29) “abrange um vasto leque de documentos iconográficos ou de ilustrações, incluindo pinturas, gravuras, posters, cartões postais, fotografias, etc.”. Isso nos permite enfatizar que a fotografia é carregada de perspectivas do sujeito que fotografa, mas o seu olhar é condicionado também pelo momento que pretende registrar e pela sua experiência de vida que é impactada por seus pré-conceitos. É nesse sentido que a fotografia pode representar a memória institucional ou qualquer outra categoria de memória à ela atribuída.

Nesse escopo, o registro é um elemento decisivo e deve salvaguardar uma memória coletiva ou mesmo institucional para garantir o acesso e a recuperação das informações, isso implica dar atenção às lembranças e/ou fatos que resultam em memórias compartilhadas a partir da imagem fotográfica e que, no caso de uma instituição, pode trazer impactos na vida da comunidade envolvida e mesmo daqueles que circundam o espaço institucional, seja uma biblioteca, um museu, uma universidade etc., mas que de forma direta ou indireta fazem parte da memória.

Comentaremos a seguir sobre a perspectiva da memória institucional para destacar que, independentemente do ambiente, este guarda e dissemina memórias, as quais narram a trajetória de determinados ambientes, como, por exemplo, um arquivo, biblioteca, museu, escolas, universidades entre outros.

A MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A memória é um recurso que nós utilizamos para recordar de algo, de um espaço, de um evento, um episódio que marcou algo ou alguém ou mesmo um lugar. É ela parte substancial da história individual e coletiva. A memória é necessária para a configuração da história da humanidade e por isso consideramos que esta memória possui uma estreita relação com a cultura de um povo ou mesmo de uma instituição.

Nesse âmbito, Von Simson (2000) afirma que cultura é memória, pois é a partir da cultura de uma sociedade que são fornecidos os filtros através dos quais os indivíduos que nela atuam podem exercer o seu poder de seleção, isto é, onde realizam suas escolhas as quais determinam aquilo que será descartado e o que precisa ser guardado ou mesmo retido pela memória pois, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou como informação importante para decisões futuras.

Consideramos que o conceito de memória é amplo, e na literatura da Ciência da Informação há estudos que buscam reunir tal concepção, como o trabalho de Oliveira e Rodrigues (2011), por esta razão não iremos nos estender do ponto de vista conceitual. O objetivo deste tópico é apresentar a perspectiva de memória institucional argumentando que esta é parte do conhecimento que produzimos.

Segundo Mendonça e Pinho (2016), a memória é definida como a informação, aquela que transita, fica retida, a qual pode ser excluída e/ou armazenada. Os autores destacam que a

memória está relacionada a questões cognitivas, fisiológicas, sociológicas, pessoais, políticas e institucionais.

Neste trabalho nos limitamos em entender a memória atrelada ao conhecimento humano (conhecimento este que não se limita ao fazer científico, mas também, as experiências, vivências e aprendizados identificados nas mais variadas práticas humanas) e por isso garante que tal conhecimento seja consultado e revisitado para a criação de novos conhecimentos.

Assim como cada um de nós, produzimos e reproduzimos memórias, as instituições não são diferentes. A memória institucional seja ela de uma biblioteca, museu, etc., pode ser compreendida a partir dos meios de materialização dos conteúdos informacionais utilizados à sua preservação e utilização por parte de seu público.

Em cada instituição haverá um tipo específico de documento que garantirá a partir de sua organização, sua memória. Vale destacar que, a fotografia é um documento, registro visual que remete memórias. Esse tipo de registro, dentro de uma unidade de informação, por exemplo, deve ressaltar o objetivo de atuar como um recurso informacional que pode proporcionar aos seus usuários a lembrarem de fatos particulares e sociais relacionados com o ambiente institucional.

No âmbito deste trabalho, compreendemos a fotografia, como um documento que assegura a memória de uma determinada instituição, e desse modo requer um tratamento diferenciado para proporcionar seu acesso e recuperação por parte dos usuários, sejam eles, profissionais ou mesmo a comunidade envolvida.

A seguir apresentamos a indexação, uma atividade voltada para o tratamento de documentos, cujos códigos podem ser verbal ou não verbal e aprofundamos a discussão acerca da indexação de fotografias, especificamente.

A INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

A prática de indexação é uma atividade antiga relacionada ao tratamento de documentos. Sua intensidade surge com aumento das publicações periódicas e de literaturas técnico-científicas tornando uma operação necessária no tratamento da informação (SILVA; FUJITA, 2004) ou documento. Segundo a ABNT 12.676 a indexação é o “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem numa linguagem de indexação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICAS,

1992, p. 2). Nesta seção, intentamos definir os traços essenciais da indexação de fotografias, contudo, devemos apontar brevemente para o conceito geral de indexação.

A indexação tem o objetivo de representar a informação em um contexto sociocultural ou em domínio de especialidade e que faça parte do repertório de assuntos do usuário. É uma atividade metodologicamente estratégica com relação ao tratamento de conteúdo dos documentos e sua recuperação da informação feita pelo usuário (FUJITA, 2003, p. 61).

A metodologia estratégica refere-se ao conhecimento do assunto que o profissional indexador possui, além da metodologia utilizada para realização da leitura documentária, seja para elaboração de resumos ou abstração de termos, visando a construção de índices e de instrumentos de representação do conhecimento.

A atividade relacionada à indexação acontece em três etapas, a saber: análise, síntese e representação. Análise refere-se à leitura do texto para identificação e abstração de termos; a síntese é a construção de um texto com os termos selecionados; e a representação é constituída por duas modalidades, o resumo e o índice (CERVANTES, 2004). A análise, no que se refere a uma leitura documental é a parte mais importante no processo de indexação, pois condiciona valor ao conteúdo. Uma leitura mal feita poderá prejudicar a representação do documento interferindo na recuperação do mesmo no sistema de recuperação informação causando ruídos e impossibilitando que o documento seja recuperado.

É na leitura documental que o indexador identifica e compreende o conceito em um documento e verifica a importância desse conceito atrelado ao contexto de um sistema de informação (SILVA; FUJITA, 2004). Neste sentido, é necessário o conhecimento prévio tanto da unidades de informação, quanto dos documentos que essa unidades possui e de seus usuários.

Além do conhecimento referente ao contexto, a leitura documentária deve seguir certos procedimentos, ou seja, algumas variáveis específicas, tais como: “instruções textuais, condições de produções, circunstâncias de enunciação, momento e lugar de enunciação, etc.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 147-148). Quando se trata da leitura documentária para uma indexação em fotografia, devemos considerar o contexto sociocultural na qual foi reproduzida para melhor descrever e perceber seu significado e abstrair o termo que melhor a represente.

Assim como todos os documentos a fotografia precisa ser recuperada e utilizada, passando por um processo de tematização, o que implica em sua análise e indexação – ato de elaboração de entradas para índices para seu armazenamento e posterior recuperação (CAVALCANTI, 1978).

Por tematização, compreendemos a contextualização dos sentidos conotados, aquilo que é observado *a priori* por um profissional que será traduzida para seus receptores, “a fotografia traz em si uma mensagem que é produzida por alguém, transmitida por algum tipo de mídia e absorvida por um receptor que dela fará uso, mesmo que apenas no nível de uma visualização desprezível” (RODRIGUES, 2007, p. 70).

Para a indexação de imagens estáticas, Layne (1994) destaca quatro categorias gerais: a) biográfico com os dados referentes ao nascimento da fotografia como nome do fotógrafo, data, identificação do cenário e objetos; b) exemplificativo, quando a fotografia é vista como individual por apresentar de maneira única um dado momento, sendo agrupada a outros documentos com o mesmo tema no c) relacionamento, e a categoria d) assunto, categoria mais subjetiva, em que são atribuídos temas para o documento. Para isto é necessário pensar em três atributos:

1) OFNESS e ABOUTNESS, como a diferença entre o significante, aquilo que a imagem mostra, e o significado seu tema, conceito atribuído àquela imagem. OFNESS é vinculado à percepção e descrição do que se observa na imagem, enquanto ABOUTNESS exige uma observação mais cautelosa para descobrir seu significado;

2) OFNESS pode ser tanto genérico como específico, tratando a fotografia por um viés mais simplista ou mais aprofundado;

3) A imagem pode ser classificada em quatro facetas: tempo, espaço, atividades/eventos e objetos, assim como as perguntas formuladas por Blerý (1981 *apud* SMIT, 1996) com base nas perguntas jornalísticas, quem?, onde?, quando?, como?, o quê?.

Para compreender como a fotografia carrega informações mesmo nas mínimas unidades de significação, Manini (2002) define como dimensão expressiva, englobando todas as técnicas referentes à caracterização da fotografia como significado, seja através de aspectos técnicos como enquadramento, luz, disposição dos objetos como aspectos mais comuns como cor e identificação dos objetos.

A fotografia pode ser utilizada para diversos fins, como traço/protocolo de experiência, cujo objetivo é ser prova e ter um fato registrado, assim como as imagens científicas; podem ser usadas para recordação/rememoração, como os álbuns de família, fotografias carregadas de sentimentalismo; apresentação/mostração como as imagens publicitárias, em que a imagem é um complemento do texto; e a utilização como descrição/testemunho, mais usadas por centros de memória e bibliotecas por ter a informação vinculada à imagem como aspecto mais

relevante (AMARAL, 2009). Enquanto a descrição tem como objetivo descrever um objeto, o testemunho apresenta uma narrativa sempre datada.

Na indexação de fotografias notamos que no primeiro momento é preciso observar todos seus elementos passíveis de significação, isto é, os objetos e seres vivos, questões técnicas como luz, enquadramento e cor e definir local e data. Em seguida, esses atributos serão traduzidos para termos que demonstrem seu significado, ou o SOBRE. Manini (2002) elaborou um roteiro de indexação agrupando as contribuições de Bléry (1981) e Layne (1994), dividindo as categorias de quem?, onde?, quando?, como?, o quê? em DE genérico e específico, SOBRE e dimensão expressiva. Para complementar, acrescentamos o resumo proposto por Cervantes (2004) como um texto que agrupa todas as informações relevantes e acompanha a fotografia.

Quadro 1. Categorias para a indexação de fotografias

Referência: Elaborado pelos autores (2019)

CATEGORIA	CONTEÚDO INFORMACIONAL		SOBRE	DIMENSÃO EXPRESSIVA	RESUMO
	DE				
	GENÉRICO	ESPECÍFICO			
QUEM					
ONDE					
QUANDO					
COMO/O QUÊ					

A indexação de fotografia inicia-se com a observação dos elementos visíveis definindo o DE genérico como pessoas/objetos, se o espaço é interno/externo, data da foto, seu atributo biográfico, e as ações destes elementos no como/o quê. A caracterização do DE específico é atribuir, a esses termos gerais, termos particulares por meio da identificação exata de todos os elementos que foram levantados na primeira análise.

Com o conteúdo informacional preenchido, passamos para a síntese, sendo assim, para o SOBRE, com o levantamento de conceitos que representem o significado da fotografia, ressaltando que esta tarefa é subjetiva. Por mais que a ficha seja organizada em formato tabela, não necessariamente cada elemento receberá um significado, pois seu conceito é representado no todo, portanto, o que aquela imagem como um documento completo significa.

A dimensão expressiva descreve as características técnicas, conferindo mais exatidão na busca pelo usuário, especificando o plano da fotografia – médio, baixo, americano –, cor,

iluminação. Identificar a técnica fotográfica é importante pois, além de individualizar uma fotografia dentro de um conjunto de imagens, também considera o usuário técnico. O resumo é a reunião dos atributos biográficos, os significados identificados no SOBRE e a dimensão expressiva em um texto curto que acompanhará a fotografia, sendo o primeiro contato do usuário com o documento propriamente dito.

O roteiro proposto é uma das possibilidades de análise e indexação de fotografias com o intuito desta se diferenciar dentro do acervo. Como memória registrada, esses documentos carregam informações importantes sobre a história da instituição, seja sobre seus fundadores, convidados recebidos, eventos realizados, mudanças arquitetônicas e direção.

Para Pollak (1992) a memória é formada por quatro elementos sendo os acontecimentos vividos pessoalmente, os vividos “por tabela” - com eventos vivenciados pelo grupo no qual o indivíduo se sente parte, pessoas/personagens e os lugares. Dentro de uma instituição, a memória pode ser tanto pessoal como coletiva, no caso os acontecimentos, lugares e pessoas que envolvem os próprios funcionários como parte da história, e os usuários ou comunidade no qual a instituição atual, como forma de memória coletiva, aquela que afeta e integra pessoas externas a história. A fotografia atua como documento de memória institucional pois registra em imagens fatos concretos, imagens que foram selecionadas para representar a história da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tratou-se de discutir a indexação fotográfica como um recurso para a disseminação da memória social e institucional de uma unidade de informação a partir da fotografia como um documento, o que possibilitou a construção de critérios para evidenciar elementos significativos que dão vazão aos acontecimentos registrados por meio de imagem que possibilitam remeter a memória social e institucional.

Rememorar os acontecimentos social e institucionalmente é conservar os momentos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da instituição, bem como as contribuições vividas registradas em fotografias para formação dos indivíduos que fazem parte desse ambiente. A fotografia, como um tipo de documento, é um objeto desafiador, principalmente para o profissional indexador, quando se pretende dispor de um tratamento para sua representação e recuperação.

Em suma, a trajetória interpretativa, desde a identificação do documento fotográfico até sua análise enquanto memória institucional auxilia no processo de tematização desse tipo documental, cuja finalidade é a recuperação dos conteúdos informacionais que emanam do objeto fotografia.

Concluimos que, quando se trata de tratamento da informação registrada na forma de imagem, ou seja, a imagem fotográfica, no que concerne a preservação da memória social e institucional, deve-se ter parâmetros norteadores para a indexação, estes que devem incluir os agentes, lugares e eventos que integram a memória pessoal e coletiva como meio de registro comprobatório e histórico, ressaltando que a indexação levará a visão do profissional resultando em diversas interpretações sejam sobre a visão do fotógrafo, o tempo, o evento e a geografia. Com o roteiro proposto contribuimos com uma análise sucinta que integra os elementos passíveis de serem identificados e compreendidos como fonte de informação, seja pelos usuários internos como externos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. **A importância do tratamento intelectual das fotografias visando à recuperação da imagem**. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27112009-184950/pt-br.php>. Acesso em: 17 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, p.2. 1992.

BARTHES, R. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, R. A imagem. In: **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?**. Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/>. Acesso em: 17 set. 2019.

BUCKLAND, M. Information as a thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019

BUCKLAND, M. K. What is a “document”? **Journal of the American society for information science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199709%2948%3A9%3C804%3A%3AAID-ASIS%3E3.0.CO%3B2-V>. Acesso em: 17 set. 2019.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesouro: metodologia e técnicas**. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a terminologia do processo de inteligência competitiva: estudo teórico e metodológico**. Marília, 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2004.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 5 out. 2019.

GNOLI, C. Metadata about what?: distinguishing between ontic, epistemic, and documental dimensions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 4, p. 268-275, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAYNE, S. Some issues in the indexing of images. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 8, p. 538-588, 1994. Disponível em: http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/Layne_1994.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

LIMA, M. L. **A gênese do arquivo fotográfico de Sebastião Leme: uma leitura da acumulação**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.

MANINI, M. P. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032007-111516/pt-br.php>. Acesso em: 02 set. 2019.

MENDONÇA, R. S.; PINHO, F. A. Memória institucional por meio da organização documental de fotografias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 90-110, mar./ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7i1p90-110>. Acesso em: 05 set. 2019.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 02 set. 2019.

PETER, J. **Cadernos do mestre Peter**: um curso de fotografia na sua essência. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, R. R. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

SMIT, J. W. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40989>. Acesso em: 02 set. 2019.

TONELLO, I. M. S.; MADIO, T. C. C. A fotografia como documento: com a palavra Otlet e Briet. **Informação & Informação**, v. 23, n. 1, p. 77-93, 2018. DOI: [10.5433/1981-8920.2018v23n1p77](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n1p77). Acesso em: 26 mar. 2019.

VON SIMSON, O. R. M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. *In*: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados, 2000.

TRATAMENTO DE DOCUMENTOS VISUAIS EM UMA PERSPECTIVA DE ARQUIVO

Maria Talib Assad¹

¹Mestre pelo Programa de Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, documentalista no Instituto Butantan, <https://orcid.org/0000-0003-2267-3006>, mariatalib@gmail.com

Resumo: O tratamento de acervos fotográficos representa um desafio às instituições custodiadoras, à Arquivologia e à Ciência da Informação. Considerado como um tipo “especial” de registro por suas características físicas e capacidade ilustrativa são comumente tratados pelas instituições como autorreferentes e polissêmicas, pois seu conteúdo é a imagem de algo e podem adquirir múltiplos sentidos. O que impacta na sua forma de tratamento, levando à separação física desses materiais. Mas a separação física não deveria produzir sua dissociação lógica, ou seja, perda da capacidade de recuperar ou associar dados e informações sobre esses registros. Do ponto de vista de arquivo, tal fato leva a perda da conexão com o órgão produtor e a organicidade com o restante do conjunto documental, impondo dificuldades metodológicas à área. O presente trabalho buscou discutir o caráter documental de acervos fotográficos produzidos por instituições da área da saúde em uma perspectiva de arquivo. Com relação à essas fotografias, destaca-se o fundo do Departamento de Profilaxia da Lepre do Estado de São Paulo, parte do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas do Instituto Butantan. A Diplomática Contemporânea foi aplicada às fotografias e permitiu aproximações sobre a natureza geradora desses documentos por ações administrativas específicas. Os princípios básicos da Arquivologia, como proveniência e organicidade foram garantidos por meio da busca pelo contexto funcional e de produção das fotografias, aspectos fundamentais para compreender o documento fotográfico em sua complexidade.

Palavras-chave: fotografia; arquivo; diplomática contemporânea; ciência da informação; saúde pública.

Abstract: The treatment of photographic collections represents a challenge to custodian institutions, Archival science and Information science. Considered as a “special” type of record due to its physical characteristics and illustrative capacity, they are commonly treated by institutions as self-referential and polysemic, since their content is the image of something and can acquire multiple meanings. Which impacts on its treatment, leading to the physical separation of these materials. But physical separation should not produce its logical dissociation, that is, loss of the ability to retrieve or associate data and information about those records. From the archival point of view, this fact leads to the loss of the connection with the producing organ and the organicity with the rest of the documentary set, imposing methodological difficulties on the area. This paper aimed to discuss the documentary nature of photographic collections produced by health institutions from an archive perspective. With regard to these photographs, stands out the Department of Leprosy Prophylaxis of the State of São Paulo fund, part of the Emílio Ribas Museum of Public Health of the Butantan Institute patrimony. Contemporary Diplomatic was applied to photographs and allowed approximations about the generating nature of these documents by specific administrative actions. The basic principles of Archivology, such as provenance and organicity were guaranteed through the search for the functional context and the production of photographs, fundamental aspects to understand the photographic document in its complexity.

Keywords: photography; archive; contemporary diplomatic; information science; public health.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi compreender a produção e o uso da fotografia como documento de arquivo e propor uma classificação desses documentos baseada nos princípios da arquivologia. Para isso utilizei uma amostra da documentação das fotografias do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo (1930-1970), acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas; Instituto Butantan.

Os documentos são criados para que as instituições e pessoas registrem seus atos, realizem ações e estabeleçam relacionamentos. Portanto, arquivos são repositórios de conhecimento, memória e da vida daqueles que os documentos registram. Fotografias também cumprem esse papel.

A atividade administrativa e a médica-científica podem gerar diversos documentos. Textos escritos mas também imagens e objetos. Que possuem formas que não são consideradas típicas de arquivo (diplomáticos), mas que registram etapas do trabalho e disparam atividades. Esses “novos” documentos, como iconográficos e audiovisuais são compreendidos como portadores de informação de maneira ampla, e não necessariamente de informação arquivística. O que impacta na sua forma de tratamento. Levando à separação física desses acervos considerados “especiais” por motivo de conservação e organização. O que não deveria produzir sua dissociação lógica, ou seja, perda da capacidade de recuperar ou associar dados e informações sobre esses registros.

Lacerda (2008) e Lopez (2000) problematizam a falta de reflexão no campo da arquivística voltada para os documentos visuais, sobretudo, a fotografia que compreendida como documento de arquivo presta-se ao registro de ações específicas que refletem as atividades funcionais de uma pessoa ou instituição. No entanto, são comumente tratados pelas instituições custodiadoras, como autorreferentes, pois seu conteúdo é a imagem de algo e a cristalização de um momento da realidade. Tal fato leva a perda da conexão com o órgão produtor e a organicidade com o restante do conjunto documental. Essa característica multifacetada acaba gerando o tratamento fotográfico através das coleções ordenadas por temática. E o método de indexação da imagem é comumente pautado pelas respostas obtidas

a partir das seguintes perguntas direcionadas ao conteúdo da imagem: Quem? Quando? Onde? O que?

No entanto, apesar da falta de elementos formais constitutivos, as condições de produção do documento são imprescindíveis para atribuição da natureza e função das fotografias. Apenas por meio da contextualização é possível garantir a unicidade e organicidade dos fundos de arquivo, permitindo uma compreensão mais ampla das atividades e funções da instituição que a produziu, já a imagem isolada não carrega essa mesma dimensão. “O termo genérico fotografia também tem se prestado a projetos que só ganhariam em rigor e consistência se o conjunto pudesse ser desdobrado a partir de criteriosa análise tipológica” (CAMARGO, 2007, p. 39)

METODOLOGIA

A classificação, identificação das espécies e das tipologias documentais de documentos fotográficos são um desafio à área. No entanto, isso não significa que se deva renunciar aos procedimentos arquivísticos de documentos assim considerados. Do ponto de vista teórico-metodológico, o tratamento documental proposto para essas fontes levou em consideração uma abordagem contextual apoiada nos pressupostos da Diplomática contemporânea.

Portanto, remeter as fotografias ao seu contexto de origem significou compreender quais atividades as geraram, nomeá-las para tipificar o documento e criar categorias e campos de organização da informação, gerando por fim, uma classificação dessa documentação baseada não só no conteúdo da imagem, mas também em sua atividade geradora.

O Sistema de arranjo é uma função arquivística derivada da classificação que tem como objetivo sistematizar a organicidade do conjunto documental a partir do princípio da proveniência, ou seja, “a origem do documento em um dado órgão gerador e o que ele representa, no momento de sua criação, como um instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função” (BELLOTTO, 2006, p. 28) no âmbito dos arquivos permanentes, a saber: fundos documentais com custódia definitiva, passados pelo crivo da avaliação que são preservados e transformam-se em fonte de pesquisa (BELLOTTO, 2006). Portanto, o sistema de arranjo consiste em uma “Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37). O arranjo opera por meio da hierarquização dos fundos documentais a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora, viabilizando sua organização e consequente recuperação. A

descrição arquivística possibilita o acesso do usuário ao documento por meio dos instrumentos de pesquisa que expressam o conjunto documental e os contextos presentes descritos tanto da documentação quanto da instituição detentora.

O quadro de arranjo permite a organização interna dos fundos documentais de caráter permanente. Portanto, o entendimento do contexto funcional da instituição produtora de documentos é crucial para a organização arquivística, levando em consideração que o conjunto de documentos é resultado das atividades desenvolvidas pela instituição e que atestam e são testemunhos das mesmas.

A proposição de abordagem dos documentos pela via da identificação funcional, leva à necessidade de conhecer a estrutura do órgão produtor dos registros. Suas atribuições, alterações ao longo do tempo, complexificações, que implicarão nas atividades desenvolvidas e conseqüentemente nos atos documentados gerados por essas atribuições. A legislação relativa à estruturação desses órgãos, no caso de instituições de ordem pública, ou contrato sociais e estatutos para as privadas, servem como referência para a elaboração do quadro de arranjo. O mapeamento do histórico institucional da entidade produtora dos documentos contribui com a identificação das séries e das tipologias documentais pois, indica as motivações para produção de determinados documentos.

REVISÃO DA LITERATURA

O tratamento documental de fotografias de arquivo baseada em uma abordagem que pretende explicitar a organicidade entre os documentos e as atividades que os produziram, assim como as relações hierárquicas dentro do fundo arquivístico, que refletem sua estrutura organizacional, é fruto de uma opção teórico-metodológica que compreende que a recuperação da informação de documentos visuais pode oferecer resultados mais complexos quando o conteúdo da imagem por si só deixa de ser o centro da investigação e norteador das operações lógicas que demandam a organização de documentos inseridos em fundos de arquivo.

Independente do uso que essas imagens terão a partir do momento que forem consultadas nas instituições de guarda, continuarão mantendo o tipo de relação exposta acima: expressam as relações, estrutura e funções da entidade produtora, por isso a importância do estabelecimento de séries documentais para compreensão do conjunto de fotografias de forma orgânica, pois a imagem isolada não explicita tais relações.

O tratamento de imagens, que implica na necessidade de catalogação, descrição e recuperação desses documentos gera uma série de questionamentos sobre a melhor forma de abordagem. Diferentes áreas de conhecimento como a biblioteconomia, museologia e arquivologia se debruçaram sobre seus princípios teóricos para tentar promover um tratamento adequado a esse tipo de registro que correspondesse às necessidades de recuperação da informação e acesso por parte do usuário. Usualmente, parte-se do tratamento de forma individualizada e o parâmetro de organização passa a ser temático, a partir da descrição de seu conteúdo.

Qual é o conteúdo da mensagem fotográfica? Roland Barthes (1990) afirma que entre o objeto e a imagem não haveria um código, apesar de a imagem não ser o próprio real, ela é seu “analogon”. Surgindo assim, o estatuto da imagem fotográfica comportando duas mensagens: denotada (próprioanálogo) e conotada (como a sociedade lê essa mensagem).

À primeira vista se compreenderia a fotografia como uma estrutura de informação constituída de forma exclusiva pela mensagem denotada. O que tornaria sua descrição tarefa inerentemente complexa, como aponta Barthes (1990, p. 12)

[...] diante de uma fotografia, o sentimento de “denotação” ou, se se preferir, de plenitude analógica é tão forte que a descrição de uma fotografia é literalmente impossível; porque descrever consiste exatamente em juntar à mensagem denotada um relê ou uma mensagem segunda, mergulhada num código que é língua (langue), e que constitui fatalmente, por mais cuidado que se tome para ser exato, uma conotação relativamente ao análogo fotográfico: descrever não é portanto apenas ser inexato ou incompleto, é mudar de estrutura, é significar outra coisa além do que se mostra.

No entanto, esse caráter puramente denotativo da fotografia é o sentido comum atribuído a ela, sua hipótese é de que ela seja conotada. A conotação da imagem fotográfica é a imposição de sentido nos diferentes níveis de sua elaboração: escolha, tratamento técnico e enquadramento. Dentre essas escolhas o autor aponta para a trucagem, pose, objetos, fotogenia, esteticismo e sintaxe, esses seriam os principais processos de conotação na imagem fotográfica. Para que o homem projete na leitura de imagens seus valores é preciso que a significação seja elaborada dentro de uma sociedade definida. Portanto, a leitura fotográfica é histórica e depende do “saber” daquele que a lê, como uma linguagem, inteligível apenas para aqueles que aprendem seus signos. Levando em consideração as implicações semióticas que perpassam a fotografia enquanto linguagem socialmente construída e interpretada, são muitas as dificuldades na descrição da mensagem fotográfica levando em consideração justamente o caráter denotativo e conotativo da fotografia, pois as possibilidades de leitura da imagem ocorrem dentro de um contexto histórico e dependem do “saber” daquele que as faz. González e Arillo (2003) refletem sobre a leitura de imagens do ponto de vista do tratamento da

informação. Os autores afirmam que a missão do analista ao operar um sistema documentário que busque a descrição da imagem é muito difícil no que concerne a “coincidência” entre imagem e sua representação.

A interpretação pessoal leva a um duplo efeito conotativo: uma mesma pessoa percebe uma certa imagem de formas diferenciadas em contextos diferentes ou a interpreta segundo uma organização que lhe é peculiar [...] certos estímulos apreendidos agregam ao signo icônico um significado distante da relação código-mensagem. Portanto a denotação se estabelece assim como condição perceptiva e a imagem, conseqüentemente, como signo motivado. (GONZÁLEZ; ARRILLO, 2003, p. 51).

Isto posto, alguns aspectos do tratamento de fotografias assumindo o seu valor de arquivo foram explorados a partir da Diplomática contemporânea como forma de análise das fotografias: “new uses for an old science” (DURANTI, 1989 apud SCHWARTZ, 1995, p.41).

RESULTADOS

A diplomática é uma disciplina do século XVII criada para identificar, avaliar e comunicar a “natureza” dos documentos de arquivo. Estudando sua origem, forma e transmissão, assim como a relação entre documentos e os fatos representados neles. No seu centro de análise estão os documentos textuais. No entanto, as fotografias também expressam ideias de forma documentária, mas dificilmente enxergamos na fotografia um ato deliberado para produção de alguma consequência ou ação para além da informação visual ali contida.

Um documento possui um âmbito externo que é sua forma física, uma articulação interna que é sua forma intelectual e uma mensagem que é seu conteúdo. Ou seja, tal noção pode ser aplicada a fotografia, mas tema e assunto são comumente confundidos com a mensagem. Schwartz (1995) coloca que para a diplomática autenticidade, validade ou confiabilidade e autoridade são conceitos caros. Quando aplicados tais conceitos à fotografia o que esperar?

Para a autora a veracidade do fato na fotografia foi sempre presumida na sua característica de verossimilhança com a realidade. Percebida como uma forma objetiva de documentar a realidade, produto de um processo físico-químico de registro. Mas se tratando de veracidade, o conteúdo não pode ser confundido com a mensagem e no caso da fotografia, veracidade e autoridade derivam da sua origem mecânica. No entanto, precisão ótica não garante neutralidade documental. A noção de que a fotografia carrega em si um extrato da realidade e que seu conteúdo possui status de verdade já foram amplamente criticados. É sim uma forma de representação, um recorte criado com um propósito e mediada por uma série de camadas sociais e culturais que os autores responsáveis pela sua concepção estão imersos.

Já o conceito de originalidade, que na diplomática é utilizado para distinguir documentos originais de cópias, esbarra no princípio de reprodutibilidade da fotografia. O que não inviabiliza o conceito, mas que nesse caso, precisa ser pensado de forma diferente. Seria o negativo o exemplar original enquanto as ampliações seriam suas cópias? No entanto, o negativo não é utilizado para comunicar a mensagem ao público. O fato de muitas ampliações poderem ser feitas a partir de uma matriz negativa e ser usada repetidamente sob diferentes circunstâncias aponta a possibilidade de existência de múltiplos documentos fotográficos originais, baseados na mesma imagem, utilizados para diferentes propósitos e diferentes funções. Portanto, o significado do documento fotográfico repousa não em seu conteúdo ou forma, mas no contexto de criação do documento e uso.

Já com relação à autoria, para diplomática prevalece a importância do autor do ato a ser documentado ou a quem ele é endereçado. Mas na fotografia o fotógrafo não é o único agente do processo. Fotografias produzidas por instituições do governo por exemplo, expressam poderosas declarações e atividades institucionais intencionais. O fotógrafo é apenas um dos atores nesse processo. Quem são as pessoas interferindo na criação da fotografia? Qual a natureza do documento em relação a eles? Quem torna público ou difunde para o público também tem um papel relevante (SCHWARTZ, 1995).

O valor de arquivo nas fotografias reside na interrelação entre foto e as estruturas de criação e tecnologia da informação que os criou. O contexto de criação que transforma as imagens fotográficas em documentos fotográficos. Na perspectiva da documentação institucional, por exemplo, as fotografias são utilizadas com intenção probatória.

CONCLUSÕES

Forma física e articulação interna da fotografia não necessariamente indicam a função ou marcadores de contexto. Não apontam para seu valor, significado ou autoridade. A forma também não revela seu conteúdo.

A imagem fotográfica é inerentemente ambígua. Portanto, só se torna documento quando “amarrada” ao seu contexto funcional. Sua função não pode ser apreendida apenas pela forma ou pelo conteúdo por si só, como se aplica na diplomática clássica com relação aos documentos textuais, já que a fotografia pode ser criada para um uso e posteriormente servir a outros. Cada uso diferente de uma mesma fotografia precisa ser compreendido de forma distinta.

A cobertura fotográfica das atividades e estrutura que compõe diferentes instituições servem para divulgar, comprovar e prestar contas das ações institucionais desses órgãos, portanto a produção de documentos, inclusive os fotográficos, servem também para subsidiar e justificar suas ações. Compõe relatórios, atestam a aplicação dos investimentos financeiros, produzem um inventário institucional. Logo, a fotografia é ferramenta fundamental de viabilização das instituições, não é um registro meramente ilustrativo. Por isso inserí-las nos procedimentos de organização do fundo de arquivo como um todo, garantindo os princípios básicos da Arquivologia, como proveniência e organicidade por meio da busca pelo contexto funcional e de produção das fotografias são aspectos fundamentais para compreender o documento fotográfico em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 06 mai. 2018.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso / Ana Maria de Almeida Camargo, Silvana Goulart. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

GONZÁLEZ, J. A. M; ARILLO, J. R., **O conteúdo da imagem**. Tradução Leilah Santiago Bufrem. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

LACERDA, Aline Lopes. **A Fotografia nos Arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockfeller durante o combate à febre amarela no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos:** finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. 2000, Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHWARTZ, Joan. M. We make our tools and our tools make us. Lessons from photography for the practice, politics and poetics of diplomatics. *In: Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists*, Ottawa, n. 40, p. 40-74, 1995.

O VALOR PATRIMONIAL DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EMPRESARIAL

Janaína Fernandes Guimarães Polonini¹ Prof. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag²

¹Universidade Estadual Paulista - UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-4174-8042>,
janaina.polonini@unesp.br,

²Universidade de São Paulo - USP, <https://orcid.org/0000-0001-6392-4719>,
deisemarian@gmail.com

Resumo: No atual ambiente competitivo vivenciado pelas empresas jornalísticas, a preservação e o acesso às informações sob guarda é essencial para o sucesso empresarial. A preservação da memória documental é fundamental para a monetização desse conteúdo. O Centro de Documentação e Informação – CDI da empresa Editora GLOBO S.A. é o setor responsável por receber, identificar, selecionar, organizar, classificar, representar, arquivar, preservar e conservar exclusivamente as informações (texto, fotografia, infográfico e vídeo), contidas nos produtos jornalísticos produzidos (O GLOBO / Extra / Expresso) e em fotografias e vídeos não publicados e sob a guarda da empresa. Sua origem ocorreu naturalmente com a fundação do Jornal O GLOBO através do armazenamento do conteúdo jornalístico produzido desde o dia 29 de julho de 1925. Além da preservação do conteúdo sob a guarda da empresa, a equipe do CDI também produz reportagens (efemérides e recorrentes) para o site do Acervo O GLOBO. O site do Acervo O GLOBO, lançado em 2013, disponibiliza todas as páginas produzidas pelo jornal impresso O GLOBO desde 1925. Para cumprir a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004 do Depósito Legal para obras de natureza bibliográfica, o CDI envia seus produtos para a Biblioteca Nacional, e em cumprimento ao Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, o CDI envia para microfilmagem todos os seus produtos. Desse modo, esta pesquisa investiga as atividades realizadas pelo CDI da empresa jornalística Editora GLOBO S.A., visando compreender os requisitos necessários para a preservação da memória empresarial. Como objetivos específicos são: descrever o funcionamento do CDI e relatar a metodologia aplicada na preservação da memória jornalística. Esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica e exploratória, uma vez que, para o alcance dos objetivos propostos, buscou-se levantar e explorar o referencial teórico acerca da memória e informação jornalística, como alternativa para potencializar o valor patrimonial da empresa jornalística. O método escolhido para responder às questões a serem tratadas nesta pesquisa é o Estudo de Caso que é uma abordagem qualitativa frequentemente utilizada para coleta de dados na área de estudos organizacionais. Tendo em vista que todo arquivo, público e privado, é um mecanismo de expressão cultural, sendo assim um patrimônio cultural, conclui-se que a pesquisa obteve uma visão panorâmica da preservação da informação jornalística, e que as atividades propostas e desenvolvidas pelo setor atendem as necessidades da empresa e a memória jornalística para as futuras gerações.

Palavras-chave: informação jornalística; memória jornalística; valor patrimonial.

Abstract: In the current competitive environment experienced by newspaper companies, preservation and access to information under guard is essential for business success. The preservation of documentary memory is fundamental for the monetization of this content. The Centro de Documentação e Informação – CDI of Editora GLOBO SA is the sector responsible

for receiving, identifying, selecting, organizing, classifying, representing, archiving, preserving and preserving exclusively the information (text, photography, infographic and video) contained in the journalistic products produced (O GLOBO / Extra / Expresso) and in unpublished photographs and videos held by the company. It originated naturally with the founding of the newspaper O GLOBO through the storage of journalistic content produced since July 29, 1925. In addition to preserving the content under the company's custody, the CDI team also produces reports (ephemeris and recurring) to the site of the Acervo O GLOBO. The Acervo O GLOBO website, launched in 2013, provides all pages produced by the O GLOBO newspaper since 1925. To comply with Law No. 10,994 of December 14, 2004 of the Legal Deposit for works of bibliographic nature, the CDI sends its products to the National Library, and in compliance with Decree No. 1,799 of January 30, 1996, which regulates the microfilming of official documents, the CDI sends all its products to microfilm. Thus, this research investigates the activities carried out by the CDI of the publishing company Editora GLOBO S.A., aiming to understand the necessary requirements for the preservation of corporate memory. The specific objectives are: to describe the functioning of the CDI and to report the methodology applied in the preservation of journalistic memory. This research is characterized as bibliographic and exploratory, since, to achieve the proposed objectives, we sought to raise and explore the theoretical framework about memory and journalistic information, as an alternative to enhance the heritage value of the journalistic company. The method chosen to answer the questions to be addressed in this research is the Case Study, which is a qualitative approach often used for data collection in the area of organizational studies. Given that every archive, public and private, is a mechanism of cultural expression, and thus a cultural heritage, it is concluded that the research obtained a panoramic view of the preservation of journalistic information, and that the activities proposed and developed by the sector meet company needs and journalistic memory for future generations.

Keywords: journalistic information; journalistic memory; patrimonial value.

INTRODUÇÃO

No atual ambiente competitivo vivenciado pelas empresas jornalísticas, o acesso às informações sob guarda é essencial para o sucesso empresarial. A gestão dos processos de representação do conteúdo produzido e/ ou recebido pelas empresas jornalísticas é fundamental para garantir além da guarda, a recuperação, a preservação da memória documental e a monetização desse conteúdo.

O Centro de Documentação e Informação – CDI da empresa Infoglobo é o setor responsável por receber, identificar, selecionar, organizar, classificar, representar, arquivar, preservar e conservar exclusivamente as informações (texto, fotografia, infográfico e vídeo), contidas nos produtos jornalísticos produzidos (O GLOBO / Extra / Expresso) e fotografias e vídeos não publicados sob a guarda da empresa. Sua origem ocorreu naturalmente com a

fundação do Jornal O GLOBO por meio do armazenamento do conteúdo jornalístico produzido em decorrência de suas atividades.

Em alinhamento ao contexto apresentado, é realizada uma descrição e reflexão sobre as práticas desenvolvidas para a preservação da memória patrimonial e do valor patrimonial das informações jornalísticas.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EMPRESARIAL

A criação do jornal O GLOBO foi a realização do sonho do jornalista Irineu Marinho. Irineu Marinho fundou em 1911 o vespertino jornal A Noite. Devido a graves problemas de saúde, decidiu vender suas ações em um contrato verbal de retrovenda¹. Ao tentar conseguir de volta, foi recusado, e então decidiu fundar outro jornal. Para a escolha do nome foi promovido um concurso e o nome mais votado já havia sido patenteado ficando, o segundo nome mais votado. O GLOBO foi o escolhido. A primeira edição do jornal O Globo circulou no dia 29 de julho de 1925, com duas edições, num total de 33.435 exemplares (LINHA..., 2019).

Em 21 de agosto de 1925, o jornalista Irineu Marinho sofreu um ataque cardíaco falecendo aos 49 anos. O jornalista Eurycles de Matos assumiu o controle efetivo do GLOBO até sua morte em 1931. A partir daí O GLOBO foi assumido pelo jornalista Roberto Marinho que ficou no cargo até a sua morte em 2003 (LINHA..., 2019).

Segundo a Memória Institucional, O GLOBO foi pioneiro gráfico e editorial em diversos momentos de sua história. Entre 1985 e 1986, O GLOBO trocou as máquinas de escrever por terminais de computadores. O jornal ingressava na era digital, com a chegada da diagramação eletrônica à redação, que deu mais agilidade e rapidez ao processo de edição (LINHA..., 2019).

Em 1995, O GLOBO mudou o logotipo adaptado às cores da bandeira brasileira e um novo conceito de redação. Em 1996, o lançamento do site do GLOBO e nos anos seguintes outras plataformas digitais seriam lançadas. Em 1999, o Infoglobo inaugura o Parque Gráfico do GLOBO, o maior e mais moderno da América Latina, em Duque de Caxias (LINHA..., 2019).

Ao longo de sua trajetória o jornal O GLOBO recebeu inúmeros prêmios de jornalismo, e mantém o público das classes A e B. A empresa foi o ponto de partida para o conjunto de

¹ Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra retrovenda significa: 1 primeira página de uma folha (oposta ao verso). 2 Expressão usada para afastar ou repelir. 3 venda a retro: venda feita com a cláusula de o vendedor poder reaver o objeto, restituindo o preço recebido.

empresas denominado Grupo Globo, que possui hoje uma das mais importantes redes de comunicação do mundo (LINHA..., 2019).

Em abril de 1998, surgiu o Extra, um jornal voltado para as classes B e C, que rapidamente tornou-se reconhecido por sua proximidade e legitimidade com o seu público. Em 2006, foi criado o jornal Expresso, com uma linguagem simples, fácil e rápida, em formato tablóide, para oferecer aos leitores das classes C e D a oportunidade de estarem bem informados, pagando um preço mais acessível (LINHA..., 2019).

A Editora GLOBO produz vários conteúdos editoriais, contudo os que são abordados nesse trabalho são O GLOBO, EXTRA e EXPRESSO.

O VALOR PATRIMONIAL DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA

A informação jornalística se diferencia das demais informações pela sua periodicidade, universalidade, atualidade, difusão, resposta a uma necessidade social, e orientação da sociedade sobre os acontecimentos. O fazer jornalístico requer “conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia” (TRAQUINA, 2013, p.40).

Segundo Lemos e Nassif (2011, p. 4):

[...] informar é premissa da atividade jornalística, uma das vertentes da Comunicação Social. Assim, os meios de comunicação de massa têm por finalidade informar e entreter o público. No caso do jornalismo, as informações que constituem o conteúdo veiculado nos suportes impresso (jornal e revista), eletrônico (televisão, rádio) e on-line são chamadas de notícias. [...] Na prática jornalística, as reflexões sobre o conceito de informação são equivalentes aos debates sobre o conceito de notícia. [...] Assim, sempre que o indivíduo lê, ouve ou vê uma notícia, ele está lendo, ouvindo e vendo uma informação. [...] infere-se que as notícias não são retrato da realidade; são realidades socialmente construídas.

Para Gaye Tuchman (1993), a notícia não se espelha na realidade, a notícia se apresenta como fenômeno social compartilhado, uma vez que no processo de definir um acontecimento, a notícia define e dá forma ao acontecimento. “A notícia está permanentemente definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo fenômenos sociais” (VIZEU, 2002, p.1).

A imprensa jornalística foi o primeiro recurso tecnológico moderno para informar-se sobre a cidade. Sua aparição foi decisiva para a instauração da noção moderna de esfera pública, e este meio continua oferecendo mais oportunidades que os demais para a elaboração do debate sobre os assuntos públicos. (GARCÍA CANCLINI, 2002, p. 44).

A memória é construída ao longo do tempo, alimentando a cultura com informações existentes e apresentando novas informações criando a identidade de um povo. A informação

jornalística produzida no processo de seleção e construção da linguagem, das atividades, do comércio e desejo de seus leitores, possui um papel importante de representação e perpetuação da memória cultural, seja ela individual ou coletiva.

O Centro de Documentação e Informação – CDI da Editora Globo S.A., realiza o tratamento informacional dos produtos (O GLOBO, EXTRA e EXPRESSO). Esses produtos geram texto, infográfico, vídeo e fotografias que podem ser comercializadas. Cada produto cria conteúdos destinados a usuários distintos, retratando os fatos jornalísticos com conteúdos voltados os usuários consumidores da informação (classes A, B, C, D e E).

O site do Acervo O GLOBO, lançado em 2013, disponibiliza todas as páginas produzidas pelo jornal impresso O GLOBO de 1925 até os dias de hoje. Os assinantes possuem o acesso ao site do Acervo O GLOBO, que armazena todas as edições produzidas pelo jornal O GLOBO e reportagens efemérides e temas recorrentes.

O site do Acervo O GLOBO possui as seções (O GLOBO..., 2019):

- a) Em destaque é uma seção diariamente atualizada, que relaciona artigos contendo assuntos atuais de forma contextualizada, formada por textos, fotos, páginas e matérias digitalizadas relacionados aos assuntos abordados.
- b) Fatos históricos é uma seção que apresenta artigos contendo fatos históricos sob a ótica do jornal, divididos pelas editorias Rio, País, Mundo, Economia, Esportes, Cultura e Ciência. Grandes acontecimentos do Brasil e do mundo são resumidos e complementados com páginas e matérias digitalizadas.
- c) Rio de Histórias é uma seção dedicada ao Rio de Janeiro. Cada colunista ficou responsável por uma década específica, a partir de 1925, ano da fundação do jornal.
- d) Fotogalerias é uma seção que apresenta imagens de grandes acontecimentos publicadas nas páginas do jornal, selecionadas de acordo com sua importância e agrupadas em galerias temáticas.
- e) Charges e Humor é a seção que reúne o trabalho dos grandes chargistas, caricaturistas e colunistas de humor que publicaram seus trabalhos nas páginas do jornal. A seção reúne cartuns, desenhos e textos desses grandes talentos, desde 1925.

O valor patrimonial diz respeito ao valor simbólico dado ao acervo, no entanto, por se tratar de uma empresa privada produtora de conteúdo temos que lembrar que esse valor também é considerado monetário, ou seja, a guarda e manutenção é realizada de acordo com o potencial de valor monetário da informação.

Qualquer objeto e em qualquer situação que se encontre sempre mantém seu valor intrínseco enquanto produto da atividade humana, isto é seu valor de uso. E que, em seu itinerário histórico e simbólico, ao contrário de perder valor, ocorre, de fato, uma superposição de valores. Por outro lado, se existe valor é porque há significação e, por conseguinte, o valor simbólico é elemento constitutivo de qualquer objeto cultural (BORGES; CAMPOS, 2012, p.122).

De acordo com Berdoulay (2012), é da interação entre cultura e espaço que o sujeito se constroi “Porque ditos, ou melhor, contados, os lugares servem para o sujeito formular as condições da ação. Ele se projeta no futuro.” (BERDOULAY, 2012, p. 122).

As publicações jornalísticas apresentam os fatos e ocorrências das cidades e do mundo e possuem também um papel de informar o leitor quanto aos seus direitos e sugerir debates sobre questões públicas. Todavia as empresas jornalísticas o fazem visando o lucro empresarial, pois da comercialização de suas publicações gera o seu patrimônio.

METODOLOGIA

A pesquisa investiga o tratamento das informações (texto, fotografia, infográfico e vídeo) realizado pelo CDI da empresa jornalística Editora GLOBO S.A. e, com isso, compreender os requisitos necessários para a preservação da memória empresarial, de modo que sejam acessadas de maneira mais rápida e precisa, e preservadas para acesso futuro.

Como objetivos específicos estão: descrever o funcionamento do Centro de Documentação e Informação – CDI, apontar as etapas de representação da informação no CDI nos diferentes formatos (texto, fotografia, infográfico e vídeo) e relatar a metodologia aplicada na preservação da memória jornalística.

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que, para o alcance dos objetivos propostos, buscou-se levantar e explorar referencial teórico acerca da memória e informação jornalística, como alternativa para potencializar o acesso, e a recuperação do conteúdo produzido pela empresa estudada.

A pesquisa também é bibliográfica, porque busca o embasamento científico através da pesquisa bibliográfica, obtendo melhor compreensão e análise de cada área. O método escolhido para responder às questões a serem tratadas nesta pesquisa, é o Estudo de Caso que é uma abordagem qualitativa frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais.

O levantamento bibliográfico sobre memória e informação jornalística foi realizado no site do Arquivo Nacional do Brasil, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, e em bases e periódicos nacionais e internacionais, tais como o Knowledge Organization (<http://www.isko.org/ko.html>), a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI (<http://www.brapci.ufpr.br/>), trabalhos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, Biblioteca Digital de

Teses e Dissertações – BDTD (<http://bdtd.ibict.br/>) do Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e Portal de periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br), compreendendo todo o período disponível nos sites de pesquisa sobre os temas. Quanto ao estudo teórico sobre o CDI da empresa Editora GLOBO S.A. (<http://www.infoglobo.com.br/>).

ANÁLISE E RESULTADOS

A primeira edição do jornal O Globo circulou no dia 29 de julho de 1925, e desde então a empresa ampliou sua produção jornalística, tornando-se uma das maiores empresas de comunicação do Brasil. No entanto, se estabeleceu como Arquivo com instalações adequadas para encadernações e fotografias após a mudança para a Rua Irineu Marinho, no bairro do Centro do Rio de Janeiro. Apenas em 1994, o Arquivo recebeu o nome de Centro de Documentação e Informação – CDI, com o objetivo de dar suporte aos jornalistas da redação do Jornal O GLOBO. O CDI possui uma equipe multidisciplinar composta por Advogados, Bibliotecários, Assistentes Sociais, Historiadores, Cientistas da Computação e Sociólogos.

Além do tratamento informacional de todo material produzido e/ou recebido pela empresa, a equipe do CDI também produz reportagens (efemérides e recorrentes) para o site do Acervo O GLOBO. Em um ano trabalhando com o Acervo O GLOBO, o CDI produziu aproximadamente 150 artigos. A criação do site do Acervo O GLOBO, aumentou o acesso ao conteúdo produzido pela empresa no Brasil e no mundo.

Em cumprimento a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004 do Depósito Legal para as obras de natureza bibliográfica, a Editora GLOBO S.A. envia seus produtos para a Biblioteca Nacional.

Em cumprimento ao Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, o CDI envia para microfilmagem todos os seus produtos.

Em processos contra ou a favor da empresa, apenas a documentação microfilmada é considerada oficial e comprobatória. De acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, cap. III, art. 13, as informações produzidas e/ou recebidas pela Infoglobo, por serem de interesse público e social, além de consideradas conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento nacional, não poderão ser alienadas com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Nesse sentido, foram listadas na Tabela 1 as práticas realizadas pelo CDI que proporcionam a preservação da memória jornalística:

Tabela 1 – Análise das Práticas para Preservação da Memória Jornalística

Fonte: elaborado pelas autoras.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA JORNALÍSTICA	
Objeto	Informação jornalística (texto, fotografia, infográfico e vídeo).
Tratamento da informação	Formação: Advogados, Arquivistas, Bibliotecários, Assistentes Sociais, Cientistas Sociais, Geógrafos, Historiadores, Cientistas da Computação e Sociólogos. Domínio das ferramentas da indexação (linguagens de indexação). Política de indexação (Manual de indexação), adequação do Vocabulário Controlado, Tesouro. Encadernação, Microfilmagem e envio para Biblioteca Nacional.
Contexto	Ambiente climatizado para preservação dos textos (recortes de jornais), microfimes, imagens e encadernações.

Toda informação indexada atualmente é nato digital, não existindo necessidade de informar o suporte no sistema de recuperação da informação, CHP – Content Hub For Publishers.

As informações produzidas pelos produtos (O GLOBO / EXTRA / EXPRESSO) são comercializadas para terceiros pela Agência O GLOBO. Há casos de instituições e pessoas públicas procurarem registros particulares que não tomaram conhecimento para publicação ou coleção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra a importância do trabalho desenvolvido pelo CDI, que desde a fundação, vem se adaptando aos novos meios de comunicação e tecnologia para proporcionar a recuperação rápida e precisa da informação, garantindo a disseminação da informação e contribuindo para o processo de produção de conteúdo do jornal.

A Editora GLOBO vem ao longo de sua trajetória produzindo conteúdo sobre o Brasil e o mundo, em acordo com o seu público alvo de cada produto (O GLOBO / EXTRA / EXPRESSO) reforçando a identidade cultural, e a memória individual e coletiva aos valores sociais e culturais. Ademais, a informação jornalística produzida pela Editora GLOBO S.A. tem seu conteúdo produzido e difundido levando em consideração o seu público alvo.

Tendo em vista que todo arquivo, público e privado, é um mecanismo de expressão cultural, sendo assim um patrimônio cultural, conclui-se que a pesquisa obteve uma visão panorâmica da representação da informação na área jornalística, e que as atividades propostas e desenvolvidas pelo setor, atendem as necessidades da empresa e de preservação da memória jornalística para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BERDOULAY, Vincent. Espaço e cultura. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D’Oliveira. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: **Icofom Lam 2012: Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral**. Rio de Janeiro: UNIRIO, MAST, 2012. p. 112-123.

BRASIL. Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996. Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 jan. 1996.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Retificado em 28 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 2004.

GARCÍA CANCLINI, N. Cidades e Cidadãos Imaginados pelos Meios de Comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 40-53, 2002.

LEMONS, A. B; NASSIF, M. E. Informação e Notícia: conexões no âmbito da Ciência da Informação e da Comunicação Social. **DataGramaZero: Revista de Informação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jun. 2011.

LINHA DO TEMPO. **Memória O Globo**, Rio de Janeiro, 12 ago. 2016. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/primeira-sede-9657099>>. Acesso em: 12 set. 2019.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 24 ago. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 29 dez. 2019. Em Destaque, Acervo O Globo.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 29 dez. 2019. FAQ, Acervo O Globo.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II. 3ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidade. Barcelona: Bosch, 1993.

VIZEU, Alfredo. **A Produção de Sentidos no Jornalismo**: da Teoria da Enunciação à Enunciação Jornalística, 2002. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredoproducao-sentidos-enunciacao.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DESENVOLVIMENTO DA NOVA BIBLIOTECA DIGITAL DA BBMUSP: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rodrigo M. Garcia¹,

*1Repr. Técnico/Bibliotecário na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Mestre em
Ciência da Informação pela FFC-UNESP. Membro do Grupo de pesquisa: Estudos e
Práticas de Preservação Digital (IBICT) do CNPq.*

<http://orcid.org/0000-0003-2694-5988>, garcia.rodrigo@usp.br

Resumo: A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin é um órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Como entidade acadêmica da Universidade de São Paulo, configura-se como um centro interdisciplinar de informação e documentação, pesquisa e difusão científica. Tendo como finalidade preservar e proporcionar irrestrito acesso de seu acervo, a estratégia adotada foi o desenvolvimento de uma biblioteca digital brasileira. Este trabalho apresenta um relato de experiência do desenvolvimento da nova plataforma para a Biblioteca Digital da BBM. Apresenta uma retrospectiva desde o projeto-piloto, os problemas e êxitos no decorrer do percurso do projeto. Relata os desafios enfrentados e as soluções encontradas para a retomada dos processos de digitalização e desenvolvimento da Biblioteca Digital (BBM Digital). Por fim, apresenta os próximos passos, desafios e aponta para a necessidade de definições estratégicas para a sua sustentabilidade institucional.

Palavras-chave: bibliotecas digitais; digitalização de acervos; acesso aberto; coordenação de projetos; projetos sustentáveis.

Abstract: The Brasileira Guita and José Mindlin Library is an organ of the Pro-Rector of Culture and University Extension. As an academic entity of the University of São Paulo, it is an interdisciplinary center for information and documentation, research and scientific dissemination. With the purpose of preserving and providing unrestricted access to its collection, the strategy adopted was the development of a Brazilian digital library. This paper presents an experience report on the development of the new platform for the Digital Library of BBM. It presents a retrospective from the pilot project, the problems and successes throughout the course of the project. It reports the challenges faced and the solutions found for the resumption of the processes of digitalization and development of the Digital Library (Digital BBM). Finally, it presents the next steps, challenges and points to the need for strategic definitions for its institutional sustainability.

Keywords: digital libraries; digitization of collections; open access; project coordination; sustainable projects.

INTRODUÇÃO

Inaugurada em março de 2013, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) é um órgão e entidade acadêmica da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) da

USP. O projeto Brasileira USP (hoje Espaço Brasileira) iniciou-se em 2005 e foi pensado para abrigar e integrar a coleção Brasileira, doada por José Mindlin à USP, e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), de modo a configurar a BBM como um centro interdisciplinar de informação e documentação. A iniciativa surgiu da ideia de se "[...] criar instrumentos que envolvessem o diálogo entre diversas unidades da USP" (JANCSÓ, 2010, p. 315).

Em 2009, como parte do projeto Brasileira USP, é colocada on-line a primeira versão da Biblioteca Brasileira Digital da BBM. Iniciado em 2008 o projeto-piloto Biblioteca Brasileira Digital¹, visava investigar um modelo de implantação de biblioteca digital, atendendo aos princípios de preservação de acervos bibliográficos e de democratização do acesso, assim como, de suporte à pesquisa, de forma a estabelecer a BBM como centro de reflexão, produção e difusão de estudos e da cultura brasileira.

O PROJETO CORISCO

A plataforma Corisco, foi desenvolvida a partir da ideia de tornar disponível on-line o acervo da BBM. A visão do projeto-piloto era além de desenvolver uma plataforma de software para a biblioteca digital,

"[...] tornar a plataforma de software reutilizável para outras iniciativas de bibliotecas digitais que não disponham de recursos ou que não tenham interesse em alocar recursos preciosos em desenvolvimento complexo de sistemas de software" (ALENCAR; et al, 2012. p.1).

Basicamente o desenvolvimento se deu com a customização de um sistema base para o repositório digital. Optou-se pelo DSpace² software open source, como repositório, com outros componentes auxiliares como Djatoka³ (servidor de imagens) e os visualizadores IPIImage⁴ e BookReader⁵ (este último implantado integralmente). Além da plataforma, foram adquiridos para o projeto-piloto máquinas robotizadas para a digitalização dos livros, softwares para o tratamento, edição e compactação das imagens, reconhecimento ótico de

¹ FAPESP. Por uma Biblioteca Brasileira Digital. 2008. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/5175/por-uma-biblioteca-brasiliana-digital/>. Acesso em: 05 de dez. 2019.

² DSPACE. Disponível em: <https://duraspacespace.org/dspace/>. Acesso em: 06 dez.2019.

³ DJATOKA. Disponível em: <https://sourceforge.net/projects/djatoka/>. Acesso em: 06 dez. 2019.

⁴ IPIIMAGE. Disponível em: <https://github.com/iipimage>. Acesso em: 06 dez. 2019.

⁵ BOOKREADER. Disponível em: <https://openlibrary.org/dev/docs/bookreader>. Acesso em: 06 dez. 2019.

caracteres (OCR⁶) e geração de versões em PDF, além de servidores para a instalação das aplicações e armazenamento das imagens.

Como padrão de metadados, foi adotado o esquema Dublin Core⁷, amplamente adotado para a descrição de diversas tipologias documentais em ambiente Web.

Foi montada uma equipe entre 15 bolsistas, além de profissionais contratados, professores, pesquisadores e técnicos, para todo o desenvolvimento, manutenção e geração de conteúdo para a Biblioteca Digital.

PROBLEMAS E ÊXITOS

Talvez dado o pioneirismo (a Biblioteca Brasileira Digital da BBM surgiu há exatos 10 anos, antes mesmo da construção do complexo Brasileira) e a inexperiência, muitas das tomadas de decisões, que foram feitas à época, não seriam adotadas hoje. Ao longo dos últimos anos e com a maturidade de procedimentos e aprimoramento das Tecnologias de Informação e Comunicação, atualmente já existe uma base mais estabelecida de como iniciar, planejar e executar projetos de digitalização de diversos tipos de materiais.

A começar pelo desenvolvimento da Plataforma, muitas customizações foram realizadas diretamente no código do programa, tornando difícil, ou até mesmo, impossibilitando a atualização da plataforma DSpace para novas versões. Isto fragilizou o bom funcionamento da biblioteca digital, acarretando, sobretudo, em inconsistências quanto a visualização do objeto digital, lentidão do sistema, dentre outros problemas que a plataforma veio apresentando ao longo do tempo.

Tratando-se de um projeto-piloto acadêmico de pesquisa, a rotatividade das equipes (em sua maioria bolsistas e estagiários) envolvidas era constante, além do projeto contar com vários profissionais terceirizados contratados por tempo determinado. Isto, embora tenha contribuído para a formação de vários futuros profissionais e contribuído para a formação continuada de profissionais de diversas áreas, ao final destes financiamentos pontuais, característicos de projetos acadêmicos de pesquisa, a evasão de recursos humanos impactou a continuidade do desenvolvimento da biblioteca digital. Soma-se a isto a falta de um

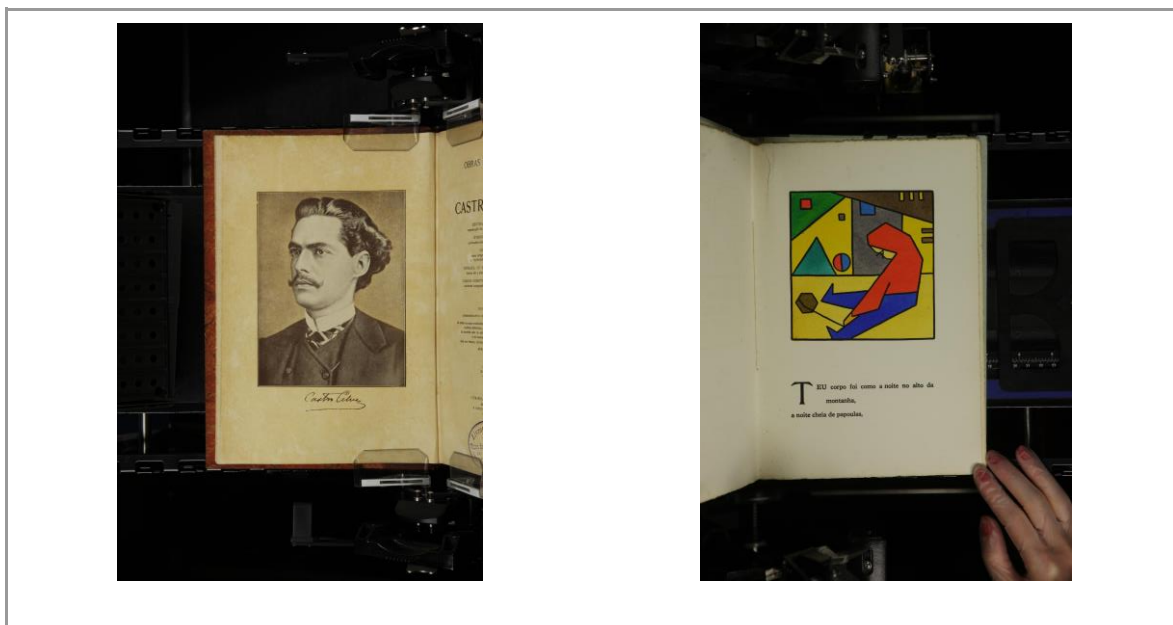
⁶ WIKIPÉDIA. Reconhecimento ótico de caracteres. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reconhecimento_ótico_de_caracteres. Acesso em: 06 dez. 2019.

⁷ DUBLIN CORE. Disponível em: <http://dublincore.org>. Acesso em: 06 dez. 2019.

coordenador técnico/operacional⁸ que pudesse gerenciar o desenvolvimento do projeto, realizando a coordenação de equipes e tarefas, workflow (conservação, digitalização, descrição bibliográfica, etc), fazer a gestão do conhecimento, elaborar documentação técnica, etc.

A aquisição de máquinas de digitalização "robotizadas", embora tenha tido um grande apelo de inovação e modernidade, constatou-se que para o material a ser digitalizado (obras raras, que necessitam de diversos cuidados de preservação e conservação), não eram as mais adequadas. Os modelos adquiridos eram apropriados para projetos de digitalização em grande escala (em massa) e para tipos de materiais que não necessitam de cuidados especiais (como teses e dissertações, relatórios, entre outros tipos documentais encadernados), pois seus sistemas automatizados de hastes, presilhas e sistema de sucção, além de provocar interferências nas imagens (veja exemplos logo abaixo), poderiam danificar as páginas das obras.

Quadro 1: Exemplos de interferências: Presilhas plásticas (à esquerda); Mão do Operador sobre a página (à direita).



⁸ Até a presente data, a BBM não possui um organograma mínimo formalizado, definindo seus setores e respectivos responsáveis/coordenadores técnicos, conforme pode ser constatado em seu regimento interno: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução nº 7167, de 16 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7167-de-16-de-fevereiro-de-2016>. Acesso em: 07 dez. 2019.

Quadro 2: Ex: de tratamento de imagem anteriormente realizado, com perda de dados e das características originais (à esquerda); Crop apresentando as características originais da página (à direita).



Embora, durante o desenvolvimento do projeto-piloto, muitos problemas de nível técnico e operacional tenham se apresentado, a iniciativa de uma Biblioteca Brasileira Digital sempre esteve em consonância com os movimentos nacionais e internacionais de Acesso Aberto (*Open Access*) aos conteúdos digitais. Exemplo disso são os seis princípios da Biblioteca Brasileira Digital definidos com o objetivo de apoiar o "Memorando de Intenções sobre conteúdos digitais" (CGI.BR, 2007), que se tratava de um esforço para a definição de diretrizes para uma política pública de apoio à produção de conteúdos digitais:

1. Uma biblioteca digital como instrumento de uma política nacional de produção de conteúdos para a rede mundial de computadores, contribuindo para a redefinição positiva da presença da língua portuguesa e da cultura nacional.
2. Uma biblioteca digital para a difusão de uma coleção original: uso das novas tecnologias como forma de conciliação das necessidades de preservação do acervo e o imperativo de universalizar o acesso. Rejeição de um modelo custodial de biblioteca.
3. Orientação para o contexto-usuário: a formação do acervo digital deve estar orientada por uma política de acesso universal; o usuário (e pensamos em termos polissêmicos) tem centralidade na construção deste acervo digital.
4. Uma biblioteca digital como instrumento da educação nacional: compromisso com a produção de materiais didáticos, com a formação de quadros em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a pesquisa avançada.
5. Uma biblioteca digital pública: difusão do acervo, acesso universal (preservados os direitos do autor) e democratização da cultura. Adesão à Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e

Humanidades⁹ (Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities), de 2003: “acesso livre significa a livre disponibilização na Internet de literatura de caráter científico, permitindo a qualquer utilizador pesquisar, consultar, descarregar, imprimir, copiar e distribuir, o texto integral de artigos e outras fontes de informação científica”. Adesão aos protocolos da Iniciativa Open Archives¹⁰ (OAI-PMH - Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting) - protocolo desenvolvido para permitir que os metadados sejam acessíveis por diversos serviços de busca e compartilhados pelos repositórios digitais.

6. Compromisso com a democratização de nossa experiência. Adesão aos princípios do software livre (open source) (BRASILIANA USP, 2009).

O engajamento e o envolvimento da BBM em iniciativas e movimentos "*open*", enquanto instituição, têm sido relativamente bastante tímida, sobretudo pelas mudanças de foco (ou de incompreensão) realizadas pelos corpos diretivos que se sucederam.

No limiar da possibilidade de novas contratações de efetivo, que dariam continuidade a todo um trabalho para o estabelecimento e crescimento do projeto, as circunstâncias foram desfavoráveis e,

Nesta conjuntura complexa, na qual se articulam crises econômica e política, as IES se encontram afetadas, primeiramente, pela recessão e pelos cortes sistemáticos advindos da federação e de diversos entes federativos (MANCERO, 2017, p. 884).

Tal conjuntura, além de impactar com as interrupções de contratações de novos efetivos, culminou ainda em dois programas de incentivo à demissão voluntária (PIDV's em 2015 e 2016), que abalaram estruturalmente qualquer desenvolvimento em andamento. A drástica redução orçamentária e de efetivo, entre outros fatores, impactou, inclusive, a continuidade de planejamento, a gestão e a permanência e estabilidade de um corpo diretivo coerente.

FREIO DE ARRUMAÇÃO¹¹

Em 2015 a BBM contava com um corpo de efetivos de pouco mais de uma dezena de profissionais técnicos (entre os níveis superior, técnico), para atender a todas as áreas (administrativo, operacional, manutenção, segurança, etc). Contando com a mobilidade¹²

⁹ OPEN ACCESS MAX-PLANCK-GESELLSCHAFT. Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 10 dez. 2019.

¹⁰ OPEN ARCHIVES INITIATIVE. Disponível em: <http://www.openarchives.org>. Acesso em: 10 dez. 2018.

¹¹ Expressão em geral usada na política quando um governo ou uma situação começa a ficar desorganizada e sem um ponto de referência. O autor deste artigo tomou conhecimento da expressão em uma cordial troca de e-mails com o prof^o Briquet de Lemos.

¹² Duas bibliotecárias realocaram-se para outras unidades. Um bibliotecário de outra unidade, com experiência no desenvolvimento de projetos em Biblioteca Digitais, optou pela BBM. Somente a pouco mais de

inter-unidades da Universidade, houve um rearranjo da equipe envolvida diretamente no workflow de digitalização e desenvolvimento da biblioteca digital.

Naquele momento, as atividades de submissão de novos itens para a biblioteca digital estavam interrompidas haviam mais de dois anos e era necessário urgentemente a retomada das atividades.

Neste ínterim, um especialista em laboratório, que ocupa o Laboratório de Digitalização, desenvolveu um sistema para a gestão das atividades de digitalização:

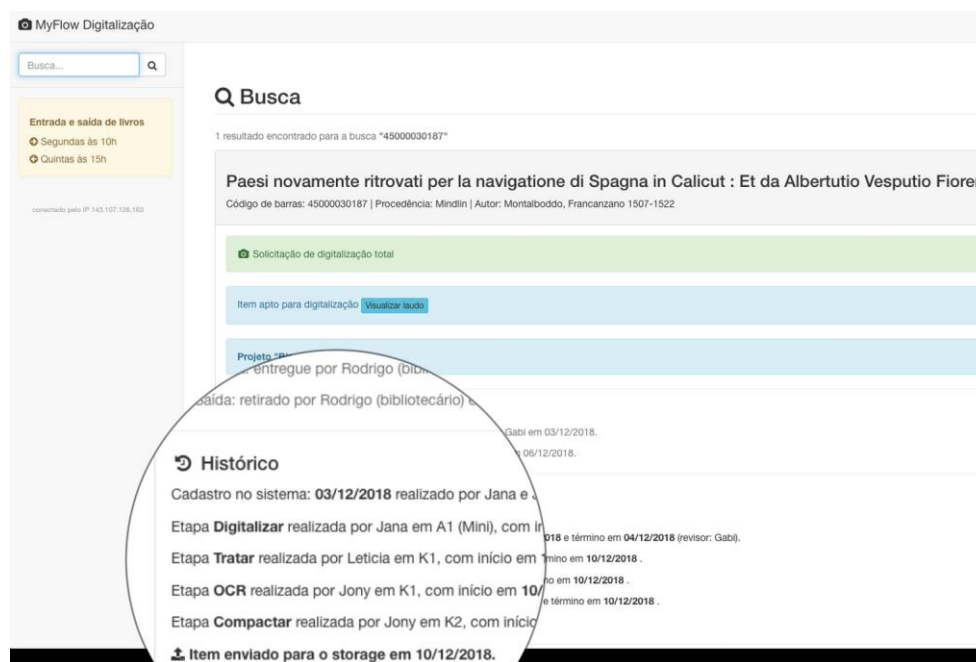


Figura 1: Sistema "MyFlow" para o gerenciamento das atividades de Digitalização.

Ainda foi possível adquirir novas máquinas para digitalização¹³, mais modernas e adequadas (e por um custo inferior às anteriormente adquiridas) para o material bibliográfico que a biblioteca possui. São operadas manualmente, possuem base em formato V, para evitar danos à lombada do livro, e acessório em vidro para evitar as curvaturas das páginas, além de câmeras digitais de maior qualidade e precisão.

Uma readequação dos processos de captura digital foi realizada, pois segundo a IFLA (2015, p. 14):

dois anos foi possível, após intermitentes contratações de técnicos conservadores terceirizados, ocupar o laboratório de conservação, também com uma bibliotecária de outra unidade que, com pouca experiência em conservação, mas com interesse na área, está se capacitando para a função.

¹³ Ainda com o apoio do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/patrimonio-cultural-brasileiro/projetos-apoiados/biblioteca-brasiliana/biblioteca-brasiliana>

Nos processos de digitalização de materiais raros e únicos é importante conservar e recriar, tanto quanto possível, o aspecto material do objeto original. Assim, a captura deve ser do objeto físico inteiro e não apenas de seu conteúdo intelectual. Por isso, é necessário fotografar páginas completas frente e verso (incluindo as margens) e ter o cuidado de não cortar imagens que possam se encontrar nas margens. Os volumes encadernados devem ser digitalizados capa a capa, incluindo as folhas de guarda, as folhas em branco e as encadernações [...].

Assim, para manter um padrão mínimo de qualidade, o laboratório de digitalização reuniu os procedimentos utilizados para a geração de objetos digitais em um conjunto de manuais técnicos, mais especificamente relacionados às três etapas iniciais do processo (triagem, digitalização e tratamento digital), em razão da grande quantidade de procedimentos existentes em cada uma das etapas executadas. Tais manuais são a base do treinamento das equipes (de bolsistas e estagiários) e servem como referência contínua para os procedimentos adotados pelo laboratório.

Com a vinda de um bibliotecário, com experiência no desenvolvimento de projetos e gestão de bibliotecas digitais, deu-se início a uma série de reestruturações, de forma a estandardizar e otimizar o *workflow* das atividades.

Para tornar o *workflow* de digitalização (que envolve desde a seleção do material pela equipe curadora ou por solicitação de usuário; a triagem/avaliação, higienização e pequenos reparos pelo laboratório de conservação; a triagem/avaliação pelo laboratório de digitalização e suas etapas; até a submissão do item na plataforma digital) mais fluido e funcional, era necessário que se adotasse um único identificador para as obras, ou seja, o mesmo identificador para a obra física e digital, pois era quase impossível (despendia-se muito tempo para se saber) identificar se determinada obra já havia sido digitalizada ou não (já armazenada no servidor - *Storage*). Também sem um controle eficaz, muitas vezes uma obra já digitalizada era encaminhada para digitalização, e só se ficava sabendo quando o item chegava ao laboratório de digitalização. Assim, foi estabelecido que o *barcode* já adotado no sistema ALEPH/DEDALUS (sistema de administração de bibliotecas utilizado para a gestão do Catálogo Bibliográfico da USP¹⁴) seria o identificador da obra fosse sua versão física (Catálogo USP) fosse a versão digital (*Storage* e DSpace). Para isso, tudo aquilo já armazenado no Storage, deveria receber o barcode (algo em torno de 2580 itens). Uma força tarefa foi montada para realizar esta atividade de "tombamento" dos itens digitais.

Também não se tinha um controle claro de quantas obras haviam sido encaminhadas aos laboratórios e exposições (este controle era feito por meio de planilhas que nem sempre estavam atualizadas). Um grande problema, mas, facilmente resolvido com a adoção do

¹⁴ DEDALUS. Disponível em: <http://dedalus.usp.br>. Acesso em: 17 dez. 2018.

módulo de circulação do sistema ALEPH/DEDALUS. Foi configurado a opção de circulação interna de itens. Desde então, somente itens que já receberam o barcode (obras tombadas), podem ser encaminhadas aos laboratórios ou para as exposições.

Mais um exemplo foi a utilização de um sistemas de cores simples (verde: digitalizado; amarelo: parcialmente digitalizado; vermelho: não digitalizado) para a identificação de forma visual nas estantes o status da digitalização de determinado item:



Figura 2: Sistemas de cores nas papeletas de localização, que indicam status da digitalização do item.

A conscientização da equipe envolvida para a importância destes controles também foi trabalhada e o estabelecimento de regras e medidas relativamente simples, fizeram grande diferença na otimização do *workflow*. Um conjunto de manuais para os procedimentos técnicos que envolvem o fluxo de digitalização também foi elaborado para documentar e auxiliar no treinamento da equipe.

Mas ainda era preciso que a plataforma digital voltasse a receber novas obras. Para isso, algumas estratégias foram tomadas.

SUSTENTABILIDADE

Sabendo da falta de um analista de sistemas¹⁵ com o perfil de programador/desenvolvedor, buscou-se dentro da própria universidade o *know-how* necessário para o desenvolvimento de

¹⁵ O analista de sistemas com esse perfil se desligou da Universidade no primeiro PIDV.

uma nova plataforma para a biblioteca digital, já que a anterior não tinha mais condições de manutenção. Assim, foi solicitado à Direção (à época) que estabelecesse contato com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)¹⁶ para que a equipe técnica de ambos órgãos pudesse trabalhar no desenvolvimento de uma nova plataforma. Assim, em julho de 2015 foi formalizado a cooperação técnica entre a BBM e a STI, mais especificamente com o Centro de Tecnologia da Informação de São Carlos (CeTI-SC)¹⁷, pioneiro no desenvolvimento de umas das primeiras bibliotecas de teses e dissertações¹⁸ em âmbito nacional. A equipe BBM/CeTI-SC, então, realizou um diagnóstico de toda a situação do projeto atual (estrutura de hardwares e softwares; arquitetura de dados e de informação; problemas identificados e possíveis soluções; além de estabelecer um cronograma de atividades, com as responsabilidades de cada órgão.

Coube então à BBM, na figura do bibliotecário que assumiu a coordenação técnica do novo desenvolvimento, gerenciar a migração dos dados da antiga para a nova plataforma; revisar os metadados, corrigir sistema de arquivos no servidor (*Storage*), demandar desenvolvimentos (novo DSpace; módulo importação; visualizador; customizações de layout; entre outros), administrar a nova plataforma digital e seus registros bibliográficos.

A BBM já havia, no ano de 2012, sido incorporada ao Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBi/USP¹⁹) e em 2013 parte do antigo catálogo em Winisis²⁰ da Biblioteca Mindlin, foi migrado para o Sistema ALEPH/DEDALUS. Como o antigo catálogo nunca foi trabalhado por profissionais bibliotecários, o fato é que os dados não estão de acordo com as normas, códigos e padrões de catalogação internacionais (AACR²¹/MARC21²²) adotados pelo SIBi/USP. Nas atividades de realocação (rearranjo das obras nas estantes) e tombamento (atribuição de *barcode*), a equipe de tratamento técnico da informação está fazendo a revisão e correção dos registros bibliográficos, dentro das normas e padrões adotados.

¹⁶ STI. Disponível em: <https://www.sti.usp.br>. Acesso em: 12 dez. 2019.

¹⁷ CETI-SC. Disponível em: <http://cetisc.sti.usp.br>. Acesso em 12 dez. 2019.

¹⁸ BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.theses.usp.br>. Acesso em: 12 dez. 2018.

¹⁹ SIBi-USP. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁰ UNESCO. **Communication and Information**: CDS/ISIS database software. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/information-society/open-source-and-low-cost-technologies/information-processing-tools/cdsisis-database-software/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²¹ AACR2. Disponível em: <http://www.aacr2.org>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²² LIBRARY OF CONGRESS. **MARC Standards**: Library of Congress - Network Development and MARC standards office. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Então, o tratamento técnico das obras do acervo da BBM já é feito no módulo de catalogação/indexação do sistema ALEPH/DEDALUS. Logo, o natural seria reaproveitar estes registros (já corrigidos) para a Biblioteca Digital. Assim, foi demandado ao SIBi/USP, que disponibilizasse um SET-BBM, para que, via protocolo OAI-PMH, fosse possível a importação daqueles registros necessários para a nova Biblioteca Digital. E para gerenciar esta importação, O CeTI-SC/STI desenvolveu um aplicativo para a importação de novos registros, que também faz a conversão do Formato MARC21 para Dublin Core. Para isso, também foi revisado o conjunto de metadados necessários para a importação na biblioteca digital.

Foi instalada a versão 5.5 do DSpace. Foi estratégico manter o DSpace como plataforma de desenvolvimento da Biblioteca Digital da BBM, pois além de facilitar a migração dos metadados da antiga versão para a nova, o DSpace é um software open source atualmente mantido por uma ampla comunidade de desenvolvedores liderada pela iniciativa sem fins lucrativos. DuraSpace²³ e, por isso, é uma das ferramentas mais utilizadas por instituições acadêmicas e de pesquisa para a criação de repositórios institucionais e bibliotecas digitais de acesso aberto, segundo o Diretório Global de Repositórios Open Access OpenDOAR²⁴.

A ideia foi manter a plataforma com o menor número de customizações possíveis a fim de permitir sua atualização. Dentre algumas das customizações realizadas foi a possibilidade de escolher a imagem para destacar a obra (antes, por *default*, era a primeira imagem, normalmente a capa da encadernação, sem qualquer informação):

Outra modificação foi a forma de visualizar as obras. Antes, abria-se um *Viewer* na própria página. Agora ao clicar em *Visualizar/View* o usuário é levado a outra página/aba do navegador, com uma visão mais ampla da obra.

²³ DURASPACE. Disponível em: <https://duraspace.org>. Acesso em: 06 dez. 2018.

²⁴ OPENDOAR. Disponível em: <http://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

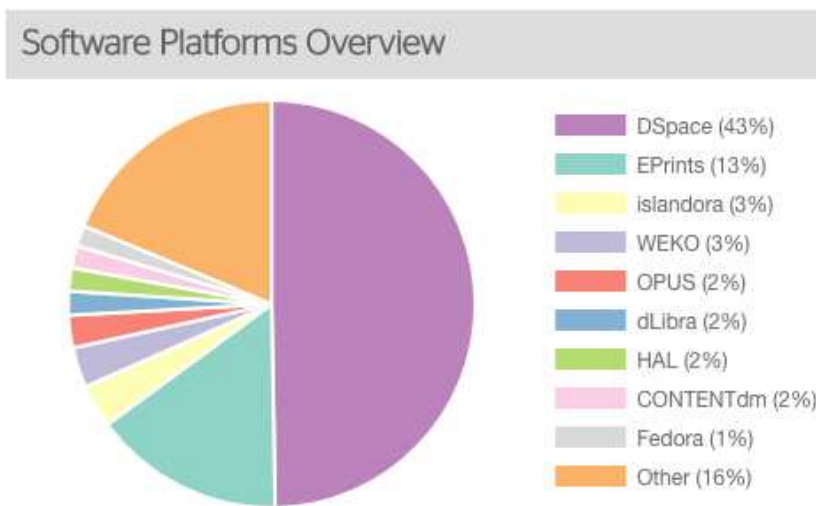


Figura 3: Visão geral de plataformas de software open source.

Fonte: http://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html. Acesso em: 11 dez. 2019.

Biblioteca Brasileira Culta e José Mindlin 🏠 Página inicial do Acervo Digital 🔍 Idioma ▾




	1982	A menina do narizinho arrebitado, Monteiro Lobato	Lobato, Monteiro; Votolino, Il
	1954	A menina morta, romance	Penna, Cornélio, 1896-1958; Jardim, Luis, Il
	[1919]	A mulher e os espelhos	Rio, João do, 1881-1921

Figura 4: Exemplo de imagens em destaque.

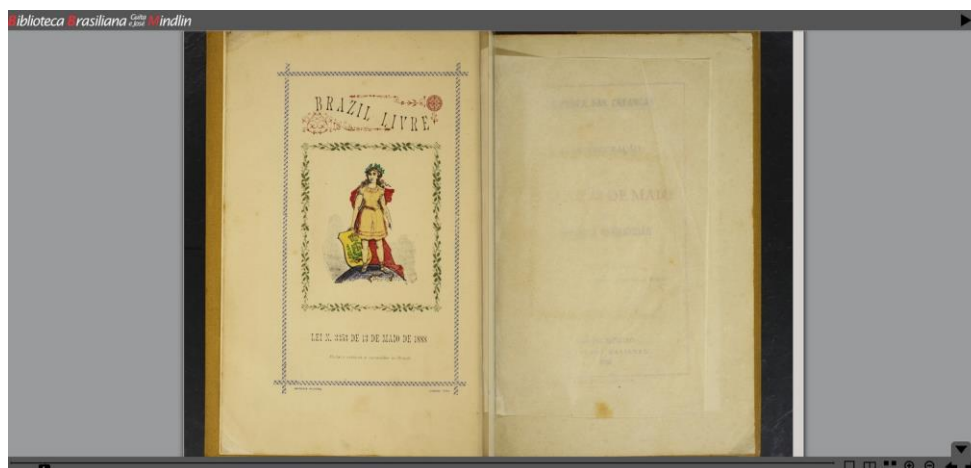


Figura 5: Exemplo de Obra vista pela visualizador.

Além da Visualização é possível também o download da versão em PDF. Nesta é possível a busca no texto completo, devido ao tratamento dado por OCR (*optical character recognition* - reconhecimento ótico de caracteres). Para o controle e documentação das alterações, foi utilizado o GitLab²⁵ da USP.

A nova plataforma foi ao ar em julho de 2017 (KIYOMURA, 2017; LIMA, 2017). Foram 2 anos de desenvolvimento, correções e migração de dados, entre outros ajustes. Atualmente²⁶ 3488 itens estão disponíveis para consulta e download na nova plataforma da BBM Digital no endereço: <https://digital.bbm.usp.br>. E semanalmente novas obras são acrescentadas no acervo digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias para garantir o acesso ao patrimônio cultural, sobretudo aos acervos bibliográficos, necessariamente passam por processos de digitalização e desenvolvimento de bibliotecas digitais. Conforme Robert Darnton (2013, p. 10.), bibliotecário acadêmico e diretor da Biblioteca da Universidade de Harvard entre 2007 e 2016, diversos tipos de materiais "[...] que estavam restritos à pesquisa local em bibliotecas e museus poderão - em alguns casos, já podem - ser consultados de qualquer lugar, bastando, para isso, acesso à internet". Ou seja, Os acervos digitalizados, quando disponibilizados, tornam-se o principal recurso de acesso a materiais que, de outra maneira, poderiam permanecer desconhecidos do

²⁵ GITLab USP. Disponível em: <https://gitlab.uspdigital.usp.br/bbm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁶ Dado de Dezembro de 2019.

grande público, e podem contribuir para "[...] mudanças importantes para o campo do saber" (DARNTON, 2013, p. 10).

Apesar do atual contexto, uma dedicada equipe técnica assumiu a tarefa de reativar as atividades de digitalização e administração da BBM Digital, que passou de projeto para processo na BBM, tornando-se insumo para novos projetos²⁷, experiências e análises, sobretudo, em Ciência da Informação (na Biblioteconomia em Representação e Organização da Informação, Preservação Digital, Disseminação da Informação, etc) e, como apontam Guerreiro e Borbinha (2014), nas Humanidades Digitais, para a construção de ferramentas de análises, *linked data*, e apresentações mais imediatas e intuitivas para facilitar a aquisição cognitiva.

Uma preocupação da coordenação técnica da BBM Digital é em relação a preservação digital²⁸ que, em 2017, organizou o I Seminário BBM de Bibliotecas Digitais: Preservação Digital e Acesso²⁹. O seminário versou sobre as especificidades, procedimentos e estratégias envolvidas nos processos de digitalização e disponibilização de conteúdos, além do conjunto de atividades e processos que visam garantir o acesso continuado, a longo prazo, com qualidade, autenticidade e confiabilidade aos objetos digitais. A ideia foi trazer a discussão sobre a preservação digital (entre outros assuntos correlatos como: metadados e representação descritiva e temática; curadoria digital; conceitos de bibliotecas digitais; projetos e experiências em outras instituições, etc) para a BBM e sua importância também dentro da instituição, sobretudo para a formalização de políticas de digitalização, de preservação digital e acesso. Tópicos estes em que a BBM já foi bem mais engajada institucionalmente.

Como próximos passos, a equipe técnica está estudando um modo para estabelecer procedimentos de atualização do *software* DSpace para novas versões, sem impactar em customizações, procedimentos e integridade dos registros bibliográficos. Também está em curso o desenvolvimento de uma interface de busca integrada³⁰ que agregue além da Biblioteca Digital, a Base de dados do Arquivo da BBM³¹ e também bases de dados de instituições que vierem a integrar a Rede.

²⁷ A exemplo o Atlas dos Viajantes no Brasil. Disponível em: <https://viajantes.bbm.usp.br/>. Acesso em: 13 dez, 2019.

²⁸ Ver: Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital - CARINIANA. IBICT. MCTIC. **Preservação Digital**. Disponível em: <http://cariniana.ibict.br/index.php/pre-dig>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁹ I SEMINÁRIO BBM DE BIBLIOTECAS DIGITAIS: Preservação Digital e Acesso. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLWE9sM1OP8qyOJC_ShysnjAg97HpJyJx. Acesso em: 12 dez. 2019.

³⁰ Em desenvolvimento, mas já há uma versão disponível em: <https://search.bbm.usp.br>

³¹ Em desenvolvimento, mas já há uma versão disponível em: <https://arquivo.bbm.usp.br/>

Porém, é importante ressaltar que, institucionalmente, a BBM ainda tem um longo percurso. Em qualquer organização, é preciso a definição de uma estrutura geral/organograma mínimo. Embora muitas das atividades desenvolvidas sejam interdependentes e realizadas em conjunto, é necessária a definição das atribuições de cada setor e de cada função, justamente para atribuir as responsabilidades de cada um dentro da organização. Atentar para as normas e regulamentações vigentes é também indispensável.

Além disso, a realização e consolidação de parcerias e redes de bibliotecas digitais -- "[...] utiliza-se o princípio da rede, que traz novos meios de organização e de conexão entre os acervos digitalizados." (MARTINS; DIAS, 2019) -- sobretudo, para a manutenção de cooperações técnicas, grupos de trabalho, projetos interdisciplinares de desenvolvimento e pesquisa; é essencial para o fortalecimento institucional, assim como, de seu corpo efetivo e daqueles que fazem seu uso para o desenvolvimento da ciência. A ideia de uma rede, neste contexto,

[...] surge como um princípio guiado por aquilo que é comum entre as instituições – os padrões, as tendências e a possibilidade de valorização mútua de seus acervos, quando colocados em conjunto. Aqui, a perspectiva é de que os processos de digitalização sejam realizados em torno de práticas e de procedimentos técnicos compartilhados (MARTINS; DIAS, 2019).

Diante desta demanda para se repensar os meios de organização da informação histórico-cultural e técnico-científico, a coordenação técnica da BBM Digital organizou, em 2019, o II Seminário BBM de Bibliotecas Digitais - em REDE (Políticas, Metodologias, Tecnologias)³², trazendo para a discussão a importância das Redes e Sistemas de Bibliotecas como estratégia para a gestão e disponibilização da informação histórico-cultural e técnico-científico. Pois,

Na perspectiva de uma Internet orientada pelo fortalecimento das instituições culturais e de suas funções sociais de custódia, pesquisa e difusão da informação, é fundamental que novos modelos e iniciativas setoriais incorporem a governança da rede digital de acervos como objetivo, fornecendo subsídios e condições técnicas de trabalho para as instituições na gestão de seus projetos de digitalização. Ganham a cultura e a sociedade brasileira (MARTINS; DIAS, 2019, grifo nosso).

Com isso, também está em curso a criação de uma Rede de Preservação e Acesso no âmbito dos acervos bibliográficos de memória e cultura. O objetivo desta Rede será justamente a troca de experiências, desenvolvimento de projetos, políticas, metodologias e uso de tecnologias, em um fortalecimento de ações em rede e tornar mais efetiva a

³² II Seminário BBM de Bibliotecas Digitais - em REDE (Políticas, Metodologias, Tecnologias). Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLWE9sM1OP8qzP1n1QBFY3_X2y7j5WiW. Acesso em: 13 dez. 2019.

colaboração, sobretudo das instituições paulistas, na Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital - CARINIANA.

Ou seja, é fundamental que os tomadores de decisão se sensibilizem e se conscientizem sobre a importância destes (e outros) pontos, sobretudo, para os objetivos e missão da instituição cultural e, também, para a sua própria sustentabilidade, resgatando os ideais originais de compromisso e engajamento para com a preservação e difusão dos acervos de memória e cultura, pois a BBM possui enorme potencial para se consolidar como um centro interdisciplinar de informação e documentação, memória, pesquisa e difusão científica e assim ser, efetivamente, um espaço convergente para as mais diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Anderson F.; *et al.* **Plataforma Corisco: os casos da Brasileira USP e do Instituto Paulo Freire**, 2012. Disponível em: <http://wsl.softwarelivre.org/2012/0008/52.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BRASILIANA USP. **Princípios**. 2009. Disponível em: https://web.archive.org/web/20090622071548/http://www.brasiliana.usp.br:80/bd_principios. Acesso em: 10 dez. 2018.

CGI.BR. **Memorando de intenções sobre conteúdos digitais**. 2007. Disponível em: <https://cg-conteudos.cgi.br/memorando-de-intencoes>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DARNTON, Robert. Memória digital e o futuro da comunicação: entrevista com Robert Darnton. [Entrevista cedida a] STRELOW, Aline. [Tradução] FERRARI, Miriam. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v.19, n.1, p.9-20, jan./jun. 2013.

GUERREIRO, Dália; BORBINHA, José Luís. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades. **Cadernos BAD**, n.1, p.63-78, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION of LIBRARY ASSOCIATIONS and INSTITUTIONS - IFLA. **Diretrizes para planejamento de digitalização de livros raros e coleções especiais**.

Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/rare-books-and-manuscripts/rbms-guidelines/guidelines-for-planning-digitization-pt.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018

JANCSÓ, István. **Um historiador do Brasil**: István Jancsó. [Depoimento cedido a] MOREL, Marco; SLEMIAN, Andréa; LIMA, André Nicacio (orgs.). São Paulo, Hucitec, 2010. 400p.

KIYOMURA, Leila. Os livros raros do acervo da Brasileira já estão no ar. Entrevistado: Rodrigo Moreira Garcia. **Jornal da USP**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/cultura/os-livros-raros-do-acervo-da-brasiliana-ja-estao-no-ar/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LIMA, Juliana Domingos de. 3.000 livros raros da Biblioteca Brasileira da USP estão disponíveis para download. Entrevistado: Rodrigo Moreira Garcia. **Nexo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/20/3.000-livros-raros-da-Biblioteca-Brasileira-da-USP-estao-disponiveis-para-download>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p. 875-892, Dec. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176927>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MARTINS, Dalton Lopes; DIAS, Calíope Víctor Spíndola de Miranda. Acervos digitais: perspectivas, desafios e oportunidades para as instituições de memória no Brasil. **Panorama setorial da Internet**, n. 3, ano 11, 16 p., Set. 2019. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/18151020190930-ano-xi-n-3-acervos-digitais.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

O ARQUIVO COMO UM AUTORRETRATO INSTITUCIONAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A GESTÃO DE INFORMAÇÕES E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Angelica Alves da Cunha Marques¹, Ívina Flores Melo Kuroki²

¹Universidade de Brasília (UnB), orcid.org/0000-0003-4642-5912, angelicacunha@unb.br,

²Ministério da Saúde/Universidade de Brasília, orcid.org/0000-0002-6308-6935,
ivinaflores@gmail.com

Resumo: Este trabalho retoma definições de gestão de documentos, informações e conhecimento, bem como reflexões sobre a preservação da memória institucional e social. Objetiva refletir sobre os desafios que perpassam esses processos, a partir de uma breve revisão bibliográfica e da análise da situação dos arquivos de um órgão do Poder Executivo Federal. Os resultados apontam que, apesar da literatura internacional e nacional a respeito e da legislação arquivística em vigor no Brasil, os desafios em torno da gestão e da preservação da memória são complexos e ultrapassam as suas definições. No órgão estudado, observa-se que há iniciativas em direção à acessibilidade, disponibilidade e a transparência ativa que visam à preservação da memória institucional, embora os constantes entraves, nos campos econômico e político, comprometam a aplicação das metodologias de preservação digital e de memória sugeridas. Conclui-se que a gestão de arquivamento deve ser somada à gestão de documentos, informações e conhecimento, tendo em vista métodos eficazes para o controle do fluxo contínuo de documentos, dos seus metadados e, sobretudo, do seu contexto de produção e acumulação. Como um autorretrato, o arquivo é um conjunto de evidências e testemunhos das atividades da instituição ao longo do tempo, cuja gestão e preservação demanda um conjunto de serviços desempenhados pelo arquivista, em parceria com outros profissionais da informação.

Palavras-chave: Gestão de documentos; gestão de informações; gestão do conhecimento; gestão do arquivamento; preservação da memória

Abstract: This paper brings to light the definitions of record, information and knowledge management and their influence on preservation of institutional and social memory. It aims to discuss the challenges that are present on these processes. It was done by a brief literature review and diagnosis of a executive agency. The results show that, despite the international and national literature and the archival legislation applied in Brazil, the challenges surrounding memory management and preservation are complex and beyond their definitions. In the agency studied, it was noticed that there are initiatives towards accessibility, availability and active transparency which aimed the preservation of institutional memory although there are political and economical obstacles that may compromise the application of digital preservation and memory methodologies. It was concluded that archiving management should be added to the record, information and knowledge management, as an effective methods to controll the continuous flow of records, their metadata and their context of production and accumulation. As a self-portrait, the archive is a collection of evidence and testimony of the institution's activities over time, whose management and preservation demand a set of services performed by the archivist along with other information professionals.

Keywords: Record Management; Information Management; Knowledge Management; Archive Management; Memory Preservation

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, observamos uma intensa proximidade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação quanto a, pelo menos, três aspectos: 1) os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia; 2) a formação e titulação dos seus docentes; 3) e a produção científica dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, sobre arquivos e/ou Arquivologia (MARQUES, 2007).

Quanto ao primeiro aspecto, considerando os dezesseis cursos de graduação em Arquivologia, dos nove cursos que estão vinculados a algum departamento, cinco o estão a departamentos de Ciência da Informação¹; um, a um departamento de Documentação (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM) e, dois, a Departamentos de Biblioteconomia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Em termos práticos, esses últimos casos devem assemelhar-se ou, pelo menos aproximar-se bastante da Ciência da Informação. Os outros sete cursos estão em universidades que não têm, em suas estruturas, a vinculação formal dos cursos a departamentos e estão assim vinculados: à Escola de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); ao Instituto de Arte e Comunicação Social, na Universidade Federal Fluminense (UFF); à Faculdade de Ciência da Informação, na Universidade de Brasília (UnB); ao Instituto de Ciência da Informação, na Universidade Federal da Bahia (UFBA); ao Centro de Ciências Biológicas e Sociais e Aplicadas, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação, na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG); e à Escola de Ciência da Informaçã, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Quanto ao segundo aspecto, grande parte dos docentes desses cursos obtiveram seus títulos de mestres e doutoradores em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Além disso, muitos deles estão credenciados nesses programas, o que parece indicar a trajetória natural desses professores, pelo menos nos casos em que os cursos de graduação em Arquivologia e os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação ocupam o mesmo espaço nas universidades (MARQUES, 2007).

O cruzamento dessas informações parece justificar, em parte, a produção científica sobre arquivos e/ou Arquivologia nesses programas: 44,48% das 661 teses, dissertações e trabalhos

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

de conclusão de curso (TCCs) foram produzidas em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação.²

O entrecruzamento desses três fatores ratifica o intenso diálogo entre as duas disciplinas no contexto brasileiro atual, indicando o compartilhamento de lugares da Arquivologia e da Ciência da Informação no campo da informação, conforme definido por Marques: “o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação” (MARQUES, 2011, p. 76). A autora defende que:

Neste campo estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da CI, como (sub/inter)campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares. (MARQUES, 2011, p.76, grifos nossos).

No Brasil, o desenho desse campo parece decorrer dos desafios e interesses comuns entre as duas áreas, destacadamente as preocupações voltadas para a gestão de documentos e informações, após a segunda Guerra Mundial. A partir dessa época, a influência norte-americana no pensamento arquivístico mundial chama a atenção para os arquivos correntes (records management) – ou seja, para a necessidade de se gerir documentos desde a sua produção –, distinguindo-os dos arquivos permanentes (archives administration) (SCHELLENBERG, 1974).

Considerando que a gestão da informação se relaciona à gestão de documentos e que estes, dentre outras unidades de informação, encontram-se nos arquivos, a gestão concebida pela Ciência da Informação perpassa, inevitavelmente, os documentos de arquivo. As “novas” preocupações com a produção, identificação, organização e usos da informação também são objeto dos estudos arquivísticos, com as suas peculiaridades.

Considerando esse breve contexto histórico, propomos, neste trabalho buscamos compartilhar reflexões sobre os desafios contemporâneos que perpassam a gestão de informações e a preservação da memória, ao relatarmos a situação de um caso concreto observado em um órgão do poder executivo federal. Nesse sentido, identificamos alguns posicionamentos de estudiosos da Arquivologia e da Ciência da Informação sobre as suas relações para, em seguida, destacarmos o papel do arquivo no contexto organizacional, entre as várias versões da gestão (de documentos, de informações, do conhecimento e de arquivamento).

² Conforme pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), em outubro e novembro de 2019.

METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho qualitativo em sua abordagem e descritivo quanto ao seu objetivo. Teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica para a observação e relato de um caso. O órgão estudado foi escolhido por fazer parte da nossa realidade de trabalho, ter uma gestão de documentos estabelecida desde 1991, logo após a publicação da Lei de Arquivos. Esse órgão possui em sua estrutura uma Coordenação-geral de Documentação e Informação cujas atribuições incluem a gestão da informação e do conhecimento, conjugada com a gestão de documentos, de bibliotecas e de um centro de memória. A observação ocorreu entre os meses de maio e agosto de 2019, durante o planejamento de um projeto de acesso e difusão das informações finalísticas.

Para compreendermos as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, o “entre disciplinas”, segundo Pombo, Guimarães e Levy (1994), devemos considerar a identidade de cada uma dessas disciplinas, a começar pelas suas contingências históricas, ou seja, as singularidades da concepção e desenvolvimento de cada uma como disciplina científica. Nesse sentido, é importante lembrarmos o contexto de concepção da Arquivologia, no século XVI (FONSECA, 2004), diferente daquele da Ciência da Informação, em meados do século XX.

A configuração atual dessas disciplinas no campo da informação brasileiro pode ser entendida a partir da hierarquização de disciplinas apontada por Bourdieu (2001). Para esse estudioso, há três níveis do trabalho científico, a disciplina, o subcampo e a especialidade, tomados, por ele entendidos como sinônimos: “Cada disciplina (como campo) é definida por um nomos [lógica] particular de visão e de divisão, um princípio de construção da realidade objetiva irreduzível àquele de outra disciplina” (BOURDIEU, 2001, p. 103, tradução nossa). Nesse sentido, ele aponta que a noção de campo científico retoma, simultaneamente, a unidade existente na ciência e as diversas posições que as diferentes disciplinas ocupam no espaço, isto é, sua hierarquização. O que acontece no campo depende dessas posições e este pode ser descrito como um conjunto de campos locais (disciplinas), que têm interesses e princípios mínimos em comum, o que subsidia o nosso olhar para a Arquivologia e a Ciência da Informação no campo da informação (MARQUES, 2011).

Respeitadas as suas singularidades – domínio material, domínio de estudo, nível de integração teórica, métodos, aplicações práticas, instrumentos de análise e contingências históricas (HECKHAUSEN, 1972) – podemos visualizar as relações entre essas disciplinas, sem comprometer as suas identidades (MARQUES, 2007). Como bem aponta Japiassu

(1976), a fragmentação do conhecimento não se sustenta na sociedade contemporânea e passa a se reestruturar num processo de (re)formulação contínua do corpo de conhecimentos sobre o domínio em questão (HECKHAUSEN, 1972), no qual as fronteiras tradicionais entre os saberes são reduzidas e a pluralidade disciplinar ganha espaço (GOMES, 2001).

Nessa perspectiva, uma disciplina visita outras disciplinas e áreas do conhecimento e, ao estabelecer diálogos, se apropria e, muitas vezes, ressignifica conceitos e métodos diversos. Os diferentes graus dessas (re)apropriações podem ser traduzidos em modalidades de diálogos entre diferentes disciplinas, processo que comumente chamamos de interdisciplinaridade, mas que possui graus diversos de interlocução teórica (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994).

REVISÃO DE LITERATURA

A falta de consenso em torno da interdisciplinaridade e suas variações (MARQUES, 2007) leva à confusão quanto à distinção das modalidades de relações entre duas ou mais disciplinas, a exemplo do que ocorre sobre as diversas visões acerca das relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, como analisado por Marques (2013).

Há estudiosos da Ciência da Informação que ignoram a trajetória histórica dos arquivos e da Arquivologia e nem a consideram nos seus diálogos interdisciplinares, como por exemplo Tarapanoff (2006). Em uma perspectiva mais radical, chama-nos a atenção a abordagem de Le Coadic (1996), que considera a Arquivologia uma

[...] **disciplina auxiliar da história**, [que] preocupa-se com a preservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. **Os arquivos não passam de documentos conservados**, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos. (LE COADIC, 1996, p. 14, grifo nosso).

Outros autores também parecem ignorar a trajetória da Arquivologia e a concebem como uma parte, uma disciplina (aplicada) da recém-criada Ciência da Informação, como Pinheiro (1999). Essa estudiosa apresenta um diagrama das faces tecnológica e social da Ciência da Informação e, aponta três áreas com relações interdisciplinares mais fortes com essa disciplina: a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Segundo ela, as relações da área com a Arquivologia ocorrem a partir de um equívoco entre interdisciplinaridade e aplicações.

Silva et al. (1999), assim como Rousseau e Couture (1998) visualizam uma convergência da Arquivologia para as “Ciências da Informação”, sob um olhar sistêmico, também defendido por Mariz: “Os sistemas de informação são contemplados tanto pela Arquivística –

para documentos que possuam relação orgânica – quanto pela CI – para informações de uma forma geral” (MARIZ, 2004, p. 35).

Para outros estudiosos, com os quais nos identificamos, a autonomia da Arquivologia é reconhecida em níveis e graus diversos, o que possibilita a visualização das suas relações com a Ciência da Informação, sejam ainda frágeis (JARDIM; FONSECA, 1995; SILVA, 1996; FONSECA, 2004), sejam estreitas e promissoras (MARQUES, 2007; 2011).

Para Jardim e Fonseca (1995), ainda que a informação seja contemplada por ambas – a partir das suas diferentes propriedades e especificidades quanto à produção, uso e disseminação – o território disponível para o intercâmbio teórico e prático mostra-se extremamente vasto. Assim, para esses autores, as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação não são claras, tampouco interdisciplinares e estão em vias de se estabelecer em níveis pluridisciplinares.

Fonseca (2004) ratifica esse posicionamento ao afirmar que as relações de interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação ainda não fazem parte da nossa realidade, pois se verifica uma pequena interseção entre as duas disciplinas.

Ao estudar a trajetória histórica e a configuração da Arquivologia e da Ciência da Informação no campo da informação, Marques (2011) defende a identidade de cada uma dessas disciplinas, tendo em vista os seus contextos específicos de concepção e desenvolvimento. Ainda que possuam interfaces que as aproximem em torno da gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação, a Arquivologia é concebida como disciplina científica no século XVI (FONSECA, 2004), enquanto que a Ciência da Informação, a partir da Segunda Guerra Mundial, embora tenha repercussões internacionais na segunda metade do século XX, com eventos científicos que marcariam a sua história (PINHEIRO, 2002). Há que se ponderar também a especificidade do objeto de estudo da Arquivologia, os documentos de arquivo, como informações orgânicas registradas (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Em todos esses posicionamentos, podemos visualizar que as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação são perpassadas pelas diferentes e complementares versões da gestão (de documentos, de informações e do conhecimento). Essas versões aparecem na literatura das duas disciplinas confusamente, embora alguns estudiosos nos alertam quanto às suas distintas amplitudes, como demonstrado a seguir.

Sobre a gestão de documentos, Cruz Mundet explica que ela é a tradução literal do termo norte-americano records management, cujas origens situam-se no início dos anos de 1930 nos

Estados Unidos e se relacionam ao conceito de ciclo de vida dos documentos. A gestão de documentos é assim entendida como “o conjunto de tarefas e procedimentos orientados a lograr uma maior eficácia e economia na exploração dos documentos por parte das organizações” (CRUZ MUNDET, 2006, p. 17, tradução nossa).

Esse autor aponta, ainda, as diferentes concepções da gestão de documentos (mais políticas do que geográficas) pelos europeus, canadenses e australianos. No primeiro caso, a tradição romântico-nacionalista é abrigada nos arquivos nacionais, onde os arquivos históricos têm grande valor. No segundo caso, a “gestão integrada da informação orgânica” é apresentada como uma proposta que não privilegia uma ou outra “idade” documental, mas todo o ciclo de vida, da produção à difusão e acesso aos documentos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 67). E o terceiro caso considera essencial a continuidade dos documentos sob quatro aspectos: arquivístico (organização dos documentos conforme os princípios da Arquivologia); probatório; transacional (funcional) e identitário (respeito à proveniência). Nessa abordagem, a gestão corresponde, respectivamente, à criação, captura, organização e difusão de documentos.

No Brasil, a gestão de documentos é prevista na Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a “Lei de Arquivos” (BRASIL, 1991), que a define como: “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística ratifica essa definição anos mais tarde, sem alterações (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Sobre a gestão da informação (embora usemos, neste trabalho, o termo no plural), Wilson a entende como “a gestão do ciclo de vida até o ponto da entrega da informação para o usuário”. Ele explica que, “O que acontecer depois depende de muitos fatores, tais como o clima organizacional, os sistemas de recompensa, a cultura organizacional e assim por diante” (WILSON, 2006, p. 54).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a gestão da informação consiste na “Administração do uso e circulação da informação, com base na teoria ou ciência da informação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100). Assim, infere-se que a Arquivologia se apropriaria de um conceito da Ciência da Informação para gerir as informações registradas nos documentos de arquivo.

Ainda de acordo com Wilson (2006), a gestão do conhecimento remonta à época da administração científica de Taylor na primeira parte do século XX, como parte de uma série de estratégias. Pérez-Montoro Gutiérrez (2006, p. 121) define a gestão do conhecimento como

“a disciplina que se encarrega de projetar e implementar um sistema cujo objetivo é identificar, captar e compartilhar sistematicamente o conhecimento contido em uma organização, de modo tal que possa ser convertido em valor para a mesma”. Para ele, a gestão do conhecimento nas organizações envolve a conversão dos conhecimentos tácito, explícito, individual, interno e externo em conhecimento corporativo, o qual deve ser acessível ao indivíduo, tendo-se em vista os objetivos da organização.

Wilson (2006, p. 54) também defende a “aplicação efetiva do que se conhece na organização para assegurar o seu desenvolvimento e sobrevivência”, a partir do gerenciamento da organização, do desenvolvimento da aprendizagem e das habilidades e da promoção do compartilhamento da informação.

Dessa maneira, como um domínio interdisciplinar, em que se utilizam conceitos oriundos de diversas disciplinas para a formação dos seus fundamentos teóricos, o papel da gestão do conhecimento se relaciona à “estratégia empresarial”, num “ambiente de aprendizagem contínua”, como lembra Ferreira (2003, p. 44). Nesse ambiente, dentre outros desafios, o profissional da informação “precisa aprender a lidar mais com processos que com técnicas, pois a questão enfatizada é mais com o trabalho com o fluxo e consumo de informação do que com o trabalho de estocá-la” (FERREIRA, 2003, p. 49).

Pérez-Montoro Gutiérrez (2006) defende a inserção da dimensão documentária em qualquer programa de gestão de conhecimento. No âmbito organizacional, ele explica que:

Uma das operações críticas de GC [gestão do conhecimento] é a conversão, na medida do possível, de todo o conhecimento contido na organização em conhecimento corporativo ou organizacional. Nessa conversão, requer-se que uma parte importante do conhecimento residente na cabeça dos indivíduos acabe por ser representada em documentos, e que essa representação documentada passe a constituir propriedade da organização. Além disso, tal conversão deverá ser acompanhada por um sistema que propicie a gestão desses documentos ou representações, de modo a permitir que estes, em função dos interesses da organização, possam ser acessíveis e compartilhados por todos os seus membros (PÉREZ-MONTORO GUTIÉRREZ, 2006, p. 125-126).

Mais recentemente, há preocupações embaladas pelos desafios de gestão e preservação dos documentos contemporâneos que apontam para outra versão da gestão: a de arquivamento. Segundo Chabin (2010), a gestão de arquivamento diz respeito a uma “Abordagem organizacional que visa a identificar, proteger e manter disponíveis todos os documentos que envolvem uma empresa ou organização diante de terceiros ou de sua atividade futura e cujo defeito representaria um risco [à própria instituição]. Assim, a gestão de arquivamento deve prever processos e mecanismos que garantam a identificação, a segurança e a disponibilização

de documentos não somente no presente e no âmbito institucional, como também para a posteridade e para a sociedade.

OS PAPÉIS DO ARQUIVO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

Queyras e Quoniam lembram a importância do registro das ações organizacionais – já enfatizados por estudiosos da Arquivologia como Bellotto (1991) –, ao afirmarem que “a informação, uma vez transmitida, escapa à empresa. Portanto, é recomendável redigir constantemente notas, memórias e resumos de reuniões, pra mostrar e demonstrar o aporte informacional do grupo de inteligência competitiva para a tomada de decisão na organização” (2006, p. 87).

Moresi (2006), por sua vez, aponta a dinâmica dos usos desses registros, que podem produzir conhecimento a partir de ações de comunicação entre a fonte e o receptor.

As organizações lembram o passado em suas políticas e procedimentos. As pessoas, quando confrontadas com questões ou problemas a serem solucionados, recorrem a essa memória, buscando não só o conhecimento explícito, mas também o tácito. A inteligência humana utiliza a memória da empresa e acrescenta-lhe valor, criando novo conhecimento. O sistema de gestão do conhecimento pode capturar esse novo conhecimento e torná-lo disponível em sua forma apropriada. (MORESI, 2006, p. 288).

Levando-se em conta essas reflexões e as definições apresentadas na seção anterior, podemos observar que a gestão de documentos, a gestão de informações e a gestão do conhecimento se entrelaçam no contexto organizacional e, muitas vezes, se sobrepõem. Se o arquivo é o “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), entendemos que, no contexto organizacional, ele contempla e é permeado por essas três versões da gestão, avizinhandose das demais unidades de informação (bibliotecas, museus, centros de documentação e informação) tanto na organização de documentos quanto na sua preservação.

Nesses cenários, não ignoramos o conhecimento tácito, ou seja, aquele que não é registrado, mas que não deixa de ser informação importante nas instituições. Contudo, focalizamos o arquivo como conjunto de provas e testemunhos das ações de uma instituição (BELLOTTO, 2014), considerando que os documentos de arquivo, na sua produção e recepção, são constituídos no contexto de realização da missão institucional, conforme as funções e atividades que lhe dão origem. “A singularidade do produtor do arquivo, a filiação dos documentos às ações que promovem a missão definida e a dependência dos documentos dos seus pares” são características intrínsecas ao arquivo (RODRIGUES, 2006, p. 107).

As funções arquivísticas preveem cuidados com os documentos desde a sua produção até a sua difusão. E é nesse sentido que as atividades realizadas no arquivo têm estreita relação com aquelas propostas pelos programas de gestão da informação, que contemplam “a aplicação do ciclo da informação (processo da Ciência da Informação) às organizações” (TARAPANOFF, 2006, p. 22). Esse ciclo compreende, segundo essa autora, a geração, seleção/aquisição, representação, armazenamento, recuperação, distribuição e uso da informação, que correspondem às sete funções arquivísticas: criação/produção, classificação, avaliação, incorporação, descrição, difusão e preservação (COUTURE et al., 2003).

Nesse sentido, o papel dos arquivos para a eficácia administrativa é definido por Vivas Moreno (2004) como uma “relação bilateral”, na qual,

[...] por um lado as reformas administrativas condicionam a evolução quantitativa e qualitativa dos arquivos; por outro, estes incidem no desenvolvimento daquelas e em sua maior funcionalidade pragmática. As reformas administrativas e o desdobramento arquivístico, em consequência, são fatores que se retro alimentam. Nessa ordem de coisas, o arquivo é considerado como entidade necessária ao funcionamento administrativo (pensando na exigência de provas nos numerosos processos, os abundantes documentos de juízo de imprescindível formalidade para várias questões) e, portanto, de eficácia relevante tanto para a administração como para os administrados. (VIVAS MORENO, 2004, p. 84-85, tradução nossa).

Os documentos de arquivo, que são compostos pela informação orgânica registrada, objetos de estudo da Arquivologia e de intervenção dos arquivistas, embora não sejam as únicas fontes de informação para que as decisões tomadas pelas instituições, contribuem valiosamente para tal.

Considerando-se que: a informação estratégica é aquela capaz de apoiar as principais atividades de uma organização; é essencial para a tomada de decisão, reduzindo incerteza; e a informação arquivística, por sua vez, também apresenta características similares, então é possível afirmar que as informações estratégicas ou gerenciais amplamente utilizadas pelos administradores para a tomada de decisões nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, possuem uma parcela significativa de informações com característica e natureza arquivística (VIVAS MORENO, 2007, p. 9). E nesse sentido, o arquivo tem um papel singular para a realização da missão institucional e da preservação da sua memória junto à sociedade.

O CASO CONCRETO: OS ARQUIVO DO ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

No âmbito do órgão estudado, as observações iniciaram pelo organograma. Há uma área de gestão da informação e do conhecimento (Coordenação-Geral de Documentação e Informação) vinculada a uma Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Essa subsecretaria possui em seu escopo de trabalho toda a área-meio do órgão. Pelo organograma, já podemos compreender que a gestão da informação e do conhecimento não é vista como uma área estratégica, mas como um trabalho vinculado às atividades-meio da instituição. A Coordenação de Arquivo vincula-se à coordenação geral, juntamente das coordenações de biblioteca, do centro de documentação e da editora do órgão.

Em 2019, o órgão foi reestruturado. A Coordenação-Geral se manteve, mas foi adicionada ao seu escopo a responsabilidade não apenas pela gestão da informação, como também pela estruturação de toda a governança de gestão da informação e do conhecimento institucional. O objetivo dessa iniciativa foi preencher as suas lacunas normativas institucionais quanto à gestão das informações e, sobretudo, a disponibilização delas.

Tendo esta tarefa, em maio de 2019, iniciou-se um estudo diagnóstico que pudesse mensurar as fontes de produção da informação, em especial as informações produzidas em sistemas de informação. Como etapas para o estudo, foi feito um levantamento dos sistemas de informação, seguido de um mapeamento das normas nas áreas de arquivo, gestão da informação e do conhecimento. Após a coleta, foram analisados os sistemas em relação ao tipo de informação produzida, categorizando-os. Por último, elaborou-se uma proposta de metodologia de gestão e difusão das informações.

No tocante às normas, identificamos que há políticas de Gestão Arquivística de Documentos, Segurança e Comunicação da Informação, Produção Editorial e Governança de Dados. Não há políticas de Preservação Digital, Memória Institucional e Curadoria de Conteúdos. As políticas existentes foram elaboradas pela área de Tecnologia da Informação (TI) e possuem pressupostos contraditórios com a literatura da área de Gestão da Informação de Arquivos e do Conhecimento.

Como resultados, foram identificados 258 sistemas de informação. Notou-se que há aproximadamente outros 500 sistemas. Porém, estes não foram internalizados pela área de TI do órgão. Ou seja, são sistemas que foram desenvolvidos, mas não foram internalizados, não são sustentados e tampouco mantidos pela área de TI. Dos sistemas mapeados, observou-se que não há qualquer ação em direção à gestão da informação, de documentos e do

conhecimento. As informações geradas são produzidas sem qualquer padronização, inclusive à margem dos normativos que regem o Poder Executivo, por exemplo, o Manual de Redação Oficial da Presidência da República.

Após o levantamento, verificou-se que os sistemas poderiam ser categorizados segundo três perspectivas. A primeira é a do potencial arquivístico, isto é, sistemas que produzem informação que manifestam o decurso das atividades condizentes com a missão e as macrofunções das atividades da instituição. Neste ponto, assumiu-se também a “informação arquivística” como objeto de análise, pois em sistemas de informações não se pode permanecer restrito ao conceito de documento de arquivo de forma estrita.

A segunda perspectiva é a do potencial informacional, ou seja, aqueles sistemas que geram informação a partir da consolidação de informações de outros sistemas ou outras bases, como os sistemas de pagamento. Estes sistemas são potenciais fontes de gestão da informação e do conhecimento, uma vez que produzem dados estratificados que também são provas de ação e de decisão, possuindo também potencial arquivístico.

A terceira perspectiva se aplica a sistemas que são base de cadastros de usuários, empresas, instituições, colaboradores diretos e indiretos, entre outros. Como resultado da categorização opte-se:

Potencial Arquivístico	Quantidade	Porcentagem
Cadastro	60	23,35
Informacional	100	38,91
Registro de ação	97	37,74
Total=	257	100%

O diagnóstico mostrou que nenhum dos sistemas possui qualquer procedimento de gestão da informação sendo aplicado. Sobre a gestão de documentos, os sistemas em questão não possuem funcionalidades que viabilizem a avaliação e a destinação final de documentos que tenham cumprido seus prazos de guarda. Os sistemas não estão integrados a qualquer plataforma de acesso e difusão ou a qualquer base/repositório público. Os dados e informações produzidos não são registrados em formatos aberto, o que impossibilita o reuso das informações para a produção de conhecimento.

Foi identificado que não há no órgão a cultura da transparência; pelo contrário, é predominante o senso de pertencimento das informações. Os produtores se consideram seus donos e pensam que podem deliberar sobre a sua disponibilização, ignorando a legislação. Notou-se, também, que, em decorrência de a área de Gestão da Informação ser parte da área-meio, há pouco investimento em iniciativas de inovação e em projetos que pudessem qualificar os processos de trabalho. Constatamos que há iniciativas em direção à acessibilidade, disponibilidade e a transparência ativa que visam à preservação da memória institucional, embora os constantes entraves, nos campos econômicos e políticos, atrasem a aplicação das metodologias de preservação digital e de memória sugeridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos, no contexto organizacional, a gestão de documentos, de informações e a do conhecimento se entrelaçam e os documentos de arquivo são perpassados pelas três abordagens. Todavia, ainda que muito ricas em seu arcabouço teórico, essas versões da gestão parecem ser insuficientes para a organização e a preservação dos documentos contemporâneos, que são apresentados em suportes, formatos e formas diferentes das tradicionais. Assim, a recuperação e a disponibilização desses documentos, seja para a tomada de decisões cotidianas, seja para a preservação da memória institucional e social, demandam estratégias políticas que devem considerar as contribuições da gestão de arquivamento.

O singular papel do arquivo no contexto organizacional dá-se a partir dos diversos usos dos documentos como provas de ações e seus testemunhos ao longo do tempo, o que demanda estratégias que garantam a sua identidade, autenticidade, segurança e disponibilidade. Como um auto-retrato institucional, não completo, mas único, o arquivo deve ser gerido e preservado para a promoção do acesso à informação, condição para o exercício da democracia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O sentido dos arquivos. In: I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf>. Acesso em 5 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Science de la science et réflexivité: Cours du Collège de France 2000-2001. Paris: Raisonsd’agir, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>, acesso 05 dez 2019.

COORDENAÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Catálogo de Teses e Dissertações. Informações disponíveis em: <[http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), acesso em 16 nov. 2019.

COUTURE, Carol (Org.). Les fonctions de l’Archivistique contemporaine. Québec: Presses Universitaires du Québec, 2003.

CHABIN Marie-Anne (2010). Glossaire Archivage 2010-Chabin-Définitions et commentaires-chapitre 1 - Qu’est-ce que l’archivage ? Disponível em: <http://transarchivistique.fr/glossaire-archivage-2010-chabin-definicions-et-commentaires-chapitre-1-quest-ce-que-larchivage/>, acesso em 09 maio 2019.

CRUZ MUNDET, José Ramón. La gestión de documentos en las organizaciones. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. Ciência da Informação, v. 32, n. 1, p. 42-49, jan./abr. 2003.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares. 101 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. DataGramZero, v. 2, n. 4, ago/2001.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: CERI. L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. INFORMARE, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Cenário Arquivístico, v. 3, n. 1, p. 29-36, jan./jun. 2004.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os lugares da arquivologia no campo da informação. Ciência da Informação, v. 42, p. 109-123, 2013.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Memória organizacional e gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira. Inteligência, informação e conhecimento em corporações. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

PÉREZ-MONTORO GUTIÉRREZ, Mario. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: TARAPANOFF, Kira. Inteligência, informação e conhecimento em corporações. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo Interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: Pinheiro, Lena V. Ribeiro (org.). Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova era. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p. 61-86.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. A interdisciplinaridade: reflexão e experiência. Lisboa: Texto, 1994.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

QUEYRAS, Joachim; QUONIAN, Luc. Inteligência competitiva. In: TARAPANOFF, Kira. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivísticas em tempos de gestão do conhecimento. In: _____; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *Arquivística: temas contemporâneos. Classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Distrito Federal: SENAC, 2007, p. 174-223.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SILVA, A. M. da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Junia Guimarães e. *Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

TARAPANOFF, Kira. *Informação, conhecimento e inteligência em corporações: relações e complementaridade*. In: _____. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

VIVAS MORENO, A. El tiempo de la archivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

WILSON, Thomas Daniel. A problemática da gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira. *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

IDENTIFICAÇÃO TIPOLÓGICA EM ARQUIVOS PESSOAIS: UM ESTUDO DA ESPÉCIE DOCUMENTAL “DIPLOMA”

TYOLOGICAL IDENTIFICATION IN PERSONAL ARCHIVES: A STUDY OF THE DOCUMENTARY SPECIE "DIPLOMA"

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Museu de Astronomia e Ciências Afins, 0000-0003-1322-7549, celina@mast.br

Resumo: Apresenta resultados parciais obtidos no projeto de pesquisa “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, coordenado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins. O projeto tem por objetivo estudar a produção documental arquivística gerada a partir das atividades de pesquisa de cientistas e instituições científicas, visando a elaboração de procedimentos, recomendações e políticas de preservação. O objetivo específico deste estudo foi o de identificar os tipos de diplomas a fim de complementar o glossário de espécies e tipos documentais de arquivos pessoais de cientistas da instituição. Além disso, também buscou contribuir para todo o processo de organização dos fundos pessoais, em especial para a classificação e a descrição de documentos. A metodologia da identificação tipológica consiste em: levantamento biográfico dos produtores dos arquivos; levantamento das atividades e funções desempenhadas; e identificação dos documentos consequentes das funções e atividades, considerando-se que os diplomas são documentos decorrentes da trajetória de vida de cada um. A metodologia deste estudo foi realizada em três etapas: a primeira consistiu no levantamento de diplomas em arquivos pessoais já organizados. Foi selecionada uma amostragem de 40 diplomas emitidos entre 1894 e 1996. A segunda etapa consistiu na identificação da atividade que produziu o diploma. E na terceira etapa os diplomas foram tipificados e definidos de acordo com a atividade produtora. Como resultado, o estudo identificou 21 tipos de diplomas, de 10 fundos pessoais, apresentando quadros com tipos, atividades e definições. O estudo se estenderá para a análise diplomática dos diplomas, identificando os elementos intrínsecos e extrínsecos, e a configuração das informações de acordo com cada tipo.

Palavras-chave: Tipologia; diploma; arquivo pessoal.

Abstract: It presents partial results obtained in the research project "Study of the species and documentary typology of science and technology archives", coordinated by the History of Science Archives of the Museum of Astronomy and Related Sciences. The project objective is to study the archival documentary production generated from the research activities of scientists and scientific institutions, aiming the elaboration of preservation procedures, recommendations and policies. The specific objective of this study was to identify the types of diplomas to complement the glossary of species and documentary types of personal archives of scientists at the institution. In addition, it also sought to contribute to the entire process of organizing personal funds, in particular to the classification and description of documents. The methodology of typological identification consists of: biographical survey of the producers of the archives; in the survey of the activities and functions performed; and in the identification of records resulting from functions and activities, considering that diplomas are documents arising from the life trajectory of each. The methodology of this study was carried out in three stages: the first consisted of the survey of diplomas in personal archives already organized. A sampling of 40 diplomas issued between 1894 and 1996 was selected. The second stage consisted of identifying the activity that produced the diploma. And in the

third stage the diplomas were typified and defined according to the production activity. As a result, the study identified 21 types of diplomas, out of 10 personal funds, presenting tables with types, activities and definitions. The study will extend to the diplomatic analysis of diplomas, identifying the intrinsic and extrinsic elements, and the configuration of information according to each type.

Keywords: Types of records; Diploma; Personal archives.

INTRODUÇÃO

A tipologia dos documentos é um estudo que vem ganhando espaço cada vez maior na Arquivologia. As informações aqui apresentadas representam resultados parciais obtidos no projeto de pesquisa “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, coordenado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

O projeto foi elaborado em decorrência da necessidade de se conhecer os tipos de documentos presentes nos arquivos pessoais, e que nem sempre são de fácil identificação. Assim, o objetivo do projeto é o de estudar a produção documental arquivística gerada a partir das atividades de pesquisa de cientistas e instituições científicas, visando a elaboração de procedimentos, recomendações e políticas de preservação. O projeto já produziu um glossário de espécies e tipos documentais de arquivos de laboratório, e está em produção um glossário das espécies e tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas. Apoio de 2 bolsas CNPq/PCI.

No âmbito do projeto, o objetivo específico do estudo dos tipos de diplomas é o de identificar os diplomas de acordo com as atividades e ações que os produziram, de forma a contribuir para a elaboração de quadro de classificação/arranjo e descrição; bem como contribuir para o glossário de espécies e tipos documentais

O objetivo específico esta comunicação é apresentar o estudo de identificação dos tipos de diplomas. Tal estudo visa complementar o glossário de espécies e tipos documentais de arquivos pessoais de cientistas, em elaboração pelo Arquivo da instituição. Além disso, também busca contribuir para todo o processo de organização dos fundos pessoais, em especial para a classificação e a descrição de documentos. A identificação dos tipos documentais presentes nos arquivos é fundamental para a avaliação das funções e atividades

de um organismo, seja institucional ou pessoal. Para cada função e atividade corresponde um ou mais documentos.

Para Antonia Heredia Herrera, “os nomes das coisas são o primeiro passo para seu reconhecimento” (Heredia Herrera, 2007: p. 46, tradução nossa). Assim, conhecer os diplomas e seus tipos, identificando as informações presentes, é possível acompanhar e entender sua produção e, além disso, a vida e obra de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da ciência no país.

A identificação pode ser considerada uma fase do trabalho de organização e processamento técnico de um arquivo, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), que define identificação como o “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

Para Rodrigues

esta fase da metodologia arquivística denominada identificação, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação. Neste sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental (RODRIGUES, 2008, p.22).

A identificação pressupõe o estudo do órgão produtor do documento ou, no caso dos arquivos pessoais, da pessoa que o produziu ou acumulou, vinculando-o à ação, para se compreender a gênese do documento.

No caso do documento “diploma”, este é recebido e acumulado pela pessoa, e não produzido. Neste sentido, o presente estudo foca nas ações realizadas pelo acumulador que resultaram no recebimento do diploma, e não na pessoa como produtora do documento.

METODOLOGIA

O estudo constituiu-se de análise documental seguindo a metodologia da análise tipológica que, segundo Rodrigues, “contextualiza a espécie no âmbito da função que determina sua produção, elemento que será denominativo do tipo documental, objeto e campo de estudos da tipologia documental” (RODRIGUES, 2013, p, 75).

Tal metodologia se caracteriza por sua “pertinência como ferramenta de pesquisa para o desenvolvimento das práticas arquivísticas, relacionando-a com as funções de classificação, avaliação, descrição e também com o planejamento da produção documental” (idem).

As opções metodológicas desse estudo foram:

- 1) Realizar o levantamento de diplomas em arquivos pessoais já organizados e com inventários publicados. A seleção foi realizada por meio dos inventários, buscando as descrições dos dossiês. A identificação selecionou uma amostra de 40 diplomas;
- 2) Identificar os tipos de diploma, de acordo com a atividade ou ação que os produziram;
- 3) Utilizar o substantivo para designar a ação, e não o verbo, pois o que se está considerando é quem recebe, não quem emite o diploma.

O ESTUDO DO DIPLOMA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS

Nos arquivos pessoais, os documentos produzidos e acumulados não são regidos pela legislação ou regras rígidas, o que os torna um campo fértil para análises tipológicas.

Espécie documental “é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO, 2010). Com os estudos dos tipos documentais produzidos é possível observar as múltiplas facetas de uma espécie documental e suas variantes. A diversidade de espécies e tipos documentais presentes nos arquivos pessoais ainda representa um mundo a ser descoberto, identificado e definido.

A espécie diploma e os respectivos tipos identificados foram escolhidos para um estudo tipológico devido à existência de exemplares em um longo período de tempo nos arquivos pessoais presentes no Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Foi selecionada uma amostragem de um período de tempo de cerca de cem anos, entre 1894 e 1996. A periodicidade longa permite acompanhar as mudanças decorrentes do tempo, sejam elas extrínsecas, como o suporte, ou intrínsecas, como o modo de articulação do discurso.

No que se refere ao tipo, o estudo buscou analisá-lo e identificá-lo de acordo com a atividade que o produziu.

O diploma é uma espécie documental antiga. Até o século XVIII, os documentos públicos e oficiais de grande relevância, emitidos por reis, soberanos e papas, eram chamados de diplomas (LEAL; SIQUEIRA, 2011), daí o nome diplomática, ciência que estuda os diplomas, cartas e outros documentos oficiais. A diplomática, desde particularmente a Idade Média (BERWANGER; LEAL, 1991), tem dado uma importante contribuição, pois esta disciplina visa analisar minuciosamente o documento, em suas partes, e como um todo, auxiliando nos processos de análise dos diplomas.

O estudo do diploma permite analisar as situações e/ou circunstâncias que exigem a emissão do documento, além do conteúdo e da forma. As circunstâncias vão definir se o documento é um diploma ou um certificado. No universo acadêmico existem algumas definições para diploma e certificado, mas basicamente, o diploma é um documento formal emitido por instituições de ensino com cursos reconhecidos, habilitando seu titular ao exercício de uma profissão. Os diplomas são emitidos para comprovar a conclusão em cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Portanto, é um documento comprovativo da atribuição de um grau acadêmico. Sempre um documento formal, também é fornecido quando alguém conclui algum curso profissionalizante, de nível superior ou não, regulamentado por lei, expedido por escolas normais, faculdades isoladas, universidades e outras instituições de ensino.

O diploma também pode reconhecer ou conferir oficialmente um privilégio, um título, uma dignidade, um poder. Pode representar um título comprobatório de direito ou obrigação. Assim, existem ainda diplomas especiais, do tipo diploma de honra ao mérito, diploma de personalidade do ano, diploma de professor padrão e tantos outros que são fornecidos por entidades culturais e sociais.

Já o certificado é um documento fornecido para certificar ou comprovar que alguém participou de algum evento, do tipo congresso, simpósio, encontro, ciclo de estudos, palestra, conferência etc., ou de algum curso de extensão cultural ou de nível secundário, como curso científico, supletivo etc. Cursos de pós-graduação também podem emitir certificados.

O diploma, enquanto documento oficial, pode ser enquadrado, segundo Cunha e Cavalcanti (2008), em três esferas:

Administrativa - é um instrumento ou ato legal que confere a alguém uma dignidade ou privilégio;

Educativa - documento oficial, fornecido por instituição de ensino ao aluno que completou os estudos de um curso, conferindo-lhe o título apropriado e investindo-o nas prerrogativas que decorrem desse título. As instituições educativas, sob o controle do Estado, universidades e escolas utilizavam o diploma para conferir certos direitos ou atestar certas aptidões¹.

E na esfera da História - ato oficial que concede direitos, honras e títulos, expedido por uma autoridade.

¹ ENCICLOPÉDIA Barsa Universal. 2 ed. São Paulo, 2009.

Como se pode observar, independentemente da esfera, o caráter legal e jurídico é imprescindível para tornar o diploma em documento oficial. O Quadro 1 apresenta algumas definições de diploma.

Quadro 1 – Definições de diploma

Fonte: elaboração própria (grifo nosso)

FONTE	DEFINIÇÃO
ENCICLOPÉDIA Barsa Universal (1934) ²	<u>Título</u> ou documento oficial com que se confere um cargo, dignidade, mercê ou privilégio.
Glossário UNICAMP (1993)	<u>Título</u> ou documento oficial com que se confere um cargo, dignidade, mercê ou privilégio
Glossário USP (1997)	<u>Título</u> com que se confere um cargo, dignidade, privilégio ou se concede a habilitação profissional a alguém
CAMARGO; GOULART (2007)	<u>Título</u> pelo qual se confere cargo, dignidade, habilidade ou grau de escolaridade a uma pessoa.
CUNHA; CAVALCANTI (2008)	Na esfera administrativa, instrumento ou ato legal que confere a alguém uma dignidade ou privilégio; Na esfera educativa, documento oficial, fornecido por instituição de ensino ao aluno que completou os estudos de um curso, conferindo-lhe o título apropriado e investindo-o nas prerrogativas que decorrem desse título e na esfera da história, ato oficial que concede direitos, honras e títulos, expedido por uma autoridade.
BELLOTTO (2002; 2008)	<u>Título</u> pelo qual se confere um cargo, dignidade, mercê, privilégio ou confere as habilitações ou um grau escolar obtido pelo seu titular. Também usado, antigamente, como sinônimo de documento dispositivo público.
LEAL (2011)	Documento emanado de autoridade conferindo direitos, privilégios, graças ou honrarias.
Ministério da Educação. Cidadania e Justiça (2012) ³	Documento que atesta a conclusão de um curso de nível superior. O diploma registrado confere a seu titular todos os direitos e prerrogativas reservados ao exercício profissional da carreira de nível superior.
(SILVA) 2014	<u>Título</u> pelo qual se confere cargo, dignidade ou habilitação de grau de escolaridade a uma pessoa.

² ENCICLOPÉDIA Barsa Universal. 2 ed. São Paulo, 2009. v.6, p.1934.

³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/diploma>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Observa-se nas definições do Quadro 1 que o diploma remete a títulos e honrarias recebidos, Para o presente estudo foram selecionados 40 (quarenta) diplomas em arquivos pessoais já organizados e com inventário publicado, pertencentes ao acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTIC. Com a amostra foi possível identificar diferentes tipologias do diploma, de acordo com a atividade/ações que deram origem ao documento.

Foram identificados 21 tipos de diploma, conforme apresentado a seguir:

1. Comemorativo especial
2. de admissão em irmandade religiosa
3. de apóstolo
4. de congressista
5. de doutor honoris causa
6. de doutorado
7. de graduação
8. de honra
9. de honra ao mérito
10. de medalha
11. de membro associado
12. de membro correspondente
13. de membro fundador
14. de membro titular
15. de mérito
16. de nomeação (grau de oficial)
17. de participação
18. de pesquisador emérito
19. de prêmio
20. de professor honorário
21. de sócio honorário

O Quadro 2 apresenta a relação dos diplomas selecionados para o estudo, quantificados de acordo com os fundos pessoais.

Quadro 2 – Seleção de diplomas a serem estudados*Fonte: elaboração própria*

Fundo	Quantidade	Tipos de diploma
Alexandre Giroto	1	de membro associado
Bartyra Arezzo	2	de honra ao mérito de graduação
Bernhard Gross	1	de membro fundador
Henrique Morize	5	comemorativo especial = 2 de graduação = 1 de doutorado = 1 de honra = 1
Joaquim da Costa Ribeiro	2	de membro titular de graduação
Lélio Gama	4	de mérito de prêmio de medalha de honra ao mérito
Leopoldo Nachbin	8	de membro correspondente de membro titular de professor honorário de doutor honoris causa de doutorado de prêmio de graduação de pesquisador emérito
Mário Amoroso	1	de apóstolo
Octávio Cantanhede	1	de admissão em irmandade religiosa
Olympio da Fonseca	15	de medalha = 7 de congressista = 1 de mérito = 2 de sócio honorário = 1 de participação = 2 de membro correspondente = 1 de nomeação (grau de oficial) = 1

O estudo da tipologia vincula a espécie documental à atividade ou ação que a produziu, o que permite uma clareza das atividades desempenhadas pela pessoa, proporcionando melhor compreensão de sua trajetória profissional, da sua biografia de vida.

O Quadro 3 apresenta as atividades/ações e o decorrente documental.

Quadro 3. Atividade e o tipo de diploma decorrente

Fonte: *Elaboração própria*

ATIVIDADE / AÇÃO	TIPO DE DIPLOMA
Comemoração de evento	Comemorativo especial
Participação em irmandade religiosa	de admissão em irmandade religiosa
Constituição de apóstolo	de apóstolo
Participação em congresso	de congressista
Participação em evento	de participação de mérito
Recebimento de honrarias e homenagens	de honra de honra ao mérito de medalha de doutor <i>honoris causa</i>
Recebimento de prêmio	de prêmio
Formação profissional	de graduação
Conclusão de curso de graduação	
Formação profissional	de doutorado
Conclusão de curso de doutorado	
Participação em associação	de sócio honorário de membro associado de membro correspondente de membro fundador de membro titular
Recebimento de Nomeação	de nomeação (grau de oficial)
Pesquisa	de pesquisador emérito
Docência	de professor honorário

O Quadro espelha as atividades profissionais, produzidas pelos cientistas e, deste modo, a tipologia varia conforme a experiência de cada um. Os diplomas dizem muito sobre as atividades de um cientista, sua formação profissional, prêmios, honrarias, e também sobre sua vida pessoal, como religiosidade, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados parciais é possível perceber que uma mesma atividade pode produzir diferentes tipos documentais, assim como o contrário, um mesmo tipo documental pode ser fruto de diferentes atividades. Isto porque as atividades podem variar de instituição para instituição, e os tipos documentais também podem ser produzidos dentro de uma tradição institucional que não varia por longo período de tempo.

O panorama apresentado é decorrente do estudo realizado em 40 diplomas de arquivos pessoais já organizados. É possível que, ampliando para um número maior de diplomas, estendendo-se para os arquivos ainda não organizados, possam ser identificadas outras tipologias de diploma e mesmo, outras atividades ainda não mapeadas.

Os diplomas apresentam características diplomáticas, intrínsecas e extrínsecas, que devem ser estudadas em uma próxima etapa, como desdobramento do presente estudo, tais como a configuração das informações constantes do texto, cabeçalhos, logotipos e figuras, bem como marcas, papel etc.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320p. 3ed.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2002 (Projeto Como Fazer, 8).

_____. **Diplomática e tipologia documental**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106p.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. Santa Maria: RFSM, 1991. 96p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuições para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**, v.7, n.2, jul/dez. 2008, p.5-9.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; ... [et al.]. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação, FEUSP/FAPESP, 2010. 128p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. 316 p. Edição bilíngüe: português e inglês.

CASTRO, Maria da Conceição; LOURENÇO, Francisco dos Santos. Tipos documentais e padronização da descrição arquivística: um estudo de caso sobre arquivos científicos. In: CONFERÊNCIA DA SUV E ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 54-62.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTE, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, p. 451.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. 196 p.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DURANTI, Luciana. Material do curso “Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 FIESP. **Glossário**. Disponível em: <<http://apps.fiesp.com.br/qualidade/mainglos.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Em torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 25-50, 2007.

LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA Marcelo Nogueira de. **Glossário de Paleografia e Diplomática**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo, Loyola, 1999. 151p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais produzidos pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/temporalidade/glossario>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; ARAÚJO, João Cândido Graça (Org.) **Paleografia e diplomática no Curso de Arquivologia – UFSM**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007. 239p.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. 2008. 258p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São

Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/>. Acesso em:abr. 2012.

_____. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p.64-80 jan./abr., 2013

SANTOS, Paulo Roberto Elian. **Entre o laboratório, o campo e outros lugares:**gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas. 2002. 162p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SARITA, Albagli. Marcos Institucionais do Conselho Nacional de Pesquisas. **Perspicillum**, Rio de Janeiro, v. 1, 1987.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus (Org.). **MAST: 30 anos - Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, MAST, 2015. p. 178-203.

_____. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: FRADE, Everaldo Pereira; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José Benito Yárritu (Org.). **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos**. P. 30-49. Rio de Janeiro, MAST, 2014. (Coleção MAST-Colloquia, n.13).

_____. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013.

_____. (Org.). **Glossário de espécies e tipos documentais em laboratório**. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

_____. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documento**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192 p.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Online)**, v. 22, n. 3, p. 849-861, 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais dos Institutos e das Faculdades da UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/>>. Acesso em: .

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.usp.br/sausp/versaoanterior/glossario/glossario.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

ANEXO

A mostra de diplomas estudados.



Figura 1. Diploma de Graduação, 1894

Fonte: Arquivo Henrique Morize/Acervo MAST

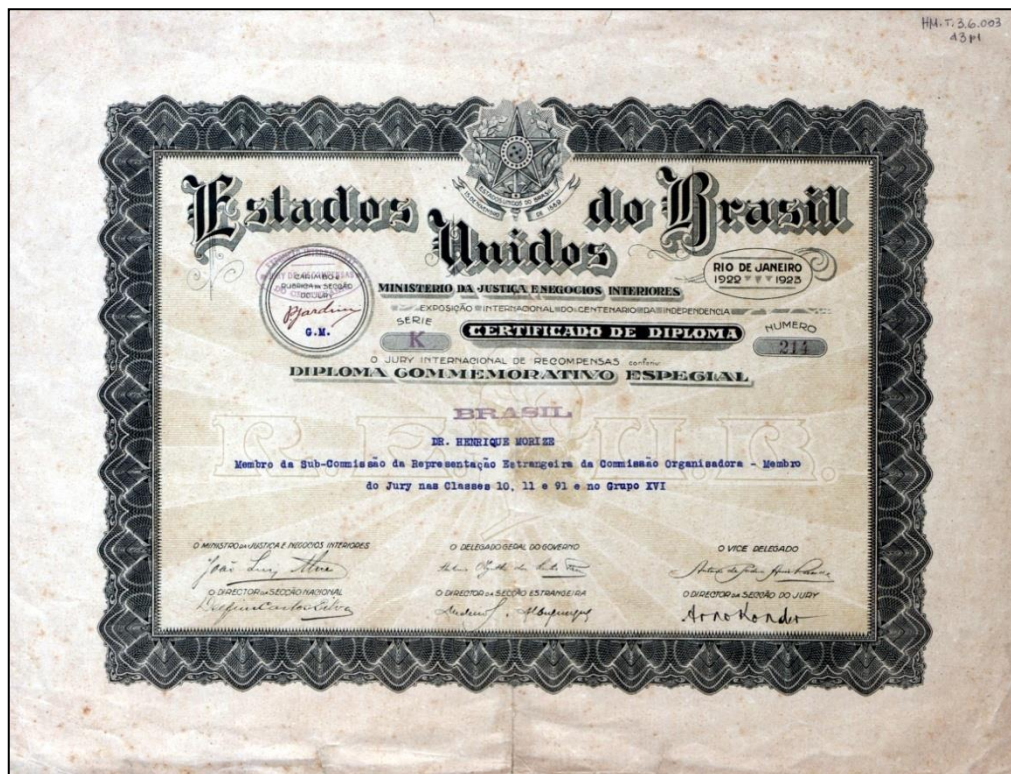


Figura 2. Diploma comemorativo, 1925

Fonte: Arquivo Henrique Morize/Acervo MAS



Figura 3. Diploma de doutor honoris causa, 1973

Fonte: Arquivo Leopoldo Nachbin/Acervo MAST



Figura 4. Diploma de Apóstolo, 1930

Fonte: Arquivo Mário Amoroso/Acervo MAST

MEMÓRIA EM UNIVERSIDADES: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO

Maria Leandra Bizello¹

1Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, ORCID ID 0000-0002-6009-2635, mleandra23@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar políticas de preservação digital no ambiente das universidades públicas e suas relações com a construção da memória institucional. A realidade dos documentos em arquivos e centros de documentação nas universidades divide-se na gestão de documentos em papel e nos desafios que são impostos pela tecnologia com seus sistemas e suportes intangíveis e a necessidade de trabalhos multidisciplinares para a gestão de documentos, dados e informações. Percebemos nesse momento, o hibridismo, ou seja, dois tipos de suportes documentais convivendo, transformando práticas documentais sedimentadas na administração pública. Muitos documentos ainda são produzidos e acumulados em papel, outros, e no mesmo espaço administrativo e acadêmico, o são em computadores. Esse convívio documental proporciona grandes interrogações sobre a maneira de preservar e administrar a documentação nato-digital e digitalizada. Para os documentos em suporte papel a gestão de documentos e formas conhecidas de avaliação, preservação e conservação são minimamente praticadas nos espaços de produção e acúmulo documental. Mas a tecnologia coloca tanto para a administração quanto para os arquivos novos desafios em relação aos documentos digitais. As políticas de preservação digital para documentos de arquivo são documentos amplos que impactam tanto na gestão de documentos quanto no debate sobre o que as universidades querem deixar como memória. Com essas premissas, analisamos as políticas de preservação digital das universidades estaduais em São Paulo – Unesp, USP, UNICAMP -. Metodologicamente, o trabalho é documental e bibliográfico, pois tratamos a literatura sobre o objeto em estudo publicada em livros, teses, dissertações e artigos em periódicos científicos, assim como as políticas de preservação digital publicizadas nos sites das instituições de ensino superior estaduais que estudamos. A literatura arquivística que estuda tanto a preservação digital quanto o estabelecimento da política da preservação digital privilegia aspectos processuais relacionados aos documentos digitais. Alguns aspectos estruturais como custos, segurança e planejamento são definidos nas políticas. Como resultado da análise, percebemos que os sujeitos que operacionalizam a preservação digital pouco são citados nas políticas assim como as questões relativas á memoria institucional são residuais e não refletidas de maneira a compreendermos claramente que memória estará preservada. Concluimos que os aspectos técnicos, legais e organizacionais sobressaem frente a aspectos memoriais de grupos institucionais que parecem desprovidos de disputas e conflitos, sendo uma memória normalizada.

Palavras-chave: universidade; preservação digital; documento de arquivo; memória; política.

Abstract: This paper aims to analyze digital preservation policies in the environment of public universities and their relationship with the construction of institutional memory. The reality of documents in archives and documentation centers at universities is divided into the management of paper records and the challenges that technology imposes with its intangible systems and media and the need for multidisciplinary work for records, data and information management. At this moment, we perceive hybridity, that is, two types of records supports living together, transforming documentary practices based on public administration. Many records are still produced and accumulated on paper, others in the same administrative and academic space are on computers. This documentary conviviality provides great questions

about how to preserve and manage nato-digital and digitized documentation. For paper records, records management and known forms of appraisal, preservation and conservation are minimally practiced in the areas of records production and accumulation. But technology poses new challenges to digital management as well as to archives. Digital preservation policies for archival records are broad documents that impact both records management and the debate about what universities want to leave as a memory. With these assumptions, we analyze the digital preservation policies of the state universities in São Paulo - Unesp, USP, UNICAMP -. Methodologically, the work is documentary and bibliographic, as we treat the literature about the object under study published in books, theses, dissertations and articles in scientific journals, as well as the digital preservation policies published on the websites of the state higher education institutions we studied. Archival science literature that studies both digital preservation and the establishment of institutional digital preservation policy favors procedural aspects related to digital records. Some structural aspects such as costs, safety and planning are defined in the policies. As a result of the analysis, we realize that the subjects who operationalize digital preservation are scarcely cited in politics as well as the questions related to institutional memory are residual and not reflected in order to clearly understand that memory will be preserved. We conclude that the technical, legal and organizational aspects stand out against the memorial aspects of institutional groups that seem devoid of disputes and conflicts, being a normalized memory.

Keywords: university; digital preservation; archival records; memory; policy.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as políticas de preservação em ambiente de universidades e mais especificamente nas universidades estaduais de São Paulo, a saber, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

A análise incide sobre os documentos que apresentam as políticas de preservação digital aprovadas pelos colegiados máximos dessas instituições. Para tal, utilizamos a abordagem qualitativa, sendo a natureza das fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica possibilitou encontrar autores que se debruçam sobre a temática da preservação digital sem, no entanto, discutir os aspectos da memória implícitos no debate.

Para esse artigo elegemos dois relevantes autores, Grácio(2012) e Márdero Arellano (2008), uma vez que estamos privilegiando a análise dos documentos, e então metodologicamente, nos dedicamos à parte documental da pesquisa, sendo que trabalharemos dois deles: as políticas de preservação digital da Unicamp e da Unesp, a USP não apresenta em seu site um documento de preservação digital. Destacamos também na pesquisa

bibliográfica as Cartas de preservação digital da UNESCO e da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

Como resultados compreendemos que as duas universidades estaduais que apresentam, a seu modo e com preocupações relativas aos seus contextos institucionais, documentos convergentes, em alguma medida, com inquietações importantes para a concretização de políticas de preservação digital.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa deste trabalho que apresentamos é a bibliográfica e documental. Na pesquisa de abordagem qualitativa e fontes bibliográficas e documentais houve o levantamento de artigos, teses, dissertações e livros para nos acercarmos do debate desenvolvido sobre os temas de pesquisa: a preservação digital de documentos de arquivo, a política de preservação digital em universidades e a memória institucional.

Essa primeira fase, que entendemos, deve ser a de todo e qualquer trabalho de pesquisa, nos deu a dimensão do objeto estudado e do debate nacional sobre ele. Ela nos possibilitou compreender se há avanços no debate uma vez que fizemos um mapeamento da literatura. Entretanto, não trouxemos esse mapeamento nesse artigo, uma vez que fizemos uma escolha mais específica sobre quais universidades seriam analisadas. Outro ponto a ser esclarecido é que o trabalho apresentado é um fragmento de projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido desde 2013 sobre a temática, de título: Arquivo e Memória Científica: produção e avaliação de documentos em ambiente universitário.

O levantamento foi realizado nas bases de bibliotecas e repositórios digitais de universidades públicas e privadas que já havíamos previamente escolhido como a USP, UNICAMP, UNESP, Universidade do Porto-Portugal, UFRJ, Portal de teses e dissertações CAPES, dentre outras instituições e pela base de dados BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação.

Assim, tivemos acesso a uma série de contribuições de outros autores que refletiram de alguma maneira sobre as temáticas de nosso interesse. A pesquisa bibliográfica empreendida nos possibilita o aprofundamento analítico-conceitual fundamental para a investigação, proporciona compreender amplamente o debate empreendido pela comunidade científica que se debruça sobre o objeto estudado.

Ainda, a pesquisa é documental, em relação à natureza das fontes uma vez que analisamos os documentos produzidos pelas instituições universitárias, isto é, as políticas de preservação digital de documentos de arquivo. Tais documentos são amplos e procuram conceituar e caracterizar a nova realidade do documento de arquivo, assim como a informação e o dado.

Por fim, esse conjunto de métodos nos leva à abordagem qualitativa pois não nos interessa quantificar ou mensurar nosso objeto mas compreendê-lo, discutí-lo em um universo epistemológico (Severino, 2007). Dessa forma, e com esses passos metodológicos cumprimos o objetivo geral proposto nesse artigo de analisar as políticas de preservação digital e suas relações com a construção da memória no ambiente universitário.

ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DIGITAL

As reflexões que estabelecemos nessa secção espelham a necessidade de debate em conjunto das duas temáticas objeto de nosso trabalho: a preservação digital e a memória institucional. A literatura existente não contempla esse conjunto e ainda as trataremos separadamente, se bem que compreendendo que ambas se relacionam intimamente apesar da pouca abordagem do tema.

A construção da memória institucional é um trabalho coletivo envolvendo todos os grupos sociais constituidores da instituição. As universidades na contemporaneidade possuem relações intrínsecas com a sociedade acolhendo ou não a diversidade apresentada por ela. A dinâmica dessa relação é refletida sobretudo nas atividades-fim das universidades: ensino, pesquisa e extensão. É sobretudo nas últimas décadas do século XX que as atividades de extensão foram ampliadas e as ações da universidade consolidaram-se nas comunidades que as cercam. Ao mesmo tempo, houve a expansão da pesquisa, da pós-graduação e do envolvimento internacional de cientistas e grupos de pesquisa.

Esse movimento de alargamento da pesquisa e da extensão impactou profundamente o ensino de graduação que por sua vez também ampliou-se com novos cursos e áreas de pesquisa e atuação social. Queremos demonstrar, por hora, e sem nos deter em especificar qual atividade-fim liderou tal expansão, que a universidade brasileira traçou um caminho no qual a complexidade de suas atividades foi em um crescendo.

Assim, ao entendermos a universidade como instituição social e tal como para Chauí (2001), ela representa a sociedade e é parte dela sendo "expressão historicamente determinada", organizando-se então burocraticamente tal como no contexto em que está

inserida o avanço tecnológico se impõe em todas as áreas, da administração à pesquisa científica.

A imposição de tecnologias na sociedade de maneira generalizada produziu novas formas de registro desde meados do século XX e de maneira mais acelerada e vertiginosa no final desse mesmo século, no século XXI, esse processo parece estar em um caminho sem volta. Se as formas de registro foram diversificadas e tomaram uma dimensão nunca vistas antes com a dimensão tecnológica da sociedade, o debate de como preservar os novos suportes, suas influências e desdobramentos nas instituições universitárias não caminharam na mesma velocidade mas ganharam vulto importante principalmente na segunda década do século XXI.

As discussões expandiram-se mais intensamente sobre o tema da preservação digital do que propriamente sobre memória institucional nesse século. Os autores que consideramos importantes para o debate nesse artigo são Grácio(2012), Márdero Arellano(2008) e os documentos, Carta sobre la preservación del patrimonio digital: UNESCO (2003) e a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital (2005). As duas cartas são documentos norteadores de políticas para preservação digital e tratam a questão como patrimonial, isto é, relaciona-se com a memória e salienta a necessidade de estratégias para que o patrimônio cultural não desapareça.

A UNESCO, em sua carta, enfatiza sobremaneira a questão do patrimônio cultural geral que tem como suporte o ambiente digital e chama bastante a atenção para o perigo da perda de tal patrimônio caso estados e instituições em todo o mundo não estabeleçam estratégias e políticas para a preservação de toda e qualquer manifestação cultural em forma eletrônica, e denominam esse legado de patrimônio digital (UNESCO, 2003).

Por sua vez, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos publica em 2005 a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. O documento considera a Carta da UNESCO além de outros elementos mais específicos sobre o documento arquivístico digital assim como da informação arquivística, considerando ambos patrimônios digitais na perspectiva da UNESCO. A Carta ainda é um documento bastante geral sendo muito mais uma manifestação da fragilidade e obsolescência de toda a tecnologia e preocupação com a necessidade de garantir o acesso futuro aos documentos e informações arquivísticas produzidas na atualidade e também em épocas passadas.

Publicadas na primeira década do século XXI ambas as Cartas não perderam a atualidade uma vez que os problemas colocados pela tecnologia continuam os mesmos apontados nesses documentos. As recomendações para que Estados e instituições constituam políticas e estratégias de preservação digital avançam lentamente, o que reforça nosso argumento da

qualidade de atual das Cartas da UNESCO e Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos.

A problemática do acesso, preocupação das Cartas, é anterior à Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011 que determina o direito ao cidadão de ter acesso à informação pública mas também ao documento público. Houve portanto um alargamento, proporcionado pela LAI, e certa urgência de que Estados e instituições públicas, sobretudo, propicie um ambiente facilitador para o cidadão receber a informação e ou documento público que desejar.

Esse ambiente enfatizado na LAI é o ambiente digital que instituições públicas devem investir tanto proporcionando infraestrutura para oferecer informação e documento público quando solicitada, quanto promover a transparência ativa, ou seja, dar ao cidadão sem esperar a demanda da sociedade.

Vemos,então, que o próprio Estado, a partir da legislação impulsiona e impõe o uso cada vez maior da tecnologia, sem entretanto, considerar e incentivar, na própria lei, estratégias e políticas para a preservação da informação ou documento digital.

Circunscrevemos o debate em torno de dois autores e suas teses de doutorado: Márdero Arellano, com a tese de título: *Crítérios para a preservação digital da informação científica* defendida em 2008 na Universidade de Brasília e Grácio, com a tese: *Preservação Digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior*, defendida em 2011, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Marília, e publicada em 2012.

Um ponto importante a ser esclarecido em relação a ambos os trabalhos é que o objeto tanto de Márdero Arellano quanto de Grácio é a preservação digital da informação. Em nosso entendimento e pesquisa tratamos da preservação digital não apenas da informação mas também e fundamentalmente da preservação digital do documento arquivístico. Lembramos que nesse sentido apenas a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos trata desse assunto.

De qualquer maneira, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Márdero Arellano e Grácio são fundamentais para nossas reflexões pois trabalham profundamente e de maneira mais atualizada problemáticas que dizem respeito não apenas á informação mas também ao documento arquivístico. Ambos concordam que o passo de constituição de equipe multidisciplinar para a elaboração do documento da política de preservação digital é essencial, não importando a natureza da instituição.

A equipe multidisciplinar deve incluir profissionais de diversas áreas e campos da instituição, não apenas de atividades-meio mas também de suas atividades-fim. É imprescindível profissionais da informação como bibliotecários e arquivistas assim como os de tecnologias da informação. Dessa forma, o grupo multidisciplinar consegue abranger de forma mais ampla os aspectos relacionados à informação, ao documento e à tecnologia institucional.

Para Grácio (2012, p.76) a preservação digital está dividida em três aspectos: organizacionais, legais e técnicos. Esses três aspectos se interrelacionam apesar de independentes entre si. Assim o aspecto organizacional tem os seguintes pontos: objetivos da instituição; a equipe multidisciplinar; responsabilidades; recursos financeiros; atos administrativos; o aspecto legal é definido por leis e direitos autorais; o aspecto técnico abrange a seleção e descarte; modelos, padrões e iniciativas; metadados; autenticidade; infraestrutura tecnológica; repositórios institucionais; estratégias de preservação; suporte.

Esses aspectos estão relacionados ainda, para Grácio com a cultura organizacional da instituição que por sua vez também tem esses aspectos entrelaçados no cotidiano institucional. A política de preservação digital deve colocar para o coletivo uma nova cultura organizacional que pode levar tempo para ser consolidada e entra em contradição com o rápido desenvolvimento da tecnologia e a urgência dos gestores em se adequar a um ambiente externo com dinâmica diferente da cultural organizacional em que se encontra.

Dessa forma, a construção de políticas envolve uma série de aspectos mas fundamentalmente indivíduos. São eles que constituem as equipes multidisciplinares para refletir e debater os objetivos e as ações das políticas assim como são eles também que podem dar a dinâmica da implementação das políticas nas instituições, há que se levar em conta o descompasso entre o avanço tecnológico e as possíveis resistências de grupos e pessoas como bem coloca Grácio (2012, p. 84).

A importância desse debate que nos parece ser o ponto central tanto do estabelecimento de políticas quanto de sua implementação prescinde da discussão sobre a memória institucional. Os espaços institucionalizados de memória como os arquivos são os lugares de guarda e acúmulo tanto de documentos quanto de informações assim como se caracterizam ainda como seus gestores/produtores.

Esses espaços não podem mais ser entendidos da maneira tradicional ou seja, um depósito de documentos, mas lugares inseridos na estrutura organizacional e extremamente influentes na cultura organizacional de que trata Grácio (2012). Esses espaços não acumulam apenas

documentos em suporte papel mas também gerem os ambientes digitais que recuperam tanto a informação quanto promovem o controle documental.

Os arquivos então são imprescindíveis para a implantação de uma política de preservação digital assim como repensar a memória institucional.

DA PRESERVAÇÃO DIGITAL EM UNIVERSIDADES: DOIS DOCUMENTOS

Os documentos referentes às políticas institucionais que analisamos foram a Resolução GR-017/2011, de 29/06/2011 da Unicamp e Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp. É importante mencionar que a Universidade de São Paulo não possui um documento específico estabelecendo diretrizes para documentos digitais e sua preservação. Em nossa pesquisa documental no site da USP encontramos o Programa de Digitalização e Preservação Digital voltado para acervos bibliográficos da universidade e está na página do SIBI – Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo e como não possui as características de uma política, não faremos, por hora, a sua análise.

Os antecedentes dos documentos finais que estabelecem as políticas de preservação digitais da Unicamp e da Unesp dizem respeito à constituição de comissões que discutiram e debateram o desenvolvimento do texto final. Na Unicamp a Comissão de Gestão e de Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais da Unicamp foi instituída pela Resolução GR-045/2007 e que teve nova composição em 2010. Vejamos que a os membros representam todas as áreas da universidade, as pró-reitorias, o sistema de arquivos, o sistema de bibliotecas, os centros de documentação, a área da saúde, a de informática, a procuradora da Comissão Central de Avaliação de Documentos e a representação da rede de protocolos e arquivos setoriais.

O documento publicado em 01/07/2011 é centrado na gestão de documentos arquivísticos definindo no Art. 2º toda a terminologia arquivística empregada no documento para a seguir tratar da gestão arquivística de documentos digitais, no capítulo I e Da preservação e segurança de documentos arquivísticos digitais, no capítulo II. As questões de avaliação documental, ponto central de qualquer gestão de documentos, inclusive os digitais são previstas na medida em que devem seguir os prazos de guarda e destinação previstos na tabela de temporalidade ou em atos da Comissão de Avaliação e do SIARQ.

Há também na seção III do capítulo I a abordagem sobre a digitalização de documentos prevendo o tratamento de documentos híbridos. Essa questão é importante pois a realidade é

tanto de documentos digitais quanto de documentos ainda em papel sendo utilizados intensamente.

A Unesp também tem como antecedente a seu documento final de preservação digital a constituição de uma comissão para estudo e debate sobre o tema, e é instituída pela Portaria Unesp-81, de 1-3-2016. Ela representa diversos setores da universidade: representação de assessoria jurídica, da área da informática, pesquisadores de arquivologia e ciência da informação e da coordenadoria de bibliotecas. O texto final foi aprovado pelo Conselho Universitário, instância máxima da universidade, em 26/04/2018. Finalizado em dezembro de 2017, o texto é influenciado pelo trabalho de doutorado de Grácio que presidiu a comissão e é presidente da Comissão Permanente de Preservação Digital.

O documento estabelece as diretrizes centradas no documento de arquivo mas também estabelece os fundamentos estudados por Grácio (2012) em seus aspectos organizacionais, legais e técnicos, além de abordar as relações entre a cultura organizacional e a informação. A fundamentação legal está voltada para a legislação que incide sobre arquivos e documentos de arquivos digitais ou em outro suporte. Entretanto, se em seu doutorado Grácio se ocupou mais da questão da cultura organizacional e da informação, nesse texto é visível que o debate sobre o documento de arquivo assim como o processo de avaliação de documentos foram pontos que emergiram e tomaram vulto no estabelecimento da política de preservação digital.

A gestão de documentos é abordada de maneira ampla e via o processo de avaliação de documentos que inclui o documento digital. A efetivação da política estabelecida é de competência da Comissão Permanente de Preservação Digital que atuará junto à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso em relação ao documento digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida de ambos os documentos sobre preservação digital no âmbito de universidades é, como vimos, inicial. Realizamos um exercício de análise explorando alguns itens e, portanto não tecemos conclusões. Apesar das limitações de nosso artigo refletimos que as políticas de preservação digital estão sujeitas a avaliações e modificações em função da natureza do próprio objeto, ou seja, a tecnologia em sua excepcional dinâmica.

Talvez, por isso, mesmo, pela imposição de mudanças tão rápidas, as políticas de preservação digital não tenham tempo de se deter ou de refletir ao menos, sobre o que a universidade quer deixar sobre si para o futuro e nem tenham feito referência à memória institucional já existente.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CONARQ; UNESCO. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

GRÁCIO, J.C.A. **Preservação digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012.

[HTTP://www.sibi.usp.br/iniciativas/digitalizacao-e-preservacao-digital/preservacao-digital/](http://www.sibi.usp.br/iniciativas/digitalizacao-e-preservacao-digital/preservacao-digital/)

MÁRDERO ARELLANO, M. Á. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. atual., São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **Carta sobre la preservación del patrimonio digital**: UNESCO, 2005.

UNESP. **Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp**. Disponível em: < <https://www2.unesp.br/portal#!/cppd/documentos/>>, Acesso em: 10 jun. 2019.

UNICAMP. **Universidade Estadual de Campinas. Resolução GR-017/2011 de 29 de junho de 2011**. Estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Universidade Estadual de Campinas. Procuradoria Geral. Campinas, SP, 2011.

PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA: A CATALOGAÇÃO DE ESCRITOS DE MULHERES E SOBRE MULHERES NO ESPAÇO ATLÂNTICO PORTUGUÊS PELO PROJETO M.A.P – MULHERES DA AMÉRICA PORTUGUESA

Andrea Cristina Natanael da Silva¹, Carla Angelino D.L.M. de Mello², Giovanna Poloni³ e Mariana Rodrigues de Vita⁴

¹ *Graduanda da Universidade de São Paulo, FFLCH- Letras, ORCID:0000-0003-4276-4060, andrea.natanael.silva@usp.br*

² *Graduanda da Universidade de São Paulo, FFLCH- Letras, ORCID:0000-0001-6163-2659, carla.mello@usp.br*

³ *Graduanda da Universidade de São Paulo, ECA-CAC, ORCID: 0000-0001-7928-8761, gipoloni@usp.br,*

⁴ *Graduanda da Universidade de São Paulo, FFLCH- História, ORCID:0000-0003-3011-8774, marianadevita@usp.br*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo demonstrar os primeiros resultados do trabalho do projeto M.A.P. - Mulheres na América Portuguesa - que faz um mapeamento de documentos escritos *por* mulheres e *sobre* mulheres que viveram na América Portuguesa, durante o período colonial português. Ancoradas em métodos das Humanidades Digitais desenvolvidos na Universidade de São Paulo, temos reunido documentos de diversas tipologias que contenham a forma de discurso relatado. O estudo utiliza de documentação rara, obtida através de repositórios virtuais digitais como o ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo e em acervos físicos como o APESP – Acervo Público do Estado de São Paulo. Através de métodos de prospecção, descrição e edição filológica dos documentos, conseguimos compor um mapa polifônico inicial de vozes de mulheres diversas, possibilitando a criação de um catálogo eletrônico de documentos online, intitulado 'Mulheres na América Portuguesa' (disponível em: <http://map.prp.usp.br/>) que poderá ser utilizado para estudos filológicos, estudos da história da língua, da história social, da história da escrita e da leitura, e da história das mulheres no Brasil. Como conclusão trazemos a relevância de aspectos metodológicos obtidos na organização inédita dessa documentação ainda escassa, e na disponibilização desse material obtido para consulta também fora do âmbito acadêmico, questão fundamental para a compreensão da história da mulher e da formação do Brasil.

Palavras-chave: história das mulheres no brasil; filologia; arquivística; catálogo digital; humanidades digitais.

Abstract: The present article aims at presenting some research results of project M.A.P. – ‘Women in Portuguese America’: mapping the writings of women and about women who lived in Portuguese America during the colonial period. Based on Digital Humanities method’s developed at the University of São Paulo, we have reunited as corpus a rare documentation through digital repositories as National Archive of Torre do Tombo (ANTT) and physical archives as Public Archive of the State of São Paulo (APESP). Through prospecting methods, description and philological edition of documents, we have created an initial polyphonic map with diverse women's voices, enabling the building of eletronic catalog of documents entitled ‘Women in Portuguese America’ (available at: <http://map.prp.usp.br> which will be available for philological studies, and for studies of the history of language, social history, the history of writing and reading, and the history of women in Brazil. As a result, we bring the relevance of unprecedented organization of this documentation that is still

scarce and the availability of this material obtained for consultation also beyond the academic context, fundamental issue to the understanding of the history of women and the formation of Brazil.

Keywords: history of women in Brazil; philology; digital catalog; digital humanities.

INTRODUÇÃO

O projeto MAP - Mulheres na América Portuguesa - surge em 2017, quando as Profas Dras Maria Clara Paixão de Sousa e Vanessa Martins do Monte - ambas do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entram em contato por motivações diversas acadêmicas, com alguns documentos de escritos feitos por mulheres ou redigidos a partir do relato de mulheres. Dentre esses documentos havia processos inquisitoriais que ficaram guardados nos arquivos do Santo Ofício, documentos processuais e cartas que ficaram armazenados como documentos administrativos da época do Brasil colônia, todos eles arquivados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, Portugal.

Um dos documentos iniciais trabalhados é a carta de Ana Maria Cardoso¹, escrita em 16 de março de 1775, de próprio punho, ao alferes de Atibaia, Domingos Leme do Prado, pedindo que ele prenda seu pai e seu irmão, que abusam sexualmente dela e das irmãs, e que agora, ela revela, “...*andam me jurando a pele*” (CARDOSA, 1775).

A importância desses primeiros documentos encontrados², mostra-se no fato de escritos feitos por mulheres desse período serem raros, assim como, o estudo do cotidiano da mulher na América Portuguesa. As mulheres, em quase sua totalidade, faziam parte da população não letrada na América Portuguesa, além de não terem autonomia na participação das decisões da esfera social de suas vidas, como observamos em bibliografias estudadas como em Priore 1990,1994, e Algrantí 1992,1998. Os documentos apresentados também abrem novos horizontes para uma nova perspectiva de aprofundamento da história da mulher neste período de formação do Brasil, que foi o período colonial.

Dito isso, o principal objetivo do projeto *M.A.P.- Mulheres da América Portuguesa*, é reunir essas documentações dispersas que se encontram em diversos acervos públicos de

¹ Disponível no catálogo eletrônico online M.A.P.: Mulheres da América Portuguesa - <http://map.prp.usp.br/>

² Disponível no catálogo eletrônico online M.A.P.: Mulheres da América Portuguesa - <http://map.prp.usp.br/>

Portugal e do Brasil³ - que contenham escritos de mulheres e escritos sobre mulheres no período do Brasil Colônia (1500-1822) - em um catálogo eletrônico virtual que seja democrático e acessível ao público em geral e acadêmico, e que através da concretização do catálogo possamos oferecer material para pesquisas em diferentes áreas como História Social, linguística histórica e história da mulher, entre outras.

O Grupo *Mulheres da América Portuguesa-M.A.P.* é composto por 24 pesquisadoras que estão em diferentes níveis da graduação e da pós-graduação. O Grupo é ainda dividido em frentes de trabalho: Frente de Filologia - encarregada de todo processo pertinente à busca, análise e edição dos documentos estudados em Acervos Físicos e Digitais; Frente de Extroversão⁴: que divulga nas redes sociais nossas pesquisas, eventos, leituras etc., com o objetivo de diminuir a distância entre pesquisa acadêmica e a população em geral; Frente de Iconografia; Frente de Linguística e Frente Computacional que explora as facetas da ferramenta *e-Dictor*, que nos ajuda a fazer a transcrição e análise dos documentos encontrados, de maneira a registrar todo processo de edição executado pelas pesquisadoras.

O recorte que fazemos do projeto M.A.P. neste artigo e na apresentação feita no VIII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade 2019, está dentro da temática: *Memória e preservação digital*. Abordaremos a questão da importância desses documentos para os estudos paleográficos e como fonte primária da história da mulher na América Portuguesa, portanto a preservação e a divulgação deles se fazem tão necessárias. Como aponta Priore (2004:8) *apud* Paixão de Sousa (2019; 8), os documentos primários, “*além de permitir estudar o cotidiano das mulheres e as práticas femininas nele envolvidas, [...] nos possibilitam aceder às representações que se fizeram, noutros tempos, sobre as mulheres*”.

A metodologia e a revisão da literatura serão discutidas a seguir, assim como, os resultados e as conclusões obtidas até agora no projeto.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo <https://digitarq.arquivos.pt/> e Arquivo Público do Estado de São Paulo <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>, Post Scriptum <http://ps.clul.ul.pt/>, Acervo Público Mineiro <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>, entre outros

⁴ Instagram e Twitter: @map_usp; Facebook: Mulheres da América Portuguesa; Blog: <https://mapusp.hypotheses.org/>

METODOLOGIA

Conforme já apresentado, a ideia de sistematizar e tornar visível os documentos escritos por mulheres e sobre mulheres na América Portuguesa, entre 1500 e 1822, em um catálogo eletrônico, surge devido à raridade e escassez desse conjunto documental. Dessa forma, *“a relevância da pesquisa está fundamentalmente na possibilidade de organização inédita dessa documentação”* (Paixão de Sousa, 2018, p. 6). Nessa perspectiva, ao levantar, reunir, organizar e difundir essa rara e dispersa documentação em um único ponto de acesso, possibilita-se não somente ler o passado, mas pôr-se em contato com ele e investigar a história do cotidiano e a história das mulheres no Brasil, e ainda a questão da condição da mulher no contexto colonial, uma vez que os documentos antigos trazem à lume o modo de pensar e de viver de outrora.

Sendo assim, de acordo com Paixão de Sousa (2018, p. 7), *“são necessários documentos primários das mais variadas espécies, em que figuram mulheres que escreveram de próprio punho, que mandaram escrever ou, ainda, que tiveram seus nomes citados por transgredirem a ordem vigente”*, Desse modo, o Catálogo online *“Mulheres na América Portuguesa”* permite *“que as vozes relatadas nas fontes primárias tornem-se vozes autorais, narradoras de suas próprias histórias”* (Paixão de Sousa, 2018, p.5).

Para concretizar a proposta desta pesquisa, é preciso, primeiramente realizar um conjunto de ações significativas, procedimentos/etapas fundamentais para a constituição do catálogo eletrônico. Neste sentido, a metodologia de trabalho segue duas premissas: primeiro, envolve ações relacionadas à formação e alimentação do Catálogo sob os pontos de vista histórico, arquivístico e filológico; segundo, ações relacionadas ao desenvolvimento das tecnologias que fundam sua construção que remetem aos campos das tecnologias digitais de processamento da informação.

Dito isso, sob o ponto de vista histórico, há a etapa de leitura da bibliografia sobre a história das mulheres na América Portuguesa. Para tanto, organiza-se quinzenalmente encontros dedicados em torno dessa temática. Com efeito, as discussões em torno da leitura da bibliografia foram essenciais para a etapa de busca documental e a estruturação das informações nas fichas catalográficas que irão compor o catálogo. É interessante informar ainda que para cada documento encontrado, realiza-se uma pesquisa sobre fontes secundárias que também irão compor essas fichas. De fato, há uma relação importante entre a pesquisa teórica e os procedimentos metodológicos, uma vez que essas etapas estão fundadas na leitura da bibliografia.

Na sequência das etapas, agora sob o enfoque arquivístico, tem-se a prospecção de documentos em acervos físicos e digitais que é, sobretudo, um trabalho de busca documental que é a principal frente de trabalho do projeto, levando em consideração as características aqui propostas. Por sua vez, a reunião desse conjunto documental, escritos por mulheres e sobre mulheres na América Portuguesa, enfrenta dificuldades. Trata-se de um trabalho complexo e demorado, pelo fato de praticamente não existirem fundos ou coleções já organizados onde se tenha maior chance de encontrar essa documentação. Alia-se a isso “*à raridade da documentação pesquisada, somada ao silenciamento da figura da mulher*” (Paixão de Sousa, 2018). Portanto, cada documento antigo descoberto é como um “achado arqueológico”.

Neste sentido, um fator a ser considerado refere-se ao fato de muitos arquivos estarem ainda na fase de identificação e informatização de seus conjuntos documentais. Desse modo, ainda faltam instrumentos de busca de pesquisa mais completos e atualizados. De fato, nas consultas *in loco*, muitas vezes é no meio do maço da documentação avulsa que se encontra o registro que interessa ao projeto, como afirma Paixão de Sousa (2019, p. 27), “*a fortuidade dos escritos que buscamos implica uma leitura atenta tanto de índices e catálogos disponíveis nos arquivos físicos que não contam com a facilidade da busca eletrônica quanto da própria documentação contida em códices, caixas ou latas.*”

Também é preciso esclarecer que é com base na leitura da bibliografia, que se configura um sistema de chaves de pesquisa que são utilizados nos sistemas de busca de documentos em acervos físicos e digitais. Com isso, foi possível encontrar documentos com seu teor inédito. Como exemplos de termos de busca, tem-se: *cristã nova, velha, preta forra, escrava, sodomia, bigamia, traição, heresia, tabuleiro e o conjunto terras mulheres*, e para dados biográficos que sejam variáveis em gênero os termos: *preta fora, mulata forra, escrava*. Nos casos de termos relativos ao assunto do documento e invariáveis, tais como *bigamia, heresia, sodomia, traição*, os resultados de busca são mais numerosos, mas misturam-se documentos de homens e mulheres, e isso demanda um trabalho de seleção mais demorado. Já por meio dos termos de busca invariáveis no gênero gramatical, como por exemplo, “*tabuleiro*”, foi possível encontrar um documento inédito, no Arquivo Público Mineiro (SGO, 1974). Portanto, o que se destaca aqui, é a formação de duas estratégias de pesquisa, uma por Indução (sistematizando documentos primários sugeridos pela bibliografia) e outra por Dedução (buscando documentos por meio de termos-chave).

No que se refere ainda à busca documental em acervos online, por ora as pesquisas se concentram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Fundo Tribunal do Santo Ofício,

Inquisição de Lisboa), no Arquivo Público Mineiro (Fundo Secretaria de Governo da Capitania, Seção Colonial), no Corpus do Projeto Post Scriptum (CLUL, 2014), único repositório digital que permite a consulta de documentos com filtro de gênero, e no Portal da Inconfidência do Governo do Estado de Minas Gerais. Já em relação aos arquivos físicos, há prospecção no Arquivo do Estado de São Paulo, neste caso as pesquisas estão voltadas para o Fundo Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, e há preparação para as consultas *in loco* no acervo da Cúria Metropolitana e no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, da Universidade de São Paulo, além do planejamento das viagens de campo para fora da cidade em 2020 com o objetivo de ampliar a variedade da tipologia documental e, portanto, compor um mapeamento mais representativo da presença da mulher na documentação escrita do Brasil colônia.

Com o acesso ao arquivo, tem-se a terceira etapa que é a leitura preliminar dos documentos, isto é, uma prévia decifração dessa documentação. Outro aspecto que se firma, para a consolidação desta etapa e da etapa de transcrição, é o fato de todas as pesquisadoras do projeto M.A.P. (*Mulheres na América Portuguesa*) passarem por uma capacitação por meio das oficinas de paleografia, ministradas pela vice-coordenadora do projeto, Vanessa Martins do Monte, para que se tornem familiarizadas a ler esses documentos antigos e, conseqüentemente, a editá-los. Considerando as dificuldades encontradas na leitura de textos antigos, a capacitação é fundamental, uma vez que a forma gráfica é diferente da atual, há um uso sistemático de abreviaturas próprias da época, além da variação alográfica.

Tendo findado a leitura preliminar dos documentos, tem-se a quarta etapa na qual os documentos são selecionados para que possam ser digitalizados. Assim, essa documentação é recolhida por meio da digitalização. No que concerne ao registro digital desses escritos, estando já fora do arquivo, observa-se que é possível ter uma leitura mais precisa dessa documentação, e com isso, tem-se a quinta etapa. Nessa etapa, se for necessário, consulta-se as abreviaturas em dicionários especializados da época. Mais do que isso, é necessário compreender o texto, isso implica uma leitura e interpretação do documento que traz informações importantes para a sistematização de dados essenciais para a elaboração das categorias que irão compor as fichas individuais no Catálogo, pois essas trazem informações detalhadas sobre o documento em cada entrada do mapa, incluindo as ligações para os documentos primários digitalizados, informações biográficas, menção em documentos secundários, referências na bibliografia contemporânea, quando disponíveis, e as transcrições filológicas. Além disso, figuram-se outras categorias como a produção de cada documento e sua tipologia (local, data e tipo de documento) e as condições arquivísticas do material e, por

fim, duas categorias centrais Voz, para o caso da mulher autora, e Nomeação, para o caso da mulher nomeada ou que nomeia a si mesma nos documentos primários.

Desta perspectiva, em relação ao enfoque filológico, antes cabe uma ressalva, “*embora nosso objetivo não seja compor um corpus de textos, mas sim um catálogo de documentos, será necessário empreendermos um trabalho de edição, para podermos tratar os documentos com cuidado devido e pressuposto pelos nossos objetivos de catalogação*”. (Paixão de Sousa, 2019, p. 23).

Com isso, a etapa seguinte refere-se à transcrição e edição dos documentos. Assim, com as normas de transcrição já estabelecidas, o próximo passo é a produção das edições filológicas eletrônicas por meio do software de edição de textos *e-Dictor* (<https://edictor.net>) na versão 1.0, voltado ao trabalho filológico e à análise linguística automática em ambiente digital. Neste ponto, importa ressaltar que as pesquisadoras do projeto também passam por uma oficina de capacitação, ministrada pela coordenadora do projeto, Maria Clara Paixão de Sousa, que também é co-autora do software, para tornarem-se aptas a usar essa ferramenta de edição. Tem-se então um programa que combina um editor de XML e um etiquetador morfossintático que permite a produção imediata de diversas versões de edições, tanto em HTML como em XML, no caso de versões com anotações morfossintáticas. É possível definir, portanto, uma variedade de opções de visualização dessas transcrições que podem ser publicadas em graus diferentes de intervenção.

Neste sentido, pretende-se produzir edições conservadoras e modernizadas, mais especificamente, tem-se a intenção de elaborar camadas com as duas edições. Desse modo, a primeira edição está voltada ao público mais especializado, em contrapartida, a segunda edição, com a modernização da linguagem, da pontuação e da ortografia, abarcaria um maior público que não está familiarizado com a edição conservadora. A partir disso, na penúltima etapa, há a revisão das transcrições em grupos, tendo como base o documento primário digitalizado.

Por fim, sob o enfoque computacional, tem-se a última etapa, que é o processo de alimentação do Catálogo em linguagem XML. Para além da sistematização de todo o conjunto documental, note-se que o Catálogo foi construído com tecnologias abertas e replicáveis (XML, XSLT, X-Query). Deste modo, seu molde computacional tem potencial para a codificação, processamento, expansão e difusão de toda a informação. Assim, com essas tecnologias de base, o que se tem, então, é a possibilidade de todas as visualizações do Catálogo: mapa, fichas, tabelas de dados ou listas simples que remetem a um único arquivo XML, que por sua vez, como aponta Paixão de Sousa (2019, p. 38):

constitui a base para o sistema de buscas construído em linguagem X-Query (W3C, 2006) e XSLT (W3C, 2017), que permitem pesquisar (com X-Query) e reordenar (com XSLT), o documento XML, manipulando-se quaisquer das categorias preparadas, em buscas locais ou remotas por servidor.

Sendo assim, essa tecnologia permite que qualquer usuário em qualquer plataforma tenha acesso às informações do Catálogo, seguindo os princípios éticos deste projeto para a democratização do conhecimento. Neste sentido, no que se refere ainda à metodologia, importa-nos a tarefa de conduzir o desenvolvimento dessas tecnologias digitais. Com isso, nossa proposta de pesquisa se encaixa com as humanidades digitais, pois há um movimento de aproximação entre as disciplinas tradicionais das humanidades e as tecnologias digitais, em que os *“humanistas têm agido como criadores de tecnologia – como sujeitos colaboradores da revolução da informação”*. (Paixão de Sousa, 2019, p. 25)

REVISÃO DA LITERATURA

“No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”.

Michelle Perrot, *Práticas da memória feminina*, 1989.

“De quem é a lembrança? De quem é a memória?”

Paul Ricouer, 2000; p.3

A pesquisa é amparada por diversas referências teóricas, como os primeiros estudos nos anos 80, com Perrot, (1983); Priore (1990, 1994); e Algranti, (1992, 1998). Assim como, cita Paixão, 2017: *Nessa construção, procuramos ter em mente a riqueza e a delicadeza da questão da condição da mulher na Idade Moderna, em particular no contexto colonial – no qual opera o violento processo da colonização de gênero, amparadas com as obras Federici (2017)*.

Silvia Federici, autora de *Calibã e a Bruxa*, nos traz a história da condição da mulher na Idade Moderna com sua vida em sociedade estruturada a partir da Igreja, do Capitalismo e Patriarcado como estruturas de dominação. Mary Del Priore é professora, historiadora e pesquisadora brasileira que tem como linha de pesquisa as mulheres do Brasil Colonial, centralizando seus temas na história da mulher e seu cotidiano durante o período da América Portuguesa e a relação com órgãos repressores e disciplinadores como a Igreja e o Estado e a própria Medicina da época:

A importação da metrópole de um discurso moralizador sobre o uso dos corpos, instala-se na Terra de Santa Cruz de par com o desejo de cristianização e difusão da fé católica, bem como com a ânsia do sistema mercantil de constituir contingentes populacionais que habitassem as novas terras.

Mary Del Priore (1994, p.15-16)

Em se tratando da conceitualização da memória, um dos temas centrais do artigo, Maurice Halbwachs, nos ajuda a refletir a questão da importante relação entre memória e história, para ele: “memória é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento, na medida em que porta o "sentimento do já visto". É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais.”⁵

A memória e a História fazem parte dos conceitos centrais do *Projeto Mulheres da América Portuguesa*. Na classificação tradicional de memória, essa está ligada a um espectro coletivo e informal, no qual a memória individual encontra a memória coletiva como uma união entre o Eu e o mundo, um apontamento pioneiro de Maurice Halbwachs. A novidade se deu, dentre diversos aspectos, pela introdução da ideia de que o ser social em sua memória coabita e vai além de seu mundo, sendo a relação desse indivíduo com o seu grupo baseada em empréstimos e doações. Esse conceito fundamental do sujeito memorial como um agente no mundo, interpela também as bases teóricas do Projeto *M.A.P.*, já que através de narrativas individuais condensadas em documentos primários, podemos obter material para uma análise da conjuntura e estrutura contemporânea ao documento, a partir de um estudo de caso, e então vislumbrar maiores complexidades do que era ser mulher no Brasil Colonial.

Ainda, é importante ressaltar que as memórias não são puras e espontâneas na natureza, são construções sociais. A memória individual é relacional a de um grupo, assim como, as memórias que andam à margem são combativas às histórias oficiais. As relações de poder e hierarquias criadas no discurso e atuação dos grupos sociais que detêm o poder prevalecem contra os grupos subalternos e opositores. Em relação à história das mulheres, as memórias não se mostram diferentes, mulheres que vivem em sociedades erguidas e ramificadas sobre o

⁵ SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 dez. 2019.

Patriarcado, que carrega a misoginia em sua estruturação, e exclui grande parte da população da memória coletiva como se não fossem também sujeitos sociais.

Pensando em História Social é primordial o olhar na análise da atuação dos sujeitos, pois ao focalizar nas atuações individuais teremos variadas instâncias de representações. Se as estruturas de poder de sistemas patriarcais tentam disciplinar, apagar ou silenciar um determinado grupo subalterno a eles, é em cada história individual, cada documento resgatado do esquecimento, que o *Projeto Mulheres na América Portuguesa* se propõe ser os olhos, ouvidos e veículo de condução dessas vozes historicamente secundarizadas através da procura, análise, catalogação e divulgação de documentos das mulheres da América Portuguesa, utilizando sempre o rigor técnico e crítico em suas análises documentais históricas e filológicas, assim como, fundamentalmente humanizado.

RESULTADOS INICIAIS

A investigação sobre a história da mulher no espaço atlântico português ganha grande impulso nos idos anos 80 aqui no Brasil, com Leite (1982), Dias (1984), Silva (1984) e Rago (1985). Novas expoentes seguem nas décadas seguinte com Priore, Algranti e Lacerda, dando grande suporte bibliográfico com o refino e qualidade de seus livros e pesquisas, entretanto ainda há pouca documentação que se observa de fonte primárias. Seguindo essa corrente de interesse em investigar o modo como viviam e conviviam indígenas, portuguesas, africanas e mestiças na América Portuguesa, de acordo com a metodologia estabelecida pelo grupo mencionada detalhadamente anteriormente, conseguimos inicialmente, encontrar 65 documentos, sendo que 45 produzidos no período entre 1552 até 1805, já se encontram catalogados devidamente, totalizando 35 mulheres nomeadas. Eles formam dois grupos: o primeiro com o menor número, de 10 casos de escrita autoral, feito pelo próprio punho, e o segundo, com 30 casos, de autoria indireta, com escritos de terceiros através de relatos das falas dessas mulheres. Na figura 1 conseguimos observar como as catalogadas estão divididas. A ideia para o catálogo em termos de organização e visualização foi pautada pela premissa do Grupo em divulgar os documentos encontrados da América Portuguesa, que é de fundamental importância para a formação do Brasil e que as vozes dessas mulheres alcancem o mais variado público. Os números indicados na figura 1, mostram cada mulher e muitas vezes o percurso que esse documento fez.



Figura 1: Reprodução do catálogo M.A.P: Mulheres da América Portuguesa, com dados georreferenciados

Abaixo, na figura 2, temos a abertura do número 8 do mapa georreferenciado: Anna Maria Cardoso, onde se encontra a procedência do documento, um trecho transcrito da leitura paleográfica que marca a fala da autora em algum momento importante do texto. Assim como, a reprodução das imagens do documento, e em algumas nomeadas a transcrição paleográfica integral da carta.

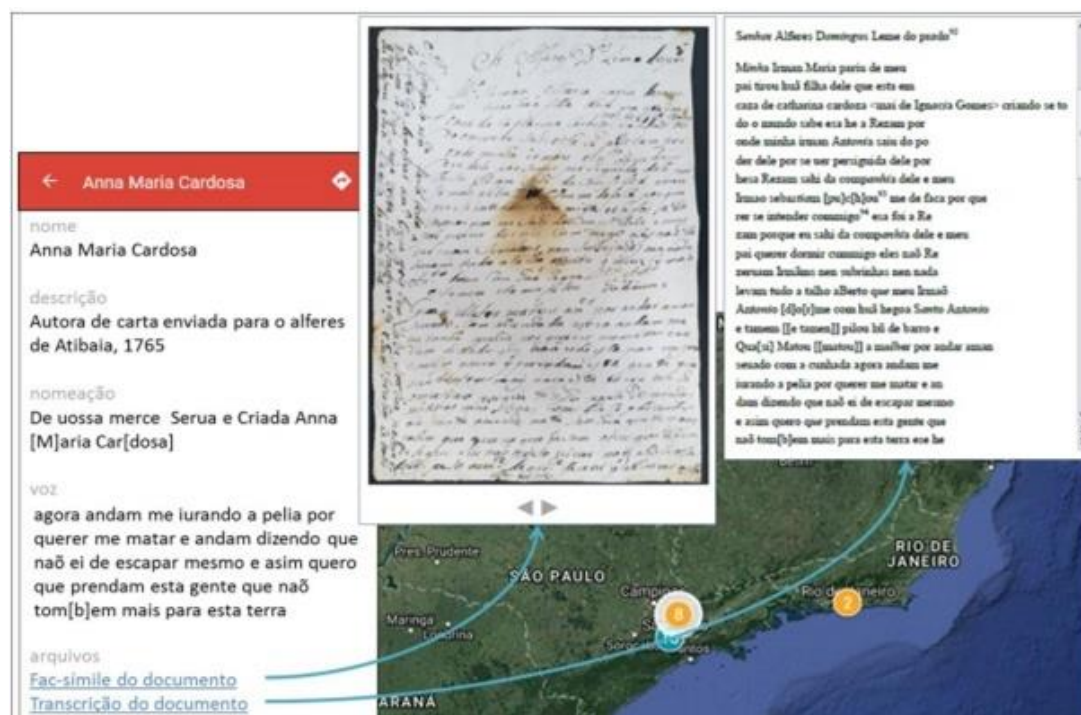


Figura 2: Reprodução do catálogo M.A.P: Mulheres da América Portuguesa. – ficha catalográfica

Nas fichas completas individuais temos as categorias que vão dos “dados biográficos como *Idade, Naturalidade, Morada, Estatuto social, Estado civil*, dados sobre a produção de cada documento e sua tipologia (*Local do documento, Data do documento, Tipo do documento*) e condições arquivísticas do material (*Arquivo, Indexador na fonte*), e informações motivadas inicialmente de grande interesse do grupo como a condição de autoria dos documentos, seu grau de ineditismo, a relação eventualmente apresentada com outros documentos encontrados, e a forma pela qual cada um foi encontrado (como *Perfil, Fonte/Trecho de menção na bibliografia, Transcrição, Rede documental, Chave de pesquisa*) e, principalmente, duas categorias que estamos tomando como centrais para o objetivo de fazer emergir, da documentação, a voz de suas autoras ou das mulheres cujo discurso se encontra ali relatado (*Voz e Nomeação*)”. (PAIXÃO,2018).

Abaixo, observas-se a tabela da *figura 3*, com o número de documentos e os acervos aos quais eles pertencem que já foram prospectados, buscas estas feitas diretamente em arquivos físicos ou online, assim como em documentos presentes em bibliografia utilizada pelo grupo.

<i>Arquivo</i>	<i>Sigla</i>	<i>Número de documentos catalogados</i>
Arquivo Público do Estado de São Paulo	APESP	69 (*)
Arquivo Nacional da Torre do Tombo	ANTT	37
Arquivo Público Mineiro	APM	8
Arquivo Público de Mato Grosso	APMT	1
Arquivo da Câmara Municipal de Jundiaí	CMJ	12
Fundação Biblioteca Nacional	BNRJ	2
Arquivo da Cúria Metropolitana Dom Duarte e Silva	ACM	1

Figura 3: Tabela de documentos encontrados. *documentos ainda não disponíveis no catálogo online.

CONCLUSÕES

Durante essa primeira etapa de seleção de documentos, feita através de arquivos digitais, tivemos confirmada a suspeita que haveria a escassez documental, seja devido as condições históricas que as mulheres da Idade Moderna do ambiente colonial viviam, seja por causa da metodologia de catalogação dos acervos que não possuem chave de busca por gênero do autor, com exceção do projeto Post Scriptum (<https://clul.ulisboa.pt/>) que é um acervo que tem como proposta estudar a história da língua com base em escritos de sujeitos com diversos

graus de letramentos e portanto, a chave de busca de gênero ajuda a compor a diversidade de condições sociais de seus autores.

Após a criação minuciosa, lenta e interessante de chaves de buscas ancoradas na bibliografia do grupo conseguimos desenvolver dois métodos de pesquisa documental: por indução – quando achamos em bibliografias certos documentos que fizeram parte de alguma investigação, e por dedução - em que utilizamos justamente através das palavras chaves que compusemos durante essa primeira fase do projeto (por ex. escrava, preta forra, heresia, cristã velha, feitiçaria)

Analisar o período que vai de 1500 até 1822, exige um conhecimento paleográfico e diplomático acurado de um trabalho que exige paciência e tempo para que seja feita a decifração dos caracteres, a leitura e a transcrição (feita parcialmente entre os documentos do catálogo).Para a próxima fase pretendemos aumentar o número de mulheres no catálogo das fontes mais variadas possíveis, por isso a visita aos acervos físicos também serão um ponto central.

A edição dos documentos através da transcrição conservadora dentro dos moldes da linguagem XML, proposta por Monte e Paixão (2017), que permite diversos tipos de visualização das edições e análises dos documentos. De maneira a ser acessível a todo tipo público, do leito ao especializado propiciando material científico, confiável e já organizado para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Algranti, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: LM e Souza, org. História da vida privada no Brasil, v. 1, Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, p. 83-154. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.

Algranti, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres da Colônia: estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste, 1750-1822. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo; 1992.

Algranti, Leila Mezan. Mulheres Enclausuradas no Brasil Colonial. In: Holanda, Heloisa Buarque de e Capelato, Maria Helena Rolim, coordenadoras. *Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas*. São Paulo: Edusp; 1999.

Almeida, Sandra Regina Goulart. Mulher Indígena. In: Bernd, Zilá, organizadora. *Dicionário de Figuras e Mitos Literários nas Américas*. Porto Alegre: Tomo Editorial/UFRGS Editora; 2007. p. 462-467.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense; 1984.

Federici, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante; 2017.

Lacerda, Marina Basso. *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; 2010.

Monte, Vanessa Martins do; Paixão de Sousa, Maria Clara. Por uma filologia virtual: O caso das atas da câmara de São Paulo (1562-1596). *Revista da Abralín*, v. 16, p. 239-264; 2017.

Perrot, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p. 9-18; 1989.

Priore, Mary del. Apresentação. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp; 2004.

Projeto M.A.P.: Mapeamento digital de escritos de mulheres e sobre mulheres no espaço atlântico português 2017 e 2018.

A PRODUÇÃO DOCUMENTAL NA PESQUISA CIENTÍFICA: ALGUMAS REFLEXÕES

Caio Fabio Moreira Gonçalves¹, Maria Leandra Bizello²

¹Universidade Estadual Paulista, <https://orcid.org/0000-0002-3961-3897>,
caiomfg@hotmail.com

²Universidade Estadual Paulista, <https://orcid.org/0000-0002-6009-2635>,
mleandra23@hotmail.com

Resumo: As universidades, como instituição social, desempenham atividades de pesquisa, ensino e extensão. A pesquisa demanda um procedimento sistemático e metódico, o que resulta na produção de dados e documentos em todas as fases do trabalho. Os documentos produzidos por atividades de pesquisa desempenham uma função e possuem as características do documento arquivístico, sendo necessário que estejam organizados para a recuperação e também a preservação dos mesmos. O advento das Tecnologias de Informação e Comunicação impactou a pesquisa científica, colaborando com a comunicação entre pesquisadores e ocasionando o aumento exponencial da produção e acúmulo de documentos, principalmente documentos digitais. Este cenário apresenta um desafio para a Ciência da Informação, visto que a quantidade enorme de documentos gerados pela pesquisa precisa ser tratada, de forma que a gestão e a organização contribuam com a preservação e recuperação dos mesmos em etapas posteriores. Os documentos em ambientes digitais apresentam um desafio diferente no que tange a organização e preservação, pois possuem particularidades diferentes dos que são gerados no modo convencional, tal como a obsolescência tecnológica, ocasionando, em muitos casos, a perda de documentos. Assim, o presente trabalho é de tipo teórico e exploratório. Na primeira etapa foi realizado levantamento bibliográfico para a definição de documento arquivístico e de trabalhos que abordem a produção documental científica. Também foram analisados os resultados de uma coleta de dados aplicado a um laboratório de pesquisa na área de Física da Unesp. Os resultados apresentam um cenário de hibridez na produção de documentos, visto que há documentos em papel e também em ambientes digitais. Além disso, constatou-se a descentralização da produção de resultados para do ambiente do laboratório, podendo ocasionar maior dificuldade na preservação desses documentos visto que nos ambientes essa documentação pode se perder caso não haja uma política bem definida. Por fim, ressalta-se a necessidade de preservação dos documentos produzidos em laboratórios, pois os mesmos são importantes para a memória da ciência produzida na universidade.

Palavras-chave: Documentos de pesquisa; Laboratórios de pesquisa; Documento arquivístico; Documento digital.

Abstract: Universities, as a social institution, perform research, teaching and extension activities. The research demands a systematic and methodical procedure, which results in the production of data and documents in all phases of the work. The documents produced by research activities have a function and have the characteristics of the archival document, being necessary that they are organized for their recovery and preservation. The advent of Information and Communication Technologies has impacted scientific research, collaborating with communication between researchers and causing the exponential increase in the production and accumulation of documents, especially digital documents. This scenario

presents a challenge for Information Science, as the huge amount of documents generated by research needs to be addressed, so that management and organization contribute to their preservation and recovery at later stages. Documents in digital environments present a different challenge in terms of organization and preservation, as they have different characteristics than those generated in the conventional way, such as technological obsolescence, causing, in many cases, the loss of documents. Thus, the present work is theoretical and exploratory. In the first stage, a bibliographic survey was performed for the definition of archival documents and works that address the scientific documentary production. We also analyzed the results of a data collection applied to a research laboratory in the Physics area of Unesp. The results present a scenario of hybrid document production, as there are paper documents and also in digital environments. In addition, it was found the decentralization of the production of results to the laboratory environment, which may cause greater difficulty in preserving these documents since in the environments this documentation can be lost if there is no well-defined policy. Finally, we emphasize the need to preserve the documents produced in laboratories, as they are important for the memory of science produced in the university.

Keywords: Research Documents; Research laboratories; Archival document; Digital record.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento conhecimento científico demanda todo um processo metódico e sistemático por parte do pesquisador. Nesse sentido, o pesquisador precisa desenvolver análises, coletar dados, produzir relatórios, até a elaboração do produto final da pesquisa. As atividades em cada etapa da pesquisa desempenham uma função, e cada atividade irá gerar um documento para registrar as informações obtidas nesse processo. Assim, dados e documentos são produzidos pela pesquisa científica, seja para dar suporte ou para agregar toda a informação originada no processo de pesquisa.

O advento das Tecnologias de Informação e Comunicação impactou a pesquisa científica, colaborando com a comunicação entre pesquisadores e ocasionando o aumento exponencial da produção e acúmulo de documentos, principalmente documentos digitais. Os dados e documentos em ambientes digitais apresentam um desafio diferente no que tange a organização e preservação, visto que apresentam particularidades diferentes dos que são gerados no modo convencional, tal como a obsolescência tecnológica, ocasionando em muitos casos a perda dos documentos. Assim, esse cenário evidencia a necessidade que se discuta o ciclo de vida desses dados com o objetivo de contribuir com a recuperação e também a preservação.

No âmbito digital, dado o fenômeno do *Big Data* e do novo paradigma científico *E-Science*, a produção de informações é cada vez maior, sendo inviável a preservação e a recuperação de todo esse volume (CAVALCANTI, SALES, SAYAO, 2016). Entendendo os dados de pesquisa como documentos arquivísticos de valores primários e secundários, Cavalcanti, Sales e Sayão (2016) abordam a dificuldade em relação ao tratamento dos documentos produzidos pela pesquisa em razão da ausência de uma política institucional.

No contexto brasileiro, boa parte da produção científica é realizada dentro das universidades públicas. As pesquisas se ramificam nas divisões por grande área/departamentos/cursos. Em razão da inexistência de políticas institucionais por parte das universidades em relação à gestão e preservação de documentos produzidos no decorrer da pesquisa, o pesquisador que os originou acaba sendo o responsável por definir os critérios do que deve ser eliminado ou guardado. Embora as universidades concentrem grande parte da produção científica nacional, em se tratando de preservação de documentos produzidos pela pesquisa, seja para o reuso em futuras pesquisas ou até mesmo como parte da memória institucional e da ciência produzida na universidade, é sabido que essas instituições carecem, em muitos casos, de um órgão destinado à gestão desses documentos. Em pesquisa realizada nos websites de 61 universidades públicas a respeito da existência de páginas de divulgação de arquivos e centros de documentação, Medleg (2013) constatou que apenas 14 universidades disponibilizam um meio para a divulgação destes órgãos, sendo que nenhum deles mencionava a existência de arquivos de ciência.

O presente trabalho aborda a temática da produção documental científica na perspectiva arquivística, já que é uma disciplina que lida com a informação registrada e documentos. Assim, o objetivo deste trabalho é de compreender o tratamento dado pelos laboratórios de pesquisa aos documentos que os mesmos produzem. Para isso, construímos o artigo da seguinte forma: metodologia; abordagem do conceito de documento arquivístico e apresentação dos trabalhos na área de Arquivologia e Ciência da Informação que abordam os documentos produzidos pela pesquisa; apresentação dos resultados e conclusão.

METODOLOGIA

O presente trabalho é de natureza qualitativa, e de caráter teórico e exploratório. Para Goldenberg (2009), a pesquisa qualitativa vai além da análise de dados numéricos, visando à compreensão e a interpretação do objeto estudado. A parte teórica desse trabalho teve como

base a revisão de literatura acerca do documento arquivístico e dos trabalhos que abordam a documentação produzida pela ciência.

Além disso, foram analisados os resultados de uma pesquisa aplicada 2018 no Laboratório de Materiais Supercondutores e Nanoestruturados (LSMN) da Unesp no campus de Bauru. A coleta de dados realizada no laboratório em 2018 foi feita por meio de observação da rotina do laboratório, questionário e entrevista com a coordenadora. A coleta de dados buscou informações sobre as pesquisas realizadas no laboratório, o número de pesquisadores que desenvolvem atividades, mapeou os tipos documentais produzidos pela pesquisa científica e o tratamento dado pelo laboratório aos documentos. Assim, foi possível compreender melhor a produção e o tratamento dado pelo laboratório aos documentos produzidos. O relatório “Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: práticas e percepções dos pesquisadores: relatório 2018” produzido por Vanz et al (2018) também foi essencial para combinar com os resultados obtidos na pesquisa realizada no LSMN, trazendo mais informações para uma melhor compreensão do tratamento dado pelos pesquisadores aos documentos.

REVISÃO DE LITERATURA

O documento é produzido por uma necessidade humana. Inicialmente surge com a intenção de registrar algo. Por isso o documento é potencialmente informativo. Entretanto, a função de registrar não é apenas a única característica de um documento. Ele possui outras qualidades e é definido de diferentes maneiras em cada área do conhecimento.

Na arquivística, o documento possui características específicas. O quadro abaixo sintetiza as características do documento de arquivo para alguns autores apresentado por Pereira (2018).

A partir das características apresentado pelos autores no quadro 1, destaca-se que o documento de arquivo é a materialização de uma atividade realizada por uma pessoa, sendo uma prova ou testemunho, registra informações desse ato, além de que possui relação com outros documentos produzidos no mesmo contexto.

Quadro 1. Características do documento arquivístico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Autores	Características do documento arquivístico.
Bellotto (2006)	Produzido por alguém (pessoa física ou jurídica). <ul style="list-style-type: none"> • A partir de uma função. • Os documentos possuem relações entre si, chamado de organicidade. • A função destacada pela autora é administrativa e legal. • O documento prova e testemunha algo.
Rosseau e Couture (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Constituído por um suporte. • Constituído por uma informação. • A informação pode ter efeito de consulta ou prova. • Produzido e ou recebido por uma pessoa física ou moral. • Representa uma atividade.
Rondinelli (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Informação registrada. • Produzida e recebida no decorrer de uma atividade de uma instituição ou pessoa; • O documento independe da forma e do suporte. • É prova de uma atividade.

A respeito do documento digital, Mongollón e Madio (2017) entendem que o ele tem a mesma função do documento tradicional, ou seja, o de informar. Assim, os autores destacam que o suporte onde se encontra o meio digital e a necessidade do auxílio de um computador na leitura deste documento por um usuário é o que diferencia o documento digital do tradicional. O documento digital é estruturado em três camadas: conceitual, físico e lógico. A camada física é a inscrição dos signos em uma mídia física. A lógica é o processamento dos componentes por um software para que seja representada como objeto conceitual e apresentada através da tela do computador.

Nesse sentido, no âmbito dos laboratórios de pesquisa, os documentos produzidos são documentos de arquivo, já que se originam a partir das atividades administrativas que fazem parte da rotina do laboratório, como por exemplo, a solicitação de verba juntamente com as atividades finalística do laboratório: a pesquisa.

A produção de conhecimento científico tem aumentado ao longo dos últimos anos. Segundo Alvarez e Caregnato (2017), essa expansão gradual se deu após o fenômeno

“explosão documental”, fato conhecido na área da Ciência da Informação, além das inovações trazidas pelo progresso das Tecnologias de Informação e Comunicação. Esse fenômeno contribuiu com a comunicação entre pesquisadores e impactou a produção de dados e documentos no âmbito da pesquisa.

Além disso, no caso do Brasil, o aumento da produção científica tem relação direta com a política de expansão do ensino superior no Brasil, principalmente na área da Pós-Graduação. O balanço divulgado pela CAPES em 2017 demonstra que, no período de 2013 a 2017 os cursos de mestrado tiveram um aumento de 17%, enquanto que os cursos de doutorado aumentaram cerca de 23%. Para Silva e Melo (2001), o investimento mais robusto na pós-graduação contribui para melhor destaque do Brasil no cenário científico internacional. Esse fato pode ser constatado no estudo da *Clarivate Analytics*. Esse estudo apresenta que o Brasil ocupou o 13º lugar no ranking mundial de publicação de pesquisa em 2017. Além disso, o impacto de publicações de autores brasileiros aumentou cerca de 15% entre os anos de 2011 a 2016.

De acordo com Silva (2019), os documentos produzidos possuem importância para o próprio trabalho científico e também para a instituição, permitindo o conhecimento do passado da instituição, das práticas de pesquisa e da área de conhecimento. Entretanto, a recuperação desses documentos pode apresentar algumas problemáticas, visto que, de acordo com Campos (2014), a documentação de pesquisa e docência muitas vezes se encontra nos arquivos pessoais dos pesquisadores e não em um arquivo permanente. Para Silva (2019) embora esse cenário apresente algumas problemáticas, já que a distinção entre o que é do pesquisador e entre o que pertence a instituição é estreita, ainda é melhor do que nos cenários onde ocorre o descarte de documentos sem a avaliação necessária, ocasionando a perda da história institucional da pesquisa.

Outro ponto importante ressaltado que interfere nesse cenário é o da ausência de um espaço institucional específico voltado para a guarda a documental. Muitas instituições, assim como a Unesp, não possuem um arquivo central ou geral para o recolhimento da documentação. Assim, a destinação dada ao documento produzido pela pesquisa é muitas vezes incerta, ficando a critério do pesquisador que produziu aquele documento a decisão sobre o futuro dos documentos. Além disso, a ausência de diretrizes por parte da instituição também contribuem para essa incerteza. Assim, num contexto de ciência aberta e de maior incentivo para a preservação de dados de pesquisa, a autora defende que o arquivista busque ocupar espaço nas discussões, principalmente na elaboração de um plano de gestão de documental, atuando de forma colaborativa com pesquisadores e profissionais da informação,

permitindo que os documentos produzidos pela pesquisa tenham uma seleção, destinação e que estejam organizados para o acesso. (SILVA, 2019)

De acordo com Cunha (2019), as informações registradas produzidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) desdobram-se em diferentes tipos documentais, e devem ser tratadas como documentos de arquivo, já que as IES produzem, recebem e acumulam essas informações. Assim, o autor adverte a necessidade de um tratamento e organização dessas informações a partir das noções arquivísticas, focando na gestão documental.

No Brasil, as universidades têm em seu bojo a missão institucional de ensino, pesquisa e extensão. A realização da pesquisa necessita de atividades que vão desde as fases iniciais, como a elaboração do projeto até a sua conclusão. No meio dessa etapa está presente também a comunicação científica. Todo esse processo pressupõe atividades que geram informações, seja nas etapas iniciais como até mesmo o produto da pesquisa. Nesse sentido, a elaboração de uma pesquisa produz dados e documentos, originados a partir de análises e observações, tal como os relatórios, artigos, dissertações e teses.

Para Brejo e Silva (2019), a pesquisa nas universidades produz documentos que se torna fonte para outras pesquisas posteriormente. Portanto, no âmbito da universidade, a autora considera como pesquisador o “professor/cientista/pesquisador” que no desenvolvimento de suas funções gera documentos de interesse para a ciência.

Welfelé (1999) argumenta que o laboratório é o lugar onde a ciência passa por um processo de transformação. A autora entende que os arquivos científicos são representados em duas situações: os produzidos pela administração da pesquisa, onde o arquivista tem maior facilidade para lidar com a situação; e os produzidos propriamente pela pesquisa, possuindo uma variedade de tipos documentais. A autora ainda ressalta que em muitas situações apenas o produto final da pesquisa é preservado, em geral pelo uso científico que possam ter para a continuação do trabalho.

Santos (2010) ressalta que o laboratório é um ambiente singular, pois é o ambiente que, de forma geral, concentra a produção e a guarda posterior dos documentos, mesmo aqueles vinculados a gestão, visto que dificilmente serão guardados pelas agências de fomento e nas agências de fomento à ciência e à tecnologia. A guarda documental também gera dispêndios para o laboratório e só será concretizada caso haja alguma finalidade científica posteriormente.

Para Silva (2007) a preservação dos documentos produzidos pela pesquisa é justificada na importância que os mesmos têm para a história da ciência e para compreensão do contexto de produção que alicerçaram e permitiram o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, os documentos produzidos no âmbito dos laboratórios, além do valor atribuído na sua origem, podem servir como fonte para a continuação da pesquisa e também em outras pesquisas, não apenas realizadas dentro daquela situação, mas também pesquisas exteriores, como, por exemplo, da história do laboratório e da ciência produzida na universidade. Entretanto, é necessário que as universidades estabeleçam critérios e execute a gestão documental, o que envolve a seleção, guarda e eliminação de documentos.

RESULTADOS

A partir dos resultados da coleta de dados realizada a um laboratório de pesquisa foi possível constatar: a) Híbridez na produção documental - o mesmo tipo documental é replicado em papel e ambiente digital; b) Descentralização da produção documental para fora do ambiente de trabalho.

Como visto anteriormente, a produção de documentos em laboratórios está presente em toda a etapa da pesquisa, englobando atos burocráticos e administrativos como os da pesquisa em si. Esses documentos são caracterizados em diversas espécies documentais a partir de diferentes atividades. O produtor do documento, o pesquisador, é também o usuário deste documento, cabendo, na maioria dos casos, a ele a decisão sobre o que manter o que eliminar e como organizar essa documentação para fins de recuperação.

Assim, buscando compreender melhor o contexto da produção documental científica e da importância dessa documentação para a memória científica, este trabalho apresenta uma análise de dados coletados no Laboratório de Materiais Supercondutores e Nanoestruturados de Física da Universidade Estadual Paulista em Bauru.

O Laboratório de Materiais Supercondutores e Nanoestruturados realiza pesquisa voltada para o aperfeiçoamento de propriedades por meio de novos processamentos para obtenção de supercondutores e semicondutores. O laboratório situa-se na Faculdade de Ciências do Campus da Unesp em Bauru e, além do professor que conduz a pesquisa no laboratório, tem atividades desenvolvidas por alunos de graduação e pós-graduação.

O estudo de caso realizou coleta de dados por meio de observação, questionário e entrevista com os coordenadores dos laboratórios. Essa coleta visava conhecer o contexto dos

laboratórios de pesquisa, o número de pesquisadores, mapear os tipos documentais produzidos, além da organização e a guarda dessa documentação.

Ao mapear os tipos documentos produzidos nos laboratórios, foi constatado que em algumas situações, o mesmo tipo documental é replicado tanto no modo convencional como modo digital, principalmente os documentos voltados para questões burocráticas. O fato de um mesmo tipo documental ser produzido tanto em papel como no meio digital caracteriza uma hibridez. Essa hibridez não é exclusiva apenas dos laboratórios analisados.

Em estudo realizado por Vanz et al (2018) no documento “Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil : práticas e percepções dos pesquisadores : relatório 2018”, existe uma diferença no tratamento dos dados de pesquisa por parte dos pesquisadores. Por exemplo, o relatório apresenta um panorama das diferentes formas de se armazenar o dado originado pela pesquisa seja na intenção de reuso posterior ou mesmo para guarda para fins de memória. As diferentes formas são: arquivos em papel, computador pessoal, mídia externa, nuvem, servidor da instituição e servidor do laboratório.

Conforme apresentado no relatório por Vanz et al (2018, p.20), o armazenamento de dados em arquivos (parcial ou total) é usado por cerca de 65,12% dos pesquisadores entrevistados. Já no computador pessoal chega a cerca de 97,30% dos pesquisadores.

Além da constatação da produção do mesmo documento em diferentes suportes, outro elemento chamou a atenção tanto no estudo do laboratório de pesquisa da Unesp como também no relatório apresentado por Vanz et al (2018): o armazenamento dos documentos em computadores pessoais.

Na observação da rotina em um dos laboratórios, foi possível verificar que o espaço da pesquisa ampliou-se para além das paredes do laboratório, sendo realizada, em muitos casos, fora dele. Assim, como o pesquisador é também o usuário desse documento, ele acaba sendo o responsável pela guarda da documentação. Dessa forma, em alguns casos, o documento acaba sendo guardado no computador pessoal do pesquisador.

Essa prática pode apresentar alguns problemas no que se refere à preservação dos documentos caso não haja uma política de recolhimento dos documentos bem definida, ainda mais nos laboratórios de universidades, visto que parte dos pesquisadores possuem vínculo de curto prazo (alunos de graduação e pós-graduação), podendo haver a perda dos documentos, seja pelo distanciamento do pesquisador após o fim do vínculo, ou da fragilidade que o armazenamento em computador pessoal oferece para a preservação de acervo caso não haja cópias de segurança em outros locais.

Entre os arquivistas já são conhecida às barreiras que existem para a preservação de documentos em ambientes digitais, visto que a obsolescência e a fragilidade estão presentes nesse cenário. Assim, políticas de preservação digital são cada vez mais importantes nesse cenário. E, no caso dos laboratórios de pesquisa, por haver produção em diferentes suportes, é necessária uma política voltada tanto para documentos em papel como para documentos nativos digitais e/ou digitalizados.

Algumas tentativas para a preservação de dados de pesquisa, impulsionadas pelo movimento da ciência aberta, vêm sendo implementadas por agências de fomento, como é o caso do Plano de Gestão de Dados da FAPESP, que estabelece que o pesquisador elabore um plano que deve constar os dados que serão gerados pela pesquisa e como serão preservados e disponibilizados.

Sabe-se que essa documentação, além do valor primário para a pesquisa que o produziu, pode conter o valor informativo, podendo ser aplicadas em outras pesquisas da mesma temática como também em pesquisas de diferentes temas e áreas do conhecimento. Além disso, também constitui como importante patrimônio da ciência que é produzida pelo laboratório e também para a universidade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo a compreensão do tratamento dado aos documentos produzidos pela atividade científica em laboratórios de pesquisa. Embora a discussão a respeito da preservação de dados tenha ganhado maior notoriedade nas discussões acadêmicas, dentro da arquivologia essa temática ainda é pouco explorada.

Conforme observado tanto nos resultados do laboratório estudado como em alguns outros trabalhos citados no decorrer do texto, os laboratórios de pesquisa realizam as atividades-meio, sendo atividades relacionadas a questões administrativas, e as atividades finalísticas, sendo a pesquisa *si*. As duas situações geram documentos arquivísticos, sendo o próprio laboratório o responsável pela guarda do documento.

Os documentos produzidos pela pesquisa constituem o patrimônio da ciência produzida naquele ambiente. No Brasil, boa parte das pesquisas é realizada no âmbito das universidades. Entretanto, a escassez de políticas de preservação de documentos produzidos nas universidades coloca em risco parte desse patrimônio.

Como vimos, algumas práticas observadas nos laboratórios como a reprodução do mesmo tipo documental e o armazenamento de documentos digitais numa única plataforma ocasionam obstáculos no que se refere à gestão de documentos e a preservação dos mesmos. Nesse cenário, a presença do profissional da informação é cada vez mais necessária, principalmente na elaboração de políticas para a preservação, visto que a arquivística possui discussões aprofundadas sobre preservação de documentos, além da gestão dos mesmos.

Por fim, discussões sobre a produção documental em laboratórios de pesquisa são cada vez mais profícuas. A Arquivologia e a Ciência da Informação tem muito a contribuir nesse cenário, tanto na gestão, preservação, organização e recuperação.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gonzalo Rubén; CAREGNATO, Sônia Elisa. A ciência da informação e sua contribuição para a avaliação do conhecimento científico. **Biblos**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.09-26, 5 ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5987>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

BREJO, Jacilene Alves; SILVA, Junia G. C. Guimarães e. Arquivos científicos do núcleo de pesquisa GECEM/UFRJ: proposta de normalização de procedimentos da metodologia da identificação arquivística. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia: organização e acesso**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 90-99. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/livro-tratamento-de-arquivos-de-ciencia-e-tecnologia-organizacao-e-acesso.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. USP, São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação. 246 f.

CAPES. **Avaliação da CAPES aponta crescimento da pós-graduação brasileira**. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8558-avaliacao-da-capes-aponta-crescimento-da-pos-graduacao-brasileira>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CAVALCANTI, Marcia Teixeira; SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luis Fernando. Critérios para avaliação e seleção de dados de pesquisa no contexto da curadoria digital. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador. **Anais....** Salvador: Ppgci Ufba, 2016. p. 1 - 12. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg_cwHajMW9ZV0xFZHBhTnc/view>. Acesso em: 10 maio 2019.

CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza. Informações orgânicas universitárias: bases para a aprendizagem organizacional e inovação gerencial das Instituições de Ensino Superior (IES). In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia:** organização e acesso. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 79-89. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/livro-tratamento-de-arquivos-de-ciencia-e-tecnologia-organizacao-e-acesso.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MEDLEG, Georgete. A ciência sob sigilo: Os arquivos de ciência na Lei n. 12.527. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 6., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast, 2014. p. 7 - 22. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/lei_de_acesso_a_informacao_impacto_e-limites_nos_arquivos_de_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MONTOYA-MOGOLLÓN, J. B.; MADIO, T. C. C. O documento arquivístico digital: atualidade e desafios nos ambientes institucionais. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104306>>. Acesso em: 01 set. 2019.

PEREIRA, Marina Garcia da Silva. A aplicabilidade do Big Data nas práticas arquivísticas. 2018. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/33261>>. Acesso em: 01 set. 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos:** uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALES, Luana Farias; CAVALCANTI, Márcia Teixeira. SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES DE DADOS DIGITAIS DE PESQUISA: uma possível abordagem metodológica. **Informação & Tecnologia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p.88-105, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/34134>>. Acesso em: 20 maio 2019.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Faperj, 2010

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. A avaliação de documentos de pesquisa para preservação: desafios para arquivistas. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia: organização e acesso**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 08-20. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/livro-tratamento-de-arquivos-de-ciencia-e-tecnologia-organizacao-e-acesso.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18102007-141253/pt-br.php>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

VANZ, Samile Andrea de Souza et al. Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: práticas e percepções dos pesquisadores: relatório 2018. Porto Alegre: Ufrgs, 2018. 91 p. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/185195>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. **Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.65-72, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=20>. Acesso em: 01 jun. 2019.

O BRASIL E A MONARQUIA HISPÂNICA (1580-1640?). OS BASTIDORES DA MONTAGEM DE UMA EXPOSIÇÃO VIRTUAL A PARTIR DA COLEÇÃO ALBERTO LAMEGO (IEB, USP)

Aline Yone¹, Claudia de González del Tánago² Irene María Vicente Martín³

¹USP, <https://orcid.org/0000-0002-2740-6460>, aline.yone.silva@usp.br

² Flacso, <https://orcid.org/0000-0002-9496-4868>, claudia.gonzaleztanago@gmail.com

³European University Institute, <https://orcid.org/0000-0002-0075-0966> Irene.Vicente@eui.eu

Resumo: Este artigo se propõe expor reflexões e ideias sobre os bastidores de uma exposição virtual sobre o Brasil na Monarquia Hispânica (período de 1580-1640) a partir dos documentos da coleção Alberto Lamego, no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). Para além do entendimento das relações entre o Brasil e a Espanha, o artigo também tem como objetivos: apresentar o arquivo do IEB, na qualidade de acervo com fontes disponíveis para pesquisas relacionadas aos séculos XVI e XVII; divulgar o trabalho de grupos de pesquisa, artigos e livros recentemente escritos no Brasil e na Espanha; e apresentar a exposição virtual como uma ferramenta útil para a preservação e difusão, assim como para a geração de intercâmbios entre as comunidades acadêmicas e não acadêmicas brasileira e espanhola.

Palavras-chave: Brasil, Espanha; Monarquia Hispânica; União de Coroas, IEB, USP.

Abstract: This article aims to expose reflections and ideas on how to set up a virtual exhibition about Brazil during the Hispanic Monarchy (period 1580-1640) from the documents of the Alberto Lamego collection, preserved at the Archive of the Institute of Brazilian Studies (IEB) of the University of São Paulo (USP). Beyond understanding the relationship between Brazil and Spain, the article also aims to: present the archives from the IEB as a place with available sources for those who do research on the 16th and 17th centuries; promote the work of research groups, as well as articles and books recently published in Brazil and Spain; and present the virtual exhibition as a useful tool for the preservation, promotion and generation of exchanges between the Brazilian and the Spanish academic and non-academic communities.

Keywords: Brazil; Spain; Hispanic Monarchy; Union of the crowns, IEB, USP.

INTRODUÇÃO

Conforme apontado no livro *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)* (Megiani, Santos, Silva: 2014), apesar do aparente esquecimento sobre o tema, nos últimos anos, uma nova leva de pesquisadores estão olhando de maneira diferente para esse período, “seja do ponto de vista das elites, das eleições políticas e/ou de poder, da importância do Brasil para o império dos Habsburgo, ou da política fiscal do período”; e ainda que a produção sobre o

período seja abundante, observa-se que tanto na historiografia espanhola assim como na lusa e na brasileira ainda são muitos os temas a serem tratados.

Por outro lado, tendo em conta que quando se desenvolvem pesquisas sobre Brasil durante a Monarquia Hispânica, normalmente se pensa mais em utilizar as fontes disponíveis nos arquivos de Portugal ou da Espanha, a proposta de expor os bastidores da montagem de uma exposição virtual a partir da coleção Alberto Lamego (IEB, USP) foi formulada com três objetivos em mente: 1) apresentar o arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), na qualidade de acervos com fontes disponíveis para pesquisas relacionadas aos séculos XVI e XVII e ao período da Monarquia Hispânica (1580-1640); 2) Divulgar o trabalho de professores e grupos de pesquisa da Universidade de São Paulo, da Espanha e de Portugal que estudam esse período; e 3) Apresentar idéias sobre como criar um espaço virtual para a preservação, a difusão, a memória e o intercâmbio.

METODOLOGIA

Para que digitalizar e montar uma exposição virtual sobre o Brasil na Monarquia Hispânica a partir de um arquivo brasileiro? O incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Setembro, 2018) mostrou a vulnerabilidade dos acervos brasileiros, assim a preocupação pela preservação dos documentos dos séculos XVI e XVII que se encontram no país, nasce em primeiro lugar da grande necessidade de evitar a perda deles já que muitas vezes estes se deterioram por questões climáticas, fogo, ameaças biológicas, mau manuseio, etc.

Por outro lado, embora seja verdade que com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais os arquivos disponibilizam seus acervos em formato digital, é bom lembrar que nem todos os arquivos tem digitalizados seus acervos, nem sempre quem os acessa tem as ferramentas para entender seu conteúdo. Esse é o caso da coleção Alberto Lamego, preservado no arquivo IEB, USP.

Embora uma boa parte dos documentos da coleção Lamego tenha sido digitalizada, depois de fazer uma pesquisa sobre o período 1580-1640 na coleção, encontramos que vários documentos desse período ainda não se encontram em formato digital, e que só o fato de digitalizá-los parece insuficiente para divulgar ou estudar os mesmos. Foi desta forma que nasceu a idéia de fazer um projeto para montar uma exposição virtual -projeto ainda em andamento- como ferramenta para digitalizar, preservar, mas também transcrever e contextualizar o conteúdo dos documentos, facilitando sua difusão e estudo.

A respeito do formato para montar a exposição virtual; em São Paulo, o arquivo do Estado é um bom exemplo a seguir; suas exposições respondem à missão de dar acesso a documentos públicos devidamente tratados e favorecer a pesquisa, proporcionando conhecimento e entretenimento cultural aos seus visitantes. Vinculados à exposição, se encontram disponíveis materiais relacionados ao tema, tais como palestras em vídeos, artigos científicos, indicações bibliográficas entre outros.



Figura 1. Arquivo Público do Estado de São Paulo, site das exposições virtuais

No caso do arquivo IEB, USP, por enquanto só existe uma exposição virtual no seu site feita com documentos do século XX, porém montar uma exposição com documentos dos séculos XVI e XVII representa um desafio bem maior, que requer a orientação de especialistas nas áreas de história ibérica, paleografia ou arquivística, entre outros. Assim, o projeto começou só depois de contar com o apoio de duas professoras: Ana Paula Megiani do departamento da História e a professora Vanessa Martins do Monte do departamento de Letras (ambas da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da USP). Seguindo suas orientações, foi desenvolvida uma pesquisa no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros. Produto desse trabalho se marcaram várias etapas para montar a exposição:

- 1) Revisão da literatura e projetos em andamento que tratam sobre o tema.
- 2) Pesquisa sobre o período (1580-1640) no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros.
- 3) Revisão e seleção dos documentos contando por exemplo com o apoio de núcleos de pesquisa nas áreas de paleográfica, histórica o arquivística entre outros.
- 4) Digitalização dos documentos.

- 5) Transcrição dos documentos selecionados a partir de um núcleo de pesquisa paleográfica.
- 6) Criação de textos para contextualizar os documento a partir de um núcleo de pesquisa histórica.
- 7) Montagem da exposição virtual.
- 8) Lançamento da exposição ao ar.

No artigo nos focaremos em comentar só os primeiros passos ou etapas do projeto.

1) Revisão da literatura e projetos em andamento

O estudo do Brasil na Monarquia Hispânica vem recebendo, nas últimas duas décadas, uma atenção que não têm precedentes. Inúmeros acadêmicos do Brasil, Portugal e Espanha, mas também dos Estados Unidos, França ou Holanda estão se interessando cada vez mais pela realidade política, econômica e social do Brasil entre 1580 e 1640, época em que o Brasil, juntamente com outras conquistas da Coroa Portuguesa, aderiu-se ao conjunto territorial da Monarquia Hispânica, governada pelo ramo espanhol da dinastia Habsburgo (Cardim, 2017: 47). Durante essas décadas, às quais a historiografia também chama de União Dinástica, União de Coroas, Período Filipino ou, simplesmente, o ‘tempo dos Filipes’ -por serem os três reis Filipe II, Filipe III e Filipe IV¹-, o Brasil passou por transformações importantes. Estas foram principalmente territoriais e espaciais, com a extensão para o interior; políticas e institucionais, com a instalação do Tribunal da Relação, ou a criação do Estado do Maranhão; e econômico-sociais, com o boom da indústria açucareira e o início da escravidão africana. Na Monarquia Hispânica, já muito extensa no final do século XVI, a incorporação de Portugal e seus territórios ultramarinos significou sua conversão em “numa estrutura de dimensões 'globais'” (Megiani, Santos, Silva, 2016: 7). Começou assim uma nova etapa no entendimento das duas potências ibéricas que afetaria, seus respectivos espaços coloniais, como no caso do Brasil.

Precisamente devido à excepcionalidade do período, as naturezas jurídica, institucional e política resultantes da incorporação de Portugal e de suas conquistas americanas na Monarquia Hispânica sempre foram temas recorrentes na historiografia especializada. Não vale a pena enfatizar o estéril e distorcido que, para o estudo delas foi imperativo ideológico do Estado-nação, que passou a definir o Brasil como baluarte ou reduto das liberdades

¹ Preferimos, ao longo deste escrito, a utilização da nomenclatura espanhola para os três reis que governaram Portugal entre 1580 e 1640, sendo assim Filipe II de Espanha (e I de Portugal) entre 1580 e 1598, Filipe III de Espanha (e II de Portugal) entre 1598-1621 e Filipe IV de Espanha (e III de Portugal) entre 1621-1640, dado que esta é a convenção terminológica internacional.

portuguesas contra a tirania centralizadora dos Austrias (Varnhagen, 1854; Lima, 1944; Cortesão, 1940; Prado, 1942), sendo somente após a renovação teórica de 1970 quando os historiadores começaram a estudar aquela realidade diferentemente. Neste momento, foram detectadas fortes conexões entre o Brasil e as conquistas espanholas, principalmente com Buenos Aires e o Caribe, relacionadas ao comércio, permeabilidade de fronteiras, e administração (Boxer, 1965; Russell-Wood, 1968; Schwartz, 1973; Canabrava; 1984), alcançando alguns estudiosos que falam sobre uma "cultura ibérica comum" (Lobo, 1963; Freyre, 1975; Magalhães, 1978). No final dos anos noventa, a emergência econômica do Brasil na Nova República novamente patrocinou o estudo da União das Coroas, concentrando a atenção nas fórmulas dinâmicas de relacionamento entre Brasil, Portugal e Espanha no seno da Monarquia Hispânica. As noções nacionalistas, colonialistas e centralizadoras que prevaleciam há muito tempo foram banidas com os grandes estudos de historiadores de ambos os países peninsulares (Hespanha, 1984; Bouza, 2000; Valladares; 2000), aos quais se juntariam traduções de estudiosos estrangeiros (Lynch, 1993; Elliot, 1998) e, progressivamente de brasileiros (Mello, 1998). Como herdeiras desta etapa recente, as definições atuais têm prestado cada vez mais atenção aos processos globais e transfronteiriços que surgiram dos contatos entre o Brasil e a Monarquia Hispânica. O 'tempo dos Felipes' é agora definido como um período-chave para a compreensão do Brasil, e o estudo da União das Coroas é agora feito sob perspectivas mais amplas e internacionais que já incluem acadêmicos de todo o mundo (Bouza, Cardim, Feros: 2019).

Atualmente predominam duas correntes nos âmbitos acadêmicos que, embora possam parecer contraditórias, são acima de tudo complementares. Primeiramente, os círculos de pesquisa vêm se interessando pela diversidade de relações, poderes e grupos sociais existentes entre os territórios do Brasil e a Monarquia Hispânica, correspondendo em grande parte ao conjunto de meios concebidos pela Coroa Habsburgo para lidar com a multiplicidade territorial de seus domínios. O papel das instituições locais e das elites, da política fiscal do período ou da importância do Brasil para outras potências europeias para além de Portugal e Espanha adquiriu um peso relevante na produção historiográfica corrente. Aparecem aqui, entre muitos outros, os estudos de T. Krause, G. F. Cabral de Souza, K. Vanderlei Silva, R. Ricupero ou E. L. de Araújo sobre flexibilidade institucional, mobilidade social e protagonismo individual no governo do império (Ricupero, 2008; Souza, 2012; Silva, 2013; Krause, 2014; Araújo, 2016); assim como os de J. M. Santos Pérez o P. Puntoni sobre fiscalidade e política imperial (Santos Pérez, 2018; Puntoni, 2019).

Graças a esses estudos, a Monarquia Hispânica já não é entendida como sinônimo de centralização política, pois em termos de poder sempre conviveu com as práticas dos lugares sobre os quais exercia controle, negociando e pacificando os pilares fundamentais da sua existência: nem os laços ou cruzamentos horizontais estabelecidos entre as elites e os grupos regionais, nem a descentralização do poder, agiam fora do controle imperial. Precisamente por esse motivo, o estudo de como o governo filipino administrou o Brasil deve, necessariamente, passar pela análise desses grupos em si e em relação ao governo central, um relacionamento que sem dúvida afetou a operação e manutenção do império colonial.

Em segundo lugar, mas fortemente associadas à descoberta de tais dinâmicas e atores que escapam do modelo tradicional metrópole-colônia, cada vez mais pesquisas colocam o ênfase na circulação de pessoas, livros, objetos e notícias entre os territórios do Brasil e da Monarquia Hispânica. Assim, os adiantados estudos de A. P. Torres Megiani, ou C. Ebert (Megiani, 2007; Ebert, 2008) juntaram-se os de A. Polónia e Cátia Antunes, entre outros muitos (Polónia, Antunes, 2016), todos eles demonstrando a existência de circuitos de intercâmbio cultural e comercial no Atlântico e mais além. Juntamente a eles, as atividades desenvolvidas em projetos internacionais, como o projeto Baía 16-19, que reúne pesquisadores de Lisboa, Paris e Salvador²; Finisterrae_Lab, baseado na Universidade de São Paulo, mas integrado por professores da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal da Integração Latino-americana ou da Universidade de Barcelona, entre outras³; ou o grupo BRASILHIS, da Universidade de Salamanca⁴, que conta também com pesquisadores do IUE de Florença, são também um exemplo do interesse internacional pelo Brasil na Monarquia Hispânica (Megiani, Santos Pérez, Silva, 2016; Souza, Marques, Silva: 2016; Raggi, Figuerôa-Rêgo, Stumpf: 2017). A maioria dos pesquisadores desses grupos participa ativamente da base de dados homônima BRASILHIS⁵, que coleta não só as trajetórias pessoais e profissionais de todos aqueles indivíduos que circularam pelo Brasil entre 1580 e 1640, mas também ambiciona ser a grande base de dados de referências bibliográficas (mais de 1000) e documentais (mais de 1500) do Brasil na Monarquia Hispânica.

Todos esses avanços confirmaram, ao menos, três novas linhas de pesquisa para os interessados no Brasil do período 1580-1640. A primeira é a importância que o Brasil teve

² Para maiores informações sob o Baía 16-19: http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/BAHIA/BAHIA_home.html

³ Para maiores informações sob o Finisterrae_Lab: <https://finisterraelab.site/>

⁴ Para maiores informações sobre o Brasilhis: <https://diarium.usal.es/brasilhis/>

⁵ A base de dados BRASILHIS (<http://brasilhis.usal.es/>) é um dos principais objetivos do grupo de pesquisa BRASILHIS 'Redes personales y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica, 1580-1640', dirigido pelo Professor José Manuel Santos Pérez da Universidad de Salamanca (Espanha), mas que conta com a colaboração ativa de pesquisadores dos grupos acima mencionados.

não só no conjunto da Monarquia Hispânica, mas também na configuração geopolítica do Atlântico entre os séculos XVI e XVII. A segunda é a pertinência de estudar esses processos considerando os contextos sociais, institucionais e históricos que os condicionaram, prestando atenção às suas diferenças regionais e à sua evolução cronológica. E a terceira, talvez a mais interessante aqui, é a ainda importante ignorância das coleções documentais sobre o Brasil hispânico pois, apesar dos esforços incríveis de transcrição, edição e catalogação das coleções de Portugal e Espanha, soma-se a dispersão da documentação sobre o período, dispersa em arquivos de todo o mundo ainda desconhecidos.

2) Desenvolvimento de pesquisa no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), USP

- A monarquia hispânica nos arquivos do Brasil

Uma boa parte dos pesquisadores desenvolvem suas pesquisas sobre o Brasil na monarquia hispânica nos arquivos de Portugal ou Espanha, porém um novo olhar sobre o assunto poderia ser desenvolvido a partir dos estudos dos arquivos brasileiros; seja porque alguns documentos da época podem ser encontrados só em coleções particulares ou seja porque eles têm sido preservados em arquivos nas universidades, igrejas, ou o governo, um exemplo disso é a coleção Alberto Lamego custodiada pelo Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), USP.

- Instituto de Estudos Brasileiros (IEB, USP)

Criado por Sérgio Buarque de Holanda, em 1962, o Instituto de Estudos Brasileiro é um centro multidisciplinar de pesquisas e documentação sobre a história e as culturas do Brasil e tem como desafio fundador a reflexão sobre a sociedade brasileira. O IEB tem sob sua responsabilidade a guarda e a manutenção de um acervo excepcional formado por fundos pessoais – constituídos por artistas e intelectuais brasileiros -, e que estão distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais. Manuscritos originais de nomes decisivos para a cultura brasileira, assim como livros raros e obras de arte formam de um conjunto que recebe periodicamente novas aquisições, seja através de doação ou por meio de compra. O Arquivo do IEB USP surgiu em 1968, integrado à Biblioteca. A partir de 1974, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, o crescimento do acervo motivou seu estabelecimento como setor independente e tem como objetivo receber, organizar, preservar e divulgar seus documentos, visando oferecer fontes primárias para pesquisas das mais diversas áreas reúne cerca de 500 mil documentos.

- A coleção Alberto Lamego

O colecionador Alberto Frederico de Moraes Lamego nasceu em Itaboraí, Rio de Janeiro em 1870. cursou, durante três anos, a Faculdade de Direito de Recife, mas foi em São Paulo onde se bacharelou em 1892. Instalou-se na cidade de Campos de Goitacazes (RJ), onde constituiu família, advogou, exerceu cargos federais e colaborou em jornais. Em 1906, partiu em viagem para a Europa onde viveu durante catorze anos na França, Bélgica e Portugal. Frequentou arquivos na Europa, onde fez cópias de documentos relativos à história do Brasil. Em leilões e livrarias, adquiriu obras raras que deram origem à sua coleção brasileira. Foi membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e da Academia Fluminense de Letras.

A valiosa “Brasileira” do Dr. Lamego, que compreende livros raros e uma coleção de manuscritos antigos, foi adquirido pelo Governo do Estado de São Paulo e entregue à Universidade de São Paulo em 1935 por intermédio de Mário de Andrade. Segundo o “relatório da comissão nomeada pelo Ministro de Educação, para avaliar a biblioteca e arquivo do Dr. Alberto Lamego” elaborado em 1931, trata-se em geral de obras que “são de primeiras edições raras e não poucas desconhecidas dos bibliógrafos (...). Os manuscritos são também em geral originais, na maior parte, ou cópias antigas autenticadas e contêm grande número de informações inéditas de proveito para a história (...) e geografia do Brasil e de sua literatura”⁶.

A coleção se compõe de livros, revistas, folhetos, manuscritos e impressos sobre documentos jurídicos, militares, cartográficos, literários e político-administrativos referentes aos séculos XVI a XIX. Existem documentos relativos à Monarquia Hispânica, a companhia de Jesus, à disputa entre Espanha e Portugal sobre a Bacia do Prata, contas oficiais da Família Real Portuguesa, documentos sobre a cidade de Campos (RJ) e as Academias Literárias Coloniais, entre outros. Encontram-se também documentos relativos à agricultura, medicina, botânica e mineralogia.

- O Brasil e a monarquia hispânica na coleção Alberto Lamego

A coleção Alberto Lamego está catalogada e é possível acessar várias informações sobre ela a partir do site do catálogo on-line do arquivo IEB: <http://www.ieb.usp.br/acervo/>. Segundo este, existem 4089 documentos no arquivo e 3354 itens na biblioteca. Fazendo um filtro por período (1580-1640 por exemplo), se encontram 118 documentos mais 95 livros. Em quando aos documentos, estes tratam de diferentes temas: estruturas político-

⁶ Revista de História, USP, v. 22 n.46

administrativas, ampliação do território brasileiro, redes de comerciantes e formação de elites, cristãos novos, mulheres, índios forros, escravos, invasões holandesas e fim da Monarquia Hispânica no Brasil com as consequentes perseguições, julgamentos e novas regras no comércio e na administração.

Depois da pesquisa foi possível perceber que o número de documentos pode ser maior; por exemplo fazendo um filtro que incluía documentos anteriores a 1580 encontramos uma carta de 1579 de Felipe II após a Batalha de Alcácer-Quibir, lamentando a morte de seu sobrinho D. Sebastião, rei de Portugal.

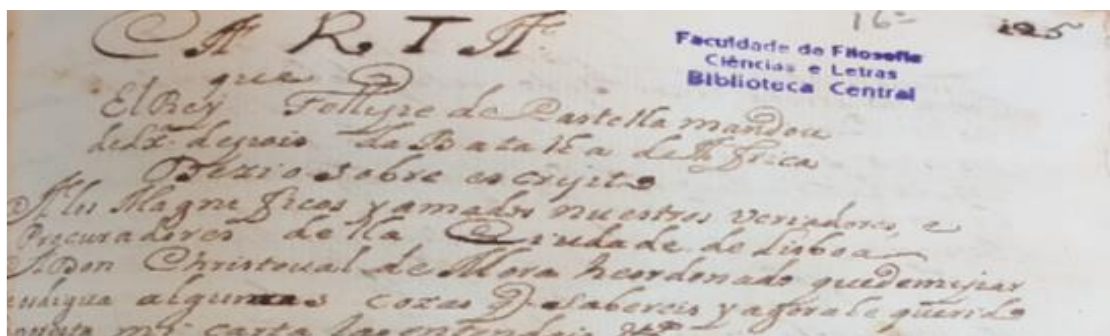


Figura 2. Arquivo IEB-USP, Carta de Felipe II lamentando a morte de Dom Sebastião, 1579

Durante a revisão dos documentos também se percebeu que alguns deles não tem data ou contém erros de catalogação, por exemplo tendo sido catalogados como cópias tratando-se de originais e ao inverso. E é que em geral, se bem alunos e professores têm trabalhado com muita dedicação e boa vontade no processo de catalogação, teriam sido necessários mais recursos e um equipe de especialistas de catalogação de manuscritos com tempo suficiente para a realização de um trabalho metuculoso.

3) Curadoria dos documentos a partir de critérios filológicos

Para a montagem final da exposição a proposta é que todos os documentos, selecionadas na fase anterior do projeto, passe por uma intensiva curadoria filológica. O Que vai permitir que o público, tanto acadêmico como geral tenha acesso a todas as informações que aquele documento pode oferecer, desde sua materialidade até o conteúdo. A curadoria filologia consiste em selecionar os documentos dentro do recorte temporal (etapa cumprida), edição dos documentos com: transcrição (completa ou parcial), descrição paleografia e codicológica.

4) Edição dos documentos.

Para se estudar um texto, do ponto de vista filológico a primeira coisa que deve ser feita é a escolha do tipo de edição. O Que dependera do tipo de manuscrito escolhido, podendo ser monotestemunhais - quando há apenas um testemunho do manuscrito – ou politestemunhais –

quando há mais de um testemunho de um mesmo manuscrito. No caso de manuscritos monotestemunhais existem quatro tipos, diferentes de edições: são elas fac-similar, diplomática, semidiplomática e interpretativa. A diferença entre elas consiste no grau de intervenção que o editor fará no texto.

Para a exposição as edições escolhidas são a fac-similar que permite uma representação idêntica ao documento (digitalização) e a interpretativa que permite realizar adaptações no texto, tornando-o mais acessível para os pesquisadores de outras áreas e o público geral. Ao realizar a transcrição dos documentos pretendemos facilitar o primeiro contato do com o documento, ela é apenas uma forma de atrair e facilitar o acesso e não uma transcrição filológica completa.

5) Decrição paleografia

O termo paleografia, tem origem no grego Palaios “antigo” e Graphien “escrita”. É definida como a ciência que estuda os textos antigos, investigando desde o material e instrumentos empregados para escrever até a origem e evolução da própria escrita. Segundo Berwanger e Leal (2008, p.16) “A Paleografia tem por objeto o estudo das características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem.”

No século XVII as escritas antigas começaram a ser objeto de estudo, mas se limitavam apenas a leitura, com algumas tentativas de classificação da escrita. Tais tentativas resultando em coletâneas de abreviaturas.

Alguns paleógrafos acreditam que as origens dos estudos paleográficos datam da guerra dos trinta anos — protestantes contra católicos — pois, existia a necessidade de legitimar, principalmente, documentos que indicavam posse de terra, para servir como prova na justiça. Mas o que marcou a data de nascimento da paleografia foi a primeira obra publicada pelo Jesuíta Daniel van Papenbroeck, obra essa que consistia em sistematizar critérios para reconhecer a autenticidade de documentos através da análise da escrita. Mais tarde o francês beneditino Jean Mabillon aprofundou os estudos e critérios de identificação e distinção de documentos, assim instituindo a paleografia como ciência.

Na América Portuguesa, a Paleografia caracteriza-se pela abundância de documentação cartorária e governamental e, mesma maneira pela diferenciação da escrita cursiva correr dos séculos. Embora a mudança de século não determine necessariamente a mudança da escrita, podem-se verificar algumas alterações nas formas caligráficas e abreviaturas recorrentes com o desenrolar do tempo, pressuposto este denotado pela análise de variados corpos documentais. (BIVAR E DIAS, 2005 p. 18)

Na exposição além de dar acesso aos documentos, faremos uma breve descrição paleográfica de cada documento com a classificação da escrita, localização, datação, descrição das características da escrita e descrição do sistema de abreviaturas.

Cambraia (2005, p. 24) sugere um guia de critérios que deverão ser abordados na realização de comentários paleográficos. Alguns desses critérios serão utilizados na descrição disponibilizada na exposição.

- a) classificação da escrita, localização e datação;
- b) descrição sucinta de características da escrita, a saber: a morfologia das letras (sua forma o seu traçado ou ductus (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra), o angulo (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), o modulo (dimensão das letras em termos de pauta) e o peso (relação entre traços finos e grossos das letras);
- c) descrição do sistema de sinais abreviativos em pregados na referida escrita
- d) descrição dos outros elementos não-alfabéticos e de seu valor geral: números, diacríticos, sinais de pontuação separação vocabular intralinear e translinear, paragrafação, etc.;
- e) descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas.

A descrição paleográfica se faz necessária, pois o recorte temporal da exposição proporciona um número variado de tipologias documentais, o que tem como consequência uma diversidade de tipos caligráficos. Ao fornecer essa informação facilitamos a compreensão dos textos, pois damos uma orientação de onde procurar mais informação sobre aquele tipo caligráfico, além de podermos realizar leituras mais precisas, ajudando até mesmo o arquivo a melhorar a catalogação dos documentos. Como é possível observar no exemplo abaixo:

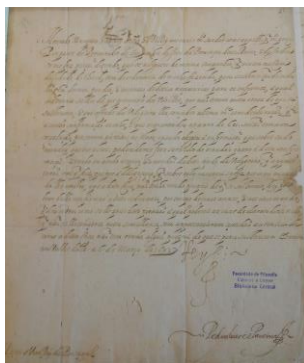


Figura 3. Arquivo IEB-USP, carta régia de Filipe II

No documento AL-157-002, uma carta régia de Filipe II ocorreu um erro na primeira catalogação feita.

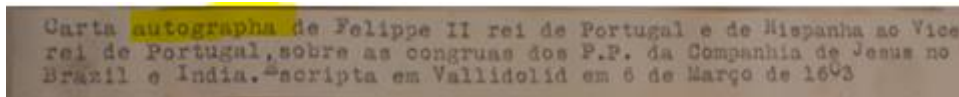


Figura 4. Arquivo IEB-USP, 1º catalogação da carta régia

Nessa primeira catalogação o documento era descrito como sendo autógrafo (original, tendo como autor intelectual e material a pessoa que assina), um documento nessa condição de Filipe II é um raríssimo, o que atrairia a atenção de um pesquisador, porém em uma análise mais apurada do documento é possível levantar a dúvida se Filipe II é realmente o autor material dessa carta. No documento é perceptível duas assinaturas diferentes a do rei:

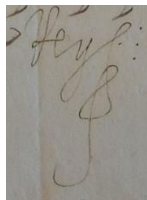


Figura 5. Arquivo IEB-USP, assinatura do rei Filipe II

E a do possível escriba:

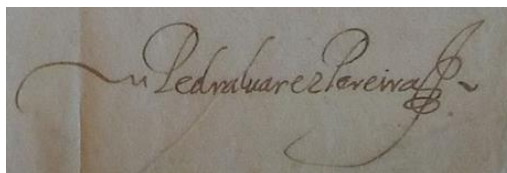


Figura 6. Arquivo IEB-USP, assinatura do escriba

Na catalogação moderna disponível no site do IEB essa informação não é citada, não sabemos se é uma cópia ou uma original, o que dificulta o trabalho do pesquisador que terá que consultar o documento pessoalmente, o que não seria necessário se a descrição fosse mais completa.

Informações do Documento	
Acervo:	Alberto Lamego
Código de Ref.:	AL-157-002
Unidade de Armazenamento:	Caixa 75 - Códice 157 (Sala 1)
Gênero Documental:	Textual
Espécie/Tipo/Formato:	CARTA
Descrição:	CARTA RÉGIA de Filipe II, rei da Espanha, a Cristóvão de Moura, vice-rei e capitão general, em Portugal, confirmando uma ordinária a que tinha direito a Companhia de Jesus, em Portugal e na cidade de Chaúl, na Índia.
Localidade:	Valladolid
Data:	6 de março de 1603
Núm. de Folhas:	2
Status:	Disponível para consulta

Figura 7. Arquivo IEB-USP, 2º catologação da carta régia

6) Descrição codicológica

A codicologia tem como objeto de estudo o códice (o livro manuscrito), analisa o suporte material, tipo de papel, suas marcas contemporâneas ou posteriores; e sua organização numeração original, organização dos fólhos. Através da codicologia é possível descobrir a datação de um documento, sua trajetória e sua veracidade; informações valiosíssimas para um pesquisador. Para realizar tal análise é necessário ter acesso ao documento físico, o que não é sempre possível por questões logísticas, tanto do arquivo como do pesquisador. Ao disponibilizar essa informação na exposição pretendemos facilitar o trabalho do pesquisador tanto na realização da sua própria análise como na busca do seu corpus.



Figura 8. Arquivo IEB-USP, Marca d'água, selos e lombada

“[...]Além de fornecer informações importantes sobre a gênese dos documentos que formam um corpus, a descrição codicológica permite que se explorem particularidades do suporte material e da organização interna dos manuscritos, o que leva a um estudo filológico mais aprofundado. Um levantamento pormenorizado de aspectos codicológicos permite, por exemplo, realizar uma datação estimada de documentos – pela verificação da marca d’água do suporte material –, e determinar com maior segurança a presença de marcas de terceiros nos originais. Além disso, o trabalho de leitura e transcrição de manuscritos é facilitado pelo conhecimento advindo da análise codicológica,

uma vez que é possível determinar, por exemplo, se a numeração de um documento é posterior à data de sua elaboração.”

MONTE, Vanessa Martins do. Exemplo de descrição codicológica: documentos setecentistas

Na exposição as informações codicológicas serão apresentadas em uma ficha codicológica, adaptada do “Guia Básico de Descrição Codicológica”, elaborado por Cambraia (2005, p. 28). As informações sobre suporte material, composição, organização da página e particularidades relacionam-se aos fólios que compõem o documento.

7) Montagem da exposição

Para a exposição queremos criar algo interativo, que facilite a vida do pesquisador e atraia o público em geral. Pensamos assim na plataforma prezi que fornece essa interatividade. Mas também cogitamos a hipótese de criar uma nova plataforma, em parceria com outros institutos na universidade, tornando a exposição independente de outras plataformas ou sites. Abaixo temos um pré-protótipo que tenta imaginar como seria uma parte da interatividade da exposição.

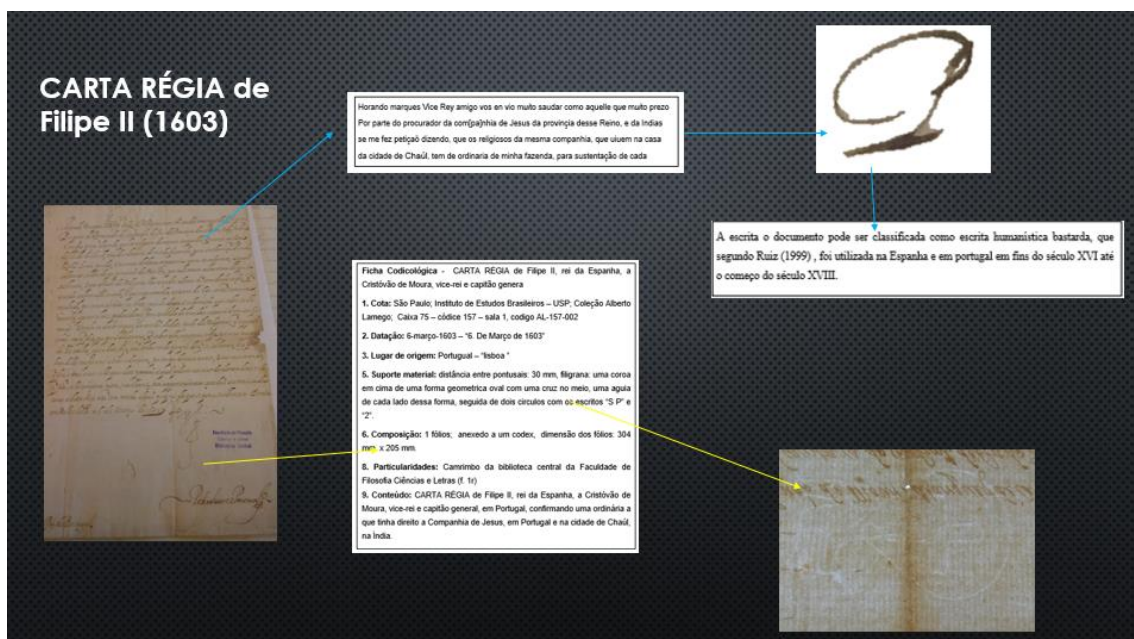


Figura 9. Pré-protótipo de interação da exposição

Ao clicar no documento outras janelas se abririam exibindo as informações extras, como a transcrição, a descrição paleográfica (flecha azul) e a descrição codicológica uma ficha com todas as informações, como a marca d'água (flecha amarela).

RESULTADOS

A partir do trabalho no Instituto de Estudos Brasileiros, confirmamos a importância de fazer pesquisa nos arquivos da USP e em geral do Brasil que possam guardar documentos relevantes para o estudo do Brasil na Monarquia Hispânica. Depois da pesquisa no IEB, agora temos uma seleção de vários documentos que podem ser relevantes e que podem ser usados para a montagem de uma exposição virtual.

Receber a orientação e o apoio das professoras especialistas nas áreas de história ibérica y paleografia, assim como o valioso aporte de Irene Vicente -doutoranda espanhola do Instituto Universitário Europeu (Itália)- foi muito importante não só para entender melhor a dimensão do projeto, sino para mostrar a necessidade de articular parcerias que possam ser de utilidade para a fase de execução do projeto.

CONCLUSÕES

Depois da revisão da bibliografia e dos projetos em andamento, assim como do pesquisa feita no IEB fica clara a importância de fazer pesquisa, digitalizar, contextualizar e difundir o conteúdo dos acervos dos arquivos do Brasil, sejam estes arquivos da igreja, públicos, das universidades, coleções particulares, etc.; ainda mais depois do incêndio do museu no Rio de Janeiro. A montagem de exposições virtuais a partir dos arquivos do Brasil pode se tornar em uma ferramenta útil para à preservação, acesso (desde qualquer lugar do mundo) e a difusão de documentos relevantes para o estudo da Monarquia Hispânica.

Porém devido à natureza dos documentos a montagem de uma exposição virtual requer a participação de especialistas conhecedores do tema que possam liderar o projeto. Assim se recomenda por um lado, fazer projetos de iniciação científica, artigos ou teses sobre o tema; e por outro, se recomenda formar equipes interdisciplinares de estudantes especializados na temática, assim como equipes de membros da comunidade espanhola no Brasil para que participem nos processos de seleção, transcrição ou contextualização dos documentos, assim como da montagem de esta ou outras exposições.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Suely C.C. de; SILVA, G.C. de Melo; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUZA, g.f. c. DE (Org.). *Políticas e estratégias administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Felipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Trad. Lisboa: Cosmos, 2000.

BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.

BODÊ, E. C. Preservação de acervos documentais eletrônicos. ARC: Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação. Olinda, v. 1, n. 2, p. 32-35, 2007.

CARDIM, Pedro. *Portugal y la Monarquía Hispánica (ca. 1550-ca.1715)*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2017.

CORTESÃO, J. *A geografia e a economia da Restauração*. Lisboa: Seara Nova, 1940.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EBERT, Christopher. *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550-1630*. Leiden/Boston: Brill: 2008.

ELLIOTT, John H. *La España Imperial (1469-1716)*. Barcelona: Vicens Vives, 1998.

FONSECA, M. O. K. *Arquivologia e Ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FONSECA, Paulo Miguel; MARTINS, Vinicius Pontes. Disseminação da cultura em meio digital. Revista do arquivo público mineiro, ano XLVI, janeiro – junho 2010.

FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre outros hispanos*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1975.

HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal no século XVIII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

HUTZ, Ana. *Homens de Nação e de Negócios. Redes Comerciais no Mundo ibérico (1580-1640)*. São Paulo: Intermeios, 2016.

INNARELLI, H. C. Preservação digital e seus dez mandamentos. In: SANTOS, V. B. (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos, classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Distrito Federal: SENAC, 2007.

KRAUSE, Thiago. De homens da governança a primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahía seiscentista. En: *Revista de História*, nº 70, 2014, pp. 201-232.

MAGALHÃES, B. de. *Expansão Geográfica do Brasil colonial*. Brasília: Editora Nacional, 1978.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 24-48, 2007.

MEGIANI, Ana Paula; SANTOS PEREZ, José Manual; SILVA, Kalina Vanderlei (Org.). *O Brasil na Monarquia Hispânica 1580-1668*. São Paulo: Humanitas, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. *Olinda restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MONTE, V. (2009). Uma descrição codicológica: documentos setecentistas. *Filologia E Linguística Portuguesa*, (10-11), 103-120.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 5ª. Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

NUÑEZ, Pascual. *Brasil Restituído - Os 3 Felipes da Espanha que foram reis do Brasil*. São Paulo: Edigraf, 1957.

PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil, poder e política na Bahia colonial – 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013.

PUNTONI, Pedro. Da libra ao real: sobre a formação do sistema monetário português (1185-1580). *Revista de História* (São Paulo), 2019, n.178, p. 1- 38.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial (Brasil c. 1530-1630)*. São Paulo: Alameda, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Fidalgos and philanthropists. The Santa Casa da Misericórdia of Bahia (1550-1755)*. London: Macmillan, 1968.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. La conquista y colonización de Maranhão-Grão Pará: el gran proyecto de la Monarquía Hispánica para la Amazonia brasileña (1580-1640). *Revista de Estudios Brasileños*, vol. 5, nº 11, 2018, p. 33-47.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Trad. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SCHAUB, Jean-Frédéric. “The union between Portugal and the Spanish monarchy (1581-1640)”. In FEROS, A., CARDIM, P., BOUZA, F., *The Iberian World*, 2019, pp. 126-141.

SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640. *The American Historical Review*, v.96, n.3, p. 735-762.. Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil, 1580-1640. *The Americans*, v.25, p. 33-48, 1984.

SCHWARTZ, Stuart B. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil: The High Court of Bahia and Its Judges, 1609-1751*. L.A./London: University of California Press, Berkeley, 1973.

SILVA, Kalina Vanderlei. Fidalgos, capitães e senhores de engenho: o Humanismo, o Barroco e o diálogo cultural entre Castela e a sociedade açucareira (Pernambuco, séculos XVI e XVII). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 235-257, 2012.

_____. Processos de habilitação de ‘naturais de Pernambuco’ na Ordem de Calatrava: conexões entre a América Açucareira Portuguesa e a Corte Filipina (1580-1640). In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2013, Natal. Anais...Natal: [s.n.], 2013.

SOUZA, Evergton. S., MARQUES, Guida., SILVA, Hugo. R. *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador de Bahia/Lisboa: Editora da Universidade Federal do Bahia/CHAM, 2016.

SOUZA, George F. C. de. *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

VARNHAGEN, Francisco. A. de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de E. H. Laemmert, 1854.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica (1580-1668)*. Madrid: Arco Libros, 2000.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo, 2010, 399f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VILARDAGA, José Carlos. “Manhas” e redes: Francisco de Souza e a governança em São Paulo de Piratininga em tempos de União Ibérica. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa: CHAM, v. XI, p. 103-144, 2011.

CENTROS DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: INFORMAÇÃO, LÍNGUA E IDEOLOGIA

Marcos Vinícius Santos Carvalho Terra¹; Deise Maria Antonio Sabbag²

¹Universidade Estadual Paulista, <https://orcid.org/0000-0002-4275-3292>
marcos_vsct@hotmail.com;

²Universidade Estadual Paulista, <http://orcid.org/0000-0001-6392-4719>,
deisemarian@gmail.com

Resumo: Este estudo objetiva analisar, a partir da perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo a noção de ideologia de Michel Pêcheux, as políticas linguísticas dos Centros de Informação das Nações Unidas (UNICs), responsáveis por parte das informações registradas e institucionalizadas da Organização das Nações Unidas (ONU). Visto que a ONU atua em diversas áreas, optou-se por focar, dentro da Organização, seus Centros de Informação, os quais fazem parte do Departamento de Informação Pública. Eles foram criados com o objetivo de que as atividades das Nações Unidas fossem conhecidas e adaptadas à língua e ao contexto das regiões onde os Centros estivessem presentes, conforme ficou decidido na Assembleia Geral de 13 de fevereiro de 1946. Eles oferecem informações a respeito de assuntos econômicos, políticos e sociais. Os UNICs também participam de observâncias de datas comemorativas, as quais são celebradas de muitas formas e podem incluir apresentações com a participação de personalidades nacionais ou locais, workshops, exposições, programas educativos, eventos esportivos e apresentações musicais. Promovem, ademais, seminários e discussões sobre diversos temas relevantes. Existem atualmente 63 UNICs divididos nos cinco continentes. Esses centros alcançam mídias e instituições educacionais; desenvolvem parcerias com governos, organizações da sociedade civil local e setor privado e mantêm bibliotecas e fontes de informação eletrônicas. Eles estão divididos em cinco regiões: 1. África; 2. Américas; 3. Estados Árabes; 4. Ásia e Pacífico. 5. Europa e Comunidade dos Estados Independentes. Cabe ressaltar que as informações analisadas foram retiradas de sites oficiais ligados ao UNICs. Nesse processo de investigação, constataram-se limitações linguísticas nas políticas de informação, dado que atualmente a ONU trabalha com seis línguas oficiais: Inglês, Chinês, Francês, Espanhol, Russo e Árabe. Ainda hoje, os idiomas dos colonizadores se apresentam como “oficiais”, mesmo em organizações internacionais como a ONU. Por conseguinte, assimetrias linguísticas interferem nas políticas de informação da Organização.

Palavras-chave: Centros de Informação das Nações Unidas; Políticas de Informação; Línguas Oficiais; Análise do Discurso

Abstract: This study aims to analyze, from the theoretical and methodological perspective of French Discourse Analysis, especially Michel Pêcheux's notion of ideology, the linguistic policies of the United Nations Information Centers (UNICs), responsible for the information registered and institutionalized organizations of the United Nations (UN). Since the UN operates in various areas, it has chosen to focus within the Organization on its Information Centers, which are part of the Department of Public Information. They were created with the aim of making United Nations activities known and adapted to the language and context of the regions where the Centers were present, as decided at the General Assembly of February 13, 1946. They provide information about economic, political and social affairs. UNICs also participate in observances of commemorative dates, which are celebrated in many ways and may include presentations by national or local personalities, workshops, exhibitions,

educational programs, sporting events, and musical performances. They also promote seminars and discussions on various relevant topics. There are currently 63 UNICs divided into five continents. These centers reach media and educational institutions; develop partnerships with governments, local civil society organizations and the private sector and maintain electronic libraries and information sources. They are divided into five regions: 1. Africa; 2. Americas; 3. Arab States; 4. Asia and Pacific 5. Europe and Commonwealth of Independent States. It should be noted that the information analyzed was taken from official websites linked to UNICs. In this investigation process, language limitations were found in information policies, as the UN currently works with six official languages: English, Chinese, French, Spanish, Russian and Arabic. Even today, the languages of the colonizers present themselves as "official", even in international organizations such as the UN. Consequently, language asymmetries interfere with the Organization's information policies.

Keywords: United Nations Information Centers; Information Policies; Official languages; Discourse Analysis

INTRODUÇÃO

O Departamento de Informação Pública das Nações Unidas é o grande responsável pelas questões informacionais da Organização das Nações Unidas, porquanto cabe a ele a divulgação das principais atividades da Organização, cuidando sempre para que a informação atinja o maior número de pessoas possível. Assim, o Departamento é responsável pelos Centros de Informação das Nações Unidas ao redor do mundo, os quais têm como finalidade a disseminação da informação, isto é, trabalham para que as pessoas conheçam as principais atividades e eventos da ONU. No Brasil, funciona um Centro de Informação das Nações Unidas, o qual está alocado na cidade do Rio de Janeiro.

Cada vez mais se propaga socialmente um discurso que valoriza diversos aspectos positivos da atuação da ONU no mundo, todavia é sabido que as desigualdades sociais crescem avassaladoramente. Os efeitos de sentido desses discursos são de igualdade e de democratização. A partir daí, criam-se expectativas que entram em confronto com a realidade daqueles que não têm acesso às novas tecnologias, não têm acesso à educação com excelência, e, para piorar, possuem baixa renda. Por conseguinte, conhecer políticas e programas da Organização e torná-los acessíveis à sociedade; cobrar o acesso democrático à informação de qualidade, além de denunciar as barreiras linguísticas das Nações Unidas são aspectos que precisam ser considerados atualmente.

Sob a luz da Análise do Discurso, este trabalho objetiva pensar em quais línguas as informações das Nações Unidas são transmitidas; quais ideologias estão presentes na

informações registradas e institucionalizadas da ONU e quais são alguns dos mecanismos de disseminação da informação dessa organização internacional.

METODOLOGIA

Os procedimentos de coleta de dados foram realizados através de pesquisa documental. O processo de análise foi realizado, tendo como referencial a Análise do Discurso de matriz francesa. Dessa forma, gestos de leituras permitiram uma reflexão sobre os efeitos de sentido e as condições de produção dos documentos da ONU. Ademais, a postura metodológica adotada, em coerência com os estudos sobre discurso e informação, contribuiu para a percepção de que o campo informacional é um lugar de embate teórico, disputas, poder e política.

Oriunda da década de sessenta, a Análise do Discurso se apresenta como referencial teórico para análise dos dizeres oficiais da Organização das Nações Unidas. A teoria pecheutiana fundamenta-se em três áreas do conhecimento: Linguística, Marxismo e Psicanálise. O teórico francês, Michel Pêcheux, trabalha com a relação entre língua, história e sujeito. Na Análise do Discurso (AD), entende-se o discurso como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2007, p.21). Sendo assim, não existe neutralidade discursiva, mesmo diante do “uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 2007, p. 9). Por conseguinte, não há, em hipótese alguma, a possibilidade de que os discursos oficiais da ONU, em seus centros de informação, tenham um caráter neutro:

a Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p.15).

A teoria discursiva criada por Pêcheux permite descortinar os efeitos de sentido presentes nos discursos oficiais da ONU em seus Centros de Informação. Possibilita, além disso, a compreensão de como as relações de poder são simbolizadas na Organização e transmitidas para as mais diversas comunidades. Segundo Orlandi (2007, p.26),

a Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

Compreender, aqui, é “*saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos*” (ORLANDI, 2007 p.26). Dessa forma, nesse percurso de investigação científica, optou-se por mobilizar a noção de ideologia presente na Análise do Discurso de corrente francesa.

REVISÃO DA LITERATURA

Definir “ideologia” não é uma trabalho tão simples, visto que exige um posicionamento. Isso ocorre devido a várias concepções que a palavra assume nas mais variadas correntes teóricas. Muitos autores trabalham com o conceito, o qual muda, de acordo com o momento histórico e político, assumindo novos sentidos. Conforme Zizek (1996, p.9),

“ideologia” pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir, exatamente, quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse

A linguagem constitui o sujeito, por isso, a ideologia deve ser tratada nos atos concretos da linguagem, isto é, na materialidade. Na ótica do funcionamento da linguagem, a ideologia se manifesta de modo concreto no discurso. Pêcheux, nessa perspectiva, foi influenciado pelas teses de Louis Althusser, o que tornou o conceito de ideologia um dos mais expressivos na Análise do Discurso:

debaixo do guarda-chuva de pesquisas de Louis Althusser, no âmbito da Teoria Geral das Ideologias, formula a importância desse conceito para a formação de uma ciência das formações sociais em que pese a compreensão da inscrição sócio-histórica da linguagem. Nesse momento, Pêcheux funda noções teóricas fundamentais, como o discurso como efeito de sentidos, o que coloca os processos de significação em jogo e implica considerá-lo sempre fugidio, escapadiço e tenso (ROMÃO, 2012, p.76).

Nesses termos, de acordo com Althusser (1980, p.69), “a ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social”. Assim, observar-se-á que o contexto sócio-histórico da produção dos discursos que circulam socialmente ajuda a construir sentidos, produzindo a inscrição da história na língua. Nesse cenário, é inevitável considerar a ideologia como um fator presente nesse processo:

também convém mencionar aqui Michel Pêcheux, que deu um toque estritamente linguístico a teoria da interpelação de Althusser. Seu trabalho centra-se nos mecanismos discursivos que geram a “evidência” do Sentido. Ou seja, um dos estratagemas fundamentais da ideologia é a referência a alguma evidência — “Olhe, você pode ver por si mesmo como são as coisas!” ou

"Deixe os fatos falarem por si" talvez constituam a arqui-afirmação da ideologia — considerando-se, justamente, que os fatos nunca "falam por si", mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos (ZIZEK, 1996, p.17).

Na Análise do Discurso, é mister sublinhar o enlace do linguístico, do ideológico e do histórico. A ideologia faz do indivíduo sujeito, o qual estará sempre inserido numa determinada formação social. “Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1980, p.82). O indivíduo toma caminhos, os quais são determinados pelo contexto social e pela manifestação ideológica de um período. É importante ressaltar que isso acontece, em muitos casos, de maneira velada.

O entendimento da forma como o discurso funciona possibilita a compreensão do que acontece na sociedade e, também, com o sujeito. A Análise do Discurso aborda uma materialidade dupla: da língua (estrutura) e da história (acontecimento). “A ideologia, por sua vez, não é vista aqui como conjunto de representações nem como ocultação da realidade. Enquanto prática significativa, discursiva, ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que signifique” (ORLANDI, 1996, p.28). Michel Pêcheux, a partir do conceito elaborado inicialmente por Althusser, teoriza os mecanismos de constituição do sujeito através da interpelação:

enfim, o último mérito – mas não o de menor importância – desse ‘pequeno teatro teórico’ da interpelação, concebido como uma crítica ilustrada do teatro da consciência, é o de designar, pela discrepância da formulação ‘indivíduo/sujeito’, o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: na verdade, essa formulação evita cuidadosamente a pressuposição da existência do sujeito sobre o qual se efetuará a operação de interpelação – daí não se dizer: o sujeito é interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, 1995, p.154).

A construção da naturalização dos sentidos se dá através da ideologia. Por isso, o sujeito ingenuamente tem a impressão de que seu discurso é novo:

ideologia e inconsciente, na análise de discurso, estão materialmente ligados. A interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique. O efeito é o da evidência do sentido (o sentido-lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão de transparência da linguagem. (ORLANDI, 1996, p.28).

Os sentidos presentes nos discursos oriundos da documentação gerada pelos Centros de Informação das Nações Unidas não estão apenas nas palavras, mas também nas condições em que tais textos foram produzidos. Diante de tais circunstâncias, pode-se afirmar que todo

discurso produzido pela ONU é ideologicamente marcado. E mais, a ideologia é condição para a constituição dos sentidos produzidos pelas Nações Unidas (ORLANDI, 2007).

Segundo Ferrarezi e Romão (2007, p.154), “os documentos materializam um ou mais discursos, carregando em suas linhas toda uma rede de memória que suscita muito mais do que uma leitura literal do texto”. De acordo com as pesquisadoras, sob a perspectiva da Análise do Discurso:

[...] podemos pensar que os documentos, além de serem uma escolha ideológica - em que alguns sentidos são naturalizados como dominantes, devendo ser lembrados e institucionalizados, e outros são censurados, devendo ser esquecidos e apagados - são também, como os monumentos, portadores de uma herança: a memória discursiva de que eles são constituídos e que os sustenta, permitindo a sua significação (FERRAREZI; ROMÃO, 2007, p.156).

O percurso empreendido até aqui, na perspectiva da Análise do Discurso, nos indica que falar de língua é falar de história e de ideologia. Nesses termos, faz-se impossível compreender uma instituição como a ONU fora dos embates políticos que envolvem a língua que pode e deve ser dita, que deve representar e fazer circular a expressão de certo poder.

Nesse horizonte, a Análise do Discurso de linha francesa se apresenta como uma disciplina capaz de dialogar com o campo informacional, a fim de que exista um aprofundamento na relação discurso/informação. Torna-se, por conseguinte, fundamental responder as seguintes perguntas, considerando a dimensão semântico-discursiva da informação: Qual informação é produzida? Por quem foi produzida? Para quem foi produzida? Como foi produzida? Por que foi produzida? Onde foi produzida? Em que língua foi produzida? Quando foi produzida? Quais os efeitos de sentido gerados ?

A esfera ideológica está presente no modo como a informação é tratada. As instituições responsáveis pela guarda de documentos relevantes para sociedade são lugares de disputa de poder. De acordo com Romão (2012, p.79 – 80) :

considerando que museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação podem ser entendidos como lugares de dizer autorizados, é possível refletir sobre as posições-sujeito que tais lugares inscrevem, marcando uma camada imaginária de legitimidade que se dá a ver e fazer falar sentidos em uma direção tida como verdadeira e, ao mesmo tempo, silenciando outros modos de dizer. A formação discursiva dominante – ‘lugar da constituição do sentido’ (Pêcheux, 1997, p.162) – instala uma voz institucionalizada que determina o que pode e deve ser guardado, arquivado, mostrado e exposto, deixado de lado, pelo efeito ideológico de evidência, sentidos considerados indesejáveis.

Logo, nos dizeres de Romão (2012, p.80-81), há “sempre algo que é deixado de fora para que o arquivo seja estruturado, o que me permite dizer, em consonância com a teoria discursiva, que cada arquivo há muitos outros calados a latejarem no vir a ser”. Assim sendo,

os Centros de Informação das Nações Unidas também podem ser entendidos como lugares de dizeres autorizados.

RESULTADOS

O Departamento de Informação Pública (Department of Public Information, - DPI), pertencente ao Secretariado, foi criado em 1946, por uma resolução da Assembleia Geral, a fim de promover a conscientização e compreensão das atividades da ONU, através de meios como o rádio, a televisão, a imprensa e a Internet. O DPI visa a comunicação dos trabalhos da ONU, contribuindo assim com a paz mundial e o desenvolvimento para todos. E mais, fornece produtos e serviços informacionais, a fim de facilitar o trabalho e atividades dos Estados-membros, funcionários e pesquisadores da organização e oferecer auxílio na comunicação interna da Organização das Nações Unidas. O DPI conduz a uma maior participação e envolvimento no trabalho das Nações Unidas, por meio de palestras, exposições, conferências, publicações e materiais de ensino (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES, 2008).

Os Centros de Informação das Nações Unidas (United Nations Information Centres UNICs) fazem parte do Departamento de Informação Pública da ONU. Eles foram criados com o objetivo de que as atividades da ONU fossem conhecidas e adaptadas à língua e ao contexto das regiões onde os Centros estivessem presentes, conforme ficou decidido na Assembleia Geral, de 13 de fevereiro de 1946. Eles oferecem informações a respeito de assuntos econômicos, políticos e sociais. Os UNICs também participam de observâncias de datas comemorativas, as quais são celebradas de muitas formas e podem incluir apresentações com a participação de personalidades nacionais ou locais, workshops, exposições, programas educativos, eventos esportivos e apresentações musicais. Promovem, ademais, seminários e discussões sobre diversos temas relevantes. Existem atualmente 63 UNICs divididos nos cinco continentes (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES, 2008).

Tais centros alcançam mídias e instituições educacionais; desenvolvem parcerias com governos, organizações da sociedade civil local e setor privado e mantêm bibliotecas e fontes de informação eletrônicas. Eles estão divididos em cinco regiões: 1. África; 2. Américas; 3. Estados Árabes; 4. Ásia e Pacífico; 5. Europa e Comunidade dos Estados Independentes (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RIO DE JANEIRO, 2014).

Os UNICs da África subsariana estão localizados em dezesseis países: Burkina Faso, Burundi, Camarões, Congo, Eritreia, Gana, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Namíbia, Nigéria,

Senegal, África do Sul, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue. As pessoas que trabalham nos centros africanos organizam eventos, conferências de imprensa, relatórios de lançamento. Ademais, visitam escolas e comunidades para explicar o trabalho das Nações Unidas para as populações locais. Em Pretória, na África do Sul, há um UNIC que desfruta da estrutura bem desenvolvida do país da presença da grande mídia internacional e nacional, o qual oferece aos outros centros da região apoio logístico e temático, quando necessário, além de orientação política e assistência na divulgação da informação. Com o objetivo de divulgar os dizeres da ONU, todos os centros na África Subsaariana possuem websites (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES, 2008).

Nas Américas, existem dez UNICs, os quais são responsáveis pela concepção de estratégias de informação, que devem ser adaptadas às exigências específicas dos vinte e oito países da região. Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Paraguai, Peru, Trindade Tobago e Estados Unidos são as nações que possuem Centros de Informação instalados em seus territórios. O Centro, localizado no México, especificamente na Cidade do México, fornece liderança global para o resto da rede na América Latina e no Caribe. Ele auxilia na coordenação de atividades regionais, tais como criação de campanhas contra a pobreza, campanhas de sensibilização contra a gripe aviária, e outras atividades de divulgação pública. Outro centro de destaque nas Américas é o Centro, instalado em Washington, nos Estados Unidos, além de implementar seu programa de atividades, ele serve como uma ligação entre o sistema da ONU e os representantes dos governos e da sociedade civil. As preocupações compartilhadas incluem questões como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os direitos humanos, os refugiados, os povos indígenas, a imigração e o tráfico de drogas ilícitas. Os esforços de combate à pobreza também são um foco de atividades de informação (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES, 2008). Em 1947, foi inaugurado o Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que foi o primeiro na América Latina. Um dos seus principais objetivos é esclarecer dúvidas em relação ao mandato e às atividades da ONU. O UNIC Rio está localizado, desde 1987, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro. No espaço, ocorrem eventos, como seminários, encontros lançamentos de relatórios e coletivas de imprensa, com o objetivo de divulgar temas de interesse nacional e global. Ademais, muitos jornalistas, estudantes, pesquisadores, professores e organizações governamentais e não-governamentais contam com o UNIC para obter informações atualizadas sobre a Organização (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RIO DE JANEIRO, 2014). No auxílio à divulgação da informação, a ONU possui bibliotecas depositárias que estão em sete cidades brasileiras – Brasília, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e

Viçosa. A Biblioteca Dag Hammarskjold, localizada na sede das Nações Unidas, na cidade de Nova York, envia publicações e variados documentos da ONU por meio de um sistema de bibliotecas depositárias. Hoje, há cerca de 400 bibliotecas, espalhadas em mais de 140 nações (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RIO DE JANEIRO, 2014).

Os Centros de Informação dos Estados Árabes estão instalados em nove países são eles: Argélia, Líbano, Egito, Sudão, Bahrein, Marrocos, Iémen, Líbia e Tunísia. O UNIC, situado no Egito, na cidade do Cairo, tem a responsabilidade adicional de fornecer suporte de comunicações e conselhos aos UNICs menores na região dos Estados Árabes. Sua atuação inclui facilitar as atividades realizadas por outros Centros de Informação na região, além de auxiliá-los no planejamento e na comunicação estratégica, a fim de compartilhar planos, ideias e melhores práticas. Além disso, também possibilita a troca de informações e ideias entre os Centros de Informação na região através do diálogo e de consulta regular. É importante ressaltar também que o UNIC Cairo, em conjunto com parceiros do sistema das Nações Unidas, visa melhorar a imagem da ONU no mundo árabe e aumentar o apoio dos países árabes para os programas e projetos das Nações Unidas (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES, 2008).

A Ásia, o continente mais populoso, é servido por onze Centros de Informação. Austrália, Sri Lanka, Bangladesh, Paquistão, Indonésia, Nepal, Filipinas, Índia, Irã, Japão e Myanmar são os países que possuem UNICs. Os Centros de Informação em Dhaka (Bangladesh), Catmandu (Nepal) e Yangon (Myanmar) servem as nações que estão no grupo dos 50 países menos desenvolvidos (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES, 2008). O UNIC Camberra, na Austrália, abrange uma grande parte da região do Pacífico. As suas responsabilidades em matéria de informação se estendem a Fiji, Kiribati, Nauru, Nova Zelândia, Samoa, Tuvalu, Tonga e Vanuatu. Trata-se da principal fonte local de informação das Nações Unidas (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRE CANBERRA, 2016).

A Europa e a Comunidade dos Estados Independentes possuem catorze UNICs alocados nos seguintes países: Cazaquistão, Turquia, Azerbaijão, Bélgica, Suíça, Ucrânia, Belarus, Rússia, República Checa, Uzbequistão, Geórgia, Áustria, Polônia, Armênia (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES, 2008). Fundado em 2004 para servir a Europa Ocidental, o Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), localizado em Bruxelas, atende Andorra, Alemanha, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Santa Sé, S. Marino e Suécia. O Centro Regional substituiu os Centros de Informação sediados em nove cidades europeias (Atenas, Bonn, Bruxelas,

Copenhaga, Lisboa, Londres, Madrid, Paris e Roma), de acordo com uma decisão tomada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O UNRIC atua em 13 línguas: alemão, dinamarquês, espanhol, finlandês, francês, grego, inglês, islandês, italiano, neerlandês, norueguês, português e sueco (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013).

Diante desse cenário, é importante lembrar que o estudo informacional deve ser feito considerando o contexto social e linguístico da informação produzida. A Organização das Nações Unidas, atualmente, trabalha com seis línguas oficiais- Inglês, Chinês, Francês, Espanhol, Russo e Árabe. É sabido que um idioma é uma poderosa ferramenta de transmissão cultural. A ONU, que tem como missão combater as discrepâncias existentes entre as nações, utiliza um sistema com um número muito reduzido de idiomas oficiais. Vale ressaltar que a imposição idiomática está relacionada com a exploração econômica e com a dominação política.

Além disso, sabe-se que a valorização de um idioma em relação a outro provocará a potencialização das desigualdades sociais, ou seja, as Nações Unidas, nesse aspecto, está indo contra seus objetivos e discursos de igualdade. Os Centros de Informação devem auxiliar as comunidades nas regiões em que estão presentes para que desenvolvam conteúdos informacionais em suas línguas locais. Ainda que objetivo da existência desses centros seja justamente essa, observa-se que muitas informações estão ficando restritas aos chamados idiomas oficiais.

Por conseguinte, a criação, difusão e preservação de conteúdos em diversos idiomas e formatos devem ser prioritárias na construção de uma sociedade inclusiva. É essencial promover a produção e a acessibilidade a todo o conteúdo – educacional, científico, cultural ou recreativo - em diversos idiomas e formatos. O desenvolvimento de conteúdo local em conformidade com as necessidades nacionais ou regionais irá encorajar o desenvolvimento social e econômico, além de estimular a participação de todas as partes interessadas, incluindo pessoas que vivem em áreas rurais, remotas e marginalizadas (NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2014, p.32).

O Centro Regional de Informação das Nações Unidas, na Bélgica, por exemplo, possui uma biblioteca de referência que, embora contenha materiais de informação em outras línguas da Europa Ocidental, apresenta documentos e publicações das Nações Unidas em apenas três idiomas: inglês, francês e espanhol. As três línguas são utilizadas por serem as únicas da região atendida pelo UNRIC que fazem parte das línguas oficiais. O objetivo do Centro é informar os europeus e envolvê-los em assuntos de interesse global. Países que não falam

pelo menos uma das seis línguas oficiais não contam com a tradução de muitos documentos oficiais das Nações Unidas, desse modo, impossibilita-se a esses sujeitos o acesso à instituição que diz representá-los. Mais uma vez vemos uma imposição linguística/idiomática da ONU. Essa imposição marca como as relações de poder são fortes nessa instituição. Questões linguísticas facilmente se refletem em questões ligadas ao poder político, econômico e militar. O fato da documentação produzida pelas Nações Unidas ser produzida em apenas seis línguas oficiais provoca uma opressão linguística em povos que não utilizam nenhuma delas.

A escolha pelos idiomas oficiais pela ONU, aparentemente, é feita em virtude ou do maior número de falantes, ou em virtude do maior país, ou porque mais países-membros se comunicam naquela língua. Existe uma presença marcante do discurso estatístico, o qual busca legitimar, numericamente, essa escolha pela organização. Não se vê, por exemplo, línguas oriundas do continente africano. As relações da Organização se dão por uma seleção linguística entre os continentes europeu e asiático. O continente africano, pelo menos linguisticamente, não é representado na instituição (TERRA, GARCIA; ABRAÃO E SOUSA, 2016). É importante pontuar também que quatro dos seis idiomas oficiais das Nações Unidas, isto é, Inglês, Francês, Russo e Chinês, pertencem a países com poder de veto no Conselho de Segurança. Percebe-se que por detrás das questões linguísticas existem relações de poder.

Logo, podemos pensar a ONU como um espaço de enunciação em que há uma regulação específica das línguas que funcionarão na instituição e que seus membros falarão. Como “forte elemento de identificação social”, as línguas na ONU funcionam sustentadas por relações históricas e de poder que marcam as diversas relações da ONU com os países que ela representa (TERRA; GARCIA; ABRAHÃO E SOUSA, 2016, p.16).

A ONU, também, oferece cursos nas seis línguas oficiais, através do United Nations Language and Communications Programme. Os cursos são ministrados por professores que possuem, no mínimo, um mestrado em Linguística Aplicada (ou áreas afins) e com pelo menos cinco anos de experiência de ensino. Esses cursos são para os funcionários terem a oportunidade de aprender os idiomas oficiais da Organização e aumentar a sua capacidade de desempenhar as suas funções profissionais com maior competência linguística (UNITED NATIONS, 2006a).

O nível de inclusão ou de exclusão aos meios comunicacionais e de trocas pelo ciberespaço, de acordo com Adalto Guessier (2007), determinam níveis de maior ou menor poder, transformando-se em lutas políticas para que o controle e o acesso ao poder de caráter

informacional sejam garantidos. Para o autor, uma língua pode determinar a quantidade maior ou menor de usuários incluídos em dado processo comunicacional ou ainda evidenciar as geopolíticas que dão forma as bases constitutivas da sua estrutura e proliferação de um sistema de comunicação. Para Guessier, o Inglês é a língua mais usada na Internet não por ser a mais falada, muito menos por representar a primeira língua do maior número de usuários de Internet no mundo, mas por possuir uma aceitação que provém de questões históricas e, também, de seu caráter imperial.

Para Gadet e Pêcheux (2004, p.24),

o capitalismo contemporâneo, por seu lado, compreendeu que tinha interesse em quebrar as estátuas. Dominação mais sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política: “a língua de vento” permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente. Ela não serve tampouco a seu mestre. O imperialismo fala hoje uma língua de ferro, mas aprendeu a torná-la tão ligeira quanto o vento.

Defende-se a inclusão de todos os povos, através do desenvolvimento e da utilização de seus idiomas locais. A língua está entre os elementos que mais contribuem significativamente para que haja a proliferação e a transmissão de uma cultura (NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2014).

É sabido que:

a diversidade cultural é uma herança comum da humanidade. A Sociedade da Informação deve estimular e se basear no respeito pela identidade e pela diversidade cultural, pela diversidade linguística, pelas tradições e pelas religiões, e promover o diálogo entre culturas e civilizações. A promoção, afirmação e preservação dos diversos idiomas e identidades culturais tal como o consagrado nos principais documentos acordados pelas Nações Unidas, incluindo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, contribuirão para enriquecer ainda mais a Sociedade da Informação (NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2014, p.31-32).

CONCLUSÕES

Ainda hoje, os idiomas dos colonizadores se apresentam como “oficiais”, mesmo em organizações internacionais como a ONU. Por conseguinte, assimetrias linguísticas interferem no combate às injustiças sociais. As políticas linguísticas das Nações Unidas podem funcionar como políticas de controle sobre padrões culturais diferentes daqueles representados pelas seis línguas oficiais. A análise dos discursos da ONU revelam os conflitos políticos e ideológicos presentes na Organização. As Nações Unidas e seus centros de informação produzem sentidos que são naturalizados, muitas vezes, sem questionamentos.

A ONU é um lugar de produção de sentidos, portanto, não é um espaço neutro. Ademais, nenhuma de suas informações, por estarem numa dimensão discursiva, são neutras. “Criticom-se, a partir da teoria da AD, os princípios de imparcialidade e autenticidade atribuídos aos documentos, visto que sua produção é sempre regulada e constituída por mecanismos ideológicos” (FERRAREZI; ROMÃO, 2007, p.156). Não é possível gerenciar complexos informacionais de modo arbitrário sem produzir tensões nacionais e internacionais.

A Organização das Nações Unidas não deve ser conduzida por um centro decisório totalmente restrito que impõe suas línguas, seus interesses políticos e econômicos ao restante do planeta. Os países em desenvolvimento precisam ter participação ativa nas políticas de informação da ONU. Devem ter suas culturas respeitadas e suas línguas valorizadas. Há um desequilíbrio no intercâmbio de informações que precisa ser corrigido com urgência. O monopólio informacional agrava as desigualdades sociais. O trabalho da Organização das Nações Unidas trazem novas esperanças e expectativas, mas, paradoxalmente, trazem novos riscos e problemas que não podem ser negligenciados.

Embora a ONU tenha contribuído de forma importante, para o desenvolvimento informacional, não se pode mascarar as limitações que impedem que seu trabalho seja melhor. Um dos principais empecilhos, aqui apontado, por meio de uma análise discursiva, é a limitação linguística. É lamentável pensar que uma organização internacional que atenda mais de 190 países tenha apenas seis línguas oficiais. A fim de que as diversidades culturais sejam respeitadas, é essencial o respeito às diversidades linguísticas.

Tratar alguns idiomas, por questões políticas e econômicas, como oficiais, excluindo outros, sobretudo as línguas dos países subdesenvolvidos é uma das maiores contradições da ONU. Ademais, é mister, devido à importância de questões sociais, discursivas, informacionais e tecnológicas na contemporaneidade, que pesquisadores analisem, investiguem e desenvolvam estudos sobre o Departamento de Informação Pública e sobre os Centros de Informação das Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RIO DE JANEIRO. **A história da Organização**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Sobre o UNRIC. Bruxelas: 2013. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/sobre-o-unric>. Acesso em: 21 dez. 2019.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. 24, p. 152-171, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p152/414>. Acesso em: 18 dez. 2019.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2004.

GUESSER, Adalto. A diversidade linguística da Internet como reação contra hegemônica das tendências de centralização do império. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 79-91, 2007.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação**: Genebra 2003 e Túnis 2005. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf> Acesso: 21 dez.. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli . Exterioridade e ideologia. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 27-33, 1996. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v30i0.8637037>. Acesso em: 18 dez. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7ª ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Michel Pêcheux e as Ciências da Informação e da Documentação: uma aposta na interlocução. In: SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo;

MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da (Orgs.). **Os Pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

TERRA, Marcos Vinícius Santos de Carvalho; GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A Organização das Nações Unidas e suas línguas: um discurso da exclusão? **Entremeios: revista de estudos do discurso**, Pouso Alegre, v. 12, p. 11-25, jan/jun. 2016. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/307.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

UNITED NATIONS. **United Nations Language and Communications Programme**. United Nations, 2006a. Disponível em: <<http://www.un.org/depts/OHRM/sds/lcp/UNLCP/english/about.html>>. Acesso em 21 dez. 2019.

UNITED NATIONS INFORMATION CENTRES. **Who We are**. Nova York: Information Centres Service, 2008. Disponível em: <<http://unic.un.org/aroundworld/unics/en/whoWeAre/aboutDPI/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

UNITED NATIONS INFORMATION CENTRE CANBERRA. **UN in our region**. Canberra, 2016. Disponível em: <<http://un.org.au/un-in-our-region/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: _____ (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

POTENCIAL DE INCLUSÃO SOCIAL DE COMUNIDADES CIGANAS EM MINAS GERAIS PELAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS À LUZ DA AGENDA ONU 2030 E DE MANIFESTOS IFLA

Alentejo, Eduardo da Silva¹, Guedes, Sônia Maria²

¹UNIRIO, <http://orcid.org/0000-0003-3110-4817>, alenteju@gmail.com

²UNIRIO, smrfguedes@gmail.com

Resumo: Trata sobre a potência de as bibliotecas públicas em Minas Gerais promoverem, em seu entorno, inclusão de valores sociais de comunidades ciganas (Roma) no contexto das ações, políticas e manifestos referentes ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, buscase responder relativas à inclusão social no âmbito do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030 da ONU. Mediante pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário a bibliotecários, analisa as potencialidades de bibliotecas públicas em municípios de Minas Gerais promoverem inclusão de valores sociais de comunidades ciganas consoante com ações de desenvolvimento sustentável. Indica que para as bibliotecas entrevistadas, há uma relativa conscientização profissional de elas assumirem seu papel no desenvolvimento sustentável, nas etapas da educação, promoção da cultura, respeito aos costumes e tradições dos povos tradicionais e dignidade aos seus valores sociais, e propiciando o exercício de comunidades ciganas quanto aos seus direitos como cidadãos

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas – MG; Comunidades Ciganas; Agenda ONU 2030.

Abstract: It is the social inclusion of Roma communities in Minas Gerais in the plan of public libraries. In this sense, social inclusion in the context of sustainable development and the UN Agenda 2030 are questioned. Through bibliographic research and questionnaires applied to librarians, analyze how potential public libraries in municipalities of Minas Gerais promote the inclusion of social values of Roma communities consolidated with sustainable development actions. Indicates that, as registered libraries, there is a professional professional awareness about them that assumes their role in sustainable development, in the stages of education, promotion of culture, respect for the customs and traditions of traditional peoples and dignity to their social values, and providing or exercising Roma communities regarding their rights as citizens.

Keywords: Public Libraries - MG; Roma Communities; ONU Agenda 2030.

INTRODUÇÃO

Trata sobre a potência de as bibliotecas públicas em Minas Gerais promoverem em seu entorno inclusão de valores sociais de comunidades ciganas no contexto das ações, políticas e manifestos referentes ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, busca-se responder: O que significa a noção de inclusão de valores sociais? O que significa inclusão de valores sociais de povos ciganos? O que se quer dizer sobre inclusão de valores sociais de povos ciganos no contexto das bibliotecas públicas no Estado de Minas Gerais?

Conforme mostra a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2011, a maior incidência de populações ciganas encontra-se nos Estados na Bahia e de Minas Gerais. Dentre esses Estados, o de Minas Gerais é o que possui concentração ainda maior e, por isso, foi o escolhido para a pesquisa.

Inferimos que, nas esferas governamentais, é dispensada pouca atenção às questões das populações ciganas, circunstância claramente exposta na literatura existente sobre o assunto e igualmente constatada em matéria jornalística publicada pela Agência Brasil, em 24.05.2011 (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

A Agência Brasil reporta a afirmação da secretária da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da qual “o Brasil não possui uma política para as comunidades ciganas” (AGÊNCIA BRASIL, 2011, não paginado). Quiçá por consequência, são escassos os estudos sobre a necessária inclusão dos povos ciganos no exercício da cidadania e direitos; e a bibliografia sobre ciganos no Brasil apresenta lacunas nesse sentido, tal como ressalta Moonen (2011, p. 8): “quem iniciar os estudos ciganos, logo encontrará um grande problema: a bibliografia sobre ciganos no Brasil é muito reduzida por causa da quase inexistência de antropólogos e outros cientistas que realizaram pesquisa sobre os ciganos brasileiros”.

A literatura especializada internacional costuma noticiar que, historicamente, os povos ciganos sofreram perseguições em todo o mundo e o preconceito ainda se manifesta diariamente, mesmo no âmbito escolar e em outros espaços públicos. No entanto, eles mantiveram suas tradições e cultura, que foram deixados como legados a outros povos (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2007).

As organizações mundiais de defesa dos direitos humanos vêm concentrando seus esforços na proteção das diversidades culturais das várias etnias, incluindo os grupos ciganos, tal como se destaca a Organização das Nações Unidas com o processo de estabelecimento dos Direitos Humanos e, mais recentemente, com os objetivos de desenvolvimento do milênio que foram manifestados na Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável.

A Agenda da ONU 2030 descreve um conjunto de programas, ações e diretrizes que nortearão os trabalhos das Nações Unidas e seus países membros para o desenvolvimento sustentável com base na cooperação de todos os setores da sociedade e foi oficialmente adotada pelos Chefes de Estado e de Governo do mundo todo na “Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015”, que ocorreu na sede da ONU, em Nova York, de 25 a 27 de setembro. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). Este documento propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes.

Além de definir os objetivos e metas, a agenda da ONU 2030 trata dos meios de sua implementação, que permitirão a concretização desses objetivos e de suas metas. A IFLA criou a sua versão para a contribuição das bibliotecas e da Biblioteconomia para o desenvolvimento sustentável, tendo por base o Programa da ONU 2030, alicerçada em modelos vivenciados por bibliotecas nos países membros da ONU. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016).

À luz do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos Tradicionais e Comunidades (PNPCT), da Agenda ONU 2030 e dos manifestos internacionais para bibliotecas públicas, dos quais o Brasil toma parte, entende-se que as bibliotecas públicas têm potencial para favorecer a inclusão de valores sociais de determinadas comunidades tradicionais, favorecendo o exercício da cidadania e acesso aos direitos e políticas públicas de educação, saúde e políticos.

Comunidades tradicionais, segundo a PNPCT (BRASIL, 2007), são aquelas constituídas por grupos culturalmente diferenciados sob o autorreconhecimento desta condição, porque possuem coesão quanto à “organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”; tal como é o caso dos povos ciganos.

METODOLOGIA

A metodologia está dividida em duas etapas: teórica e empírica. A primeira decorre de pesquisa bibliográfica em bases de dados especializadas e em pesquisas documentais, considerando a legislação em vigor. A segunda etapa se refere aos procedimentos para coleta de dados junto às bibliotecas públicas onde estão localizadas comunidades ciganas, isto é, no estado federativo de Minas Gerais.

A partir de pesquisa bibliográfica em bases de dados especializadas, BRAPCI e da IFLA, pesquisas documentais, considerando a legislação em vigor, bem como coleta de dados junto às bibliotecas públicas onde estão localizadas comunidades ciganas, buscou-se verificar sobre o potencial de inclusão social dos grupos ciganos pelas bibliotecas sob os seguintes indicadores:

1. Desenvolvimento de atividades de apoio à educação das populações ciganas atendidas pela biblioteca, como por exemplo, apoio à alfabetização;
2. Realização de atividades culturais que incluem as populações ciganas;
3. Oferecimento de recursos de tecnologia da informação, inclusive acesso à Internet.

Tais critérios decorrem da revisão de literatura considerando os manifestos para Bibliotecas Públicas e Multiculturais e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda ONU 2030. Assim, este trabalho identificou indicadores conexos ao que reportam os manifestos IFLA/Unesco com o quarto ODS, sobre inclusão na educação.

O questionário para coleta de dados foi encaminhado entre os dias 13 e 28 de junho de 2018 via *Google Docs* às Bibliotecas Públicas selecionadas e que possuem seus e-mails cadastrados no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), do Ministério da Cultura. Das 78 bibliotecas cadastradas, apenas 41 apresentavam e-mail cadastrado e 40 responderam ao formulário.

O material utilizado foi: Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE E o SNBP por se considerar a localização dos acampamentos ciganos nos estados supracitados e de bibliotecas públicas dentro destas municipalidades a fim de estudar atividades desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas, voltadas aos grupos ciganos em seu entorno.

O roteiro do formulário de coleta de dados foi estruturado com base na Escala Likert, um tipo de escala de resposta psicométrica. Com esse método, buscou-se saber do respondente seu nível de concordância com uma afirmação. O Formulário enviado conta com seis afirmações. As escalas de medida, conforme constam do questionário são: 1 se o respondente discorda plenamente e 5 se concorda plenamente e as demais graduações ficam à escolha do respondente, de acordo com o grau de sua concordância.

REVISÃO DE LITERATURA

A literatura especializada consultada sobre biblioteca pública e sua relação com a inclusão de valores sociais e preservação cultural (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011; ROSA, 2016)

evidencia que as bibliotecas públicas desempenham papéis sociais na sociedade e um deles está relacionado ao acesso à informação e ao conhecimento livre de barreiras, com base no seu compromisso com os princípios de liberdades fundamentais e igualdade para todos, e considerando a identidade e os valores culturais, conforme Manifesto da IFLA/Unesco para a Biblioteca Multicultural. Diante desse quadro, o Manifesto da IFLA/Unesco para a Biblioteca Multicultural, (2008, tradução nossa, não paginado) afirma que:

Os serviços bibliotecários e de informação num contexto de diversidade cultural e linguística incluem tanto a oferta de serviços a todo o tipo de usuários da biblioteca como a oferta de serviços bibliotecários dirigidos especialmente a grupos tradicionalmente mais desassistidos.

O acesso à informação é um direito democrático, corroborado no Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas, 1994, que deve ser exercido por todos os cidadãos sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Bernardino e Suaiden (2011, p. 29) ao destacarem a importância da biblioteca pública para a sociedade e a relevância de seu papel social, enfatizam, nos termos do referido Manifesto da Unesco, de 1994, que “a biblioteca pública é a porta de entrada para o conhecimento”.

As diretrizes da IFLA para as bibliotecas públicas (IFLA/Unesco, 1994), ao tratar do princípio fundamental da biblioteca pública de acesso para todos, afirma que ela deve assegurar que seus serviços estejam acessíveis de forma igualitária às minorias, bem como que o desenvolvimento de coleções baseie-se no mesmo princípio, incluindo obtenção de formatos para grupos específicos que permita acesso às coleções da biblioteca e a outras fontes de informação disponíveis na internet.

Por sua vez, a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, traçou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que buscam materializar os direitos humanos de todos. “Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, não paginado). Destacam-se nessa Agenda, dentre os demais pontos de compromissos assumidos pelos países signatários não menos importantes, o que concerne ao

[...] respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. [...] Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos,

sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, não paginado).

Quanto aos objetivos traçados pela ONU, para este estudo focaliza-se o objetivo 4, que é “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p.23). Trata-se de um objetivo há muito presente em todos os Manifestos para bibliotecas públicas e multiculturais:

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, não paginado).

Estabelecer Políticas Públicas voltadas para o atendimento dos objetivos traçados nessa Agenda é de providência premente, uma vez que o Brasil enquanto signatário da ONU carece de políticas eficazes de atendimento às populações ciganas, em especial no que diz respeito à sua inclusão social, respeito à diversidade e consequente acesso à informação.

Como princípios básicos que devem orientar as atividades das bibliotecas multiculturais, o Manifesto da IFLA/Unesco lista como os serviços bibliotecários devem ser estabelecidos.

Cada pessoa em nossa sociedade global tem direito a uma ampla gama de serviços de bibliotecas e informações. Ao lidar com a diversidade linguística e cultural, as bibliotecas devem: 1) Servir todos os membros da comunidade sem qualquer discriminação por origem cultural ou linguística; 2) Oferecer informações nos idiomas e alfabetos relevantes; 3) Fornecer acesso a uma ampla gama de materiais e serviços que refletem todas as comunidades e suas necessidades, 4) Ter pessoal que reflete a diversidade da comunidade, treinado para trabalhar e atender diversas comunidades.

No âmbito do manifesto IFLA/Unesco sobre Biblioteca Multicultural e da Agenda ONU 2030 (2015), verificou-se que o quarto objetivo da Agenda que é assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, bem como seus objetivos, abarcam concepção de uma biblioteca multicultural.

Nesse contexto para atender aos objetivos de pesquisa, apresenta-se adiante resultados de revisão de literatura sobre inclusão social, povos ciganos no Brasil e Política Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais.

O termo inclusão assumiu nos últimos tempos um significado amplo e está cada vez mais presente nos discursos de profissionais da educação, dos sociólogos e políticos. No entanto, a literatura especializada atribui a noção de um processo interativo que não a coloca exclusivamente numa ação do indivíduo, mas em que a sociedade e instituições têm que se modificar para aproximar-se do indivíduo e, portanto, promover a sua inclusão cidadã.

Conforme listados por Borba e Lima (2011), dentre os diversos conceitos de exclusão e inclusão encontram-se, respectivamente, os apresentados pela Comissão das Comunidades Europeias, em 2003, na cidade de Bruxelas, a seguir relacionados:

É um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação [...]. Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem estar considerado normal na sociedade em que vivem (COM, 2003, apud BORBA; LIMA, 2011, p. 221).

Registra-se que, a ideia de inclusão está estreitamente correlacionada ao seu oposto, à de exclusão, uma vez que a promoção daquela constitui relevante ação de combate a esta. Promover a inclusão é combater a exclusão decorrente da desigualdade social, de condições de deficiência, de gênero, de pertencer a determinado grupo étnico. Abordando a forma como as Instituições têm de agir para realizarem seu papel na promoção da inclusão, Rodrigues (2014, p. 01) afirma que:

precisamos que as pessoas não sejam barradas por preconceitos, por barreiras, por atitudes afectadas, pela defesa patética dos valores da instituição à custa dos valores das pessoas. Precisamos que a inclusão esteja na linha da frente da missão que as estruturas da nossa sociedade têm que concretizar.

Agir em prol da inclusão das populações ciganas é um dever da sociedade no sentido de combater as desigualdades, permitindo a sua inserção e participação no processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que esses povos carecem de seus direitos básicos,

como acesso à saúde, à educação e à cultura, não contando com atendimento de suas necessidades de sustentabilidade.

De acordo com o documento publicado pelas Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), 2007, razões históricas fizeram com que os ciganos se espalhassem pelo mundo, quando fugiram de várias perseguições, principalmente da Inquisição. Foram proibidos de usar seus trajes típicos, de falar sua língua, de exercer seus ofícios, e até de se casarem com indivíduos de seu grupo étnico. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2007).

Na história de formação da América do Sul, ciganos sempre foram perseguidos como malfeitores e vagabundos. Muitos foram deportados e chegaram à América como prisioneiros ou servos. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2007).

Os ciganos se autodenominam Rom ou Roma. No Brasil os Roms estão divididos em sete grupos: Kalderash, Moldowaia, Sibiaia, Roraranê, Lovaria, Mathiwia e Kalê (PEREIRA, 1987).

Moonen (2011) considera que a chegada dos primeiros ciganos no Brasil data de 1574, quando grupos de ciganos foram degredados de Portugal para o Brasil pelo simples fato de serem ciganos. Estes vieram inicialmente para a Bahia e depois migraram para outras regiões como Minas Gerais. Teixeira (2008, p. 5) realizou um estudo português sobre o Calão e afirmou que: “À parte a complexa definição da identidade cigana, a documentação conhecida indica que sua história no Brasil iniciou em 1574, quando o cigano João Torres, sua mulher e filhos foram degregados para o Brasil”.

Teixeira (2008) mostra como as populações ciganas migraram no território brasileiro desde a sua chegada de Portugal, e era sempre indesejada pelas autoridades locais, dizendo que: [...] Em Minas Gerais, a presença cigana é nitidamente notada a partir de 1718, quando chegam ciganos vindos da Bahia, para onde haviam sido deportados de Portugal.

Em Minas Gerais, durante o século XIX, praticamente só se falava de ciganos quando sua presença inquietava as autoridades. Isto ocorria, por exemplo, quando eram acusados de roubarem cavalos.

Nas poucas vezes que se escrevia sobre aspectos culturais dos ciganos, não havia qualquer interesse sobre como eles próprios viam sua cultura. Os contadores da ordem pública, com os

chefes de polícia, os compreendiam como sendo "perturbadores da ordem", responsáveis pelos mais hediondos crimes (TEIXEIRA, 2008, p. 5).

No Brasil, algumas ações vêm sendo tomadas buscando mudar a imagem negativa que se tem da população cigana. São exemplos: Grupo de Estudos Ciganos, dos Professores Antônio Guerreiro e Marcos Rodrigues e do Senhor Mio Vacite, União Cigana do Brasil; o site Cultura Cigana, de Zarco Fernandes; pesquisadores e escritores, a exemplo de: Professora Cristina da Costa Pereira e o Professor Ático Vilas-Boas da Mota; eventos acadêmicos como o Fórum Influências da Cultura Cigana na Formação Social Brasileira e a Necessária Inclusão de seus Valores na Educação, Bibliotecas e Centros de Cultura, da UNIRIO, de 2016; como também os Seminários de Cultura Cigana do Sul Fluminense, promovidos e organizados pela Centro de Pesquisa da Cultura Romá no Brasil - CEPRECO, em maio de 2018 e em 2019;

Por meio do Decreto nº 6.040/2007, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República, e em seu art. 3º assim conceituou Povos e Comunidades Tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, não paginado).

A PNPCT é política governamental que pretende proporcionar o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de forma a garantir os seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, preservando sua identidade, seu modelo de organização e suas instituições, respeitando a diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, e considera condições importantes como etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros.

Ao abordar a questão educacional em relação aos povos ciganos, observou-se que existem poucos estudos no Brasil sobre os direitos dos ciganos. Constatou-se, também, que a ignorância sobre os ciganos é fonte de discriminação e preconceito (TEIXEIRA, 2008).

A biblioteca pública tem por função social promover o desenvolvimento da comunidade a que serve. A IFLA (2013, p. 17) destaca a relevância do seu uso como espaço público de encontro e estabelece em seu Manifesto que “[...] As bibliotecas devem ser concebidas e

construídas de modo a fomentar atividades sociais e culturais que apoiem os interesses da comunidade”.

RESULTADOS

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP (2015) contém o registro, de 6.102 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 Estados e no Distrito Federal, sendo: 503 na Região Norte, 1.847 na Região Nordeste, 501 na Região Centro-Oeste, 1.958 na Região Sudeste e 1.293 na Região Sul.

Ao realizar a busca no SNBP, foram usados os filtros Estado de Minas Gerais e Bibliotecas Públicas e identificadas as bibliotecas que possuíam e-mail para contato. Buscou-se identificar, também, as bibliotecas públicas que se declararam especializadas em cultura cigana. Verificou-se que, em apenas dois Estados do Brasil, Pernambuco e Rio de Janeiro, havia Bibliotecas Públicas que se declararam voltadas para a cultura cigana. Note-se assim que, embora o Estado de Minas Gerais seja o estado brasileiro que concentra mais Municípios com populações ciganas, não existe neste Estado bibliotecas cadastradas no SNBP autodeclarantes de inclusão de culturas ciganas.

Das 78 bibliotecas cadastradas no sistema SNBP, 41 cadastraram e-mail e 40 responderam ao formulário enviado via *Google Docs*. O roteiro da pesquisa foi estruturado com base na Escala Likert. Buscou-se saber do respondente seu nível de concordância com uma determinada afirmação.

O formulário enviado às bibliotecas conta com seis afirmações elaboradas sob o ponto de vista do potencial de inclusão social dos grupos ciganos pelas bibliotecas sob os indicadores: 1) Desenvolvimento de atividades de apoio à educação das populações ciganas atendidas pela biblioteca, como por exemplo, apoio à alfabetização; 2) Realização de atividades culturais que incluem as populações ciganas; 3) Oferecimento de recursos de tecnologia da informação, inclusive acesso à Internet.

Tais critérios decorrem da revisão de literatura considerando os manifestos para Bibliotecas Públicas e Multiculturais e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda ONU 2030. Assim, este trabalho identificou indicadores conexos ao que reportam os manifestos IFLA/Unesco com o quarto ODS, sobre inclusão na educação. Após análise estatística dos dados obtidos em referência às variáveis de pesquisa, os resultados são apresentados a seguir.

Afirmção 1: A Biblioteca tem ciência de que no seu Município há acampamentos de grupos ciganos. O primeiro item refere-se ao nível de conhecimento das bibliotecas públicas sobre a existência de populações ciganas no Município onde se inserem. Metade das bibliotecas pesquisadas têm ciência de que nos seus Municípios existem acampamentos de grupos ciganos, uma vez que 50% concordaram plenamente com a afirmação. Entre os respondentes 25% não têm conhecimento algum que há acampamentos de grupos ciganos e os demais 25% acreditam que ao seu redor possa haver comunidades ciganas.

Afirmção 2: A Biblioteca realiza trabalho de inclusão de pessoas ciganas. O segundo item avaliou se a biblioteca realiza trabalho de inclusão de pessoas ciganas. Os resultados mostram que 50% dos respondentes declararam que não realizam algum trabalho de inclusão de pessoas ciganas, ao discordar plenamente com a afirmação, e 25% também não concordaram com esta afirmação.

Afirmção 3: A Biblioteca realiza atividades culturais que alcançam grupos ciganos do Município. Os resultados obtidos para a terceira afirmação do Formulário mostram que 50% discordaram plenamente, significando a não realização de atividades culturais que alcançam grupos ciganos por metade das Bibliotecas respondentes, e 50% concordaram plenamente, sinalizando que a outra metade das Bibliotecas realizam atividades culturais para estes grupos.

Afirmção 4: A Biblioteca realiza atividades educacionais que alcançam grupos ciganos do Município. Os resultados indicam que 50% das bibliotecas realizam atividades educativas que alcançam grupos ciganos nos seus municípios e destas apenas 25% concordaram plenamente com a afirmação. Os demais 25% declararam que realizam alguma atividade educativa.

Afirmção 5: A Biblioteca favorece acesso à Internet para pessoas ciganas do seu entorno. 50% das Bibliotecas favorecem o acesso à internet para pessoas ciganas do seu entorno. Os resultados mostram que 25% discordaram totalmente e outros 25% discordaram.

Afirmção 6: A Biblioteca desenvolve atividades de apoio à alfabetização para as comunidades ciganas do seu entorno. Verificou-se que 75% das Bibliotecas pesquisadas não desenvolvem atividades de apoio à alfabetização para comunidades ciganas. Confrontando esse resultado com a afirmação 4, obteve-se o mesmo percentual, 25% dos respondentes concordaram com a afirmação e desenvolvem atividades de apoio à alfabetização. No entanto, estes se encontram no grau 4 da escala, o que significa que concordam que desenvolvem atividades de apoio à alfabetização para comunidades ciganas.

Os dados coletados juntos às Bibliotecas Públicas de Minas Gerais mostraram potencialidades no que se refere ao desenvolvimento de atividades de apoio à cultura das populações ciganas, de apoio à educação, especialmente a alfabetização e a facilitação de acesso dessas populações ao acesso à Internet.

Pois, dos respondentes, verifica-se que ciência sobre a existência de grupos ciganos no seu entorno é relativa, o que sugere a necessidade de elas ampliarem seu conhecimento sobre a comunidade em seu entorno. Das respondentes, há intenção de 50% de bibliotecas para realização de trabalho relativos à inclusão de valores de cultura e educação junto às comunidades ciganas do entorno. Nesse sentido, os dados sugerem potencial noção de inclusão destes grupos humanos pelas bibliotecas mineiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar em que medida as bibliotecas públicas dos Municípios do Estado de Minas Gerais, onde existe concentração de populações ciganas, favorecem a inclusão de valores sociais dessas populações, e que atividades estão sendo desenvolvidas por essas bibliotecas, de forma a atender à Agenda 2030 da ONU para o seu desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, as comunidades tradicionais teriam acesso aos serviços e facilidades oferecidos pelas bibliotecas públicas pesquisadas e se esses são executados em prol da inclusão dessas populações.

À luz da base teórica construída neste trabalho e com foco no objetivo 4 da Agenda 2030 da ONU, que estabelece garantir a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, bem como oportunidades de aprendizagem para todos, deduz-se que os resultados obtidos com a pesquisa mostram que a realidade das bibliotecas públicas de MG ainda precisa estabelecer atendimento ao que preconiza a Agenda ONU 2030, quando se trata de grupos humanos ciganos.

As Bibliotecas Públicas devem ampliar o papel de encontro social, fortalecendo sua função social de inclusão de valores humanos, ao criar e promover atividades e serviços que atendam grupos de diferentes origens étnicas, ditas comunidades tradicionais segundo o PNPCT, com vistas à utilização do seu patrimônio cultural, cultivar sua língua materna e facilitar a aprendizagem da nova língua.

No entanto, infere-se que políticas de inclusão de valores sociais das comunidades tradicionais no Brasil dependem do estabelecimento de políticas públicas de educação e informação capazes de favorecerem práticas sociais inclusivas no plano do desenvolvimento sustentável e alcançando as instituições de educação e cultura, como as bibliotecas públicas.

Os preceitos da Agenda 2030 e dos Manifestos da IFLA/Unesco para bibliotecas públicas e multiculturais forneceram subsídios para elaborar a pesquisa sobre inclusão de valores sociais, e os indicadores de avaliação sobre as atividades que as Bibliotecas Públicas pesquisadas estão desenvolvendo, com vistas a atender o seu papel social que no Brasil deve incluir aspectos multiculturais face à natureza da diversidade na formação da sociedade brasileira, atividades de apoio à educação das populações ciganas, em especial a alfabetização, atividades culturais, bem como oferecimento de recursos de tecnologia da informação e acesso à internet.

Assim, as variáveis identificadas da pesquisa, que se basearam no objetivo 4 da Agenda ONU 2030 e nos Manifestos da IFLA/Unesco citados, anteriormente descritas, trataram das ações que as bibliotecas públicas multiculturais devem exercer, para promover não apenas a noção de multicultural para sua missão institucional, mas também de revelar o seu grau de comprometimento para a promoção e inclusão de valores de determinadas comunidades.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Falta de políticas públicas para ciganos é desafio para o governo, R7 Notícias, 2011. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/falta-de-politicas-publicas-para-ciganos-edesafio-para-o-governo-20110524.html>. Acesso em: 22 nov. 2018.

ALENTEJO, Eduardo da Silva. Brazilian Public Libraries in the context of UN Agenda 2030: an overview. In: NATIONAL CONFERENCE ON LIBRARY AND INFORMATION STUDIES, 8., 2017, Colombo. **Proceedings**... Colombo: NACLIS, 2017. p. 2-16.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço**

Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, DF, 2007. Institui a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais e Comunidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 2 maio 2019.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://bibliotecas.cultura.gov.br/>. Acesso em: 7 nov. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF, 2 jun. 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-emeio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>. Acesso em: 7 nov. 2018.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS. Conjunto de ferramentas: As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/librariesun-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa de Informações Básicas: Perfil dos Municípios Brasileiros 2011. Rio de Janeiro, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. As bibliotecas podem promover a implementação da Agenda 2030. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/librariesdevelopment/documents/sdgsinsert-pt.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Lisboa, 2013. Acesso em: 23 nov. 2018.

_____. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. [S.l.], 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PLmanifesto/pl.manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

_____. Manifesto IFLA/UNESCO por la Biblioteca multicultural. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/library-services-to-multiculturalpopulations/publications/multicultural_library_manifesto-es.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

MOONEM, Frans. Anticiganismo: Os Ciganos na Europa e no Brasil. Recife, 2011. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Povo Cigano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica MEC, 1987.

RODRIGUES, David. O que é a Inclusão? **Opinião**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/03/17/sociedade/opiniao/o-que-e-a-inclusao-1628577>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ROSA, Andrea Petró. **A biblioteca pública e a inclusão social**: um instrumento de avaliação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia do Rio Grande do Sul, 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE, INCLUSÃO. **Ciganos**: Documento Orientador para os Sistemas de Ensino -Ministério da Educação, Brasília, 2014. Disponível em: www.seppir.gov.br/.../copy_of_secadi_ciganos_documento_orientador_para_sistemas Acesso em: 11 abr. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - MEC. **Brasil Cigano**: Guia de Políticas Públicas para Ciganos. Brasília, 2013. Disponível em: www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/GuiaCiganoFinal.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife, 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) E SEUS DESAFIOS: AGENDA 2030

Paola Catrina Pitol Carvalho

Universidade Federal Fluminense - RJ – BRASIL, Especialista em Gestão em Tecnologia da Informação (FAESA – ES), paolacarvalho@idd.uff.br

Resumo: Introdução: A proposta vincula-se a temática - V Políticas de Informação e Agenda 2030. Trata-se de discutir um tópico da Agenda 2030, referente a importância do uso das tecnologias de Informação e Comunicação com competência e em prol da educação nos processos de conhecimento para o desenvolvimento educacional, cultural e social. A contemporaneidade tem como característica uma sociedade tecnológica. Considera-se que muitos países em desenvolvimento essas tecnologias se faz presente. Mas diante disso, quais desafios para o uso e acessibilidade? De quem é a responsabilidade? Apenas da escola e profissionais da área? Mediante esse aspecto, é preciso analisar todo o contexto, e as diferentes sociedades tecnológicas formadas e as excluídas, principalmente em países de baixa renda e produtividade econômica. Outra questão se refere à falta de infraestrutura e pessoal qualificado em aperfeiçoar as competências tecnológicas em países que já possuem recursos, no entanto, faltam habilidades necessárias para desenvolver práticas que visem adquirir o desenvolvimento tecnológico com o intuito de contribuir para uma educação de qualidade. Objetivo: Discutir os obstáculos frente ao “objetivo 4 da agenda 2030” (Educação de Qualidade) o uso das tecnologias e sua importância para o progresso e desenvolvimento de uma educação de qualidade, visto que as tecnologias estão presente cada vez mais na sociedade atual. (Considerando os “excluídos dessa sociedade digital”). Opina sobre as diretrizes na solução dos empasses frente aos objetivos referentes ao acesso e uso as tecnologias. Metodologia: o estudo é exploratório, qualitativo, tendo por base artigos após a publicação da agenda 2030, às buscas a partir do termo (em português) “educação e as TICs” no campo do título ou palavras-chave. Os artigos publicados sobre a temática teve como fonte, as bases de dados de coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) e Google acadêmico. Resultados: Evidencia-se que há grandes e diversificadas desigualdades frente ao acesso e uso das tecnologias. Conclusão: Em virtude da presente discussão, evidencia que, mesmo com acessibilidade, falta competência no uso das TICs, de forma consciente e produtiva do ponto de vista educacional, social e cultural. Considera que o “mau uso” das mesmas não agrega conhecimentos para o processo de desenvolvimento educacional, cultural e principalmente, para uma sociedade mais igualitária. Nesse processo, verifica-se um conjunto de fatores que deve-se levar em consideração quando se trata de desenvolvimento de uma educação de qualidade. Alguns merecem destaque: *Informação, conhecimento e aprendizagem junto às TICs.*

Palavras-chave: Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs); Educação de Qualidade; Agenda 2030.

INTRODUÇÃO

A sociedade da contemporaneidade é caracterizada pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O avanço das TICs a partir da década de 1990 tem feito às organizações repensarem sobre as questões de acesso, aplicabilidade e uso das mesmas em todas as sociedades. O que é tecnologia? Segundo Kenski (2007, p. 24), para todas as atividades que precisamos desenvolver, faz-se necessário, planejar, pesquisar e criar produto, serviço, processo, isso é tecnologia, é um conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam a um determinado tipo de atividade.

A aplicabilidade das tecnologias é vista em diferentes setores das sociedades, a educação é uma delas, visto que o papel da educação é o mais significativo e contributivo para o desenvolvimento de uma sociedade com menos desigualdades. Considera-se que a educação não se restringe apenas o aprender na escola, a escola é onde ocorre o processo, o desenvolvimento, o aprendizado, o conhecimento, entretanto, a educação inicia-se no contexto da família, da sociedade a qual está inserido esse indivíduo. Portanto, faz-se necessário compreender também a aplicabilidade das TICs¹ nesse contexto. Em busca de uma educação de qualidade, vários órgãos governamentais e não governamentais tem buscado implementar ações que viabilizem ao uso e acesso as TICs em vários setores da sociedade, no entanto, é preciso considerar que nos países desenvolvidos e emergentes, os obstáculos diferem dos países subdesenvolvidos e de baixa viabilidade econômica.

Nesse sentido, é necessário mais pesquisas que possam mostrar onde há necessidade de melhorias quanto ao acesso e uso das TICs, ações que venham contribuir para o Desenvolvimento Sustentável, tema que reúne vários objetivos e subobjetivos os quais foram definidos em 2015. (2030, ano que encerra o prazo para implementações das ações). Alguns acordos importantes serviram de base para a definição da Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

¹ O Centro Regional das Nações Unidas (UNRIC) divulgou os 154 países mais avançados em termos de tecnologias da informação e comunicação (TIC) dos quais, situam-se no Norte da Europa, a Suécia é a primeira da lista, segundo dados de divulgação das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/22441>. Suécia à cabeça de índice de desenvolvimento em tecnologias da informação. Acesso em: 17 out. 2019.

Durante a Rio-92, a Agenda 21 Global foi assinada por 179 países para promover o desenvolvimento sustentável.

Com a Declaração do Milênio da ONU, nações renovaram seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável, por meio dos 8 ODM a serem alcançados até 2015.

A RIO+20 contribuiu para a definição da Agenda pós-2015, a qual serviu de marco de ação para os esforços mundiais de desenvolvimento até 2030.

A Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovou a Agenda 2030, que, composta pelos 17 ODS e suas 169 metas, deve ser implementadas até 2030.

Figura 1: Acordos que serviram de base para a concretização da Agenda 2030 e Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)

Fonte: CETIC.br (2017).

Em 2015, na sede da ONU, em Nova York foi aprovada a agenda 2030, com a finalidade de definir um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, a qual estabelece os *17 objetivos para o desenvolvimento sustentável* (ODS) até 2030².



Figura 2: Os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável

Fonte: Unric.org (2019)

A proposta aqui apresentada, é discutir as TICs e seus desafios frente ao objetivo 4 da Agenda 2030 - Educação de qualidade - o qual propõe assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

² Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 13 out. 2019.

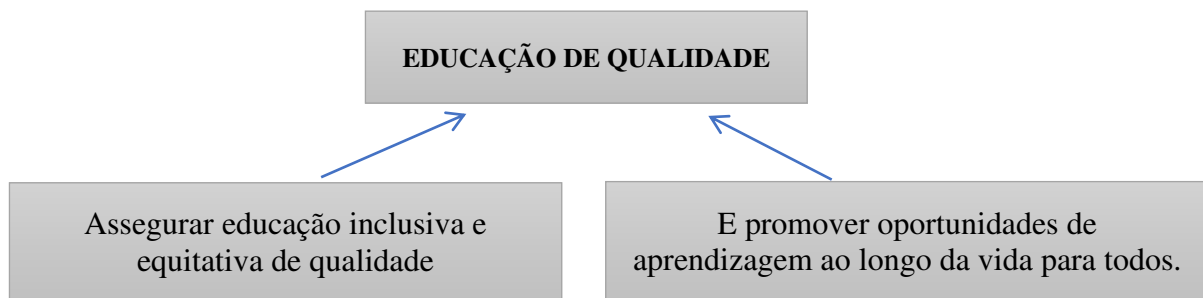


Figura 2: Objetivo 4 da Agenda 2030

Objetivo 4.4 da agenda 2030 ressalta a importância das habilidades, competências, nesse aspecto é importante destacar que o campo tecnológico necessita cada vez mais de habilidades e competências, visto que as TICs estão em constantes avanços e cada vez mais significativos para o campo da informação, conhecimento e aprendizagem. (Esse é um tema amplo, e deve ser discutido em outra temática).

Evidentemente que para se alcançar uma educação de qualidade, faz-se necessário concretizar algumas ações, nesse contexto quando se refere ao uso das TICs deve-se levar em consideração, que alguns objetivos devem estar em consonância com outros que viabilizem e proporcionem melhores possibilidades de uso e acesso, que possa contribuir para uma educação de qualidade, de forma igualitária. Consideravelmente, o indivíduo que tem acesso às informações, ao conhecimento no contexto educativo e fora desse contexto (Aqueles que possuem acesso às informações através dos recursos tecnológicos ele sempre estará a frente dos demais, diferente daqueles que não possuem acesso e uso). Se as TICs proporcionam mais conhecimentos e aprendizagem para quem as usam para esses objetivos, evidentemente que elas colaboram para a aprendizagem ao longo da vida. Indivíduos que tem acesso a uma educação de qualidade, os conhecimentos e aprendizado refletem na sociedade, em vários contextos, sociais, culturais, econômicos, dentre outros. A aprendizagem não se resume as disciplinas que aprendem na escola, a aprendizagem é dinâmica, acontece em diferentes ambientes, e as TICs possibilitam novas formas de aprendizagem e conhecimentos, em diversos suportes.

Escolas e Infraestrutura	Alunos + Alfabetização	Capacitação de Professores e demais Profissionais da área da Educação	Uso das TICs nos processos de Ensino e Aprendizagem
<p>Implantação e melhorias na infraestruturas das escolas e bibliotecas. (principalmente em países subdesenvolvidos e considerados de extrema pobreza e baixa rentabilidade econômica). (Destacamos que esses países consideravelmente necessitam de participação contributiva de países de alta renda per capita)³. Mesmo em países onde há renda per capita considerada alta em relação a outros, entretanto, há desigualdades sociais, é preciso analisar que nem sempre o fator econômico é o único e de importância para implementações de ações que visem uma melhor qualidade da educação.</p>	<p>Possibilitar o ingresso de crianças e adolescentes na escola, mapear onde há maior nível de crianças fora da escola garantindo-lhes o direito a educação e consequentemente a uma educação de qualidade.</p> <p>(Não se pode falar em educação de qualidade, quando há um grande número de crianças fora da escola).</p>	<p>Profissionais capacitados, bem remunerados e motivados que possam desempenhar um papel significativo para educação. (Nesse sentido, não se refere apenas aos professores, mas uma equipe formada por profissionais de outras categorias, visto que, para construir uma educação de qualidade, além dos profissionais professores, que são fundamentais, há necessidade de outros como: gestores de educação, pedagogos, psicopedagogos, bibliotecários, dentre outros).</p>	<p>O mundo da contemporaneidade é em parte “tecnológico”, (nesse ambiente, encontra-se as mídias, a telefonia, as multimídias, dentre outras) visto que, cada vez mais as tecnologias estão presente em diferentes setores da sociedade. Os fatores listados anteriormente são fundamentais do ponto de vista para uma educação de qualidade, nesse contexto, acrescenta-se as TICs, as quais contribuem na aquisição de conhecimentos e aprendizagem tanto no ambiente escolar como fora (Ressaltamos que o uso para atividades onde não há proveito no processo de aprendizagem e conhecimento, não contribuem significativamente para uma educação de qualidade), o uso de forma correta e contributiva traz benefícios para o próprio indivíduo quanto para a sociedade em que vive.</p>

Quadro 1. Alguns fatores devem ser considerados para que haja uma *Educação de Qualidade*

Fonte: Elaboração própria.

METODOLOGIA

É um estudo exploratório e bibliográfico, de abordagem qualitativa (Com base em artigos publicados após a divulgação da Agenda 2030). A revisão de literatura teve como base as seguintes bases de dados: Portal Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Além dessas, foram usadas as bases de dados de informações da ONU, UNESCO, as quais são referências em informações sobre

³ Segundo GOIS (2019) os 12 países mais ricos do mundo de 2018 (PIB per capita): Qatar; Macau; Luxemburgo; Singapura; Brunei; Irlanda; Noruega; Emirados Árabes Unidos; Kuwait; Suíça; Hong Kong; Estados Unidos da América. Disponível em: <https://www.maioresemelhores.com/paises-mais-ricos-pib-per-capita/>. Acesso em: 19 out. 2019.

Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. Às buscas a partir do termo (em português) “educação e as TICs” no campo do título ou palavras-chave.

Ao fazer as buscas na base do Google acadêmico usando as palavras “TICs e educação” foram encontrados um número relevante de artigos e pesquisas antes da agenda 2030, principalmente nos anos de 2012 e 2013. No entanto, encontramos poucos trabalhos sobre as TICs na educação no Brasil pós-agenda 2030. As pesquisas no Brasil que se destacam corresponde do órgão CETI.br. (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO).

AS TIC’s PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: QUAIS OBSTÁCULOS?

Em setembro deste ano (2019), a agenda 2030, completou 4 anos, sendo que, alguns subobjetivos, os prazos para implementação findam-se em 2020. Um desses subobjetivos faz parte do objetivo 4 – (*Educação de qualidade*), o qual propõe:

“4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.” (ONU, 2015).

Nessa perspectiva, esse objetivo 4.b destaca a ampliação de bolsas de estudo para “pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, [...]”, outra questão é a inclusão de “programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.” Em concordância com esse objetivo, enfatizamos que, assim como a educação básica é o alicerce para a construção de uma educação de qualidade, o ensino superior é o responsável pela continuidade desse processo de desenvolvimento educacional. A Falta de apoio financeiro impedem muitos jovens dos países em desenvolvimento assim como os países pequenos (considerando que alguns países considerados pequenos em extensão, possuem alta renda per capita) e africanos, dentre outros semelhantes, inserirem em um plano de educação, que lhes proporcionem uma educação de qualidade, e conseqüentemente, a se desenvolverem, produzirem conhecimentos científicos que agreguem para o desenvolvimento de seus próprios países, contribuindo assim, para uma sociedade com menos desigualdades.

As principais descobertas referentes aos desafios foram descritos em uma pesquisa 2016, são eles:

- A falta de infraestrutura é um grande obstáculo para o uso das TICs nas escolas; - A utilização das TICs, medida pela pesquisa, pode não ter crescido tanto quanto se poderia esperar;
- Fornecer infraestrutura TIC na escola não gera uma garantia de confiança, uso e melhora nas atitudes de professores e alunos;
- O foco das políticas deve estar na gestão eficaz da aprendizagem, tanto quanto no fornecimento das TICs;
- Há um uso alto, mas não universalizado, das TICs nos domicílios; e - A presença de ambientes virtuais de aprendizagem nas escolas está aumentando rapidamente. (ALBINO; SOUZA, p. 109, 2016).

O avanço das TICs a partir da década de 1990 tem feito países adotarem medidas para implementações de ações para implantar as TICs na área educacional, nesse sentido, importantes organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU)⁴, e a Organização das nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), propondo objetivos que visem vários objetivos, dentre eles, uma “Educação de qualidade.” Em relação ao uso das TIC’s na educação, a UNESCO, declara:

A UNESCO acredita que as TIC podem contribuir para o acesso universal à educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a gestão educacional ao fornecer a combinação certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades. (UNESCO, 2017).

O papel da educação é o mais significativo para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Consideramos que as TICs podem contribuir nos processos de conhecimentos e aprendizagem, visto que com a globalização, o mundo tornou-se mais tecnológico, o compartilhamento de informações, seja em um ambiente escolar ou fora dele, é importante para o processo educacional. A escola possui seu papel fundamental nesse processo, mas a motivação, a criatividade, por conhecimentos que agreguem ao processo de desenvolvimento educacional são fundamentais, tanto para o aluno quanto para professores e demais profissionais da área da educação.

Embora, destacamos aqui a importância do acesso as TIC’s, temos visto o seu “mau uso”, (geralmente os problemas relacionados a segurança das informações, ao excesso, *fake News*,

⁴ A UIT – União Internacional de Telecomunicações criada há 154 anos. A UIT tem ainda por objetivo “Conectar o Mundo” [...] e um de seus objetivos é o uso das TIC para o atingimento das metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o ano de 2030, podemos afirmar que a UIT está comprometida com os ODS e em fomentar a redução da brecha digital em todo mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/uit/>. Acesso em: 19 out. 2019.

dentre outros) em diferentes camadas da sociedade, principalmente em países desenvolvidos e emergentes, onde há um número maior de usuários.

O panorama do desenvolvimento mostra que há inúmeros obstáculos em relação ao uso das TICs na educação. Países onde o número de analfabetos é maior, e possuem inúmeras desigualdades, baixa rentabilidade econômica (renda per capita baixa, considerando o PIB, visto que, para implementação de políticas públicas que visem a obtenção de recursos, dependem de fatores econômicos). Nessa conjuntura, depara-se com outro objetivo da agenda 2030, o objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

O objetivo 9 da Agenda 2030, se refere a **Indústria, Inovação e Infraestrutura** - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. O subobjetivo 9.c, propõe: *Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.*

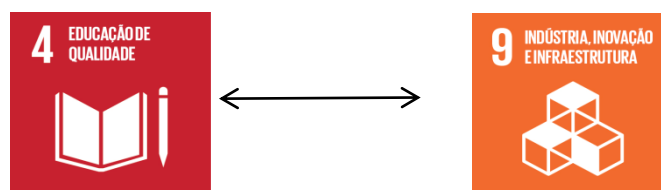


Figura 2: Objetivo 4 e 9 da agenda 2030

Fonte: UNIC (Centro de Informação das Nações Unidas)

A figura 2 mostra o objetivo 4 - “Educação de qualidade” e o objetivo 9 - *Indústria, inovação e infraestrutura*. A palavra “inovação”⁵ de acordo com o dicionário nos remete a algo novo, que pode ser o desenvolvimento e uso de novos produtos, métodos ou conceito. Nesse contexto, as tecnologias são consideradas produtos, serviços e técnica, por isso, sua contribuição para o desenvolvimento da educação, é indispensável e significativa. Consideravelmente as TICs tem proporcionado uma “inovação” na educação (onde já foram implantadas ações concretas). Esses dois objetivos são paralelos, ou seja, para a construção e desenvolvimento de uma educação de qualidade (E aqui dizemos para todos, de forma equitativa). Uma educação de qualidade traz contribuições que agregam conhecimentos para aplicar em novas tecnologias, infraestrutura, inova o mercado, traz soluções, inova em estudos e pesquisas. Nesse aspecto, ressalta-se, a partir de novas pesquisas e inovações, a indústria

⁵ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/inova%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 out. 2019

crece, há “desenvolvimento sustentável” nesse sentido, esses dois objetivos são dependentes entre si.

A ressignificação dada ao longo de suas trajetórias potencializa a sua importância na educação, ao passo que reflete as mudanças que foram sendo realizadas na visão de mundo e que alteraram significativamente os processos que se desenvolvem na sociedade, social, político, educativo, entre outros, e que incorporaram marcadamente o uso das TIC. (MACHADO; NOBRE; BEZERRA, 2016, p. 15).

A educação é base de todo processo para o desenvolvimento em todos os setores da sociedade, no entanto, a educação necessita caminhar junto ao progresso tecnológico, ela determina de maneira positiva ou não (Se for uma educação ineficiente) nos aspectos sociais, culturais, econômicos da uma sociedade, essa questão é o diferencial para o desenvolvimento Sustentável de um país.

As Pesquisas no Brasil: uso das TICs na educação



<https://pixabay.com/pt/images/search/tecnologia/?pagi=5>. Acesso em: 20 out. 2019

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br)⁶ é um órgão que realiza pesquisas no Brasil sobre TICs conta com o apoio do MEC do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e de especialistas vinculados a organizações não governamentais e a importantes centros acadêmicos em várias áreas, a educação é uma delas. As pesquisas sobre TICs na educação, encontradas na base de informações do órgão, foram realizadas em 2015, 2016, 2017, 2018. (CETIC.br, 2019), nas escolas urbanas e rurais.

⁶ O Cetic.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cgi.br).

- TIC Educação - 2018 - Escolas Urbanas - Alunos
- TIC Educação - 2018 - Escolas Urbanas - Coordenadores
- TIC Educação - 2018 - Escolas Urbanas - Diretores
- TIC Educação - 2018 - Escolas Urbanas - Professores
- TIC Educação - 2018 - Escolas Urbanas
- TIC Educação - 2018 - Escolas Rurais
- TIC Educação - 2018 - Escolas Rurais - Responsáveis
- TIC Educação - 2017 - Escolas Urbanas - Alunos
- TIC Educação - 2017 - Escolas Urbanas - Coordenadores
- TIC Educação - 2017 - Escolas Urbanas - Diretores
- TIC Educação - 2017 - Escolas Urbanas - Professores
- TIC Educação - 2017 - Escolas Urbanas
- TIC Educação - 2017 - Escolas Rurais
- TIC Educação - 2017 - Escolas Rurais - Responsáveis
- TIC Educação - 2016 - Alunos
- TIC Educação - 2016 - Coordenadores Pedagógicos
- TIC Educação - 2016 - Diretores
- TIC Educação - 2016 - Professores
- TIC Educação - 2016 - Escolas
- TIC Educação - 2015 - Alunos
- TIC Educação - 2015 - Coordenadores Pedagógicos
- TIC Educação - 2015 - Diretores
- TIC Educação - 2015 - Professores
- TIC Educação - 2015 - Escolas

Quadro 2: Pesquisas realizadas entre os anos de 2015 a 2018 sobre TIC's na Educação

Fonte: CETIC.br (2019).⁷

⁷ Em 2012, o governo brasileiro firmou um acordo pioneiro com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Por meio dele, foi estabelecido no país o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da UNESCO, hospedado pelo NIC.br. Este é o primeiro centro de estudos da UNESCO sobre a sociedade da informação. Dentre as cinco áreas setoriais da UNESCO, o Centro está ligado ao setor de Comunicação e Informação e contribui para a realização dos objetivos estratégicos da UNESCO, somando esforços no monitoramento da construção das sociedades da informação e do conhecimento. Seu escopo de atuação inclui a América Latina e os países de língua portuguesa no continente africano. As linhas de ação do Centro englobam atividades que contribuem para o debate sobre a importância da medição das TIC para as políticas públicas e a troca de experiências entre atores-chaves que investigam a intersecção dos temas sociedade e tecnologia e suas implicações na construção da sociedade do conhecimento. Disponível em: <https://www.cetic.br/unesco/>. Acesso em: 22 out. 2019.

Os desafios do uso nas TICs no Brasil situam-se em alguns tópicos que merecem atenção: a questão do acesso, e, “saber como usar e para qual objetivo usar”, visto que nem sempre a questão é falta de acesso, do ponto de vista de aprendizagem, aquisição de novos conhecimentos para o desenvolvimento educacional, seja do estudante ou não estudante, além disso, os conhecimentos e aprendizagem de forma autônoma e (além do contexto escolar) individual são de suma importância e interfere de forma positiva para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. (Ressaltamos que em muitas escolas o uso individual de um *smartphone* por exemplo é subjetivo e não é permitido, mas as atividades em sala de aula podem ser planejadas utilizando o aparelho). Portanto considera que o uso de forma educativa, éticamente, nesse aspecto é preciso ter um planejamento metodológico, curricular conforme descreve Barros (2018, p. 210).

A utilização massiva das TIC, dissociada de reflexões metodológicas, éticas e sociais, pode potencializar modelos de educação ainda mais desumanizantes e excludentes socialmente. A discussão metodológica, ou seja, do caminho a ser percorrido no processo ensino-aprendizagem, da relevância de cada conteúdo e do currículo em função da realidade vivida e dos projetos de vida de cada sujeito, devem ser objeto constante de reflexão individual e coletiva ao considerar aspectos mais amplos das razões de ser de cada metodologia e modelo curricular, à quais interesses e objetivos atendem e sua pertinência ou não em determinado contexto educativo.

No Brasil as TICs estão presente em muitas escolas urbanas e rurais, entretanto, quando se trata de competência no uso das mesmas, há uma deficiência por parte de alguns profissionais, que conseqüentemente, prejudica o ensino e aprendizagem através das mesmas. “O Brasil precisa melhorar a competência dos professores na utilização das TIC na educação. A forma como o sistema educacional incorpora as TIC afeta diretamente a redução da exclusão digital existente no país.” (UNESCO, 2017).⁸

Mesmo com dificuldades e necessidades de ações estratégicas para nos nivelarmos em um patamar internacional em relação ao acesso e uso das redes, são muitos os avanços brasileiros nestes últimos vinte anos de uso de internet. Somos atualmente um país de pessoas conectadas, sobretudo por meio das

⁸ O programa da UNESCO inclui: Capacitação e aconselhamento em políticas públicas para o uso de tecnologias na educação, particularmente nos domínios emergentes, como a aprendizagem móvel. Garantia de que os professores tenham as habilidades necessárias para usar as TIC em todos os aspectos da prática de sua profissão por meio de ferramentas como o Marco Político de Padrões de Competência em TIC para Professores. Apoio do uso e desenvolvimento de recursos e softwares educacionais plurilíngues, que sejam disponíveis para uso e reuso como resultado de licenças abertas, como recursos educacionais abertos (REA) e software livre e aberto (free and open source software – FOSS). Promoção das TIC para a educação inclusiva, que inclua também as pessoas com deficiências e proporcione a igualdade entre homens e mulheres. Coleta de dados estatísticos e desenvolvimento de indicadores sobre o uso de TIC na educação, Provisão de apoio a políticas públicas que garantam que o potencial das TIC seja aplicado efetivamente em todo o sistema educacional. O Instituto de Tecnologias de Informação para a Educação (UNESCO Institute for Information Technologies in Education– IITE), com sede em Moscou, é especializado no intercâmbio de informações, pesquisa e treinamento sobre a integração das TIC em educação. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/digital-transformation-and-innovation/ict-in-education/>. Acesso em: 20 out. 2019.

tecnologias móveis. O acesso a partir de celulares e smartphones é a principal forma utilizada para as pessoas se conectarem e, em março/2015, chegou a cerca de 185 milhões de conexões. (KENSKI, 2015, p. 135).

É preciso considerar há muitos desafios a enfrentar, visto que a informação assume um papel significativo, tanto em instituições, quanto nas comunidades convencionais, nesse sentido as TICs promovem impactos em todas as sociedades, onde há possibilidade de promover novos conteúdos de interação, surgindo às comunidades virtuais que se reúnem ao redor de interesses particulares ou de temas regionais ou globais de maior ou de menor repercussão, determinando a criação de fronteiras virtuais que extrapolam as fronteiras geográficas. (BELLUZZO, 2019, p. 12).

Evidentemente que há muitas desigualdades em relação às TICs em todo país, (Falta de acesso e uso ou há possibilidades de acesso, falta habilidades em usá-las (Por isso, fala-se tanto em competências digitais, alfabetização digital, informacional, dentre outros temas correlacionados) ainda há questão do “mau uso”, em ações que não agregam conhecimentos e aprendizagem, e conseqüentemente, não acrescenta para o desenvolvimento educacional e uma educação de qualidade, visto que, as TICs contribuem nos processos de conhecimentos e aprendizagem.

Ao verificarmos, no entanto, as condições de uso no território brasileiro – apresentadas no mesmo quadro como “extremos do Brasil” – vemos que existe um grupo conectado e com condições de uso similares a de países do primeiro mundo. Ao mesmo tempo, no quadrante inferior oposto, outro grupo de brasileiros se coloca abaixo das condições de acesso e uso da internet do resto do mundo. Esta desigualdade interfere na qualidade devida, na cultura e, sobretudo, na educação no país. (KENSKI, 2015, p. 137).

Em concordância com a autora, o Brasil é um país “conectado”, mas ainda há um grupo de indivíduos e regiões que estão abaixo das condições de acesso e uso. Nesse sentido, impedem a capacitação dos profissionais da área, alunos e conseqüentemente uma educação de qualidade ao longo da vida, visto que a tendência é aprimorar cada vez mais os recursos tecnológicos. De acordo com Belluzzo (2019, p. 6).

A implementação da era digital pode ser um dos grandes vetores de mudança do século XXI;

As tecnologias e modelos inovadores estão transformando a maneira como pessoas, comunidades e organizações se relacionam, produzem e compartilham. E é, justamente, uma transformação estrutural como essa, que a agenda ampla e ambiciosa da Agenda 2030 necessita para seu êxito;

Duas grandes comunidades sociais são confrontadas pela transformação digital- a educação e a empresarial. Ambas são os motores de ponta para o desenvolvimento dos países que pretendam acomodar seu futuro aos

parâmetros da Agenda 2030 e aos ODS. (BELLUZZO, 2019, p. 26-27).⁹

A influência das TICs no meio social, cultural, traz uma importante reflexão, no sentido de capacitação daqueles que possuem acesso, da alfabetização digital, principalmente na área da educação, tanto para os profissionais e alunos, o mundo tornou-se em parte tecnológico, mas alguns objetivos da agenda 2030, deveriam anteceder aos recursos tecnológicos, infraestrutura para implementação ações, é preciso que haja primeiro, principalmente em países emergentes (ou em desenvolvimento) e subdesenvolvidos, o acompanhamento através de pesquisas sobre cumprimento dos objetivos da agenda 2030.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Tecnologias de Informação e Comunicação sempre tiveram o objetivo de contribuir para agilizar, processar, organizar, contribuir para vários setores da sociedade e para a vida dos indivíduos que fazer uso das mesmas. É preciso considerar que uma grande parte da sociedade ainda não possuem acesso e uso desses recursos tecnológicos, seja na educação ou qualquer outra área. Evidentemente que para se alcançar uma educação de qualidade, faz-se necessário concretizar algumas ações, nesse contexto quando se refere ao uso das TICs deve-se levar em consideração, que alguns objetivos devem estar em consonância com outros que viabilizem e proporcionem melhores possibilidades de uso e acesso, que possa contribuir para uma educação de qualidade, de forma igualitária. Consideravelmente, o indivíduo que tem acesso as informações, ao conhecimento no contexto educativo e fora desse contexto (Que tem possibilidades de acessar informações através dos recursos tecnológicos ele sempre estará a frente dos demais, diferente daqueles que não possuem acesso e uso). Se as TICs proporcionam mais conhecimentos e aprendizagem para esses objetivos, evidentemente que elas colaboram para a aprendizagem ao longo da vida, visto que os conhecimentos científicos e teóricos contribuem cada vez mais para o progresso tecnológico.

⁹ A Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) deverá entrar, obrigatoriamente, no currículo das escolas brasileiras, como recomenda a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC inclui a educação midiática de diversas formas: nas competências básicas, há, entre os pressupostos, a inclusão de temas atuais, e, neles, a educação midiática. Nas competências gerais estão as competências do cidadão do século 21, que são, dentre outras: utilizar e criar tecnologias digitais de informação, disseminar informação, produzir conhecimento de forma protagonista e responsável, defender ideias e fazer análise crítica do que está sendo disponibilizado e compartilhado. Muitos educadores desconhecem o que representa e não sabem como trabalhar com a alfabetização midiática, na prática. A proposta é explicitar os conceitos desse tema e aplicá-lo nas diferentes disciplinas disponíveis da grade curricular escolar. (ALVES, 2019). Disponível em: <https://site.veracruz.edu.br/instituto/extensao/oficinas/educar-na-era-da-pos-verdade-workshop-de-alfabetizacao-midiatica-e-informacional/?fbclid=IwAR0AThKxIlh1HZ4UiZzi-HbQhtN7dLUIStNhGyzCDKhmwFkljUwFNxFpcpNw>. Acesso em: 29 out. 2019.

Em relação ao uso e acesso, fica evidente, que há uma dicotomia da acessibilidade e uso, e a falta de acesso. No Brasil, as pesquisas mostram que na questão do acesso e uso das TICs na educação, o índice de acesso e uso é maior nas áreas urbanas, com destaque nas regiões do Sul e sudeste, que apresentam os maiores índices, sendo um índice menor nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Um desafio sobre as questões das TICs na educação é propor metas, que visem o analfabetismo digital, informacional (Temas discutidos na atualidade).

Com as TICs presente na educação, tanto no uso por parte dos profissionais quanto os alunos, no ambiente educativo (Desde a educação básica, e para ao longo da vida acadêmica ou não acadêmica) ou não, é preciso ressaltar a importância da informação, do conhecimento e aprendizagem através das mesmas, nesse sentido, é possível construir uma educação de qualidade, equitativa, inclusiva, e que possa contribuir para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Raphael; SOUZA, Alexandre. Avaliação do nível de uso das TICs em escolas brasileiras: uma exploração dos dados da pesquisa “TICs educação”. **E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte**, v. 16, n. 43, Abr./Jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Biblioteca/Documents/Downloads/11517-Texto%20do%20artigo-45213-1-10-20160808.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

BARROS, F.B.M. *Transforming education for a changing world*. Eindhove, NL: Adaya Press. **IV: Educação digital humanizada e metodologia da problematização na agenda 2030**. 2018. Centro Federal de Educação Tecnológica. CEFET: RJ. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=as+tics+e+agenda+2030&btnG=. Acesso em: 20 out. 2019.

BELLUZZO, R. C. B. **Transformação digital e competência em informação**: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Conhecimento em Ação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan/jun. 2019. Disponível em: <https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2019/09/transformacao-digital.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

CETIC.br. CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação na Educação**. 2018. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/Panorama_Setorial_12.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

Guia sobre Desenvolvimento Sustentável. **17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO. AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Disponível em: <https://www.unric.org/pt/>. Acesso em 17 out. 2019.

KENSKI, V. M. **Educação e Internet no Brasil.** cadernos adenauer xvi (2015) nº3. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/sat/textos/Kenski.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas, SP: Papyrus, 2007. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=uso+e+acessibilidade+das+tics+na+educa%C3%A7%C3%A3o+no+pa%C3%ADses+desenvolvidos+e+emergentes+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 19. out. 2019.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Centro regional Informação das nações unidas.** Disponível em: https://www.unric.org/pt/actualidade/22441Suécia_à_cabeça_de_índice_de_desenvolvimento_em_tecnologias_da_informação. Acesso em: 17 out. 2019.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem.2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>. Acesso em: 22 out. 2019.

Ibujés Villacís, J.M; Franco Crespo, A.A 2019. Uso de las TIC y relación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible en Ecuador. *Desafios Journal of Administration and Economics Sciences*, 9 (17), 37-53. Disponível em: <https://doi.org/10.17163/ret.n17.2019.03>. Acesso em: 22 out. 2019.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO ABERTO: OS DESAFIOS DA BRECHA DIGITAL SOB OS ODS 3 E 4

Laura Passos Santana, Sueli Mara Ferreira

INTRODUÇÃO

Frente às mudanças causadas no acesso à informação científica ao redor do globo como consequência do movimento de Acesso Aberto, identificamos uma mudança de paradigma voltada para a colaboração enquanto estratégia para promoção do saber da Ciência. Peter Ver (2012) retrata este cenário provocado pelas tecnologias digitais e pelo Open Access em nossa sociedade enquanto a “Revolução do Acesso”. A região da América Latina e Caribe, por sua vez, compartilha desafios no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na área da Saúde, principalmente, quanto à capacidade de criar, apropriar-se e atender a novos conhecimentos e tecnologias na educação de profissionais da saúde. Assim, encontramos nas TIC as respostas para enfrentar as desigualdades no acesso à informação em saúde nos países dessa região (ARRIAGADA; ARANDA; MIRANDA, 2005).

Atentando-nos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), identificamos os Objetivos 3 e 4 – Saúde e Bemestar & Educação de qualidade – enquanto norteadores da importância desta pesquisa ao proporem uma mudança de paradigma global e colaborativa para erradicação do primeiro Objetivo listado pela iniciativa: erradicação total da pobreza.

O acesso universal à informação, de acordo com a UNESCO, inclui “Soluções Abertas” e contribui diretamente para alcançar o ODS 4 (Educação de Qualidade) por meio da ampliação do acesso às TIC. O Objetivo 3, atrelado a esta ampliação, promove não apenas transformações no tecido social da região da América Latina, mas, também, possibilita melhorias na atenção à saúde por meio da qualificação profissional. O relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), produzido por Arriagada, Aranda e Miranda (2005), revela que no cenário do ODS 3, os principais problemas de saúde enfrentados no território encontram-se na precariedade institucional da saúde pública e a falta de equidade e eficiência nos sistemas de saúde são os principais desafios que afetam todos os países da região.

O desenvolvimento das TIC, nesse contexto, pode representar a diminuição das barreiras de acesso e a apropriação da tecnologia no sentido de contribuir para um cenário de igualdade

de acesso ao atendimento de qualidade em saúde e melhoria das competências digitais dos profissionais. Este movimento, enquanto potência, pode contribuir para a exponencialização dos ODS 3 e 4 e fundamentar a evolução dos demais quinze Objetivos.

Tendo consciência das mudanças em termos de infraestrutura e desenvolvimento de competências que as TIC requerem, nos propusemos, aqui, a analisar, o impacto do uso de tecnologias na educação em saúde na figura dos repositórios dos países do Mercosul na Rede de Recursos Educacionais Abertos (REA) da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), uma vez que a implementação das TIC nos territórios mencionados podem contribuir, também, para a diminuição dos hiatos no acesso à educação e da brecha digital características da região. Para Guerra e Jordán (2010), “o fechamento da brecha digital de acesso representa um desafio importante quanto às políticas públicas em função de seu caráter dinâmico, que obriga um ajuste constante de seus objetivos na medida em que surgem novas tecnologias” (GUERRA; JORDÁN, 2010, p. 7, tradução nossa).

A extinção ou diminuição da brecha digital não depende apenas de dispositivos digitais, mas de processos e intercâmbios de informação e incorporação de novos suportes tecnológicos para aprendizagem que viabilizem a democratização e acesso ao conhecimento. De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o papel da educação faz parte do desenvolvimento dos indivíduos em dimensões éticas, sociais, produtivas, culturais e políticas, sendo o meio mais idôneo para garantir um dinamismo produtivo com igualdade social. Como sinalizado, o potencial de impacto dos ODS em destaque é revelado pelo alcance transformados que a educação, sozinha, pode desempenhar.

Dado o mapeamento inicial dos desafios que unem a região, é possível identificar algumas oportunidades quanto à formação de profissionais da saúde na América Latina. Entre elas, elencaremos as iniciativas de Acesso Aberto por promoverem entornos livres, colaborativos e por possuírem a capacidade de transformar os processos de transferência e democratização do conhecimento regionalmente.

Visualizamos como uma das condições para a integração das tecnologias digitais em ambientes de aprendizagem e sistemas educativos a existência de políticas voltadas para as TIC e Acesso Aberto. Enquanto a implementação de políticas públicas em nível nacional deve ser norteada pelas necessidades de cada país, para a elaboração de agendas nacionais digitais da Sociedade da Informação (SI) no campo do Mercosul, recomendamos a realização de diagnósticos do contexto de desenvolvimento das TIC quanto ao crescimento da infraestrutura e incorporação das tecnologias nos processos produtivos e sociais. Com a heterogeneidade do

avanço digital entre os países em mente, reconhecemos que o elemento em comum dos objetivos das agendas nacionais da região da América Latina é a visão das TIC como ferramentas de desenvolvimento e inclusão social.

METODOLOGIA

Dada a importância da formulação e da aplicação de políticas voltadas para as TIC e as iniciativas de Acesso Aberto na figura dos Recursos Educacionais Abertos na América Latina, atribuiu-se neste trabalho o objetivo de avaliar as características das políticas públicas pertinentes ao uso de tecnologias com base na seleção dos ODS 3 e 4: Saúde e Bem-estar e Educação de Qualidade.

O recorte proposto tem como objeto de estudo uma plataforma que visa atender um objetivo em comum entre a ONU e a OPAS: a disseminação de conhecimento em saúde e o estímulo à pesquisa em saúde (CRUZ, 1995). A plataforma da Rede REA da OPAS, em parceria com o Campus Virtual de Saúde Pública (CVS) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), foi fundada com o propósito de permitir a publicação, a busca e a recuperação de objetos de aprendizagem em nível regional na América Latina e reúne seus respectivos repositórios de recursos educacionais abertos nacionais.

A metodologia aplicada nesta investigação baseia-se em uma abordagem qualitativa de cunho exploratório (CRESWELL, 2010) ao proporcionar maior familiaridade com o problema, visto que o assunto explorado carece de pesquisas realizadas no Brasil. Também, por envolver um procedimento técnico de levantamento bibliográfico acompanhado de análise de exemplos.

Sendo a pesquisa uma atividade de “combinação particular entre teoria e dado” (MINAYO, 2004, p. 23), como referencial da análise de exemplos, utilizaremos o método de coleta de dados dos recursos disponíveis nos repositórios do Mercosul da Rede REA. O levantamento quantitativo secundário dos tipos de materiais distribuídos nos repositórios atuará como um recurso adicional para a análise qualitativa proposta.

Por sua vez, a análise dos repositórios da Rede REA de cada país do Mercosul será realizada de acordo com as variáveis de uma Matriz de Avaliação construída com base nos objetivos identificados na revisão de literatura acerca das políticas de TIC e Acesso Aberto dos países e dos objetivos determinados pela Política Geral da Rede REA.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ABERTO NO MERCOSUL

Para assegurar a sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento digital a caminho da erradicação da brecha digital no território, a penetração das tecnologias nos processos sociais deve ser respaldada por políticas públicas voltadas para as TIC que preconizem tanto o acesso aos recursos materiais (infraestrutura) quanto à qualidade do acesso e da tecnologia, envolvendo a equidade social, de acordo com a CEPAL (2014).

Alinhadas às discussões sobre o uso de tecnologias na educação, encontram-se também as políticas de Acesso Aberto, que emergem como uma solução para o compartilhamento do conhecimento. De acordo com a Budapest Open Access Initiative (2002), as iniciativas de Acesso Aberto permitem que os usuários possam ler, baixar, copiar, imprimir e distribuir a informação sem barreiras financeiras, legais ou técnicas, sendo o direito de citação dos autores e o controle da integridade da produção as únicas restrições quanto à distribuição e à reprodução do conteúdo. Neste trabalho, trataremos o Acesso Aberto no recorte dos repositórios digitais de recursos educacionais abertos.

De acordo com a UNESCO (2015), os recursos educacionais abertos são materiais de ensino e aprendizagem ou pesquisa que se encontram em domínio público ou que tenham sido publicados com uma licença de propriedade intelectual que permita sua utilização, adaptação e distribuição gratuitas. As novas atualizações da UNESCO de 2019 referentes aos REA abordam em detalhes o conceito de “Licença Aberta”. Nestas condições, os direitos de autor e propriedade intelectual; concessão de permissões que garantam ao público o direito de acessar, reusar, reaproveitar, adaptar e redistribuir materiais educacionais devem ser garantidas.

Em termos de tipologia, a UNESCO (2015) caracteriza os REA como materiais que podem ser criados e disponibilizados nos formatos de cursos, livros didáticos, artigos científicos e de pesquisa, materiais interativos, vídeos, jogos, simulações, software, aplicativos ou qualquer material de cunho pedagógico, desde que disponibilizados sob licenças de acesso aberto ou de domínio público. Ou seja, “[...] um REA é simplesmente um recurso educacional com uma licença que facilita a sua reutilização – e, possivelmente, adaptação – sem necessidade de solicitar a permissão do detentor dos direitos autorais” (BUTCHER; KANWAR; UVALIC-TRUMBIC, 2011, p. 34, tradução nossa).

De outro lado, Ferreira e Dudziak (2004) elegem três desafios prioritários que a região da América Latina enfrenta quanto às políticas voltadas para Informação na região. O primeiro deles encontra-se na criação de uma visão integrada da infraestrutura de TIC, acompanhado

do desafio de disponibilizar conteúdos pertinentes às comunidades e às culturas locais. Finalmente, as autoras identificam a necessidade da expansão de outros meios de comunicação que não apenas a Internet para a promoção extensa do acesso à informação e ao conhecimento. Para Ferreira e Dudziak (2004), nem mesmo o encaminhamento desses desafios garante uma real apropriação de conteúdos, revelando a importância do desenvolvimento das competências digitais (literacia digital).

Medeiros e Ferreira (2014) julgam que o estudo de políticas públicas busca compreender o papel do Estado e suas implicações na sociedade. Como toda política pública, a formulação e a aplicação das diretrizes voltadas para as TIC estão vinculados aos contextos políticos e econômicos dos países onde estão imersas. Historicamente, Sunkel, Trucco e Espejo (2014) prevêm na América Latina cinco componentes que devem ser contemplados nas políticas para que sejam exitosas na integração efetiva das TIC na educação: acesso (provisão de TIC), uso (previsto no contato com as TIC), apropriação (exercício de controle do indivíduo sobre a tecnologia, incluindo sua seleção e conteúdo) e, por fim, resultados (consequências da implementação das TIC em curto e longo prazos).

Segundo a CEPAL (2014), uma vez que na região as primeiras políticas foram voltadas para o desenvolvimento de infraestrutura, conseqüentemente, compreendeu-se que o acesso à tecnologia digital deveria vir acompanhado de elementos qualitativos e carregados de propostas definidas de uso para que os processos de integração destas fossem eficientes e transformadores. A visão das TIC no setor da educação transformou-se com o tempo. No início da década de 1980, acreditava-se que os computadores (infraestrutura) seriam a semente da mudança e da inovação no processo de ensino e aprendizagem. Na década seguinte, passou-se a enxergar as TIC como um catalisador que proporcionava condições para acelerar os processos de mudança, facilitados e acelerados pela integração das tecnologias digitais.

No arsenal do ODS 4, como pontuado, os REA podem representar uma solução para a desigualdade no acesso à educação na América Latina. Para ajudar a tangibilizar o cenário dos recursos educacionais abertos e a aproximação destes em relação às políticas públicas na região, propusemos aqui a reunião de dados estatísticos da Pesquisa Governamental de Políticas para Recursos Educacionais Abertos, desenvolvida pela Comunidade de Aprendizagem (Commonwealth of Learning, COL) e pela UNESCO em 2012, indicando que 82 países – incluindo todos os países do Mercosul - responderam ao questionário desenvolvido em conjunto pelas instituições para compreender o cenário dos REA do ponto de vista governamental.

Com base nos resultados da pesquisa, nos países da América Latina e do Caribe, 64% das respostas do estudo realizado demonstram que o principal motivo para envolvimento nas iniciativas de REA são as oportunidades de aprendizado flexíveis e abertas. Outras motivações para os países da América Latina, especificamente, são o custo-benefício proporcionados pelos recursos educacionais abertos e seu potencial de inovação, que representam, igualmente, 46% das respostas dos países. Eles também avaliam que os recursos educacionais financiados por fundos públicos disponíveis em formato digital representam 30% do total dos materiais. Estima-se que 37% dos conteúdos digitais de domínio público sejam ofertados como REA na região.

Já quanto à natureza das atividades relacionadas aos REA desenvolvidas nos países, questionou-se se elas existem e de que forma. Na América Latina, a maior parte das iniciativas é concretizada por meio de projetos específicos ou programas com incentivo público ou de iniciativas institucionais e indivíduos engajados, respectivamente (46% e 41%). A natureza que possui menor engajamento na região da América Latina e Caribe refere-se a projetos ou programas específicos provenientes de fundos privados. Nestes países, as iniciativas de REA estão presentes nos setores primários, secundários e terciários da educação.

No âmbito do ODS 4, este mapeamento propõe, portanto, um nível de compromisso dos governos com a promoção de licenças abertas para os recursos educativos financiados por fundos públicos, avançando nas discussões sobre os REA para que o movimento alcance o seu verdadeiro potencial de atingir aos objetivos de Direitos Humanos e diminuição da “brecha digital” por meio do estreitamento dos diferentes níveis de acesso às tecnologias.

A REDE DE REPOSITÓRIOS DE REA DA OPAS

A Rede REA é um projeto da OPAS liderado pelo Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP) e pela Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) que tem como objetivo a criação de uma rede de recursos educacionais abertos que permitam a publicação, busca e recuperação de objetos de aprendizagem na região das Américas. O público-alvo da Rede são gerentes, pesquisadores, estudantes, técnicos e profissionais da saúde pública. A Rede considera, em seu escopo, que os REA são recursos que possuem fins educativos para a geração de conhecimento, habilidades e atitudes de acordo com as necessidades do usuário. Os recursos dos repositórios têm o potencial de munir líderes e tomadores de decisão em saúde com novos aspectos metodológicos, técnicos ou de capacitação dos recursos humanos da região.

A Política Geral da Rede REA é norteadora desta iniciativa e busca estabelecer precedentes comuns dos eixos condutores do desenvolvimento, da operação e da manutenção dos repositórios da Rede e busca servir de base para a construção de novas políticas regionais. A Política reconhece que a iniciativa dos repositórios contribui para a meta global do Acesso Aberto ao conhecimento de forma gratuita e acessível. Assim, prevê que a questão dos direitos autorais é a base dos REA.

Fazendo uso das recomendações propostas pela UNESCO, a Política da Rede REA estabelece que, para o melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados e pensados para contribuir com os processos de ensino e aprendizagem de qualidade na região:

a) Os Repositórios da Rede REA em saúde dos países devem ser apoiados e fortalecidos por políticas de acesso aberto à informação, de acesso igualitário à educação e de TIC nos níveis institucionais e governamentais;

b) Os Repositórios devem estabelecer modalidades de licença aberta quanto aos direitos de propriedade intelectual e direitos autorais dos recursos educacionais publicados;

c) Os recursos educacionais devem ser produzidos e publicados seguindo padrões abertos que garantam seu acesso, seu uso e sua distribuição;

d) Os Repositórios da Rede REA devem seguir padrões abertos de catalogação e indexação, assim como protocolos abertos de interoperabilidade;

e) A informação científica e técnica em saúde deve ser utilizada e referenciada nos REA;

f) Os Repositórios da Rede devem adotar, minimamente, os metadados comuns acordados na Rede REA e os protocolos abertos de interoperabilidade eleitos que permitam o intercâmbio dos recursos entre os repositórios;

g) A Rede deve incentivar o intercâmbio de experiências entre os nós e potencializar as capacidades locais existentes, desenvolvendo-se por meio de políticas, princípios e ideias que agreguem valor à sua existência.

As preocupações da Política Geral da Rede REA representam a abordagem dos REA como um mecanismo estratégico para a evolução da educação na região, buscando assegurar o acesso livre aos conteúdos científicos e técnicos voltados para a saúde. Ao qualificar os recursos humanos do setor na região, torna-se possível endereçar as necessidades de cuidado da população e tratar do ODS 3.

ANÁLISE DOS REPOSITÓRIOS DO MERCOSUL

A fim de introduzir as medidas de avaliação dos repositórios selecionados, foram destacadas previamente as principais características e contextos das políticas públicas que norteiam a região do Mercosul. Também, compreendendo que os repositórios da Rede REA não respondem apenas aos protocolos de seus países e instituições locais, adicionamos o escopo da Política Geral da Rede, uma vez que, essencialmente, essas são as diretrizes que norteiam a construção e o compartilhamento dos recursos disponíveis nos repositórios. Nesta análise, os repositórios serão avaliados sob três óticas:

1. **Quantitativa e qualitativamente conforme as variáveis de classificação dos recursos:** idioma; área temática; tipo de recurso; tipo de recurso técnico; tipo de recurso educacional; contexto educacional e público-alvo;

2. **Qualitativamente sob a ótica de indicadores gerais desenvolvidos com base no mapeamento das políticas públicas da região:** potencial de uso do recurso; potencial de produção e reutilização e adequação da tecnologia;

3. **Qualitativamente de acordo com os conjuntos de rubricas da Política Geral da Rede REA:** qualidade; usabilidade e valor educacional.

Traduzimos na tabela a seguir os atributos e os parâmetros de avaliação desenvolvidos para construir a Matriz de Avaliação dos repositórios com base em **Indicadores Gerais**, oriundos do mapeamento das políticas dos países do Mercosul, e em **Rubricas da Política Geral da Rede REA**, provenientes da política fundadora da Rede REA:

Tabela 1 – Matriz de Avaliação dos Repositórios da Rede REA

Fonte: Autoria própria

INDICADORES GERAIS		RUBRICAS DA POLÍTICA GERAL DA REDE REA	
ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO
Potencial de uso do recurso	Potencial de uso das tecnologias na formação	Qualidade	Veracidade e precisão; design e organização
Potencial de produção e reutilização	Potencial para produção e reuso do conteúdo digital e garantia de acesso aberto	Usabilidade	Facilidade de navegação e intuitividade da interface
Adequação da tecnologia	Tecnologia apresenta mecanismos alinhados aos objetivos dos repositórios	Valor educacional	Utilidade do recurso para o aprendizado

BRASIL

De todos os países do MERCOSUL, o Brasil é o que demonstra estar mais evoluído quanto às políticas públicas voltadas para REA. A penetração das políticas nacionais em âmbito institucional parece ser revelada no alto volume de recursos educacionais abertos presentes no repositório desse nó: os 12.589 recursos provenientes do país são provenientes dos repositórios da Fiocruz e Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS).

O Brasil disponibiliza seus dados por meio de pesquisa integrada no portal da Biblioteca Virtual em Saúde por questões técnicas, diferentemente dos demais países, pois o nó do país possui uma solução própria de gestão de descrição dos registros dos REA e seu repositório está hospedado na Fiocruz. Os demais países fazem uso de um sistema de gestão da descrição desenvolvido e fornecido pela BIREME. O repositório do Brasil encontra-se no contexto da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz e é composto por recursos das duas instituições supracitadas. Assim, cerca de 2.500 dos materiais é proveniente da Fiocruz enquanto mais de 10.000 dos recursos pertencem ao repositório da UNA-SUS.

A plataforma do repositório da Fiocruz possui interface semelhante aos demais países do Mercosul e, portanto, permite a avaliação de métricas semelhantes, sendo possível identificar que mais de 40% dos recursos presentes no repositório da Fiocruz encontram-se no formato técnico (mídia) Áudio. Em segundo lugar, cerca de 35% destes está disponibilizado em Texto contra, aproximadamente, 14% em Vídeo. Por sua vez, esses tipos de recursos estão distribuídos entre Objetos de aprendizagem (98,4%), Cursos e Aulas (1,3%) e Ferramentas de Aprendizagem (0,3%) cujo objetivo educacional, quando identificados, em sua maioria, encontra-se no Aperfeiçoamento profissional.

Porém, decidimos não limitar a análise do Brasil à plataforma da Fiocruz como recorte para modelar esta análise, essencialmente, pela discrepância no número de recursos disponíveis e porque a plataforma da UNA-SUS ainda é responsável por mais de 80% da totalidade de materiais presentes na plataforma unificada do repositório brasileiro. Assim, para o fim deste trabalho, consideraremos, em termos da análise quantitativa deste nó, o estudo da plataforma unificada do Brasil que contém o total de 12.589 materiais por reunir todas as fontes que, de fato, compõem a aderência do país à proposta da OPAS. Como a plataforma do nó do Brasil possui metadados diferentes das demais plataformas, não é possível realizar uma análise comparativa do Mercosul.

A plataforma unificada do Brasil filtra três tipos de metadados: idioma, áreas temáticas e ano de publicação. Neste contexto, mais de 99% dos recursos foram escritos em Língua

Portuguesa; as principais dez áreas temáticas dos conteúdos disponíveis são Atenção Primária, Saúde da Família, Hipertensão, Educação em Saúde, Diabetes Mellitus, Saúde bucal, Saúde da mulher, Doenças crônicas, Estratégia de Saúde da Família e promoção da saúde. Quanto ao ano de produção, 2014 representou 7,3% das produções do repositório, seguidos por 2015 e 2012 com 4,8% e 3,7% respectivamente. No entanto, mais de 70% dos recursos não teve seu ano de publicação informado.

MERCOSUL

De acordo com a OPAS, os usuários da Rede REA não são identificados na plataforma, assim, as métricas de acesso não são disponíveis para o público. Porém, no cenário desta pesquisa, os dados de uso dos repositórios foram disponibilizados para melhor compreensão da evolução da Rede. Desde Dezembro de 2018, quando as atividades da plataforma tiveram início, mais de 60,5% dos usuários são do Mercosul. Identificamos, assim, que mesmo possuindo uma quantidade de recursos significativamente inferior ao Brasil em seus repositórios, os usuários dos nós da Argentina, Paraguai e Uruguai são os que mais acessam os repositórios da Rede REA de forma qualificada (maior número de visitas e duração média de visita), dentre os países contabilizados. Não foi possível fornecer as estatísticas de uso do repositório brasileiro por estar hospedado na Fiocruz.

Quanto ao Brasil, também não foi possível realizar uma análise técnica comparativa referente aos recursos disponibilizados no repositório em relação aos demais países em função das peculiaridades deste nó, conforme apresentado no tópico anterior. Consequentemente, a análise do Mercosul inclui apenas a Argentina, Paraguai e Uruguai.

Tendo em vista a possibilidade de análises comparativas em relação aos países do Mercosul, exceto o Brasil, quanto aos tipos de recursos educacionais abertos, em média, 42,7% dos materiais foram classificados nos repositórios como “recursos de aprendizagem”. Em segundo lugar, “Cursos/Aulas” representam uma parcela de 30,7% como recursos de “Ferramentas de aprendizagem” e “Pesquisa”, respectivamente, tratam de 15% e 11,3% do total de materiais. Recordando que a cada recurso pode ser atribuída mais de uma classificação, quanto aos tipos de recursos técnicos, em média, 82,8% dos materiais foram produzidos em formato de texto contra 23,5% de recursos interativos.

Já quanto aos tipos de recursos educacionais, enquanto 53% dos materiais foram classificados como “Aula”, pouco mais que 5,5%, em média, representou recursos como “Texto narrativo”, “Slides” e “Exercícios”. Adicionalmente, em média, nos repositórios da

Argentina, do Paraguai e do Uruguai, 60% dos recursos possui, na qualidade de contexto educacional, a formação profissional, enquanto a formação continuada representa aproximadamente 18% dos objetivos. De forma geral, com base nesses dados, apresentamos os públicos-alvo dos materiais: 85,7% dos recursos é voltado para estudantes, seguidos por docentes (35,7%), gestores (20%) e pesquisadores (10,8%).

Por fim, três outras variáveis são ressaltadas: tipos de recursos educacionais, contexto educacional e público-alvo. Nos repositórios da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, aulas foram o tipo de recurso mais produzido: 36,25%, 63,64% e 60%, respectivamente. No que corresponde ao contexto educacional e ao público-alvo, observa-se uma relação direta entre o objetivo educacional do material e a audiência que o objeto foi construído para atender. Nesses três países do Mercosul, entre 62,5% e 100% dos recursos foram destinados a estudantes. Quanto ao contexto educacional, 86% dos materiais do repositório da Argentina tinham como foco a formação profissional; 54,5% no Paraguai e 40% no Uruguai.

Com base nessas análises, podemos compreender que, de fato, a produção dos recursos tem o potencial de capacitar a força de trabalho em saúde na região, ao mesmo tempo que estabelece diálogo com as necessidades de cuidado em saúde da população, visto que as principais áreas temáticas tratadas são saúde pública e atenção básica. Estes resultados ilustram a capacidade das iniciativas de Acesso Aberto em mobilizarem os ODS 3 e 4.

Qualitativamente, como esta análise não depende apenas do número de recursos, mas, também da avaliação da tecnologia, foi possível atribuir uma classificação geral para os repositórios do Mercosul. Todas as plataformas foram avaliadas com o parâmetro “Médio” quando analisadas individualmente ao realizar uma média estatística de todos os seis atributos presentes na Matriz de Avaliação. O procedimento para realizar essa estimativa foi atribuir um conceito para cada parâmetro e, posteriormente, uma nota para cada conceito.

A soma de todos os conceitos referentes a cada um dos países individualmente trouxe como média um número entre 3,3 e 3,5. Assim, todos os países receberam o parâmetro “Médio”. Nota-se que, mesmo se encontrando em lugares diferentes quanto ao desenvolvimento de políticas nacionais, regionalmente a evolução da implantação local aparenta ser semelhante. Mais importante, os objetivos das políticas que os repositórios respondem estão sendo atendidos parcialmente. A fim de compreender a evolução de cada indicador na região, realizamos um processo semelhante ao anterior para avaliar a média dos parâmetros atribuídos para cada qualificação:

Tabela 2 – Matriz de Avaliação dos Repositórios da Rede REA: MERCOSUL*Fonte: Autoria própria*

INDICADORES GERAIS		RUBRICAS DA POLÍTICA GERAL DA REDE REA	
ATRIBUTO	PARÂMETRO	ATRIBUTO	PARÂMETRO
Potencial de uso	Alto/Médio	Qualidade	Médio/Alto
Potencial de produção e reutilização	Médio/Baixo	Usabilidade	Médio
Adequação da tecnologia	Médio	Valor educacional	Médio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo uma região que carece de infraestrutura e capacitação relativas a saúde, educação e tecnologia, a América Latina, especialmente os países do Mercosul, possui a colaboração como ferramenta aliada para endereçar os desafios ao redor dos ODS 3 e 4. O estudo das políticas públicas se fez necessário durante este trabalho para compreender a fomentação destas iniciativas na região e os contextos de desenvolvimento local de cada país quanto ao acesso à tecnologia do ponto de vista instrucional e de infraestrutura.

Por outro lado, a inviabilidade de comparações sob todas as variáveis quantitativas estudadas, dá-se, essencialmente, pela discrepância entre o número de recursos educacionais abertos disponíveis nas plataformas de cada país e pelas características únicas do repositório brasileiro. Assim, evidencia-se a **impossibilidade** de acuradamente aferir comparações quantitativas entre todos os países da região. Neste sentido, podemos citar a diferença quantitativa entre o repositório do Brasil que, individualmente, representa 70 vezes o número total dos REA disponíveis nos repositórios da Argentina, Paraguai e Uruguai juntos.

Uma vez que os repositórios deveriam traduzir as demandas educacionais da região e são consequências de políticas públicas e/ou institucionais, os consideramos, então, mediadores entre as políticas e os usuários finais. Além de um canal de comunicação de necessidades e compromissos estabelecido **por meio** dos repositórios, é fundamental o estabelecimento de trilhas diretas entre as políticas (e seus facilitadores) com aprendizes e educadores para garantir a aderência e a sustentabilidade dessas iniciativas. Essa relação de retroalimentação pode ser observada na **Figura 1**:



Figura 1 – Repositórios digitais e seu papel de intermediação

Fonte: Aatoria própria.

Elencamos abaixo cinco recomendações com proposições que podem favorecer a criação de programas locais ou regionais com o objetivo de tratar dos desafios e das oportunidades levantados e alavancar os parâmetros médios da região na avaliação qualitativa dos repositórios em geral.

O primeiro grupo de propostas encontra-se nas iniciativas de capacitação que visam educar tecnicamente estudantes e professores não apenas para garantir o desenvolvimento de novos REA, mas também o seu reuso. Por sua vez, iniciativas de divulgação são identificadas como viabilizadoras da colaboração na região e representam oportunidades para alcançar mais usuários individuais e institucionais. Em seguida, parcerias institucionais, além de favorecerem a integração e colaboração, otimizam recursos e atuam nas preconizações do Acesso Aberto. Políticas institucionais e ações de educação continuada também fazem parte das recomendações por auxiliarem a garantia e sustentabilidade das noções anteriores.

O Modelo de Programa de Sustentabilidade de Repositórios de REA (**Figura 2**) foi desenvolvido para ilustrar a engrenagem dos esforços no sentido de aumentar a qualidade, recuperação e visibilidade de materiais disponíveis em repositórios de REA e elevar o número de recursos educacionais disponíveis por meio da capacitação digital dos atores que produzem e consomem os materiais. Espera-se que a consequência desse movimento seja o aumento do número de usuários ativos nos repositórios que, além de usar, adaptar e reusar os recursos, ainda se tornem potenciais contribuidores para o crescimento das plataformas. O modelo não busca induzir uma ordem sequencial de ações, mas, sim, demonstrar o movimento cíclico e sistêmico que estas exercem sob os repositórios:



Figura 2 – Modelo de Programa de Sustentabilidade de Repositórios de REA

Fonte: Autoria própria.

Concluimos, assim, que a inserção das práticas do Acesso Aberto necessitam de uma transição cultural nos cenários do desenvolvimento e aplicação de tecnologias no campo dos ODS 3 e 4: Saúde & Educação. De acordo com Nosek (2019), a mudança de comportamentos é a que apresenta maior desafio, pois o *status quo* é facilmente mantido por meio da inércia. Mudanças reais e disruptivas de comportamento requerem, em primeiro lugar, senso de comunidade. Recursos e esforços, entre eles motivação e habilidades representam o segundo conjunto de requisitos e, usualmente, encontram barreiras. Para rompê-las, o autor propõe partirmos da premissa de que todos os indivíduos fazem parte de um sistema social cujas mudanças de comportamento ocorrem por meio de normas de comunicação, incentivos e políticas de obrigatoriedade.

Atribuimos a este trabalho a característica de observação de um fenômeno acompanhada por propostas de intervenção, tanto do ponto de vista científico quanto de gestão que visam contribuir, dentro do recorte, para a evolução dos ODS 3 e 4. Propostas, estas, que dialogam diretamente com as recomendações de Nosek (2019) para transformação cultural de um ambiente voltado para o Acesso Aberto e mitigação da brecha digital. À vista disso, identificamos que o principal desafio em solucionar as desigualdades no acesso à infraestrutura tecnológica, desenvolvimento de competências digitais e acesso à serviços de

saúde qualificados na região encontra-se no câmbio do *fazer* de aprendizes, educadores e profissionais da saúde e aqueles que desenvolvem e implementam as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, Irma; ARANDA, Verónica; MIRANDA, Francisca. **Políticas y programas de salud en América Latina. Problemas y propuestas.** Santiago: CEPAL, 2005.

BER, Peter. **Open Access.** Cambridge: The Mit Press, 2012. BUTCHER, Niel; KANWAR, Asha; UVALIC-TRUMBIC, Stamenka. **A basic guide to open educational resources (OER),** 2011.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Read the Budapest Open Access Initiative,** 2002.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La integración de las tecnologías digitales en las escuelas de América Latina y el Caribe:** una mirada multidimensional. Santiago do Chile: CEPAL, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa:** Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p.

CRUZ, Anabel. Influencia de las publicaciones de la OPS en la producción científica en salud en América Latina y el Caribe. **Boletín de La Oficina Sanitaria Panamericana,** Washington, v. 6, n. 119, p. 515-528, 1995.

GUERRA, Massiel; JORDÁN, Valéria. Políticas públicas de sociedad de la información en América Latina: ¿una misma visión? **Documentos de proyectos,** Santiago do Chile, 2010. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

MEDEIROS, Simone Assis; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Política pública de acesso aberto à produção científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de Ensino Superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento,** João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 195-217, jul. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

NOSEK, Brian. **Strategy for Culture Change**, 2019.

SUNKEL, Guillermo; TRUCCO, Daniela; ESPEJO, Andrés. **La integración de las tecnologías digitales en las escuelas de América Latina y el Caribe: una mirada multidimensional**. Santiago do Chile: CEPAL, 2014. 172 p.

UNESCO. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para Comunicação e Informação**. [s.d]

_____; Commonwealth of Learning (COL). **Survey on Governments' Open Educational Resources (OER) Policies**. 2012.

_____; _____. **Diretrizes para Recursos Educacionais Abertos (REA) no Ensino Superior**, 2015.

UMA NOVA POLÍTICA INFORMACIONAL DA BIBLIOTECA ESCOLAR SESI-SP ALINHADA A AGENDA 2030

Andrea Ramos¹, Simone Lopes Dias²

¹Andrea Ribeiro Ramos – Centro Estadual de Educação Tecnológica,
andrea.ramos2008@gmail.com

² Simone Lopes Dias – Serviço Social da Indústria, simone.dias@sesisp.org.br

Resumo: Este trabalho apresenta a uma nova política informacional adotada em 2019 na Rede de Bibliotecas Escolares SESI-SP com mudança de perfil do trabalho desempenhado pelo bibliotecário baseada numa biblioteca viva e alinhada ao trabalho docente, fomentando o quarto objetivo de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto tem o propósito de investigar se a mudança de perfil do trabalho efetuado pelos bibliotecários da Rede SESI-SP a partir de uma nova política informacional adotada está em consonância com as unidades escolares a partir da avaliação dos coordenadores pedagógicos. A abordagem utilizada foi a pesquisa exploratória concomitantemente com a bibliográfica, bem como a utilização de questionários como método. Obteve-se como resultado uma aprovação de mais de 90%. O que se pode concluir, refere-se à aprovação dos coordenadores pedagógicos na nova política informacional, transformando as 133 bibliotecas e as 14 salas de leitura em função de um novo perfil de trabalho do bibliotecário. Fundamenta-se em conceitos de leitura, conhecimento, mudança de perfil e trabalho do bibliotecário.

Palavras-chave: política informacional; bibliotecário; agenda 2030

Abstract: This paper presents a new informational policy adopted in 2019 in the SESI-SP School Library Network with a change in the profile of the work performed by the librarian based on a living library aligned with teaching work, promoting the fourth goal of sustainable development of the United Nation (UN) Agenda 2030. The project aims to investigate if the change in the profile of the work done by the librarians of the SESI-SP Network from a new information policy adopted is in line with the school units from the evaluation of the pedagogical coordinators. The approach used was the exploratory research concomitantly with the literature, as well as the use of questionnaires as a method. This resulted in an approval of over 90%. What can be concluded, refers to the approval of the pedagogical coordinators in the new informational policy, transforming the 133 libraries and the 14 reading rooms according to a new work profile of the librarian. It is based on concepts of reading, knowledge, profile change and work of the librarian.

Keywords: informational politics; librarian; agenda 2030

INTRODUÇÃO

Em virtude do crescente consumismo compartilhado através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e difundido pelas supervias de informação com a

globalização, Garralón (2015, p.15) afiança que “uma quantidade imensa de informações surge e desaparece de forma desorganizada e incompleta” inundando a sociedade, sem uma preocupação real com o futuro do planeta e da humanidade.

Para reverter esta situação a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou em setembro de 2015 em sua sede nos Estados Unidos – NY, a "Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável" e convocou os países membros para elaborar um plano de ação visando a erradicação da pobreza, o alcance da paz e da prosperidade pela humanidade, bem como a sustentabilidade do planeta.

O documento elaborado foi inicialmente chamado de "Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015" e integra um conjunto de metas com orientações dos trabalhos para o fomento ao desenvolvimento sustentável na dimensão social, econômica e ambiental, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1. Erradicação da Pobreza, 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3. Saúde e Bem-Estar, 4. Educação de Qualidade, 5. Igualdade de Gênero, 6. Água Potável e Saneamento, 7. Energia Acessível e Limpa, 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10. Redução das Desigualdades, 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12. Consumo e Produção Sustentáveis, 13. Ação contra a Mudança Global do Clima, 14. Vida na Água, 15. Vida Terrestre, 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17. Parcerias e Meios de Implementação) e 169 metas.

Após sua conclusão, o documento ficou conhecido como Agenda 2030 e sua implementação deverá ocorrer de 2016 a 2030, a ferramenta principal sua execução é a educação, que perpassa todos os objetivos, pois fornece as condições necessárias para viabilizar o desenvolvimento sustentável através da reflexão, análise e construção do conhecimento.

Deste modo, verifica-se que a leitura é a peça fundamental, conforme ratificado por Stocker (2011, p. 11) ao afirmar que:

para falar em educação como instrumento de ação reflexiva é preciso falar da importância da leitura na educação. Importante porque a leitura como instrumento proporciona melhoria da condição social e humana do indivíduo. Então, observar, analisar e procurar entender o mundo através da leitura cria um caminho para a promoção do desenvolvimento de competências, na medida em que os conhecimentos vão sendo adquiridos, absorvidos, disseminados, ampliando-se gradativamente a produção cultural da humanidade.

Ratificado por Stocker (2011, p.13) ao asseverar que:

Além de ser uma grande fonte de poder, o conhecimento é também uma fonte de sobrevivência, e a melhor maneira de se perpetuar de geração em geração

este conhecimento, ainda é através do livro, seja o tradicional de papel ou o E-book – livro eletrônico que vem sendo disseminado na atualidade. É certo que, nenhum grande projeto humano realizado até hoje, teria sido possível sem as bases do conhecimento.

A obra escrita é essencialmente um registro da cultura produzida pelo homem nas suas diferentes etapas evolutivas. E sendo um registro da cultura, não há como deixar de utilizá-la na transmissão de conhecimentos às novas gerações perpetuando assim, nossa memória.

Desta forma, a Rede SESI-SP comprometida com a Agenda 2030 fomenta o incentivo ao hábito de ler e estimula a reflexão para a participação crítica e ativa na sociedade, com o desenvolvimento de atividades diversificadas numa congruência de narrativas, promovendo amplo acesso à educação, cultura, informação, lazer e pesquisa nas 133 bibliotecas e 14 salas de leitura espalhadas por todo o Estado de São Paulo.

Em consonância com o Manifesto da Ifla/Unesco (1999, p.1):

a biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios.

Sendo assim, a partir de uma nova política informacional que prega o ideal de uma biblioteca viva, repleta de atividades para o corpo docente, discente e a comunidade, foram realizadas ações formativas como o II Encontro Técnico de Bibliotecários e o II Seminário de Biblioteca Escolar em 2019 para promover a mudança do perfil do bibliotecário, com uma atuação mais ativa, participativa e próxima do plano de trabalho docente e dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Em função do exposto tem-se como problema de pesquisa: Qual a avaliação das unidades escolares sobre a mudança de perfil do trabalho do bibliotecário conforme a nova política informacional da instituição apoiada nos princípios da Agenda 2030?

O objetivo deste trabalho é verificar através da avaliação do coordenador pedagógico a efetividade das ações formativas realizadas em 2019 para a mudança do perfil de trabalho do bibliotecário em consonância com a Agenda 2030.

REVISÃO DA LITERATURA

Com base em Lankes (2016, p. 70) que afirma que:

Conhecimento é algo intrinsecamente humano e intimamente ligado às paixões do indivíduo. Conhecimento é dinâmico, está em constante mudança, e é vivo. Ele nos leva a questionar o mundo, questionar os outros, questionar Deus, questionar a realidade. Conhecimento é uma força que move a economia, as

artes e deveria mover os bibliotecários em seu trabalho. O conhecimento é construído em nossas bibliotecas, nossas universidades, nossas casas, nossos bares e até em nossos carros. Conhecimento é, em uma última análise, a forma como vemos o mundo, e determina como agimos.

Verifica-se a importância do trabalho desenvolvido na biblioteca que tem a missão de “melhorar a sociedade facilitando a criação de conhecimento” segundo LANKES (2016, p. 58), uma vez que a biblioteca fomenta a educação com o incentivo a leitura e auxilia na formação do indivíduo, já que “o conceito de educação ao longo da vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI” (DELORS, 2012, p. 17) e sua principal função “consiste, antes de mais nada, em prover a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento” (DELORS, 2012, p. 67).

Desta forma, propiciando o fomento a geração de conhecimento a biblioteca colabora com o desenvolvimento da humanidade, uma vez que segundo Morin (2011, p. 47) “o homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura”, uma relação permeada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), com muita fluidez e rapidez do compartilhamento de informações da contemporaneidade, uma vez que segundo Menino (2014, p. 30) “a informação e o conhecimento passaram a ser elementos primordiais” da civilização.

Corroborado por Cortela (2016, p.109) ao afirmar que:

reafirmemos uma questão básica: se o conhecimento é relativo à história e à sociedade, ele não é neutro; todo conhecimento está úmido de situações histórico/ sociais; não há conhecimento absolutamente puro, ascético, sem nódoa. Todo conhecimento está impregnado (ou, com sotaque italiano, empregnado) de história e sociedade, portanto, de mudança cultural.

Ademais, estabelecida a relevância da biblioteca para a formação e construção do conhecimento da sociedade, pois desde seu início “a biblioteca foi criada para contemplação real” (CASSON, 2018, p. 21), foi estipulada então a nova política informacional baseada na diversidade de atividades para público diversos, como docentes, discentes, comunidade, de forma ativa, participativa e crítica com base no plano de trabalho docente.

A nova política informacional foi concebida segundo Maciel e Mendonça (2006, p. 17)

Perpassando pelo estudo da comunidade de usuários, deverá ser elaborado um diagnóstico apresentando um perfil dos usuários, ou seja, suas principais características, seus desejos e necessidades informacionais, seus hábitos de leitura e de frequência à biblioteca e tudo o mais que for conveniente ao sistema conhecer.

De posse do diagnóstico, a segunda fase do planejamento será a determinação das políticas que nortearão todo o processo de formação e desenvolvimento de coleções.

METODOLOGIA

Para a mudança de perfil profissional do bibliotecário elencamos os paradigmas de treinamento e desenvolvimento para a organização de uma formação continuada adequada aos colaboradores, segundo a nova política informacional, e de acordo com Kanaane & Ortigoso (2018, p.72-73) as características mais importantes são:

individualidade: respeito e adaptação ao potencial, às necessidades e aos conhecimentos já dominados pelo treinando;

organicidade: módulos instrucionais e comportamentais pedagógica e andragogicamente elaborados, apresentando sequência lógica, conectada e associada aos contextos organizacional e social;

flexibilidade: treinamento elaborado de acordo com diagnóstico realizado em parceria com os envolvidos e suas necessidades, negociando entre as partes com vistas ao alcance das metas (pessoais, organizacionais, de mercado);

praticidade: proximidade com a prática e com a realidade vivenciada pelos treinandos e pela organização. Foco permanente nas questões vinculadas à aprendizagem e sua aplicabilidade, visando ao alcance de objetivos e resultados;

capacidade de motivar-se: treinandos atuando como agentes ativos de sua aprendizagem, com consequente interação no contexto empresarial e suas múltiplas interfaces com a produtividade/lucratividade;

análise de indicadores (financeiros e não financeiros): observar o fator efetividade para o alcance de metas;

proatividade ao lidar com o desafio: transformar dados em informações, informações em conhecimento e conhecimento em ação, prosseguindo com motivação, dinamização de oportunidades, combate aos desperdiçadores em geral, constante interatividade;

ênfase na comunicação: exercitar amplamente o feedback, possibilitando de forma ágil e eficaz a avaliação de resultados e a retroalimentação do sistema, apresentando como vantagens estratégicas a qualidade (humana, organizacional, ecológica), a rapidez, a gestão do tempo e a flexibilidade para atender constantemente as inúmeras demandas apresentadas pelo cenário em mudanças.

Ademais, concomitantemente a estas características ressalta-se que “aprender implica ser capaz de dar significado a objetos, fatos, fenômenos, à vida. Expressar, dos mais variados modos, o que sabemos implica representar o mundo com base em nossas origens, em nossos valores e sentimentos” (MANTOAN, 2015, p.22) competência que pode ser realizada por todos os seres humanos apenas fomentado suas potencialidades individuais e respeitando seus limites.

Neste caso, com o auxílio do bibliotecário propondo atividades, respeitando as individualidades dos alunos, contribuindo com o desenvolvimento de pesquisa e da imaginação do público leitor.

Deste modo, verifica-se a relevância do trabalho para colaborar com a implementação da Agenda 2030, para caracterizar a pesquisa que possui enfoque qualitativo conforme perspectiva abordada por Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 36), a mesma fundamenta-se “na compreensão e interpretação dos fenômenos, por meio das percepções e dos significados produzidos pelas experiências dos participantes”, a técnica utilizada para a coleta de dados foi o questionário e a amostra conceituada como não probabilística por tipicidade, pois “é constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo” de acordo com Vergara (2016) e foi constituída por 102 respondentes, correspondente aos coordenadores pedagógicos, efetivos e interinos das unidades escolares..

A fundamentação teórica baseou-se em consulta bibliográfica contemplando a conteúdo sobre biblioteca escolar e educação.

RESULTADOS

Quanto ao resultado da aplicação dos questionários aos docentes do contingente de 102 respostas tem-se 94% de satisfação com o trabalho realizado na biblioteca escolar 6% de insatisfação e nota 4,28 para o desempenho do bibliotecário numa escala de 0 a 5.

Considerando os critérios de avaliação acima descritos, classifique o trabalho realizado pelo bibliotecário escolar em sua unidade. Sendo 5 estrelas a nota máxima e 1 estrela a nota mínima para o desempenho do bibliotecário.

[Mais Detalhes](#)

102
Respostas

★★★★☆
Classificação Média 4.28

Ainda considerando os critérios de avaliação acima descritos, por gentileza reflita se a unidade escolar está satisfeita com o trabalho realizado na biblioteca escolar?

[Mais Detalhes](#)

● Sim	96
● Não	6



Tem-se também alguns comentários sobre a atuação da biblioteca escolar que ratificam os dados apresentados, tais como:

- Positivos

Em nossa unidade escolar o trabalho realizado em nossa biblioteca e por nossa bibliotecária, vem, numa crescente, incentivando nossos estudantes a desenvolverem o prazer pela leitura. Associado aos nossos docentes os projetos exploram o acervo da biblioteca escolar em prol da ampliação dos temas trabalhados em sala de aula. Desta forma considero todo o trabalho, o atendimento, a promoção de eventos e estímulos à leitura como excelente.

As parcerias, os projetos realizados e a realizar estão caminhando muito bem, envolvendo os estudantes e professores. Tenho como um trabalho de excelência.

Classifico o trabalho realizado como excelente, pois os itens acima são cumpridos adequadamente. O trabalho da biblioteca envolve todos os alunos, desenvolve o hábito e gosto pela leitura, assim como estabelece parcerias muito produtivas com os professores. Na nossa escola, a biblioteca é um espaço vivo!

Consideramos que o trabalho desenvolvido na Biblioteca desta unidade escolar é excelente pois, observamos a parceria entre bibliotecária e professores das diversas modalidades, há planejamento de atividades contemplando as necessidades da comunidade escolar e aprofundamento dos conteúdos escolares.

O trabalho realizado está cada vez mais articulado à nossa proposta de ensino, pois os professores estão sempre desenvolvendo parcerias que agregam qualidade ao processo de ensino e aprendizagem, as atividades elaboradas pela BE são de qualidade e oferecem aos alunos possibilidades de ações efetivas no campo da leitura (clube do livro, contação de histórias, interação com diferentes autores, parcerias com comunidade escolar entre outras ações que permeiam a complementação do trabalho do professor como: apoio a pesquisa. As competências socioemocionais da BNCC e a agenda 2030 são base para todo o trabalho planejado. Vale considerar que o atendimento aos alunos da EAD e comunidade também estão sendo realizados.

- Negativos:

De regular a ruim - apesar de todas as orientações e ações formativas dos analistas e Coordenação Pedagógica não há engajamento com projetos em parceria com professores da unidade, bem como cumprimento de prazos e atendimento à demandas administrativas e pedagógicas.

Em virtude das respostas apresentadas pelos coordenadores pedagógicos verifica-se que as novas formações, baseadas na nova política instrucional da gerência executiva de educação está de fato colaborando com o fomento a leitura, a construção do conhecimento e consequentemente a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Convalida-se então a partir dos dados acima que as novas formações baseadas em uma nova política instrucional conseguiram alterar o perfil profissional do bibliotecário.

CONCLUSÕES

Conforme Puchner (2019, p.9):

Às vezes tento imaginar o mundo sem literatura. Eu sentiria falta dos livros nos aviões. Livrarias e bibliotecas teriam espaço de sobra nas estantes (e as minhas não estariam transbordando). A indústria editorial não existiria como a conhecemos, nem a Amazon, e não haveria nas em minha mesa de cabeceira quando não consigo dormir à noite.

Tudo isso seria lamentável, mas mal arranha a superfície do que seria perdido se a literatura nunca tivesse existido, se as histórias só fossem contadas oralmente e nunca tivessem sido escritas. Um mundo assim é quase impossível de imaginar. Nosso sentido de história, da ascensão e queda de impérios e nações, seria completamente. A maior parte das ideias filosóficas e políticas nunca teria existido, ou teria sido esquecida, porque a literatura que deu origem a elas não teria sido escrita. Quase todas as crenças religiosas desapareceriam junto com as escrituras nas quais foram expressas.

A literatura não é apenas para os amantes dos livros. Desde que surgiu, há 4 mil anos, ela moldou a vida da maioria dos seres humanos que vivem no planeta Terra.

Com a literatura a vida na Terra se transformou, os conhecimentos foram transmitidos geração a geração, a civilização foi se aprimorando, a ciência se desenvolvendo, posteriormente tem-se o surgimento das bibliotecas, um espaço focado no estudo, no empréstimo de livros, no silêncio para reflexão, na construção da aprendizagem afiançado por Stocker (2011, p. 53) em “a leitura tem importância fundamental na vida das pessoas. A necessidade de muita leitura está ligada à aprendizagem, haja vista, que propicia a obtenção de informações em relação a qualquer contexto e área do conhecimento”.

Sendo assim, a evolução da sociedade baseada em informações fomentou a mudança do trabalho desenvolvido nas bibliotecas, uma vez que segundo Stocker (2011, p.26) o espaço “faz a ligação dos diversos setores da escola e desenvolve uma ação cooperativa, que leva à coesão social e às ideias comuns, além de sua grande importância para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” contribuindo como “centro educativo e cultural”.

Deste modo, verifica-se a relevância do papel desempenhado pelo bibliotecário ampliando seu raio de atuação, extrapolando os limites da biblioteca com atividades relevantes incentivando a leitura, construindo o conhecimento e perpassando todos os aspectos culturais da sociedade para fomentar a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis.

Corroborado por Stocker (2011, p. 33) ao afirmar que:

a leitura pode ser vista como uma questão pública, um direito de todo cidadão. Como um componente importante de um ato social, é uma ação que em

princípio, visa ao benefício de todos, e nesse caso, é dever do Estado garantir que todos possam usufruir da leitura e da escrita, como um benefício comunitário, direcionado para a informação, a comunicação e educação da sociedade.

Destarte, faz-se necessário um novo perfil profissional para o bibliotecário, que deve estar atento a sua formação continuada, bem como, com foco numa política informacional baseada nos anseios e perspectivas da sociedade de informação atual.

Assim sendo, o SESI-SP elaborou um programa de formação continuada para os bibliotecários, baseado em conhecimentos técnicos, práticos, pedagógicos e motivacionais no II Encontro Técnico de Bibliotecários em março de 2019, bem como, em educação 4.0, BNCC, biblioteca escolar, formação de leitores no II Seminário de Bibliotecas em outubro de 2019 e nos treinamentos regionais vinculados ao sistema operacional da Rede de Bibliotecas SESI-SP.

Concomitantemente, aos espaços de formação, as analistas técnicas educacionais do SESI-SP também provem as unidades com orientações técnicas, pedagógicas e motivacionais durante todo ano de 2019, por e-mail, Skype, telefone, whatsapp, com visitas técnicas, além de envio de material, compartilhamento de conteúdo para formação, encaminhamento de indicação de cursos e palestras, voltados para a atualização do perfil profissional do bibliotecário conforme a nova política informacional da gerência executiva de educação que visa o fomento da implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis da Agenda 2030.

Por tratar-se de um estudo preliminar de caráter exploratório, afere-se que o artigo retrata percepções introdutórias sobre a temática abordada, deste modo, sugere-se a possibilidade de novas pesquisas acadêmicas e estudos sobre os resultados apresentados visando ampliar o escopo e ao mesmo tempo apresentar novas alternativas de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2018.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012

GARRALÓN, Ana. **Ler e saber – os livros informativos para crianças**. 1. ed. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2015.

IFLA/ UNESCO. Manifesto IFLA/ UNESCO para biblioteca escolar. Disponível em:

<<https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 19 out 2019.

KANAANE, Roberto & ORTIGOSO, Sandra Aparecida Formigari. **Manual de treinamento: como desenvolver programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do potencial humano**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LANKES, R. David. **Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo**. São Paulo: FEBAB, 2016.

MACIEL, Alba Costa & MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência: Niterói: Intertexto, 2006

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?** 1. reimp. São Paulo: Summus, 2015.

MENINO, Sergio Eugenio. **Educação Profissional e Tecnológica na Sociedade do Conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2014. (Coleção Fundamentos e Práticas em Educação Profissional e Tecnológica, v.2).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PUCHNER, Martin. **O mundo da escrita: como a literatura transformou a civilização**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAMPIERI, H. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO M. P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso Editora, 2013.

STOCKER, Claudia Teresinha. **Os caminhos e descaminhos da leitura na aquisição do conhecimento**. Nova Friburgo: Editora Exito; Niterói: Editora Intertexto, 2011

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

TRANSPARÊNCIA NOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E OS CIDADÃOS

Luzia Zorzal¹; Georgete Medleg Rodrigues²

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), <https://orcid.org/0000-0003-2285-3808>,
luzia.zorzal@ufes.br

Universidade de Brasília (UnB), <https://orcid.org/0000-0002-6446-6171>,
medleg.georgete@gmail.com

Resumo: A transparência nos canais de comunicação entre as universidades públicas brasileiras e os cidadãos evidencia a existência de estruturas que fazem a interface dessa comunicação com o objetivo de solicitar, reclamar, denunciar, sugerir e avaliar os serviços prestados por essas instituições. A temática relacionamento com a sociedade tem sido uma grande preocupação para muitos gestores e faz parte da governança. Uma boa governança vincula-se à transparência, equidade, *accountability*, *compliance* e leva a produzir resultados significativos com mais controle social. O Ministério da Educação, com base nas avaliações das Instituições de Ensino Superior realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, dos seus respectivos cursos e do desempenho dos estudantes, criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Entre suas finalidades, estão a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, com a valorização de sua missão pública e da promoção dos valores democráticos. A lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior considera a comunicação social das universidades como uma das dimensões institucionais importantes a serem avaliadas como parte constituinte do perfil e da atuação institucional. Esta comunicação apresenta parte dos resultados de uma tese de doutorado em Ciência da Informação, defendida em 2015, sobre transparência e governança nas universidades públicas federais, com base em investigação de natureza exploratória, descritiva, qualitativa, bibliográfica e documental. O estudo compreendeu um universo de 63 universidades federais brasileiras do qual foram selecionadas as cinco que estavam no topo do *Ranking Webometrics*, em julho de 2013, correspondendo a cada uma das cinco regiões geográficas do Brasil. Dentre as categorias indicadoras do nível de transparência das universidades selecionadas para a tese está a categoria “relacionamento com a sociedade” e suas subcategorias de análise que indicam a existência de estruturas na instituição que garantem um canal de comunicação entre o cidadão e a universidade para diversos fins. Ao analisar as subcategorias delimitadas dentro da categoria “relacionamento com a sociedade”, num total de sete subcategorias, conclui-se que das cinco universidades analisadas, duas delas classificaram-se no nível de transparência alto e três no nível médio com base nos mecanismos de comunicação com a sociedade, atendendo a dispositivos legais como os preconizados pela Lei de Acesso à Informação e outros instrumentos normativos. Dentre os serviços oferecidos estão o Serviço de Informações ao Cidadão, aferição do grau de satisfação do cidadão com os serviços e ouvidorias.

Palavras-chave: transparência; comunicação com a sociedade; universidades federais; *ranking webometrics*.

Abstract: The transparency in the communication channels between the Brazilian Public Universities and the citizens shows the existence of structures that interface this communication in order to request, complain, denounce, suggest and evaluate the services provided by these institutions. The thematic relationship with society has been a major

concern for many managers and is part of governance. Good governance is linked to transparency, fairness, accountability, compliance and leads to significant results with more social control. The Ministry of Education, based on evaluations of Higher Education Institutions conducted by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research, their respective courses and student performance, created the National Higher Education Evaluation System. Among its purposes are the promotion of the deepening of the social commitments and responsibilities of higher education institutions, with the enhancement of their public mission and the promotion of democratic values. The law that created the National Higher Education Evaluation System considers the universities' media as one of the important institutional dimensions to be evaluated as a constituent part of the institutional profile and performance. This paper presents part of the results of a doctoral thesis in Information Science, defended in 2015, on transparency and governance in federal public universities, based on exploratory, descriptive, qualitative, bibliographic and documentary research. The study comprised a universe of 63 Brazilian federal universities from which the top five in the Webometrics Ranking were selected in July 2013, corresponding to each of the five geographic regions of Brazil. Among the categories that indicate the level of transparency of the universities selected for the thesis is the category "relationship with society" and its subcategories of analysis that indicate the existence of structures in the institution that guarantee a communication channel between the citizen and the university for several ends. By analyzing the subcategories delimited within the category "relationship with society", in a total of seven subcategories, it can be concluded that of the five universities analyzed, two of them were classified as high transparency level and three as medium level based on the mechanisms of communication with society, in compliance with legal provisions such as those recommended by the Law on Access to Information and other normative instruments. Among the services offered are the Citizen Information Service, measuring the degree of citizen satisfaction with the services and ombudsmen.

Keywords: transparency; communication with society; federal universities; webometrics ranking.

INTRODUÇÃO

A informação sob a tutela do Estado é um bem público e sua evidenciação deve ser por iniciativa da Administração Pública, de forma espontânea, proativa, independentemente de qualquer solicitação, ou seja, transparência ativa, como definido na legislação brasileira. Cabe, desse modo, às instituições públicas identificar aquilo que é mais demandado pela sociedade e disponibilizar proativamente na *Internet* e/ou outros meios, a fim de facilitar que os *stakeholders* encontrem essa informação, evitando custos para ambas as partes.

O Ministério da Educação (MEC), com base nas avaliações procedidas por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), das Instituições de Educação Superior (IES), dos seus respectivos cursos e do desempenho dos estudantes, busca assegurar transparência dos dados sobre a educação superior. Essas

avaliações, conforme explicitado no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004, grifos nossos), que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), têm as seguintes finalidades:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a *promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior*, por meio da valorização de sua missão pública, da *promoção dos valores democráticos*, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Em seu art. 3º, III e IV, a referida Lei considera a responsabilidade social e a comunicação com a sociedade, dimensões institucionais importantes que deverão ser avaliadas como parte integrante do perfil e da atuação institucional das instituições de ensino superior.

A educação superior no Brasil é fortemente regulamentada pelo Governo Federal e, entre as legislações, destaca-se o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Por outro lado, o Tribunal de Contas da União (TCU), a quem compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, nos termos do art. 71 da Constituição Federal (CF) de 1988, entre outros atos, estabelece normas de organização e apresentação dos Relatórios de Gestão (RGs) e peças complementares que constituirão os processos de contas da Administração Pública Federal.

Considerando as informações e amplitude que deverão ser apresentadas nos RGs e que devem permitir uma visão sistêmica e transparente do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis, o problema desta pesquisa, consiste em identificar se os RGs das Universidades Federais (UFs) contemplam os princípios de boa governança, conforme as diretrizes nacionais e internacionais, de acordo com a noção de transparência e comunicação com a sociedade.

Assim, buscando reforçar os resultados e verificar as relações dos dados e informações obtidos em função do problema da pesquisa, formulou-se a seguinte hipótese: Os RGs das UFs analisadas contemplam integralmente os princípios de boa governança, segundo as diretrizes nacionais e internacionais, ou apresentam lacunas significativas que podem comprometer a transparência da gestão universitária e a comunicação com a sociedade?

METODOLOGIA

A pesquisa teve como universo inicial as 63 universidades públicas federais sendo 38 autarquias e 25 fundações, especificadas na Decisão Normativa do TCU nº 134/2013, das quais foram selecionadas cinco, uma de cada região geográfica do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). A amostra foi com base no *ranking* da *Webometrics Ranking of World Universities*, publicado em julho de 2013, no qual 16 universidades brasileiras foram classificadas entre as melhores do mundo, numa amplitude que variou da classificação 31^a – Universidade de São Paulo (USP) – à classificação 854^a – Universidade Federal do Pará (UFPA). Dentre essas, foram segregadas para o estudo apenas as Universidades Federais que estavam no topo do *ranking* em cada uma das cinco regiões geográficas brasileiras, quais sejam: a) **Norte**: Universidade Federal do Pará (UFPA); b) **Nordeste**: Universidade Federal da Bahia (UFBA); c) **Centro-Oeste**: Universidade de Brasília (UnB); d) **Sudeste**: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e) **Sul**: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A decisão para essa escolha partiu do pressuposto de que as universidades mais bem avaliadas poderiam também ser aquelas com maior preocupação na comunicação com a sociedade.

Dessa forma, foram analisados os RGs das cinco universidades selecionadas relativos ao ano de 2013, primeiro ano após a vigência da LAI no Brasil. A transparência foi avaliada baseando-se nos RGs dessas cinco UFs, disponíveis nos seus próprios *websites*. Buscou-se verificar em que medida os RGs das cinco UFs selecionadas atendem aos padrões de transparência, segundo os princípios e padrões de boas práticas de governança elaborados por instituições internacionais e brasileiras focando a Administração Pública Federal.

Com o objetivo de se determinar o nível de transparência dos RGs das UFs, foi utilizada uma escala de intensidade (BARRAZA-MACÍAS, 2008; MALDONADO-RADILLO *et al*, 2013) na qual é apresentada a relação de probabilidade de ocorrência dos eventos, conforme Tabela 1, com cinco graus na escala de valores.

Tabela 1. Escala de intensidade para determinação do nível de transparência
 Fonte: Adaptado de Barraza-Macías (2008) e Maldonado-Radillo *et al* (2013).

Escala (%)	Nível de transparência
0 – 20	Baixo
21- 40	Médio-baixo
41- 60	Médio
61- 80	Médio-alto
81-100	Alto

Essa escala foi construída em função dos percentuais de pontuação máxima a serem atingidos pelas UFs, os quais variarão entre 0 e 100% e classificam os níveis de transparência em: **baixo** (0 a 20%), **médio-baixo** (21 a 40%), **médio** (41 a 60%), **médio-alto** (61 a 80%) e **alto** (81 a 100%).

REVISÃO DA LITERATURA

Tanto no Brasil quanto em outros países, os estudos sobre a variação de quantidade de informação revelada pelas entidades do setor privado têm sido explanados sob diversos prismas. Na busca de estudos a respeito do *disclosure* e transparência das informações das universidades públicas federais brasileiras, verificou-se que as pesquisas ainda são muito restritas. No entanto, algumas foram encontradas no âmbito universitário como: Pessoa (2013), Rodrigues (2013) e Platt Neto, Cruz e Vieira (2004).

Os temas *disclosure* e transparência, no âmbito da gestão pública, são pouco explorados particularmente tendo como objeto as UFs e considerando que a disseminação da informação clara, precisa e transparente constitui direitos dos cidadãos garantidos pela CF/1988, busca-se seguir fundamentos teóricos para se desenvolver a presente pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa estrutura-se em dois eixos principais – (i) transparência e governança e (ii) comunicação com a sociedade no âmbito das universidades públicas federais.

Transparência e governança

O uso da palavra transparência, com o sentido atual, data de 1962, quando o economista dinamarquês Knud Erik Svendsen a utilizou em conexão com o problema de transparência em macroeconomia. Nas últimas décadas, o termo transparência assumiu novos significados e ganhou popularidade, com a disseminação das boas práticas de governança corporativa que têm relação sobre o modo como as empresas são administradas e controladas (MICHENER; BERSCH, 2011).

Após os anos 1970, a noção de transparência teve lugar de destaque no debate administrativo na América do Norte e na Europa ocidental. Tornou-se, então, um dos valores cruciais da Administração Pública, configurando-se como um eixo privilegiado nas reformas

administrativas do estado que fez da transparência o princípio, e do sigilo a exceção (JARDIM, 1999; RODRIGUES, 2013).

Na visão de Scholtes (2012), por exemplo, há vários aspectos definidores da noção de transparência, pois esta compreende muitas áreas e diferentes contextos: acesso público, legitimidade, participação, boa governança, confiança, prestação de contas (*accountability*), comunicação, reputação, privacidade, poder, entre outros. Scholtes (2012) lembra, ainda, que, em virtude de o termo transparência poder ser utilizado para uma grande variedade de finalidades, não somente por causa de todos os seus significados, mas também porque há tantos contextos e diferentes setores da economia nos quais pode ser utilizado, transparência é uma palavra muito bem-vinda.

Na visão da *Transparency International* (2009, p. 44), “[...] a transparência é a qualidade de um governo, empresa, organização ou pessoa de ser aberta na divulgação de informação, normas, planos, processos e ações”. E os colaboradores devem atuar de maneira visível, previsível e compreensível na promoção da participação social e na prestação de contas, ou seja, na promoção da *accountability*.

Fox (2007) classifica a transparência em duas categorias: *proactive* (proativa) e *demand-driven* (acesso passivo). Disseminação proativa refere-se à informação que o governo torna pública sobre suas atividades e seu desempenho, e acesso passivo reporta-se ao compromisso institucional para responder às solicitações dos cidadãos para tipos específicos de informação ou documento, que, do contrário, não seria possível acessá-los.

No que concerne à disseminação proativa e ao acesso passivo, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamentou a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI) no Brasil, também utiliza essas abordagens: transparência ativa – quando a Administração Pública divulga informações à sociedade por iniciativa própria, de forma voluntária, independentemente de qualquer solicitação; e transparência passiva – quando divulga informações sob demanda, em atendimento às solicitações dos *stakeholders*.

A governança, por sua vez, relaciona-se com um país ou sociedade como um todo e abraça uma ampla área de questões sobre a eficiência do governo – incluindo *accountability* e transparência – ocupa-se dos direitos humanos, igualdade, democracia, cidadania, participação, corrupção, entre outros. Tem como objetivo tornar o governo mais responsável, aberto, transparente e democrático. Governança basicamente foca no processo de governo envolvendo interações entre várias instituições formais e informais assim como influencia as políticas e decisões que se preocupam com as ações que têm repercussão na sociedade.

Boa governança (*good governance*) está relacionada com uma administração eficaz e eficiente em uma estrutura democrática. São características da boa governança: transparência, *accountability*, responsabilização, participação, cooperação entre o Estado e outros atores. Má governança (*poor governance*), por seu turno, é configurada por uma política arbitrária, sistema legal injusto ou desatento com a aplicação das leis, burocracia irresponsável, abuso do poder executivo, sociedade civil não envolvida com a vida pública e corrupção generalizada. Enquanto a boa governança fomenta um Estado forte, capaz de um desenvolvimento econômico e social sustentado, a má governança danifica todo esse esforço (MISHRA, 2010). As autoras deste artigo complementam essa assertiva, destacando que um “estado forte” pressupõe, também, uma forte participação social que permita contrabalançar esse mesmo poder de Estado, daí a importância dos *stakeholders*, como assinalado anteriormente.

Conforme explicitado por Zorzal e Rodrigues (2015), a ênfase a ser dada, a cada um dos aspectos de boa governança, variará em função dos diferentes cenários, porque os valores atribuídos se comportam de forma diferente dependendo da história, cultura e política de cada país.

Comunicação entre universidade e cidadãos

A comunicação com a sociedade, conforme já mencionado na introdução, constitui dimensão essencial no perfil e na atuação institucional das universidades e fazem parte dos processos avaliativos regulatórios.

Dentre os canais de comunicação existentes, para as IES pesquisadas foram auferidas a existência dos seguintes: 1) acesso à informação pelo cidadão à entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias etc; 2) disponibilização da Carta de Serviços ao Cidadão; 3) ouvidoria; 4); Serviços de Informações ao Cidadão (SIC); 5) mecanismos para medir a satisfação dos stakeholders com os produtos e/ou serviços; 6); mecanismos de divulgação de resultados de eventuais pesquisas de opinião; e 7) evidenciação das atividades culturais oferecidas à comunidade interna e externa.

O **acesso à informação** previsto na CF/1988 tornou-se realidade no Brasil, a partir da vigência da LAI, em 2012. Contudo, antes da LAI, foi publicada a Lei Complementar (LC) nº 101, de 04 de maio de 2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que determina normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lembrando que essa lei já destacava no parágrafo único, do Capítulo IX, que a “transparência será assegurada também **mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas**, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Por sua vez, a LC nº 131, de 27 de maio de 2009, denominada de Lei da

Transparência, alterou a LC nº 101/2000, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Tratando-se de experiências internacionais, a Suécia foi o primeiro país a instaurar a lei de imprensa em 1766. Em 1789, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, da Revolução Francesa, estabelecia o acesso às informações sobre o orçamento. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, o conceito de direito à informação se difundiu por meio do artigo 19, da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e o Brasil foi signatário dessa declaração. O artigo 19 assegura a toda e qualquer pessoa o direito de procurar, receber e transmitir informações. Segundo Comparato (2016) essas declarações de direitos incentivaram a adoção de leis de acesso à informação na segunda metade do século XX. Em 1951, a Finlândia adotou uma Lei sobre o Caráter Público dos Documentos Oficiais. Nos Estados Unidos, o *Freedom of Information Act* (FOIA) foi promulgado em 1966. A Noruega e Dinamarca criaram suas leis de acesso à informação em 1970. Houve uma evolução positiva, embora sua expansão seja recente. Em setembro de 2018, o número de países que já adotam leis gerais de direito à informação, atingiu a marca de 118.

Atualmente é consenso que o acesso à informação é não apenas um direito humano, mas também um direito fundamental quando se trata de promover a boa governança e combater a corrupção (COMPARATO, 2016).

A disponibilização da Carta de Serviços ao Cidadão foi substituída pela **Carta de Serviços ao Usuário**, conforme Decreto nº 9.094/2017. Essa última tem por objetivo informar aos usuários: I - os serviços prestados pela IES; II - as formas de acesso aos serviços a que se refere o inciso I; III - os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público; e IV - os serviços publicados no Portal de Serviços do Governo Federal.

Um instrumento de mediação entre as instituições e os cidadãos tem sido as ouvidorias. As **ouvidorias públicas** atuam, então, não apenas como um canal de comunicação, mas sobretudo como uma ferramenta de fortalecimento da democracia e de participação cidadã (COMPARATO, 2016; SANTOS *et al*, 2017). As ouvidorias públicas recolhem as denúncias da população e são um importante instrumento para avaliar o desempenho das instituições. Antes das ouvidorias existia a figura do *Ombudsman*. *Ombudsman* é uma palavra sueca e “designa um representante ou agente da população e pode ser traduzida como homem das reclamações ou homem das queixas” (COMPARATO, 2016).

Quanto à “Ouvidoria pública”, esta é definida pela Controladoria-Geral da União (CGU) como uma instituição que

[...] auxilia o cidadão em suas relações com o Estado. Deve atuar no processo de interlocução entre o cidadão e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados. A existência de uma unidade de ouvidoria na estrutura de um órgão público pode estreitar a relação entre a sociedade e o Estado, permitindo que o cidadão participe da gestão pública e realize um controle social sobre as políticas, os serviços e, indiretamente, os servidores públicos (CGU, 2012, p. 7).

Infere-se na visão de Comparato (2016) que as ouvidorias públicas constituem um instrumento valioso para os gestores públicos, que têm à disposição um instrumento útil para saber de que maneira os programas governamentais chegam ao cidadão e como este enxerga as mais variadas prestações de serviços públicos.

Quintão (2018) na sua abordagem considera que a ouvidoria pública possui três campos de atuação: (i) instrumento de gestão (torna-se um termômetro para a melhoria dos serviços públicos ofertados e/ou modernização administrativa), (ii) canal de comunicação organizacional (trocas comunicativas e dialógicas entre o cidadão e a organização pública.) e (iii) como instância participativa (quando defende prioritariamente os direitos dos cidadãos, a busca pela justiça social e a construção da cidadania).

Por sua vez, os **Serviços de Informações ao Cidadão (SIC)** figura-se como um canal instituído pelo Decreto nº 7.724/2012 (Decreto que regulamentou a LAI), para atender e orientar o público, quanto ao acesso à informação, informar sobre a tramitação de documentos nas unidades e receber e registrar pedidos de acesso à informação. Em outras palavras, foi criado para atender e orientar o público, quanto ao acesso às informações que não estão disponíveis nos sítios dos órgãos públicos federais. Silva e Teixeira (2019), em pesquisa sobre os SIC nas IES evidenciaram que os estudos sobre esse tema ainda são incipientes e perceberam que as IES públicas pesquisadas apenas cumprem com a legislação, disponibilizando relatórios gerados pelo próprio sistema eletrônico de acesso à informação (e-SIC).

Ao abordar a comunicação com a sociedade, Rodrigues (2013) chama a atenção para o fato de que, para a informação alcançar seus objetivos, ela precisa ser comunicada. E fazer circular a informação é um dos papéis da comunicação nos argumentos de Brandão (2012, p. 31), que define comunicação pública como “[...] o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade”. Na visão dessa autora, a comunicação pública objetiva ser “[...] um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país” (BRANDÃO, 2012, p. 31).

RESULTADOS

Os dados, seus respectivos resultados e análise são apresentados na Tabela 2, com suas categorias de análise, tendo por base princípios e padrões de boas práticas de governança da Administração Pública Federal e/ou identificação dessas práticas na literatura consultada, associados com a transparência, governança e comunicação.

Tabela 2. Categorias de relacionamento com a sociedade – 2013

Fonte: Adaptado de Zorzal (2015, p. 159)

Item	Descrição das subcategorias	Pontos máximos	UFBA	UFMG	UFPA	UFRGS	UnB
1	Descrição dos canais de acesso do cidadão à entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc.	1	1	1	1	1	1
2	Informação da disponibilização da <i>Carta de Serviços ao Usuário</i> em cumprimento ao Decreto nº 9.723/2019	1	1	1	0	0	1
3	Informações acerca da Ouvidoria	1	1	1	1	1	1
4	Dados do <i>Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)</i> instituído pelo Decreto nº 7.724/2012	1	1	1	1	1	1
5	Mecanismos para medir a satisfação dos <i>stakeholders</i> dos produtos e/ou serviços	1	0	1	1	0	0
6	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas, nos últimos 3 anos, com os <i>stakeholders</i>	1	0	1	1	0	0
7	Evidenciação das atividades culturais oferecidas à comunidade interna e externa e seus respectivos indicadores	1	0	0	1	1	0
Total de pontos		7	4	6	6	3	4
Percentual de pontos (%)		100	57,1	85,7	85,7	42,9	57,1

A categoria *relacionamento com a sociedade*, Tabela 2, e suas subcategorias indicam a existência de estruturas na instituição que garantem um canal de comunicação entre as universidades públicas brasileiras e os cidadãos, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e avaliações e/ou mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela entidade.

Os dados da pesquisa apontam que a UFMG e a UFPA foram as universidades que obtiveram melhor desempenho, com 85,7 %, seguidas das UFBA e UnB e, por último, a UFRGS.

A UFBA especificou, em seu RG de 2013, apenas a Ouvidoria e o SIC como canais de relacionamento com a sociedade. Estava em fase final de elaboração o sítio que permitiria não só a identificação, localização e sistemática de agendamento e atendimento, além das características desses serviços, mas também formulário específico, sem necessidade de identificação, da satisfação do usuário, o que permitiria produzir estatísticas mais consistentes sobre este item (UFBA, 2014).

A UFMG instituiu, no âmbito da LAI, canal de acesso do cidadão, uma seção de destaque no *menu* da página principal de seu portal na *Internet* (www.ufmg.br), o *link* (www.ufmg.br/acessoainformacao), com um texto institucional sobre a universidade e dados sobre auditorias, convênios, despesas, prestação de contas, licitações e contratos, servidores, informações sobre a própria lei e uma versão virtual do SIC, além da classificação das informações. É no SIC que o cidadão pode solicitar informações institucionais, fazer reclamações, denúncias, sugestões etc.

Além do canal de acesso do cidadão e da Ouvidoria, a UFMG procura aferir o nível de satisfação dos usuários, por meio dos seguintes mecanismos:

- a) avaliação do desempenho nas disciplinas de graduação e satisfação discente;
- b) indicadores do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade);
- c) desempenho da TV UFMG e nível de satisfação do telespectador;
- d) desempenho da instituição na avaliação da *QS World's University Ranking* (a UFMG aderiu em 2011);
- e) ações para aferição da qualidade das informações do Sistema de Informações da Extensão (Siex);
- f) desempenho do Espaço de Museus e nível de satisfação dos usuários;
- g) avaliação do desempenho e nível de satisfação dos usuários nos serviços de alimentação no *Campus*;
- h) desempenho do Serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador e nível de satisfação do usuário;
- i) desempenho das bibliotecas e nível de satisfação dos usuários;
- j) mobilidade por ônibus no *Campus Pampulha*;
- k) pesquisa de vitimização.

Igualmente, a UFPA explicita a interação da universidade com os *stakeholders* por meio das estruturas que garantem canal de comunicação com a UFPA, destacando-se: a Ouvidoria, o Portal da UFPA, o programa Minha Opinião, a Feira do Vestibular e o Serviço de Acesso à Informação. Também conta com redes sociais desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) da UFPA, tais como: *Facebook*, *twitter* e perfil da UFPA no *Instagram*. Outro veículo de comunicação é o jornal científico Beira do Rio – versão impressa e *on-line* – com espaços para comentários possibilitando ao leitor interagir com os entrevistados e com outros leitores (UFPA, 2014).

A UFRGS não explicitou, em seu RG relativo a 2013, outros canais de relacionamento com a sociedade além da ouvidoria e o SIC. Sua Carta de Serviços ao Cidadão, no RG de 2013, encontrava-se em fase final de elaboração (UFRGS, 2014). No entanto, evidencia dados das atividades culturais oferecidas à comunidade interna e externa à universidade e seus respectivos indicadores, quesito pontuado apenas por essa universidade e pela UFPA.

A UnB cuja denominação completa é Fundação Universidade de Brasília (FUB), comunica-se com os *stakeholders* por meio dos seguintes instrumentos (FUB, 2014):

- a) UnB Hoje – divulga as notícias e eventos do *Campus Darcy Ribeiro*, com periodicidade diária, nas versões impressa e *on-line*;
- b) Portal UnB (www.unb.br) – produz notícias sobre o cotidiano acadêmico e administrativo do *campus*, com suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão;
- c) Portal de Ciência da UnB (<http://www.unbciencia.unb.br>) – registra as pesquisas, os prêmios de pesquisadores e os principais assuntos e repercussões de temas ligados à política científica;
- d) Portal UnB.Agenda – criado com o intuito de ampliar a divulgação dos eventos, das defesas de Teses, Dissertações, Cursos e outros;
- e) Ouvidoria da Universidade de Brasília e o SIC – essa forma de atuação representa um serviço de interlocução e mediação disponibilizado pela UnB para recepção, encaminhamento de sugestões, reclamações e denúncias feitas pela comunidade universitária e pela sociedade como um todo.

CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi identificar, na perspectiva da transparência e boas práticas de governança, se as universidades públicas brasileiras adotam canais de comunicação com a

sociedade, que canais são esses e os tipos de informações veiculadas. Partiu-se do pressuposto de que em razão de novas exigências quanto à transparência e prestação de contas, os gestores das instituições públicas, incluindo as universidades, estão buscando inovar e se adaptar para atender às demandas dos cidadãos, antecipando-se quanto à disponibilização das informações de forma transparente, independentemente de solicitações, numa lógica proativa (transparência ativa).

A pesquisa apontou que duas das universidades analisadas atingiram o patamar da alta transparência de acordo com o que foi estabelecido na metodologia para este estudo, acerca da intensidade do nível de transparência (Tabela 1), com cinco graus na escala de valores (baixo, médio-baixo, médio, médio-alto e alto).

Os percentuais mais elevados foram alcançados pela UFMG e UFPA (85,7%), classificadas no nível de transparência **alto**. A UFBA e a UnB atingiram o nível **médio** (57,1%) e por último a UFRGS (42,9%) conseguindo também alcançar o nível **médio**.

Para melhorar ainda mais esse perfil, de forma a todas atingirem o nível alto (máximo), os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se implantar as boas práticas de governança, conforme estabelecidas nos vários instrumentos de governança da Administração Pública, elaborados por instituições internacionais e brasileiras. As boas práticas de governança poderão possibilitar que as instituições zelem pelo bem comum e a comunicação entre as IES e os cidadãos tornem o acesso às informações e serviços ainda mais eficientes e eficazes no controle das ações institucionais e a prevenção à corrupção. A transparência nos canais de comunicação é um mecanismo que poderá atender interesses de diferentes *stakeholders* e ampliar a transparência ativa prevista na legislação brasileira de acesso à informação, aspecto fundamental às sociedades democráticas, tornando-as mais ativas e, assim, colaborar na ampliação da cidadania, na melhoria da gestão pública, na equidade, *accountability* e *compliance* induzindo a um melhor controle social.

Para pesquisas futuras recomenda-se os temas transparência e comunicação social no contexto de outras instituições públicas de ensino superior, além das universidades federais. Por fim, com relação às limitações dos resultados apresentados – pelo fato de o universo da pesquisa ter se concentrado nas cinco universidades mais bem colocadas no *ranking* indicado –, pode-se inferir, como tendência, que a situação das demais universidades talvez não seja totalmente diferente da amostra, considerando o fato de que ações e percepções sobre transparência e prestação de contas no setor público, ainda estão em fase de adequação à LAI e aos outros dispositivos de comunicação com os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARRAZA-MACÍAS, A. Compromiso organizacional de los docentes: un estudio exploratorio. *Revista de la Asociación de Inspectores de Educación de España*, n. 8, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/204351>. Acesso em: 9 out. 2017.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 2 nov. 2019.

COMPARATO, B. K. Ouvidorias públicas como instrumentos para o fortalecimento da democracia participativa e para a valorização da cidadania. In: MENEZES, R. do A.; CARDOSO, A. S. R. (org.). *Ouvidoria pública brasileira reflexões, avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2016. cap. 2, p. 43-53. ISBN:978-85-7811-272-1.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). *Orientações para implementação de uma unidade de ouvidoria: rumo ao sistema participativo*. 5. ed. Brasília-DF: Ascom/CGU, 2012. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ouvidoria/arquivos/ogu-implantacao-unidade-ouvidoria.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

FOX, J. A. The uncertain relationship between transparency and accountability. *Development in Practice*, v. 17, n. 4-5, p. 662-671, Aug. 2007. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/8c25c3z4>. Acesso em: 14 out. 2013.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). *Relatório de Gestão: exercício 2013*. Brasília, Decanato de Planejamento e Orçamento, 263p. 2014. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Gestao_2013.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

JARDIM, J. M. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EdUFF, 1999.

MALDONADO-RADILLO, S. E. *et al.* La transparencia de la instituciones públicas de educación superior del noroeste de México. *Revista Internacional Administracion &*

Finanzas, v. 6, n. 4, p. 73-88, 2013. Disponível em: [/http://www.theibfr.com/ARCHIVE/RIAF-V6N4-2013.pdf](http://www.theibfr.com/ARCHIVE/RIAF-V6N4-2013.pdf). Acesso em: 6 set. 2014.

MICHENER, G.; BERSCH, K. *Conceptualizing the quality of transparency*. In: 1ST GLOBAL CONFERENCE ON TRANSPARENCY, Rutgers University, Newark, May 17-20, 2011. Disponível em: https://spaa.newark.rutgers.edu/sites/default/files/files/Transparency_Research_Conference/Papers/Michener_Greg_Paper_two.pdf. Acesso em: 9 out. 2017.

MISHRA, A. D. Good governance: a conceptual analysis. In: DHAMEJA, Alka (Ed.) *Contemporary debates in public administration*. 3. Imprensa, New Delhi, PHI Learning Private Limited, 2010. cap. 11, p. 157-166.

PESSÔA, I. S. *Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras*. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; VIEIRA, A. L. Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. *Anais eletrônicos*[...] Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/a9.htm>. Acesso em: 29 jul. 2014.

QUINTÃO, T. T. Reflexões e dilemas sobre a ouvidoria pública no Brasil: uma análise das ouvidorias do Poder Executivo Federal. *Rev. Serv. Público*. V. 70, n. 2. P. 297-324, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3382>. Acesso em: 5 nov. 2019.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-438, nov. 2013.

SANTOS, A. R. *et al.* Quem conhece as ouvidorias públicas? Um estudo sobre a imagem percebida por cidadãos de Florianópolis (SC). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo, v. 22, n. 73, p. 400-420, set./dez.2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v22n73.66025>. Acesso em: 5 nov. 2019.

SCHOLTES, E. Transparency, symbol of a drifting government. In: TRANSATLANTIC CONFERENCE ON TRANSPARENCY RESEARCH, 2012, Utrecht, The Netherlands.

Anais eletrônicos [...] Disponível em: <http://www.transparencyconference.nl/wp-content/uploads/2012/05/Scholtes1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.

SILVA, F. R. P.; TEIXEIRA, M. L.F. Perfil dos serviços de informações aos cidadãos das instituições superiores de ensino e pesquisa PÚBLICAS do Brasil. In: ENCONTRO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES AOS CIDADÃOS (SICs) DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA DO BRASIL, 6., 2019, Brasília. *Anais eletrônicos* [...]. Brasília. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1hXPcgnGgn1gNNmoVvxI-K3KExcqmOUgp>. Acesso em: 6 nov. 2019.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Guía de lenguaje claro sobre la lucha contra la corrupción*. 2009. Disponível em: <http://www.transparencia.pt/wp-content/uploads/2012/03/Plain-Language-Guide-ES.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). *Relatório de gestão exercício 2013*. Salvador, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, 284p. 2014. Disponível em: <http://www.proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202013%20-%20-%20Altera%C3%A7%C3%A3o%20TCU.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). *Relatório de gestão do exercício de 2013*. Belém, Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, 294 p. 2014. Disponível em: http://www.proplan.ufpa.br/doc/RG2013_UFPA_final.pdf. Acesso em: 16 ago. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). *Prestação de contas ordinária anual relatório de gestão do exercício de 2013*. Porto Alegre, 683 p. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013>. Acesso em: 3 ago. 2015.

ZORZAL, L. *Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal*. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. Transparência e *accountability* nas instituições públicas: análise da convergência desses princípios. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO

(Conlab),12., 2015. Lisboa. *Anais eletrônicos* [...]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015. Disponível em:

[http://www.omeuevento.pt/Ficheiros/Livros de Actas CONLAB 2015.pdf](http://www.omeuevento.pt/Ficheiros/Livros_de_Actas_CONLAB_2015.pdf). Acesso em: 3 fev. 2015.



Universidade de Brasília



FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



FACULTAD DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID



Departamento de Biblioteconomía y Documentación
Universidad Complutense de Madrid



Grupo de investigación Políticas de información,
Tecnologías de la Documentación y
Comunicación Científica (POLITECOM) UCM

Grupo de investigación Información, Biblioteca
y Sociedad (INFORBISOC) UCM